



O Sismo de 1980

Transformações na Tipologia Habitacional de Angra do Heroísmo

Miguel Diniz Jarroca

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

Orientador
Professor João Rosa Vieira Caldas

Júri

Presidente: Professora Ana Cristina Dos Santos Tostões
Orientador: Professor João Rosa Vieira Caldas
Vogal: Professor João Guilherme Pontes Appleton

Outubro de 2020

Declaração

Declaro que o presente documento é um trabalho original da minha autoria e que cumpre todos os requisitos do Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa.

Nota prévia

Todos os desenhos presentes nesta dissertação foram elaborados e/ou redesenhados pelo autor.

À memória da minha avó Maria Otilde

“Esta visita às ilhas convenceu-me de que o açoriano, se às vezes elogia e recomenda as suas paisagens de lavas e de pastos verdes, nem sempre se inteira das belezas terreaís em que nasceu.”

Vitorino Nemésio in *Corsário das Ilhas*

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor João Vieira Caldas, pela orientação, ensinamentos, confiança e disponibilidade que sempre demonstrou durante as nossas longas reuniões.

Aos meus pais, Teresa e Gilberto, por todo o apoio económico ao longo da minha vida académica e pela ajuda à elaboração da dissertação, desde o apoio em contactos com proprietários, entidades e instituições, às conversas ao longo da tese.

Ao meu irmão Diogo, pela ajuda nos levantamentos fotográficos e métricos.

À Inês, por acreditar em mim e pela leitura e apoio na revisão de texto.

Aos amigos e colegas que, direta ou indiretamente, auxiliaram na elaboração do presente estudo.

Ao Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias, na qualidade de proprietário, historiador e entrevistado, pelos esclarecimentos e paciência nas demoradas conversas, formais e informais, sobre diversos temas.

A todos os entrevistados, José Henrique dos Santos Correia Guedes, Francisco dos Reis Maduro-Dias, José Guilherme Reis Leite e Miguel dos Reis Pedroso de Lima, pela transmissão dos seus conhecimentos relativos ao sismo.

Aos arquitetos José Parreira e João Monjardino, pelas conversas e troca de ideias.

A todos os proprietários e/ou moradores que permitiram a visita aos diversos casos de estudos, análise dos seus interiores e gentilmente cederam informação e documentação sobre estes. A todos os que ajudaram, graças à sua memória, na reconstituição de plantas de edifícios desaparecidos.

À Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Direção Regional da Cultura, à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas pela permissão de acesso aos seus arquivos e a todos os seus funcionários pela ajuda prestada, simpatia e paciência.

A todos o meu sincero e profundo Obrigado.

Resumo

Esta dissertação analisa o processo de reconstrução do centro histórico de Angra do Heroísmo e reflete sobre o impacto que o sismo de 1 de janeiro de 1980 teve sobre as transformações na tipologia habitacional urbana.

É feita uma contextualização da origem e desenvolvimento da cidade, uma caracterização do sismo e da metodologia geral da reconstrução. Através de casos de estudo, investigam-se as diferentes intervenções no edificado, desde meados do século XX até aos dias de hoje, tendo como período chave o abalo telúrico.

Um dos objetivos foi entender de que forma se conciliou a conservação da memória da cidade com as necessárias adaptações dos edifícios, quer pela introdução de sistemas construtivos que garantissem segurança, quer pela adaptação da casa às necessidades da época. Esta análise comparativa estruturou-se em três vertentes: desenho e composição da fachada; método construtivo; disposição do espaço. Para obter informação, além da indispensável revisão bibliográfica, recorreu-se a trabalho de campo, realizaram-se entrevistas e investigou-se o arquivo de diversas entidades. O trabalho decorreu entre 2019 e 2020.

Palavras-chave: Sismo de 1980; Angra do Heroísmo: centro histórico; habitação corrente; arquitetura.

Abstract

This dissertation analyzes the reconstruction process of Angra do Heroísmo's historic center and studies the impact that the January 1st 1980 earthquake had on the transformation of the urban housing typology.

A contextualization of the origin and development of the city was made, such as a characterization of the general methodology of reconstruction. Through case studies, the different interventions in the buildings that took place from the mid-twentieth century to the present days were investigated, having the earthquake as a key period.

One of the goals was to understand how the preservation of the city's memory was reconciled with the necessary adaptations of the buildings, either by introducing construction systems that guaranteed safety or by adapting the house to the needs of that time. This comparative analysis was structured in three aspects: facade design and composition; constructive method; spatial organization. In order to obtain the information, and in addition to the indispensable bibliographic review, fieldwork was done, interviews were conducted and the archives of several entities were investigated. The work was carried out between 2019 and 2020.

Keywords: 1980 earthquake; Angra do Heroísmo; historic center; current housing; architecture.

Índice:

Agradecimentos	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
1. Introdução	1
1.1. Motivação	1
1.2. Objetivos.....	1
1.3. Método.....	2
1.4. Estado da Arte.....	3
2. Origem e desenvolvimento de Angra do Heroísmo	5
2.1. Localização e primeiros assentamentos	5
2.2. A origem da Malha Reticulada e o seu loteamento.....	7
2.3. Transformações no centro histórico	11
2.4. Tipos de casas na cidade.....	13
3. O Sismo de 1980	15
3.1. Caracterização e primeiras horas do sismo	15
3.2. O GAR.....	18
3.3. A remoção dos escombros e o início da reconstrução.....	20
3.4. Alojamento temporário, a médio e a longo prazo.....	22
3.5. A inscrição da cidade na lista da UNESCO e o Gabinete da Zona Classificada	27
4. Casos de Estudo	29
1 – Rua da Garoupinha 29, 31, 33	30
2 – Rua do Galo 6, 8	32
3 – Rua da Sé 127.....	34
4 – Rua da Sé 157, 159.....	36
5 – Alto das Covas 5, 7	37
6 – Rua da Sé 164, 166, 168.....	39
7 – Rua Direita 70, 72, 74.....	41
8 – Rua Direita 105, 109.....	44
9 – Rua Direita 89, 91.....	45
10 – Rua Direita 57, 59, 61.....	47
11 – Rua de São João 80, 82, 84.....	49
12 – Rua de São João 58, 60, 62.....	50
13 – Rua de São João 121, 123, 125, 127.....	52
14 – Rua da Palha 83 a 87.....	54
15 – Rua da Palha 25, 29.....	56

16 – Rua do Salinas 2	58
17 – Rua de Jesus 48A	60
18 – Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101.....	61
Análise de outras fachadas	64
5. Venustas	69
6. Firmitas	71
6.1. Materiais tradicionais, tipos de paredes e principais danos	71
6.2. O uso do betão	74
7. Utilitas	75
8. Conclusões.....	77
9. Bibliografia e fontes primárias	81
9.1. Bibliografia.....	81
9.2. Fontes documentais:	83

Índice de figuras:

Figura 1 – *A Cidade de Angra na Ilha de Jesus Cristo da Terceira, que está em 39 Graus*. Gravura de 1595 sobre desenho de Jan Huyaghen van Linschoten de 1589. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT-TT-CRT-196 10

VOLUME DE ANEXOS

Figura 1 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Garoupinha 29–33 nas diferentes épocas 01

Figura 2 – Edifício na Rua da Garoupinha 29–33. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 878 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 01

Figura 3 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua do Galo 6, 8 nas diferentes épocas 02

Figura 4 – Edifício na Rua do Galo 6, 8. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 540 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 02

Figura 5 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Sé 127 nas diferentes épocas 03

Figura 6 – Edifício na Rua da Sé 127. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 336 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 03

Figura 7 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Sé 157, 159 nas diferentes épocas 04

Figura 8 – Edifício na Rua da Sé 157, 159. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 273 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 04

Figura 9 – Organização espacial esquemática do edifício no Alto das Covas 5, 7 nas diferentes épocas 05

Figura 10 – Edifício no Alto das Covas 5, 7. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 169 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 05

Figura 11 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Sé 164, 166, 168 nas diferentes épocas 06

Figura 12 – Edifício na Rua da Sé 164, 166, 168. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1125 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 06

Figura 13 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 70, 72, 74 nas diferentes épocas 07

Figura 14 – Edifício na Rua Direita 70, 72, 74. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 548 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca) 07

Figura 15 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 105, 109 nas diferentes épocas	08
Figura 16 – Edifício na Rua Direita 105, 109. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 491 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	08
Figura 17 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 89, 91 nas diferentes épocas	09
Figura 18 – Edifício na Rua Direita 89, 91. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 488 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	09
Figura 19 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 57, 59, 61 nas diferentes épocas	10
Figura 20 – Edifício na Rua Direita 57, 59, 61. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 484 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	10
Figura 21 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de São João 80, 82, 84 nas diferentes épocas	11
Figura 22 – Edifício na Rua de São João 80, 82, 84. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 508 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	11
Figura 23 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de São João 58, 60, 62 nas diferentes épocas	12
Figura 24 – Edifício na Rua de São João 58, 60, 62. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 504 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	12
Figura 25 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de São João 121, 123, 125, 127 nas diferentes épocas	13
Figura 26 – Edifício na Rua de São João 121, 123, 125, 127. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 439 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	13
Figura 27 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Palha 83 a 87 nas diferentes épocas	14
Figura 28 – Edifício na Rua da Palha 83 a 87. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 392 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	14
Figura 29 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Palha 25, 29 nas diferentes épocas	15
Figura 30 – Edifício na Rua da Palha 25, 29. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 367 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	15
Figura 31 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua do Salinas 2 nas diferentes épocas	16

Figura 32 – Edifício na Rua do Salinas 2. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 379 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	16
Figura 33 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de Jesus 48A nas diferentes épocas	17
Figura 34 – Edifício na Rua de Jesus 48A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 306 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	17
Figura 35 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101 nas diferentes épocas	18
Figura 36 – Edifício na Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (fichas 231 e 232 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	18
Figura 37 – Edifício na Rua da Sé 145, 147, 149, 151, 153. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (fichas 271 e 272 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 38 – Edifício na Rua da Sé 110, 116, 118. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1142 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 39 – Edifício na Rua da Jesus 139. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 256 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 40 – Edifício na Rua dos Canos Verdes 120, 120A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 266 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 41 – Edifício na Rua dos Canos Verdes 50. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 215 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 42 – Edifício na Rua Madre de Deus 19, 19A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1018 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca)	19
Figura 43 – Organização da ficha-análise de um caso de estudo	20
Figura 44 – Localização e toponímia atual das ruas e travessas da malha reticulada da cidade. Planta desenhada pelo autor tendo por base o ficheiro autocad cedido pela CMAH	20
Figura 45 – Ortofotomapa com a localização dos principais acampamentos, vazadouros na periferia do centro histórico e centros comerciais improvisados	20
Figura 46 – Exemplo de uma ficha da Inventariação do Património Arquitectónico executada pela DGPU. Original no arquivo da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	20
Figura 47 – Vista da Memória sobre a cidade. Em cima, imediatamente após o sismo. Fotografia gentilmente cedida por Rúben Quadros. Autor desconhecido. Em baixo, em agosto de 2019. Fotografada por Miguel Jarroca	20

Figura 48 – Vista aérea da cidade destruída após o sismo onde se pode observar a retícula e, ao fundo, o “acampamento do Bailão”, ainda composto por tendas. Fotografia gentilmente cedida por Rúben Quadros. Autor desconhecido	20
Figura 49 – Localização dos casos de estudo. Planta desenhada pelo autor com base no ficheiro autocad cedido pela CMAH. Estão indicados a azul os lotes escolhidos como casos de estudo e a amarelo os edifícios analisados apenas pela sua fachada	20

Lista de abreviaturas e siglas:

BPARLSR – Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
CASCS 80 – Centro de Apoio ao Sinistrado da Crise Sísmica de 80
CMAH – Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
DGERU – Direcção-Geral do Equipamento Rural e Urbano
DGPU – Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico
DLR – Decreto Legislativo Regional
DRAC – Direcção Regional dos Assuntos Culturais
DRHUA – Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente
DSHUAH – Direcção de Serviços da Habitação, Urbanismo e Ambiente de Angra do Heroísmo
FAR – Fundo de Apoio e Reconstrução
GAR – Gabinete de Apoio e Reconstrução
GZCAH – Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
PSP – Polícia de Segurança Pública
SRAS – Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
SREAS – Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais
SREC – Secretaria Regional da Educação e Cultura
SRES – Secretaria Regional do Equipamento Social
SRHOP – Serviço Regional de Habitação e Obras Públicas
SRTOP – Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1. Introdução

1.1. Motivação

Sendo natural de Angra do Heroísmo, o cursar arquitetura em Lisboa, despertou-me o interesse em explorar um tema muito presente nos terceirenses. O conhecido “abalo” que, em 1980, atingiu a ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, destruiu o centro histórico de Angra do Heroísmo e potenciou o título de Património Mundial a esta cidade.

Pretende-se, nesta dissertação, estudar a arquitetura residencial urbana do centro histórico de Angra do Heroísmo e as alterações que possa ter sofrido após o sismo de 1 de janeiro de 1980. A delimitação a esta tipologia decidiu-se em conversa com o professor João Vieira Caldas pois, além de ser um tema fundamental da arquitetura e pouco explorado em Angra, há também na cidade uma quantidade considerável de edifícios que permite um estudo consistente com os objetivos.

Surgiram, então, questões relativas ao habitar em centro histórico, considerando as suas variantes urbano-arquitetónicas. Entre elas, o impacto que o sismo teve na forma de viver a cidade. Analisar as diferenças desta vivência, exercício fundamental no percurso de um arquiteto, permite desvelar as particularidades de cada edifício, visto que os projetos concernem não só a ocupação de lotes, mas também a intervenção em áreas já consolidadas. A geração que viveu o sismo é cada vez menor e urge guarnecer a história com os seus testemunhos.

O significativo volume de imóveis no centro histórico da cidade permite ainda hoje analisar o espaço de habitar não só para caracterizar um património cultural construído como para entender reflexos do quotidiano local.

1.2. Objetivos

Esta investigação visa analisar as transformações que o processo de reconstrução da cidade de Angra do Heroísmo introduziu na tipologia habitacional urbana, tendo em conta a obrigatória conciliação entre a necessidade psicológica de conservar a memória da cidade arruinada, a necessidade da introdução de materiais e processos construtivos que garantissem maior resistência sísmica, a necessidade da adaptação dos fogos a novos requisitos de conforto, com os reflexos da modernização tipológica e da pressão económica.

Procura-se compreender a relação entre as transformações (ou ausência destas) do pós-sismo e as que ocorrem hoje em dia no centro histórico.

Através de um estudo comparativo, intenta-se ler as diferentes intervenções nos edifícios desde as vésperas do sismo até aos dias de hoje, com foco nas alterações que possam ter ocorrido com o “abalo”, acontecimento que permitiu um novo olhar sobre o património construído. Pretende-se explorar a metodologia da reconstrução da cidade e o impacto que esta teve nos ocupantes e/ou proprietários dos imóveis, mas, principalmente, nos próprios edifícios, nas suas principais vertentes (desenho e composição da fachada, método construtivo, disposição do espaço).

Esta dissertação de mestrado procura reunir e clarificar informação sobre o património habitacional edificado de Angra e refletir sobre o impacto que o sismo de 1980 teve na sua transformação.

1.3. Método

Para começar, foi necessário trabalho de campo, seguido de revisão bibliográfica e investigação de arquivo. O estudo da bibliografia revelou-se fundamental para entender o que já estava documentado sobre o tema e, dessa forma, permitiu não só um enquadramento, como identificar o que merecia ser aprofundado, tendo em conta os objetivos da dissertação.

Percorreu-se as ruas da cidade de Angra do Heroísmo, fazendo um primeiro registo das existências. Esse primeiro reconhecimento originou, também, a delimitação da área de estudo. A recolha inicial foi sucessivamente filtrada, excluindo: edifícios de carácter público; aqueles já estudados por Paulo Gouveia; edifícios de meados do século XX (de construção anterior ao sismo e maioritariamente em estrutura de betão, presume-se que, devido à sua “recente” edificação, não tenham sido submetidos a alterações pós-sismo). A seleção de 18 casos de estudo deve-se também à disponibilidade da documentação arquivística (por vezes ausente). Uma ulterior categoria mantém outros seis casos que, à falta de informação planimétrica e da construção pré-sísmica, apresentam elevado interesse no estudo da fachada, originando uma estrutura de “18+6”.

O imprescindível trabalho de campo foi auxiliado por uma ficha de análise preparada pelo autor que, acompanhando as visitas ao local, permitiu grande síntese e facilitou a comparação entre os diferentes casos de estudo. A análise destes foi dividida em três partes, com inspiração numa invertida tríade vitruviana (*firmitas, utilitas, venustas*), que reflete o processo aqui adotado. Assim, a análise divide-se em beleza¹ (compreensão da fachada e dos seus materiais, principalmente de acabamento), construção (métodos construtivos e materiais estruturais) e função (organização espacial). Respetivamente, *venustas, firmitas, utilitas* (ver fig. 43 da p. 20 dos anexos).

Para a investigação recorreu-se a material de arquivo disponível em diversos locais. Na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) acedeu-se aos processos relativos a alguns casos de estudo que normalmente possuem plantas, cortes, alçados e memórias descritivas dos projetos, por vezes anteriores ao sismo, assim como alguns pareceres tanto do período correspondente à reconstrução pós-sismo como à fase posterior que se estende até aos dias de hoje. Na Direção Regional da Cultura (DRC), antiga Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), consultou-se o mesmo tipo de documentos (em alguns casos repetidos) o que permitiu cruzar a informação dos diferentes arquivos, consolidando a documentação relativa aos períodos atrás referidos. Na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (BPARLSR) consultou-se alguns álbuns fotográficos e parte do antigo arquivo da DRAC, no qual foi possível folhear a candidatura de Angra à UNESCO e o levantamento de 1978 das fachadas das suas ruas principais (à escala 1/200)² que, comparando com o que atualmente existe, permitiu confirmar algumas alterações. No arquivo da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP) estudaram-se as fichas de cada imóvel da cidade, elaboradas pela Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU) no pós-sismo, que se revelaram muito úteis não só pela informação escrita como pelas fotografias que, quando comparadas com o existente, permitiram tirar conclusões sobre as transformações. Foi possível consultar a ficha de todos os imóveis em estudo, mas nem sempre foi possível ter acesso aos desenhos técnicos e muitas vezes só se encontrou documentos recentes, que não permitem comparações. Tal facto tem como possíveis causas: dizerem respeito a edifícios antigos que não necessitaram de projeto e nunca foram alterados; a alterações ilegais não

¹ Quando se refere este conceito assume-se a sua relatividade e como tal associa-se à parte da casa “visível”, ou seja, a fachada.

² Este levantamento, encomendado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura ao GAEP (Gabinete de Arquitectura, Estudos e Planeamento), iniciado em novembro de 1978 e terminado em outubro de 1980, serviu como anexo à candidatura de Angra à UNESCO.

documentadas; a alterações legais que não necessitaram projeto; a perda de documentos. Alguma documentação, ausente dos arquivos, foi gentilmente cedida por proprietários e, em alguns casos, recorreu-se à reconstituição oral do que seria a casa.

A investigação foi complementada com entrevistas a pessoas que, de diferentes formas, estiveram relacionadas com o sismo de 1980 e/ou com os edifícios em estudo, nomeadamente ao museólogo (à data do sismo) e ex-diretor do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo (GZCAH), Francisco dos Reis Maduro-Dias, ao engenheiro José Henrique dos Santos Correia Guedes, que pertenceu ao Gabinete de Apoio e Reconstrução (GAR) e depois ao GZCAH, ao historiador e à data do sismo Secretário Regional da Educação e Cultura, José Guilherme Reis Leite e ao arquiteto Miguel dos Reis Pedroso de Lima, técnico da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (CMAH) após o sismo.

1.4. Estado da Arte

Seria impossível resumir aqui toda a informação existente sobre os diferentes temas abordados na dissertação. Muitos dos temas já são referidos por autores que remontam aos primeiros séculos da cidade e, por questões de tempo e espaço, optou-se por sintetizar os considerados mais importantes e/ou que tenham servido de inspiração para a compreensão do que é Angra e do que foi o “abalo de terra”. Ao longo do texto (e das próprias notas) perceber-se-á a posição de cada autor.

O centro de Angra foi bastante estudado nos últimos anos, nomeadamente a zona da retícula. Alguns trabalhos têm Angra como tema principal, como é o caso de *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*³; *Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa*⁴; *Angra do Heroísmo da origem à ensanchar quinzentista*⁵. Outros colocam Angra em estudos comparativos, como *Cidades e Casas da Macaronésia*⁶, *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*⁷, e *Açores, Cidade e Território - Quatro Vilas estruturantes*⁸, sendo este último o mais aprofundado sobre a cidade.

O sismo de 1980 está documentado: há já uma série de trabalhos que retratam na generalidade a calamidade, desde artigos a obras de grande profundidade e extensão. Os *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980*, 1.º Relatório⁹ e 2.º Relatório¹⁰ resultaram de duas visitas à ilha após o sismo e revelam aspetos técnicos. Já *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*¹¹ resultou de um artigo científico apresentado num simpósio internacional em Zurique. A *Problemática da Reconstrução*¹² resume uma semana de estudos realizada três anos após o sismo com uma série de testemunhos e enquadramento. A monografia *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de*

³ José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁴ Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Volume XLVII, 2002, pp. 15-57.

⁵ Juliana Toste do Couto – “Angra do Heroísmo da origem à ensanchar quinzentista”. *Atlântida*, Volume LI, 2006, pp. 61-87.

⁶ José Manuel Fernandes – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

⁷ Manuel C. Teixeira, Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

⁸ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

⁹ Carlos Sousa Oliveira, Eduardo Cansado Carvalho – *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980: Missão Técnica aos Açores de 7 a 12 de Janeiro de 1980 – 1.º Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

¹⁰ Artur Ravara – *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980: 2.º Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

¹¹ Carlos Sousa Oliveira, Eduardo Cansado Carvalho, Artur Ravara – *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985.

¹² AAVV – *Problemática da Reconstrução Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. 2 vols. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1985.

1980¹³ aprofunda aspetos técnicos e científicos, sendo o trabalho mais completo nesse âmbito. *Friends in Need*¹⁴ resulta de um conjunto de documentos relativos à ajuda norte-americana. No entanto, estas leituras enveredam quer pelo testemunho de alguns intervenientes, quer por uma descrição genérica dos danos e respetiva reconstrução. Normalmente, focam-se nos grandes edifícios públicos ou de destaque na cidade.

Na sua tese de doutoramento¹⁵, Paulo Gouveia refere o pouco interesse, por parte dos estudiosos que escreveram sobre Angra, por intervenções arquitetónicas recentes (século XX) e o tendencial foco desses trabalhos entre os séculos XV e XIX. O arquiteto compila estudos de edifícios do século XX, desde a sua génese à contemporaneidade. Embora interessante por permitir ler a mutação dos edifícios até ao ano 2000 numa área semelhante à deste estudo, a investigação não se foca nem na tipologia habitacional nem no período do sismo.

A habitação em Angra é sintetizada, entre outros, por José Manuel Fernandes¹⁶ e por Maduro-Dias¹⁷, embora este último proponha uma leitura diferente no sentido de não procurar um tipo de casa ou habitação padrão, mas sim o modelo mental que a originou. A *Arquitectura Popular dos Açores*¹⁸ apresenta-nos, por ilhas, a arquitetura vernácula açoriana e o *Inventário do património imóvel dos Açores - Angra do Heroísmo*¹⁹, compila alguns exemplos de habitação notáveis. Pode, contudo, afirmar-se que os estudos sobre a habitação urbana corrente têm sido pouco sistematizados e, no caso de Angra do Heroísmo, além de se notar uma maior atenção pelos edifícios de carácter público, também se verifica um menor interesse pelas intervenções do século XX e pouca análise ao que se faz em pleno século XXI. Por isso, sugere-se um estudo sobre a tipologia habitacional urbana, centrado na influência do sismo, mas que se estende até aos nossos dias. Embora genericamente se conheça algumas alterações nos fogos, principalmente no que respeita a aspetos construtivos, e a questão estética tenha sido debatida (e muitas vezes foi motivo de polémica), a relação destas duas vertentes com a distribuição funcional está pouco desenvolvida. Pretende-se estudar as três categorias, estética, construtiva e funcional aliadas às alterações que surgiram nos anos 80 do século XX, em comparação com outras épocas, nomeadamente a contemporânea.

A principal preocupação após o abalo foi satisfazer as necessidades básicas da população e, devido à enorme quantidade de edifícios afetados, não era possível fazer um estudo aprofundado de cada um destes. Como já referido, foi feito um levantamento fotográfico e das condições gerais dos imóveis, muito útil à presente dissertação. Supõe-se que os imóveis tenham sofrido alterações motivadas por questões de segurança, de conforto ou simplesmente de falta de atenção pelos aspetos menos visíveis do património. É nesse sentido que este trabalho procura investigar, não na íntegra (devido às limitações temporais), mas reunindo uma amostra significativa de edifícios de diferentes épocas e, tendo o sismo de 1980 como momento chave, perceber a sua influência na transformação da tipologia habitacional urbana do centro histórico de Angra do Heroísmo.

¹³ Carlos Sousa Oliveira, Arcindo Lucas, José Correia Guedes – *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*. 2 vols. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Governo Regional dos Açores, 1992.

¹⁴ Michael Peters – *Friends in Need. The 1980 Earthquake in Terceira Island*. Praia da Vitória: BLU edições, 2014.

¹⁵ Paulo Gouveia – *Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2009.

¹⁶ José Manuel Fernandes – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996. e José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

¹⁷ Francisco Maduro-Dias – “Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo (Uma primeira aproximação)”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol XLIII Tomo II, 1985, pp. 299-308.

¹⁸ AAVV – *Arquitectura Popular dos Açores*. 2ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

¹⁹ AAVV – *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

2. Origem e desenvolvimento de Angra do Heroísmo

2.1. Localização e primeiros assentamentos

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas de origem vulcânica, divididas em três grupos (Grupo Ocidental: Flores e Corvo; Grupo Central: Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Pico; Grupo Oriental: São Miguel e Santa Maria). Estas ilhas assentam na tripla junção das placas tectónicas americana, africana e euroasiática, posição que teve e tem influência na sua vulcanologia.

No Atlântico Norte, os ventos rodam no sentido anti-horário, ao centro no sentido horário e no Sul novamente no sentido anti-horário. “Existem, assim, três rotas possíveis para deixar a Europa: pelo Norte como os vikings, pelo centro, rumo às Caraíbas como fez Cristóvão Colombo e para Sul como fizeram os portugueses. Só uma, porém, permite regressar e essa passa pelas ilhas dos Açores”²⁰. Angra, à data da navegação à vela, foi uma cidade portuária importantíssima nas rotas de regresso de África e das Índias, como se verá com esta pequena introdução.

Embora alguns autores defendam que na Antiguidade estas ilhas já eram conhecidas, foram oficialmente descobertas pelos portugueses em 1427. O lento processo de povoamento, em sentido este-oeste (do conhecido para o desconhecido e do mais próximo para o mais distante), começou em 1439 em Santa Maria, seguida de São Miguel, depois Terceira e, a partir desta, foram povoadas as restantes do grupo central²¹. Data do mesmo ano o primeiro documento referente à ilha Terceira: uma autorização régia ao Infante D. Henrique para o povoamento das “sete ilhas dos Açores”²².

A ilha Terceira, de forma aproximadamente elíptica com horizontal de 30km e vertical de 19km, estende-se por cerca de 400km². Apesar do clima temperado, apresenta uma cobertura vegetal densa graças a humidade e pluviosidade elevadas. Contudo, a sua origem vulcânica ainda se faz notar através do relevo. Antes de desbravados os terrenos para a agricultura e criação de gado, estes teriam superfícies irregulares, cobertas de rochas e outros materiais de origem vulcânica. Essa pedra em abundância, resultante da limpeza dos solos, foi arrumada e muitas vezes deu lugar à delimitação da parcelária. “Inicialmente chamada ilha do Bom Jesus, ou de Jesus Cristo, a Terceira deve o seu nome actual à ordem que se sucedeu na descoberta ou ao facto de estar em terceiro lugar na rota de navegação do Continente para oeste”²³. Apesar da incerteza quanto à origem do nome, é certo que a Terceira, devido ao seu porto abrigado e a opções políticas de D. Manuel e D. João III, consolidou primazia no arquipélago que chegou a ser conhecido como “ilhas Terceiras”²⁴.

Desconhece-se a data exata da descoberta da Terceira, que terá sido antes de 1450. Embora o conhecimento sobre o seu povoamento seja confuso²⁵, é sabido que foi ordenado pelo Infante D. Henrique

²⁰ Francisco Maduro-Dias – *Síntese Histórica dos Açores*. Angra do Heroísmo: Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, Junho de 1999, p. 2.

²¹ José Manuel Fernandes – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

²² São mencionadas apenas sete ilhas porque as Flores e o Corvo foram descobertas mais tarde, por volta de 1452. Esta carta é referida em José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 8 e Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 43.

²³ AAVV – *Arquitectura Popular dos Açores*. 2ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007, p. 189.

Segundo José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*, o facto de ter sido a terceira a ser descoberta motivou o nome de Cristo, evocativo da “trindade cristã”.

²⁴ Informação veiculada em conversa com o Dr. José Guilherme Reis Leite a 13 de agosto de 2019 e referido em Félix José da Costa – *Angra do Heroísmo. Ilha Terceira (Açores) Seus Títulos, edifícios e Estabelecimentos Públicos*. 2ª edição. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2019.

²⁵ Para um enquadramento político-administrativo mais completo consultar Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp. 41–45.

(1º donatário das ilhas) ao flamengo Jácome de Bruges²⁶, entregando-lhe a primeira capitania dos Açores (carta de 21 março de 1450). Em 1460, morre o Infante e refaz-se a donataria em nome do seu herdeiro, o seu sobrinho Infante D. Fernando²⁷. D. Afonso V confirma a este a posse das ilhas (entre 1460 e 1470) que, por sua vez, entrega a Terceira a Álvaro Martins Homem, que começa a trabalhar na zona de Angra, nomeadamente naquela conhecida por Outeiro das Maravilhas ou das Pedras²⁸. Esta fixação dá-se por volta de 1460, assim como a de outro núcleo de colonos, liderado por Álvaro Merens²⁹, na parte onde mais tarde nasce o Corpo Santo e Porto das Pipas³⁰. “As terras recebidas por Álvaro Martins Homem situavam-se num vale profundamente cavado, fechado a Norte por colinas (mais tarde designadas sucessivamente Outeiro, Santa Luzia, Memória e Corpo Santo) e aberto a Sul sobre uma baía (Angra), abrigada dos ventos predominantes de Leste [sic] por um promontório (Monte Brasil). A Poente deste promontório, localiza-se outra baía mais pequena, baía do Fanal, que se apresentava como uma alternativa à de Angra para a ancoragem dos barcos, no caso de mudança dos ventos.”³¹ O vale, à data desocupado, era rasgado por uma ribeira (futura Ribeira dos Moinhos), que saía da colina e desaguava na baía, formando um charco (hipotética zona inundável) a meio caminho. Esta situação levou os primeiros povoadores a fixarem-se na colina do Outeiro³².

“Os sítios escolhidos para a implantação inicial destes núcleos urbanos apresentam características idênticas em muitos casos: amplas baías abrigadas viradas a sul, com ótimas condições de porto natural, sendo estas baías protegidas nos extremos por morros, promontórios ou ilhas que asseguravam a fácil defesa da entrada do porto e da cidade.”³³ Tal facto esclarece a localização da cidade de Angra do Heroísmo na costa sul da Ilha Terceira. A Baía de Angra, que lhe deu nome, teve um papel preponderante na navegação atlântica (“rotas da Índia e da América”), acentuado entre meados do século XV e século XVIII.

A ocupação inicial de Angra, até 1474, adaptou-se organicamente à topografia e ao principal curso de água, iniciando-se o ordenamento urbanístico depois dessa data, quando, como refere Paulo Gouveia, Martins Homem terá promovido o povoamento através de obras como o desvio da ribeira³⁴ e a drenagem do pântano no mesmo vale. A ribeira, encanada em pedra aparelhada, foi a “espinha dorsal” da indústria da cidade³⁵.

²⁶ Segundo José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, embora persistam algumas dúvidas sobre a doação da ilha a Jácome de Bruges e a sua ação no território, sabe-se que este “flamengo”, vivia no Porto e, quando recebeu a doação, recrutou pessoas do norte do país e da Flandres e embarcou para a ilha desabitada, voltando ao Continente mais tarde para buscar mais gente.

²⁷ Para detalhes sobre a criação da donataria e a passagem a Capitania Geral, instalada em Angra no século XVIII, consultar Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp 42–43.

²⁸ Cf. José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008 e José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp. 11–26, para mais detalhes.

²⁹ Álvaro Martins Homem diferenciava-se de Merens pois vinha mandado pelo Infante D. Fernando (2.º donatário das ilhas) e tinha “autoridade para tomar medidas estruturantes no domínio público” enquanto que Merens apesar de destacado, era um simples povoador.

³⁰ Para mais detalhe ver José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp. 11–26.

³¹ Paulo Gouveia – *Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2009, p. 21.

³² *Idem* p. 22.

³³ Manuel C. Teixeira, Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 48.

³⁴ “Esta ribeira foi mandada encanar por Álvaro Martins Homem, donatário d’Angra, visto que a sua primitiva direcção, além de embaraçar as edificações da cidade que se pretendia fazer, não podia ser aproveitada para a moagem de cereaes, como hoje está sendo” (Frutuoso, 2005: 265), in Isabel Coelho Silva – *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo - Memória Histórica e Gestão Patrimonial*. Angra do Heroísmo: Novagráfica, 2012, p. 30.

³⁵ Esta Ribeira, com origem na Serra do Morião, através da construção da levada, fez funcionar moinhos, alcaçarias, pisões de pastel, etc.

D. Fernando morre em 1470 e a administração da ilha passa à viúva D. Beatriz até 1483, enquanto os seus filhos, herdeiros da donataria, não atingem a maioridade. Com Jácome de Bruges desaparecido, em fevereiro de 1474, D. Beatriz divide a ilha em duas capitánias, Angra e Praia, entregues, respetivamente, a João Vaz Corte Real e Álvaro Martins Homem.

D. Diogo, filho mais velho de D. Fernando e D. Beatriz, quarto donatário das ilhas, foi morto por D. João II em 1484. Foi refeita a donataria, desta vez no nome do filho mais novo, o futuro D. Manuel I. “Com a subida ao trono de D. Manuel, 5.º donatário das ilhas, inicia-se a última etapa da definição do território. A donataria é extinta e integrada nos bens da Coroa, mantendo-se, contudo, o sistema de capitánias às quais se vai sobrepor um total de dez novas vilas fundadas por D. Manuel I e por D. João III. Mantiveram-se as capitánias como unidades da divisão administrativa e territorial até 1766, quando o Marquês de Pombal transforma os Açores numa Capitania Geral.”³⁶.

2.2. A origem da Malha Reticulada e o seu loteamento

José Manuel Fernandes, em *Cidades e casas da Macaronésia*, tipifica as estruturas urbanas insulares, segundo complexidade da malha, nos modelos linear, irradiante e reticular³⁷. A zona central de Angra corresponde a este último, em seguida desenvolvido. O autor apresenta-nos quatro fases significativas do crescimento urbano de Angra³⁸. A fase inicial (explicada anteriormente) entre 1460 e 1474 — possivelmente a cargo de Martins Homem — centrou-se na defesa e abastecimento e deu-se em torno do Castelo de São Luís, na colina do Outeiro. De seguida, surge a segunda fase em que se desce a encosta, urbanizando-a em torno da Ribeira dos Moinhos até à área “baixa” — talvez já a cargo de Corte Real. Este eixo passava pelo Convento de São Francisco, Rua da Garoupinha e, mais abaixo, na Rua de Santo Espírito, aproximando o povoado ao espaço em que nasceria a urbe na sua vertente cívica, comercial e marítima. A terceira fase já corresponde ao nascimento da retícula e lançamento desta para poente, desde a Praça Velha ao Largo da Sé. A quarta fase seria uma expansão na envolvente do centro. Em relação às duas últimas fases, Antonieta Reis Leite apresenta-nos uma leitura mais aprofundada e documentada que servirá de guia³⁹.

Os primeiros documentos conhecidos sobre a história de Angra são as cartas de entrega dos territórios (pela Infanta D. Beatriz) em 1474. Percebe-se que, entre data indeterminada e esse ano, Álvaro Martins Homem ocupava a zona de Angra, onde estabelecera assentamento e, a partir dessa data, passa a capitão da Praia. Inicia-se também o plano da malha fundacional, implantada na margem direita da Ribeira dos Moinhos, ao lado do que seria a povoação mais antiga.

Antonieta Reis Leite, em 2002, refere que a “rectícula angrense” foi iniciada pela Rua de São João e Rua Direita e que, a partir desta zona, nota-se um crescimento mais regular da malha. Divide o plano em duas fases: as ruas até à Rua Carreira dos Cavalos, correspondentes à primeira fase (medem, em média, 27 palmos de largura), e até São Gonçalo correspondentes à segunda fase (medem 22 palmos de largura)⁴⁰. Passados 12 anos, com um estudo mais profundo, apresenta-nos outra leitura: “A cronologia dos factos urbanos

³⁶ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp. 44–45.

³⁷ Para aprofundar este assunto consultar José Manuel Fernandes – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996, pp. 137–141.

³⁸ Apesar de se entender em várias obras do autor estas fases, optou-se por sintetizar as presentes nas páginas 30 e 31 de José Manuel Fernandes – *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

³⁹ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

⁴⁰ Ver Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002, p. 25.

conhecidos, bem como a lógica fundacional portuguesa instituída, sugerem que os quatro quarteirões limitados entre a Rocha e a Rua da Sé, respetivamente a sul e a norte, e pela Rua de São João e Rua do Salinas nos limites nascente e poente, correspondam aos quarteirões originais do núcleo fundacional. Quarteirões estruturados internamente pela Rua da Palha (no sentido norte-sul) e pela Rua da Rosa, no sentido inverso [sic]⁴¹. O posterior desenvolvimento deu-se para nascente e poente desta base fundacional. Tudo indica que a retícula se tenha ordenado (desenhado) com semelhanças em relação ao que hoje é visível, mas a sua ocupação terá sido progressiva. Esta base manteve-se constante, apesar de divisões e repartições da terra, no decurso dos séculos. Verifica-se alguma regra para a construção dos lotes, como os comuns 30 palmos de frente, não só em Angra como, por exemplo, no loteamento do Bairro Alto⁴². É curioso ainda se verificar alguns casos com essa divisão — quadrado de 30 por 30 palmos de base — apesar de, segundo Antonieta Reis Leite, a organização ser diferente nas duas fases. No que seria a primeira fase, entre a Rua Direita e a Carreira dos Cavalos (ver fig. 44 da p. 20 dos anexos), “a área construída do lote ocupa um rectângulo que é um duplo quadrado de 30 por 60 palmos, enquanto o logradouro tem a profundidade da diagonal rebatida de um quadrado de 30 por 30 palmos”⁴³; no que seria a segunda fase, onde a largura das ruas e travessas diminui e a ocupação é menos intensa, talvez por já não ser a zona “central” da cidade, “os lotes são ocupados em área construída pela diagonal rebatida de um rectângulo resultante do rebatimento da diagonal de um quadrado de 30 por 30 palmos, enquanto o logradouro corresponde ao duplo quadrado de 30 por 60 palmos, já utilizado no Bairro Alto”⁴⁴.

Segundo a leitura de Fernandes, o eixo Rua da Sé/Rua do Galo é primordial e a Rua de Lisboa (hoje Rua Direita), é mais tardia e cruza com esse⁴⁵. Do cruzamento dos dois, nasce a retícula. Manuel Teixeira e Margarida Valla admitem que a Rua da Sé e a Rua Direita são equivalentes em importância, que a Rua da Sé é incorporada no plano e seria uma das suas ruas fundamentais⁴⁶. A interpretação dos autores conclui que, ao passo que em algumas cidades insulares se observa a seguir à implantação, uma fase de desenvolvimento baseada em modelos “inspirados nas cidades medievais planeadas do continente”⁴⁷, em Angra tal não acontece.

Juliana Couto propõe outra leitura, sugerindo que a malha se estrutura a partir de uma grelha (uniformizadora), com um eixo na Rua da Rosa e não na Rua da Sé⁴⁸. A arquiteta vai ao encontro da tese defendida por Antonieta Reis Leite em 2002, no sentido em que o desenho dos quarteirões das ruas Direita e de São João, assim como o das respetivas vias de atravessamento, difere da restante malha regular. Estas seriam uma primeira fase, e uma segunda fase seria a malha até ao convento de São Gonçalo e posterior ocupação dos quarteirões. Antonieta Reis Leite defende que a retícula resulta de um momento de síntese e

⁴¹ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 83.

⁴² Antonieta Reis LEITE – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002, pp. 15–57.

⁴³ *Idem*, pp. 26–27.

⁴⁴ *Idem*, p. 27.

⁴⁵ José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁴⁶ Ver Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 49. e p. 89.

⁴⁷ *Idem*, p. 89.

⁴⁸ Juliana Toste do Couto – “Angra do Heroísmo da origem à ensanchar quincentista”. *Atlântida*, Vol LI. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2006, pp. 61–87.

não de uma rutura com a tradição medieval⁴⁹, se seguida a cronologia dos factos⁵⁰. A autora alvitra que a atual Rua da Rosa possa coincidir com uma via preexistente e que esta e a sua perpendicular Rua da Palha sejam os eixos estruturantes do núcleo original da malha. Acrescenta que a Rua da Rosa (nascente/poente) pode ter coincido com a via paralela à costa, que normalmente ordena o território nestas ilhas, e que a Rua da Sé terá herdado essa função, fazendo de “cordão quase circular”, equidistante do litoral, característico do povoamento das ilhas macaronésias⁵¹. A malha e os núcleos periféricos posicionam-se na continuidade das ruas “directas” ou “direitas”, como se pode ver no exemplo da Rua de São Pedro (antigamente Rua direita de Santa Catarina) ou da Rua da Sé, que são coincidentes com esse anel, que contorna a ilha e ordena o território⁵².

A Rua de Santo Espírito foi, primitivamente, uma das mais importantes ruas da urbe e a primeira a assumir o papel de “rua direita”, unindo o castelo ao porto. Até à abertura da Rua Direita, o acesso à casa do Capitão do Donatário era feito por ali⁵³. Nos primórdios do plano, a zona da atual Rua Direita seria um vazio e resultou da “estratégia fundacional tradicional”, que optou por se afastar do leito de cheia da ribeira e acomodar-se a meia encosta⁵⁴. Segundo Antonieta Reis Leite, esta rua, principal de Angra, insere-se no contexto das “ruas novas”, programadas e executadas para funcionar como ruas principais⁵⁵. A área definida pela retícula, consolidada já nos finais do século XVI, é verificável na contemporânea gravura de Linschoten, uma planta perspectivada de geometria imprecisa mas com detalhes que nos esclarecem o que seria Angra à data (ver fig. 1 da p. 10).

Além de donatário da ilha da Madeira, D. Manuel, como foi referido, era igualmente donatário da Terceira (por carta de D. João II de 1489) e, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo, teria jurisdição sobre os territórios insulares⁵⁶. Nota-se, a partir de meados do século XV, uma nova atitude relativa ao espaço urbano. D. Afonso V mostra esse empenho em ações, como por exemplo, determinar que as casas da Rua Nova em Lisboa fossem erigidas sobre arcos de cantaria, com paredes de pedra sem frontais de tabuado⁵⁷. D. Manuel I atualiza as Ordenações Afonsinas de forma mais eficiente, com disposições sobre abastecimento público, limpeza e saúde, obras públicas, segurança, bens do concelho e inclusive sobre as construções⁵⁸. É curioso verificar que, na cidade medieval, as igrejas não estavam isoladas, mas ficavam nas periferias das praças, libertando os centros. D. Manuel prescreve o afastamento da igreja das casas vizinhas, o que era uma ideia inovadora,

⁴⁹ A ideia de rutura é defendida por alguns autores, como Manuel C. Teixeira (coord.) – *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, mas Antonieta Reis Leite tem uma visão diferente: A nova forma de desenhar o espaço urbano baseia-se na “regulamentação da tradição”, ou seja, na “maneira de fazer” e não na teorização de modelos rígidos. As medidas vão sendo assim assimiladas e aplicadas num processo contínuo. Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”, p. 48: “Assim o ‘plano’ de Angra não corresponde a um momento de excepção (de invenção) da história do urbanismo português, isto é, de ruptura com a ‘tradição medieval’ de fazer cidade, mas antes a um momento de continuidade com essa tradição, estabelecendo-se, no entanto, como um momento de pausa e de síntese”.

⁵⁰ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

⁵¹ Assim como na Terceira, acontece no Pico, Faial, Fogo (em Cabo Verde) ou La Palma e Tenerife (nas Canárias). José Manuel Fernandes – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

⁵² Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

⁵³ Esta ligava-se a um percurso visível na carta de Linschoten, apesar de hoje extinto, que saía da referida rua, passava por trás da antiga Câmara Municipal e seguia pela, entretanto fechada, Travessa da Saúde. *Idem*.

⁵⁴ *Idem*, p. 103.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

⁵⁷ Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

⁵⁸ Cf. Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 83.

assim como a existência de uma rua que ia dar ao meio da praça, ideias aplicadas em Angra⁵⁹. Esta reforma do espaço urbano é notável a partir dos reinados de D. Manuel I e D. João III, introduzindo em Portugal novos ideais renascentistas (tratadística italiana, avanços na matemática e na engenharia militar) que atuam sobre as cidades existentes e, nas ilhas, onde se fundam novas cidades, a sua influência é determinante⁶⁰.

Podem-se estabelecer referências com experiências ou núcleos urbanísticos anteriores, como Tomar ou a expansão do Funchal, mas também se notam semelhanças com casos posteriores, como se pode ver pela análise do Bairro Alto, não só no desenho geral da malha, como nas dimensões de quarteirões e dos lotes (apesar de este bairro não possuir praças no interior da malha, nem resultar da intenção de reestruturar a cidade). Essa influência não fica só por Portugal, "...é com o plano de Angra que verdadeiramente se inicia a inovação e a experimentação urbanística que se irá desenvolver ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII no Brasil e no Oriente..."⁶¹.

Nos dias de hoje é possível percorrer as ruas da referida malha sensivelmente ortogonal pois, com exceção da abertura da chamada Praça Velha (1611), o tecido urbano da zona central encontra-se, de um modo geral, estabilizado desde finais do século XVI⁶².



Figura 1 – A Cidade de Angra na Ilha de Jesus Cristo da Terceira, que está em 39 Graus. Gravura de 1595 sobre desenho de Jan Huyaghen van Linschoten de 1589. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT-TT-CRT-196.

Esse conjunto de ruas, inovador para a época, com grande regularidade e correspondente (sensivelmente) à área de estudo, define a “malha” (ver fig. 44 da p. 20 dos anexos). É composto pela Rua da Sé como limite norte, que liga São Bento a São Pedro no sentido este-oeste, conectando a Rua de São Pedro à Rua do Galo e, vencendo as diferenças altimétricas, liga a Praça Velha ao Alto das Covas. A meio caminho

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002.

⁶¹ Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 90, (também referenciado em Manuel C. Teixeira (coord.) – *A Praça na Cidade Portuguesa*).

⁶² Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

encontra-se a Sé, que ocupa (ao centro) a área de um quarteirão vazado. Viradas em direção ao mar e a interseção a Rua da Sé “quase” na perpendicular, apresentam-se, de nascente para poente: a Rua Direita; a Rua de São João; a Rua da Palha; a Rua do Salinas; a Rua Carreira dos Cavalos (estas duas últimas a ladear a Sé); a Rua de Jesus; a Rua dos Canos Verdes; a Rua Recreio dos Artistas. Por fim, a limitar o lado oeste, a Rua Gonçalo Velho Cabral que continua para a Rua da Boa Nova. Analisando a direção este-oeste, a Rua do Barcelos liga a Rua Recreio dos Artistas à Rua Carreira dos Cavalos, lateral à Sé, antiga frente da Matriz de São Salvador. Já a Rua da Rosa liga o cruzamento da Rua Gonçalo Velho Cabral com a Rua da Boa Nova à Rua de São João, cruzando perpendicularmente as ruas entre estes dois pontos. A travessa de São João liga a Rua de São João à Rua Direita, assim como a Rua dos Minhas Terras. A travessa de Santo Espírito liga a rua com esse nome à Rua Direita. A Rua da Oliveira conecta a Rua Recreio dos Artistas à Rua da Rocha (que contorna o limite sul da malha) e a Travessa dos Carvalhais liga a Rua Recreio dos Artistas à Rua de Jesus. Estas travessas e ruas secundárias, assim como a Rua da Sé, vencem os desníveis e as ruas principais, no sentido norte-sul, mantêm aproximadamente a mesma cota ao longo de toda a sua extensão. O limite sul da malha é definido pelo mar.

2.3. Transformações no centro histórico

Embora ao longo da História a traça urbana de Angra tenha sofrido poucas alterações, o seu edificado “foi sendo sucessivamente adaptado, acrescentado, renovado e reconstruído conforme as necessidades, as modas, os gostos e até as urgências”⁶³. Uma das primeiras transformações verificou-se na evolução dos sistemas defensivos. As primeiras fortificações surgem ainda no século XV, como o Forte de S. Luís⁶⁴ na parte alta da cidade, junto ao Outeiro⁶⁵. Mais tarde, aparecem as fortalezas de S. Sebastião (iniciada em 1574) e depois a de S. Filipe (projetada a partir de 1593⁶⁶), construída no tempo de ocupação filipina. O fogo cruzado do “Castelinho” (fortaleza de São Sebastião) e dos primeiros fortins no Monte Brasil tornavam a baía segura até ao reforço deste sistema defensivo com a construção, na ponta do referido monte, do Forte de Santo António, devido à crise de sucessão (1580) e a resistência à ocupação espanhola. Depois da ocupação, dá-se a construção da Fortaleza de São Filipe no Monte Brasil e de toda a sua muralha, completando a rede defensiva da cidade e tornando-a “num dos maiores e mais notáveis complexos militares europeus”⁶⁷. Dadas as características da sua baía, durante os séculos XVI e XVII dá-se em Angra um grande desenvolvimento. Esta baía, abrigada pelo Monte Brasil, permite um porto de vantagens únicas no arquipélago, procurado nas viagens de regresso das naus da Índia e América. Desta forma, Angra do Heroísmo transforma-se num entreposto comercial importante que atrai italianos, franceses, ingleses, espanhóis e, mais tarde, holandeses⁶⁸.

⁶³ José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 20.

⁶⁴ Concluído em 1495, também designado por Castelo dos Moinhos, dada a sua proximidade ao curso de água em que estes estariam instalados.

⁶⁵ O tempo foi destruindo o castelo, mas apesar de pouco fortificado ainda serviu na época da Restauração. Nesta zona atualmente existe o monumento da Memória, erigido como homenagem à presença de D. Pedro IV na ilha de onde partiu para o Mindelo, em 1834. Em março de 1845 é lançada a primeira pedra. Para mais detalhe consultar Félix José da Costa – *op.cit.*, pp. 204–207.

⁶⁶ Ver Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 76.

⁶⁷ José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 22.

⁶⁸ Luís Durão – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao Património Mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2, 1985, pp. 39–48.

Quando Angra é elevada a cidade, além da câmara e da primeira paróquia, já existia o hospital do Santo Espírito, a alfândega (criada por D. Manuel), a Misericórdia (anterior à que hoje existe, cuja construção foi iniciada no século XVIII) e o Castelo dos Moinhos⁶⁹. Os espaços de culto também foram alvo dessas mutações da urbe. “A igreja paroquial⁷⁰ chegou a servir de catedral, logo que houve a criação do bispado, mas como se tornava necessária uma igreja mais ampla foi (...) expedido o alvará de 10 de janeiro de 1568, mandando edificar a Sé, com a mesma invocação, sendo mestre das obras o arquiteto Luís Gonçalves, expressamente mandado pelo governo para este fim⁷¹. Foi lançada a primeira pedra a 18 de novembro de 1570.

O “vazio” ou espaço não edificado sofreu poucas alterações no decurso dos anos, mas implicou, quase sempre, modificações do “cheio”. A zona da atual Praça da Restauração (Praça Velha) apenas ganhou uma nova configuração (de praça) em 1611 com o recuo do edifício camarário, até à data alinhado com a frente da Rua Direita⁷². “Aliás, estas modificações tornaram obsoleto o velho caminho que ligava, por trás da câmara, a Rua de Santo Espírito à casa do capitão, transformando a Rua do Monturo num beco⁷³. Logo após a obra da Câmara, no início do século XVII, abriu-se uma rua, a Ladeira de São Francisco (inicialmente Rua Nova ou dos Frades) para ligar comodamente o convento à praça. Foi nessa altura que se deu início ao calcetamento das ruas da cidade⁷⁴.

Para reparar os efeitos das vagas de mar que invadiram Angra, fruto do terramoto de 1755, os primeiros Capitães-Generais empreenderam algumas modificações na imagem da cidade, como é o caso do velho cais, que passou a convergir para uma escadaria dupla rematada por dois arcos e ao centro teria um chafariz. Esta área central já se encontrava preenchida e consolidada com monumentos importantes, como a Catedral, a Câmara na Praça Velha (além da referida alteração, foi reedificada no século XIX), o Colégio Jesuíta e a Misericórdia, no Largo da Alfândega⁷⁵.

Após finais do século XVI, ao mesmo tempo que se dá uma “cristalização” da zona urbana de Angra, em compensação, os seus “arrabaldes” ganham uma ocupação mais efetiva e assim chega Angra ao século XIX, mantendo a base da malha estável, inclusive com demolições, construções e reconstruções de alguns equipamentos⁷⁶. Só a partir dos anos 30/40 do século XX se assiste a um novo crescimento, em que a cidade passa a ocupar duas zonas até lá rurais: a zona a oeste, com a construção da Avenida Tenente-Coronel José Agostinho e a nascente, entre São Bento e a Conceição, com a estruturação de um bairro novo (Av. Infante Dom Henrique e Rua Álvaro Martins Homem como base)⁷⁷. As primeiras alterações de novecentos na área consolidada de Angra, no mesmo período, foram a “criação” do Largo Prior do Crato (1941), com a demolição

⁶⁹ José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, pp. 11–26.

⁷⁰ Félix José da Costa refere-se à Matriz de São Salvador, erigida em 1486 (cf. Manuel C. Teixeira (coord.) – *A Praça na Cidade Portuguesa*, p. 77 ou Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*, p. 89).

⁷¹ Félix José da Costa – *op.cit.*, p. 160.

⁷² Segundo Paulo Gouveia – *op.cit.*, o edifício camarário foi substituído por um novo em 1611 por ter sido muito arruinado pelo sismo de 1608.

⁷³ Antonieta Reis Leite – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 116.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ José Manuel Fernandes – *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁷⁶ Um exemplo de intervenção pontual, no século XIX, foi o Mercado do Peixe, edificado perto da Prainha. “Em consonância com os planos liberais de melhoramento das cidades na segunda metade de oitocentos, a venda ambulante de bens agroalimentares foi limitada a mercados especializados. No edifício do antigo Mercado do Peixe funciona, atualmente, o Centro de Ciência de Angra do Heroísmo”. Félix José da Costa – *op.cit.*, p. 201. Nota da reedição. A 1ª edição remonta a 1867.

⁷⁷ Cf. José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 36–44.

do Pátio dos Estudos da Companhia de Jesus e a “urbanização” do Alto das Covas. Nos anos 40, apesar de relativamente ao traçado das ruas não se observarem grandes alterações, não se pode dizer o mesmo dos quarteirões, pois os seus logradouros já se encontravam reduzidos, devido a ampliações e anexos construídos nas traseiras das habitações⁷⁸. Em 1946, com o Ante-Plano de Urbanização da Cidade, previa-se a demolição de alguns quarteirões (porque as construções excediam a densidade permitida, obstruíam a insolação e a fácil ventilação ou “deslocamento do ar”) de forma a melhorar a salubridade de Angra e nesses terrenos construir edifícios públicos⁷⁹. Embora não tenha sido implementado na íntegra, algumas soluções acabaram por se realizar, como por exemplo a abertura da Praça Dr. Sousa Júnior, demolindo a Cadeia Velha, que em tempos foi o Convento de São Sebastião.

Como é possível verificar, ao longo da história, Angra foi sofrendo transformações, muitas delas com o intuito de alterar a funcionalidade dos imóveis, outras motivadas por catástrofes, ou ambas. É o caso da antiga praça de touros de São João, atualmente Centro Cultural e de Congressos ou a Igreja de Santa Luzia. Esta foi destruída pelo sismo e deu lugar à nova igreja que vemos hoje. Mais à frente debruçar-nos-emos sobre estas mutações causadas pelo sismo de 1980.

2.4. Tipos de casas na cidade

Em Angra, e no restante arquipélago, a datação das habitações é algo difícil devido ao possível atraso na “importação” de modelos e ao cruzamento de influências diversas. Até finais do século XVI encontram-se na cidade apenas vestígios integrados em edifícios posteriores, sobretudo em zonas mais antigas. A maioria das casas dos principais arruamentos datam dos séculos XVIII e XIX⁸⁰.

São notáveis em Angra os alçados com janelas de peito ou de sacada, de verga reta ou curva e verticalmente alinhados, cuja largura ultrapassa a dos estreitos nembos. Terão tido influência de cidades do Norte (Porto, Lamego), mais combinação de vários tipos que cópia direta, que iria mais tarde caracterizar também Ouro Preto e Recife no Brasil⁸¹. Podemos identificar, no centro de Angra, diferentes composições de alçados associados a diferentes tipos de casas. Alguns autores sintetizaram estes tipos que serão apresentados em seguida.

José Manuel Fernandes refere que as “casas térreas”⁸² são o tipo de casa mais elementar e aparece sobretudo nas periferias ainda dentro da “malha” — por exemplo, na rua dos Canos Verdes — embora recentemente tenham ocorrido muitas modificações. Possivelmente, nestas ruas, todas as casas seriam elementares, com dois (porta-janela) ou três vãos (janela-porta-janela) à largura e de um só piso. Outro tipo seria a “casa com dois pisos”⁸³ que se pode agrupar em dois subtipos: a casa mais “atarracada”, com predominância de cheios sobre vazios e com uma proporção mais larga que alta; e o da casa “esguia”, com menor área de nembos, logo mais alta que larga. Segundo Fernandes, embora seja provável que o primeiro tipo seja anterior ao segundo, a distinção que se deve fazer talvez não seja cronológica, mas em relação ao programa social, com a casa “larga” a servir as pessoas mais ligadas ao mundo “agro-rural” e a casa “esguia” associada ao modelo de “casa burguesa”, típica dos séculos XVIII a XIX nas cidades de influência portuguesa

⁷⁸ Cf. Paulo Gouveia – *op.cit.*, pp. 225–226.

⁷⁹ *Idem*, pp. 226–232.

⁸⁰ Cf. José Guilherme Reis Leite – “Inventário do Património Imóvel de Angra do Heroísmo”. *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 26.

⁸¹ Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002.

⁸² Cf. José Manuel Fernandes – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp. 91–92.

⁸³ *Idem*, pp. 92–100.

(comerciais e/ou portuárias). Estes dois tipos “têm uma distribuição interna idêntica: lojas no piso térreo (até encontrar a rocha), ‘área social’ no segundo piso (‘andar nobre’, com sala, e/ou quarto principal, e cozinha, esta normalmente já assente no terreno, pois aproveita quase sempre o declive) e, se houver um terceiro piso, quartos secundários (e até mesmo sótão, num quarto nível)”⁸⁴. O autor refere que esta divisão é esquemática, havendo casos de mistura nas proporções e formas e até os casos de ampliações que desfiguram o modelo.

A divisão interna dos quarteirões, como já se referiu, seguia a medida dos 30 palmos (aproximadamente 6,6 metros) de largura, mas deparamo-nos com diferentes formas de ocupação como o uso de vários lotes para um edifício, ou a sua subdivisão⁸⁵. Este loteamento regular talvez esteja relacionado com questões construtivas, pois os 25 ou 30 palmos de frente correspondem à “dimensão do vão máximo que uma viga de madeira pode vencer sem apoios intermédios, apoiando-se unicamente nas duas paredes mestras construídas nos limites do lote”⁸⁶. Essa largura do lote permite uma composição de fachada muito frequente no centro de Angra e na sua periferia. Muitos edifícios possuem três vãos à largura e três pisos (em alguns casos, o terceiro piso, possivelmente, resultou de uma intervenção no século XVIII ou XIX). Este tipo de fachada pode associar-se à casa “esguia” ou ao “módulo 2”⁸⁷. Habitualmente possui três vãos de porta no r/c (um deles permite o acesso à escada e os restantes às lojas), alinhados com três janelas de sacada no 1.º andar e três janelas de peito no 2.º andar. Há algumas variações, como a introdução de montras no r/c, janelas de varandim no último andar ou sacada individual ao centro, ladeada por janelas de peito, apesar de, tendencialmente, o 1.º andar ser marcado por uma varanda a ocupar toda a frente de lote. Há casos em que este tem uma largura inferior ou superior e o número de vãos à largura diminui ou aumenta, respetivamente, mas mantendo o tipo de vãos em cada piso.

A forma de ocupação modificou-se com o decorrer dos séculos, desde os primeiros assentamentos, com casas baixas com quintais, até às ocupações dos séculos XVIII e XIX, reduzindo área descoberta e alongando-se em altura. Em Angra, a propriedade era vista como “vertical” e, só após meados do século XX, passa a ser vista como “horizontal”⁸⁸. Essa metamorfose foi alvo de uma calamidade telúrica, que será desenvolvida em seguida.

⁸⁴ *Idem*, p. 94.

⁸⁵ Cf. Antonieta Reis Leite – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002, p. 29.

⁸⁶ Manuel C. Teixeira; Margarida Valla – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 297.

⁸⁷ Cf. Francisco Maduro-Dias – “Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo (Uma primeira aproximação)”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol XLIII Tomo II, 1985, pp. 299–308. O autor não procura “tipos de casas” ou a “habitação padrão”, mas sim os “modelos mentais” que as originaram, optando por designá-los de “módulos”.

⁸⁸ *Idem*, pp. 300–302.

3. O Sismo de 1980

3.1. Caracterização e primeiras horas do sismo

Os Açores são um território de uma intensa atividade sísmica e vulcânica. Seleccionando só os sismos mais importantes da Terceira, aconteceram em: 1547, na parte norte da ilha, com vários mortos; 1614 que abalou a Praia da Vitória, Cabo da Praia e Fontinhas, com cerca de 200 mortos; 1800 que destruiu a maior parte da Vila Nova e Vila de São Sebastião; 1801 que atingiu novamente a Vila de São Sebastião; 1841, que deixou a Praia da Vitória e as Fontinhas quase totalmente destruídas⁸⁹.

A 1 de janeiro de 1980, às 15 horas e 42 minutos, dá-se um sismo com uma duração de 20 a 30 segundos que causou danos profundos nas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa⁹⁰. Além da destruição dos parques habitacional e monumental, mais de 70 pessoas faleceram⁹¹ e mais de 20 000 ficaram desalojadas⁹². O epicentro foi à latitude 38°.75N e longitude 27°.75W (entre as três ilhas)⁹³, sensivelmente a 70 milhas a noroeste da Terceira. Atingiu a magnitude 7.0 na escala de Richter e intensidades de 8.0 – 8.5 na escala de Mercalli Modificada foram observadas em várias zonas das ilhas Terceira e São Jorge⁹⁴. A atividade sísmica que se manifesta no arquipélago pode ser de origem vulcânica (associada à formação da nova crosta) ou tectónica (associada aos ajustamentos nas falhas transformantes). O sismo de 1980 foi de origem tectónica⁹⁵.

A ilha Terceira foi a mais afetada e, nesta, a freguesia das Doze Ribeiras, talvez por ser a mais próxima do epicentro. Contaram-se cerca de 15 900 desalojados só no Concelho de Angra do Heroísmo⁹⁶. O “abalo” não só afetou o património edificado, como toda a estrutura urbana de Angra⁹⁷. Os escombros dos edifícios obstruíram a rede viária, impossibilitando em muitas zonas o funcionamento dos transportes e as redes de energia elétrica, águas e saneamento doméstico foram afetadas⁹⁸. Enquanto se lidava com o património, procurava-se, simultaneamente, responder às urgências das populações. As prioridades, como referiu na altura o Presidente da Câmara Rui Mesquita, que tomara posse no dia anterior, eram água, eletricidade e a Rádio Clube a funcionar⁹⁹.

Os Governos Central e Regional, logo após o sismo, perceberam a tarefa imensa que tinham em mãos. Recorrendo aos meios humanos dos seus serviços, vão chegando a Angra arquitetos, engenheiros, desenhadores, topógrafos e fiscais, tendo em vista a salvaguarda do património arquitetónico. Seleccionou-se

⁸⁹ AAVV – “A Sismicidade Histórica dos Açores e o Sismo de 1 de Janeiro de 1980”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 127–134.

⁹⁰ Carlos Sousa Oliveira – “Quantificação do Movimento Sísmico aquando do Sismo de 1 de Janeiro de 1980”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 83–125.

⁹¹ O número de mortes varia consoante as fontes e por estimativa, julga-se estar acima dos 70.

⁹² R. S. de Oliveira Leão – “Recuperação urbana da cidade de Angra do Heroísmo após o sismo de 1 de Janeiro de 1980”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 55–71.

⁹³ Segundo o International Seismological Centre (ISC).

⁹⁴ Carlos Sousa Oliveira; Eduardo Cansado Carvalho; Artur Ravara – *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985.

⁹⁵ Carlos Sousa Oliveira; Eduardo Cansado Carvalho – *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980: Missão Técnica aos Açores de 7 a 12 de Janeiro de 1980 – 1.º Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

⁹⁶ Segundo dados do GAR. Cf. Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Análise de alguns dados apresentados nos relatórios do GAR e de dados da SRHOP sobre a Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 633–666.

⁹⁷ A ilha perdeu no total 4722 casas e nas Doze Ribeiras 334 lares ficaram inabitáveis, ou seja, 99% da freguesia. Michael Peters – *Friends in Need, The 1980 Earthquake in Terceira Island*. Praia da Vitória: BLU edições, 2014.

⁹⁸ Cf. José Francisco Carvalho – “Comportamento e reparação das redes de distribuição de água e colectoras de águas residuais domésticas”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 519–521.

⁹⁹ Assunção Melo – *Angra do Heroísmo Património Mundial – o Processo*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015.

terrenos que pudessem ser ocupados por “acampamentos ordenados de sinistrados”, alguns transformados (paulatinamente) em novas urbanizações¹⁰⁰.

À data do sismo não existia, nos Açores, um Serviço Regional de Protecção Civil¹⁰¹. Não havia essa entidade que de imediato (e com um plano previamente definido) comandasse as operações e coordenasse as ações necessárias. Por isso, os responsáveis dos setores Civil, Militar e Eclesiástico reuniram na noite do “abalo” (e durante mais uns dias) no edifício da PSP de Angra, que se tornou o Comando Geral das operações¹⁰².

Uma das primeiras medidas após o sismo, além das ações tomadas pela Direcção das Obras Públicas, foi a realização de inquéritos, por parte da Direcção de Habitação de Angra, para avaliar a situação do parque habitacional da cidade. As equipas eram constituídas por voluntários chefiados por elementos mais experientes, que aconselhavam os residentes e, entre outras medidas, competia-lhes interromper os quadros elétricos e contadores de água¹⁰³. Foi elaborada uma ficha inquérito que, entre outros, avaliava o estado da casa (bom, razoável, mau, ruína) e registava o número de ocupantes, o número de pisos, a superfície coberta, a sua utilização, o seu valor arquitetónico. Esses resultados, no fim do dia, eram apontados (com uma escala cromática pré-definida) numa planta à escala 1:2000. As equipas começaram o levantamento a 3 de janeiro e passados sensivelmente 18 dias já havia um conhecimento bastante aproximado dos danos sofridos na cidade de Angra e ao fim de 30 dias nas restantes freguesias¹⁰⁴.

Após a destruição da cidade pelo sismo, nasceram várias teorias e ideias para o futuro de Angra. Alguns julgavam que esta devia ser arrasada, pois estava demasiado destruída e assim construía-se uma cidade nova. Houve desenhos de visionários (algo utópicos) que pretendiam consolidar as ruínas (fachadas), para manter viva a memória do sismo e refazer a malha urbana, construindo novas habitações no respetivo “miolo”¹⁰⁵. As propostas do arquiteto Luís Cunha para a reconstrução da cidade foram apresentadas na exposição “Depois do Modernismo”, em 1983, e, entre elas, estava uma que “propunha a criação de um percurso pedonal atrás das fachadas existentes”¹⁰⁶. Felizmente, a decisão foi (tentar) manter ao máximo possível a imagem da cidade, com as necessárias adaptações. O traçado do centro histórico foi mantido, mas procedeu-se à “correção” do traçado da Estrada Regional, desde a freguesia das Cinco Ribeiras até à freguesia da Aqualva, alargando as faixas de rodagem¹⁰⁷.

As ações e métodos adotados devem ser vistos à luz da situação que se vivia. Estava-se perante um ritmo muito acelerado de reconstrução, com uma necessidade de respostas imediatas, pois os processos não podiam parar e havia uma carência de técnicos e consequentemente de projetos qualificados. Como a maioria dos projetos que entravam na CMAH eram elaborados por projetistas não habilitados, a equipa de apoio à

¹⁰⁰ Miguel Pedroso Lima – “Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. O licenciamento e fiscalização das obras de reconstrução no concelho decorrentes do sismo de 1.1.80”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 45–54.

¹⁰¹ “Em 1980 foi criado o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores (SRPCA), como entidade vocacionada para assegurar a coordenação entre os vários intervenientes no domínio do socorro e assistência – Dec. Reg. N.º 28/80/A de 20 de Setembro”. Joana Lima Matos – “A Protecção Civil e o Sismo de 80”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, p. 348.

¹⁰² Joana Lima Matos – “A Protecção Civil e o Sismo de 80”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 347–356.

¹⁰³ Alberto Soeiro – “O sismo de 1980 no grupo central dos Açores. Efeitos e acções. Consequências onze anos depois”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 313–331.

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ Este tema foi abordado em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019 e com Miguel Pedroso Lima a 2 de outubro de 2019.

¹⁰⁶ Paulo Gouveia – *Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2009, p. 137.

¹⁰⁷ Em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019 percebeu-se que houve a ideia de alargar a Rua da Sé, por não ter a largura das estradas nacionais, mas tal não foi avante.

gestão adotou uma série de orientações: “a reconstrução dos edifícios deveria basear-se na reconstrução dos existentes anteriormente ao sismo, aproveitando-se sempre que possível fachadas e outros elementos estruturais”¹⁰⁸; “nos casos em que os edifícios seriam reconstruídos de raiz, os projectos deveriam considerar a linguagem tradicional (modulação das aberturas, guarnição dos vãos, coberturas de telha, etc.)”¹⁰⁹; “apesar de a elaboração de projectos ser feita por ‘projectistas’ não qualificados, adoptou-se a posição pragmática de informá-los e apoiá-los tecnicamente na elaboração dos projectos de acordo com as orientações adoptadas”¹¹⁰; “sempre que tal era necessário elaboraram-se soluções alternativas aos projectos apresentados”¹¹¹; “a apreciação dos projectos devia ser complementada por um bom apoio e orientação das obras em curso”¹¹².

De forma a desburocratizar e acelerar a apreciação de projetos e licenciamento, permitiu-se, em muitos casos, o licenciamento provisório do início das obras no próprio dia em que o projeto dava entrada na CMAH, após breve apreciação pelos técnicos, e depois seria então apreciado “normalmente” e licenciado definitivamente. Ou seja, a obra começava no dia em que se entregava os “papéis” na Câmara. Além dessas diligências, reestruturou-se o arquivo da CMAH relativo aos projetos de obras particulares, alterando-se a referência por requerente ou proprietário para a localização do edifício, ou seja, por número de polícia, rua e quarteirão¹¹³.

O acompanhamento de obra foi fulcral e, por vezes, anomalias ou alterações ao projeto eram corrigidas “in loco”, desenhadas em diferentes suportes, como sacos de cimento ou paredes que não seriam demolidas¹¹⁴. “Eles precisavam de soluções como pão para a boca”¹¹⁵.

Nos dias imediatos à catástrofe, além das medidas a nível técnico, também foram tomadas medidas a nível legislativo. O Governo da Região Autónoma dos Açores implementou uma série de diplomas legais, dos quais se destaca o Despacho Normativo n.º 2/80 que a 3 de janeiro cria o Centro de Apoio ao Sinistrado da Crise Sísmica de 80 — CASC80 — que, por ilha ou concelho, era a entidade oficial encarregada de recolher dádivas em espécie, roupa, alimentos e estariam em contacto com o centro coordenador em Angra. A 4 de janeiro do mesmo ano, além de ser declarado estado de necessidade em todo o arquipélago (Resolução n.º 1/80) é criado o Gabinete de Apoio e Reconstrução — GAR (Resolução n.º 2/80) e o Fundo de Apoio e Reconstrução — FAR (Resolução n.º 3/80)¹¹⁶.

À data do sismo, a zona central da cidade estava “protegida” por dois decretos legislativos, o Decreto Legislativo Regional 20/79/A que “define as formas de protecção do Património Cultural na Região Autónoma”¹¹⁷ e o Decreto Legislativo Regional 3/80/A que “cria a Paisagem Protegida do Monte Brasil”¹¹⁸.

¹⁰⁸ AAVV – “Angra do Heroísmo. Uma experiência urbanística”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, p. 29.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ Cf. AAVV – “Angra do Heroísmo. Uma experiência urbanística”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 25–35.

¹¹⁴ Miguel Pedroso Lima – “Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. O licenciamento e fiscalização das obras de reconstrução no concelho decorrentes do sismo de 1.1.80”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 45–54.

¹¹⁵ Expressão proferida pelo arquiteto Miguel Pedroso Lima numa conversa a 2 de outubro de 2019.

¹¹⁶ Cf. Carlos Sousa Oliveira; Arcindo Lucas; José Correia Guedes – *10 Anos após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980 – Aspectos Técnico-Científicos*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, 1992, pp. XI–XII ou AAVV – “January 1, 1980. Azores Earthquake Reconstruction. A report after two and one half years”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 271–281, para consultar o despacho e as resoluções referidas.

¹¹⁷ Francisco Maduro-Dias – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. Angra do Heroísmo, 1996, p. 39.

¹¹⁸ *Ibidem*.

No que respeita à salvaguarda e recuperação do edificado, foram elaborados três diplomas legais com resultados bastante positivos. A resolução n.º 42/80 de 11 de Junho engloba os imóveis classificados e de propriedade particular, além de mais de 400 edifícios não classificados, mas escolhidos para o efeito e todos os edifícios que tenham sido danificados pelo sismo, considerados de interesse e localizados em zonas de proteção de imóveis classificados. “O Governo Regional, nos termos dessa resolução, prevê a concessão de subsídios a fundo perdido no montante de 50% do custo das obras de restauro das fachadas visíveis da via pública e retelho das coberturas dos aludidos imóveis”¹¹⁹. O objetivo desta “ajuda” seria motivar os proprietários a restaurar os imóveis de forma correta, tendo em conta as normas técnicas da DRAC.

A resolução n.º 43/80 de 11 de Junho contemplava todos os imóveis sede de associações culturais, desportivas ou de reconhecido valor social. O subsídio era de 90% do custo total da reconstrução. Os Impérios do Divino Espírito Santo enquadravam-se nesta categoria.

A resolução n.º 75/80 de 12 de Agosto subsidiava a 90% a reconstrução de igrejas de interesse que fossem propriedade da Região e em 50% as que, apesar de propriedade privada, fossem consideradas de interesse.

Embora a tarefa prioritária da DRAC fosse o restauro e recuperação de monumentos, também interveio na recuperação de edifícios não classificados através das referidas resoluções e na apreciação de projetos referentes a imóveis localizados nas zonas de proteção de monumentos que, através de uma classificação astuta, permitiu abranger quase toda a zona antiga e histórica de Angra¹²⁰. “O controlo de qualidade dos projetos de recuperação e alteração dos imóveis danificados efectuou-se mediante a apreciação cuidada desses estudos e na frequente apresentação de contra-propostas desenhadas em conformidade com as necessidades manifestadas pelos respetivos proprietários de forma a conseguirem-se sempre soluções conciliatórias que garantissem ao mesmo tempo a qualidade arquitectónica do projeto, o respeito pela estrutura intrínseca e original do imóvel, bem como o seu adequado enquadramento na zona”¹²¹.

Nessa altura, as formalidades contempladas na própria legislação foram simplificadas, o que acelerou a resposta à situação. A burocracia foi reduzida ao mínimo possível, a favor de uma intervenção no terreno que garantisse a eficácia da reconstrução.

3.2. O GAR

O Gabinete de Apoio e Reconstrução foi estabelecido a 4 de janeiro de 1980, por resolução da Assembleia Legislativa Regional (Resolução n.º 2/80)¹²². Competia-lhe as operações imediatas de salvamento, o planeamento da reconstrução, assim como o controlo da sua execução e gerir o FAR. Estava integrado na Presidência do Governo e tinha sede em Angra do Heroísmo. Primeiro sem instalações próprias e mais tarde instalado em módulos metálicos perto da PSP.

¹¹⁹ Luís Durão – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao património mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2, Fevereiro 1985, p. 44.

¹²⁰ “Conforme o estipulado no ponto 4 do artigo 2.º do Decreto Regional n.º 20/79/A, todos os projetos de construção ou alteração de edifícios localizados a uma distância inferior ou igual a 100 metros dum imóvel classificado não poderão ser aprovados pelas Câmaras Municipais da Região sem despacho prévio dos Secretários Regionais do Equipamento Social e da Educação e Cultura”. Luís Durão – “Restauros de fundo e valorização do património”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, volume 1, 1985, p. 335.

¹²¹ Luís Durão – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao património mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2, Fevereiro 1985, p. 45.

¹²² Estruturado pelo Decreto Regulamentar Regional 12/80-A, de 18 de Março que estabelece as competências e funcionamento do GAR e do FAR.

Em fevereiro era “composto por 12 funcionários do Governo Regional, 18 do Governo da República e 8 tarefeiros”¹²³. Com o tempo foi crescendo e para dar resposta às solicitações foi ajustando o seu funcionamento. “...o GAR teve simultaneamente a responsabilidade e o poder de administrar fundos, estabelecer prioridades e chamar a si recursos de outros departamentos oficiais”¹²⁴.

Inicialmente, a distribuição (gratuita) dos materiais para a auto-reconstrução era tarefa das juntas de freguesia. Quando o GAR começa a funcionar em pleno e é publicada a resolução 49/80, a cedência passa a ser feita por este gabinete, através de requisições elaboradas pelos fiscais. Através do GAR, o sinistrado poderia optar por uma de três hipóteses: cedência de materiais; cedência de materiais e acesso a linha de crédito especial; apenas acesso à linha de crédito. A quantidade de materiais era fixada pelo técnico do GAR aquando da visita às casas danificadas e o grau de comparticipação era calculado em função dos rendimentos do agregado familiar¹²⁵. Os materiais iam sendo colocados na obra consoante as necessidades. O apoio mais solicitado foi a cedência de materiais e linha de crédito e, nesse caso, o GAR emitia uma credencial que habilitava o sinistrado a contrair um empréstimo no valor e taxa de juro mencionados, e não só indicava a capitação de rendimento familiar, como a situação do sinistrado (proprietário ou arrendatário e o fim a que se destinava o empréstimo — reparação, reedificação, aquisição ou construção)¹²⁶.

“O GAR foi o instrumento que fez chegar os apoios criados aos sinistrados, tornando-se importante, para o modo como funcionou, a atitude receptiva e o empenho da população em todo o processo”¹²⁷.

Nas freguesias rurais, embora a realidade fosse parecida, os problemas não eram idênticos. O acompanhamento era dificultado porque nestas as edificações dispõem-se com menos densidade ao longo das vias. Aí o GAR teve um papel preponderante pois surge como coordenador dos trabalhos de reconstrução e, além da assistência técnica, controlou o fornecimento de materiais¹²⁸. As premissas para a reconstrução em meio rural tinham em conta as regras de construção antissísmica e a melhoria das condições de habitabilidade dos fogos, mantendo (quanto possível) a tipologia tradicional. Com essas diretrizes em vista, elaboraram-se manuais de fácil apreensão (por parte dos sinistrados), como o manual *Sugestões para reconstrução rural* elaborado pela Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano (DGERU)¹²⁹. Esta obra dá instruções de como construir corretamente, com textos, desenhos e esquemas exemplificativos. Além de referir como deve ser feito o reforço estrutural dá exemplos de como se pode organizar ou reorganizar o interior da casa, frisando a ideia de manter o forno. Nos Açores, o forno de cozer pão privado era um elemento característico de todas as casas rurais e grande parte das casas urbanas¹³⁰.

“A partir de 1981 o número das acções de emergência decresce acentuadamente, e os critérios e as metodologias de intervenção e de apoio estavam bem definidos”¹³¹

¹²³ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução Notas sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, p. 244.

¹²⁴ AAVV – *Problemática da Reconstrução Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. II volume. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1985, p. 298.

¹²⁵ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução Notas sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 241–262.

¹²⁶ Ricardo S. Couceiro – “Acções de apoio à Reconstrução de prédios danificados pelo sismo de 80/01/01 nos Açores: avaliações, cedência de materiais”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 615–620.

¹²⁷ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução Notas sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume I, 1992, p. 251.

¹²⁸ José Correia Guedes – “Novas experiências, técnicas e materiais nas acções de reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 601–630.

¹²⁹ José Luís Pinto Machado e José Mário Vaz – *Sugestões para Reconstrução Rural*. Angra do Heroísmo: Departamento Regional de Estudos e Planeamento, 1980.

¹³⁰ AAVV – *Arquitetura Popular dos Açores*. 2ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

¹³¹ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução Notas sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume I, 1992, p. 245.

O GAR é extinto a 31 de dezembro de 1984¹³². Coube às secretarias da região dar continuidade aos serviços de apoio e reconstrução quando a comissão liquidatária do GAR cessou as suas funções (junho de 1985)¹³³. Todo o espólio do GAR foi dividido por diferentes Direções Regionais e, por exemplo, à Delegação da Ilha Terceira da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas (SRHOP) coube acompanhar diretamente as ações de reconstrução. Quando em 2019, no âmbito do presente trabalho, se consultou o arquivo da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), foi possível folhear alguns processos que pertenceram ao GAR.

3.3. A remoção dos escombros e o início da reconstrução

A palavra de ordem do Governo Regional, proferida pelo presidente João Bosco Mota Amaral — “secar as lágrimas, arregaçar as mangas” — marcou o início da reconstrução, logo após o sismo¹³⁴.

Muitas das vias urbanas e rurais ficaram “entupidas” pelos escombros e urgia restabelecer a circulação. Essa atividade de remoção iniciou-se imediatamente após o terramoto, pela população, pelas Autarquias, pelo Exército, entre outras entidades e foi continuada com a coordenação do GAR¹³⁵. Pode dividir-se a recolha de entulhos em três fases: “intervenção imediatas ou de emergência”; “emergência e estruturação”; “apoio à reconstrução”¹³⁶.

Houve uma grande entreatajuda, como por exemplo a dos americanos instalados na Base Aérea das Lajes, quanto ao apoio médico, na remoção de escombros, no fornecimento de energia através de geradores emprestados (fundamentais para o Hospital de Angra), até à cedência de tendas de campanha e fornecimento de alimentos.

Durante a limpeza dos escombros recolheu-se e armazenou-se alguns objetos de valor, como ourivesaria, mobiliário, azulejos, etc. Como era inverno foi necessário proteger os edifícios da chuva, recorrendo-se a oleados ou retelhamentos provisórios. Para evitar mais tragédias muitos edifícios foram amarrados e/ou escorados¹³⁷.

Devido à enorme quantidade de escombros e entulhos a remover e aos escassos equipamentos de transporte (para a escala da catástrofe), foi necessário criar locais de depósito (ou vazadouros) próximos das zonas mais atingidas (ver fig. 45 da p. 20 dos anexos). A maior parte dos vazadouros localizou-se junto à costa em torno de toda a ilha. O muro que limitava o Cerrado do Bailão a sul e a nascente ruiu. Aproveitou-se esta situação e tornou-se essa zona num vazadouro, criando-se os taludes que ainda hoje são visíveis¹³⁸. Como esta zona por si só não seria suficiente, mais tarde prolonga-se a Avenida Tenente-Coronel José Agostinho (que até ao sismo terminava na Praceta Gago Coutinho e Sacadura Cabral) até aos Portões de São Pedro com o entulho da cidade. Este aterro de grandes dimensões permitiu estabilizar um talude natural comprometido pela erosão e, mais tarde, sobre este é implantado um arruamento. Além do Fanal, na parte

¹³²O gabinete é extinto por resolução aprovada em Conselho do Governo Regional N.º 304/84 de 13 de Dezembro que nomeia uma comissão liquidatária.

¹³³ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução Notas sobre o funcionamento do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume I, 1992, pp. 241–261.

¹³⁴ AAVV – *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1985, p. 725.

¹³⁵ José Correia Guedes – “Novas experiências, técnicas e materiais nas acções de reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 601–630.

¹³⁶ *Idem*.

¹³⁷ Luís Durão – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao Património Mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2, 1985, pp. 39–48.

¹³⁸ A. Rui Andrade – “Primeiros dias depois do sismo. Algumas Acções imediatas – demolições. Vistorias e apoio técnico”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 231–234.

conhecida como “zona dos combustíveis” a nascente do centro, também se despejava entulho resultante das demolições, sendo este o principal vazadouro da cidade de Angra¹³⁹.

Assistiu-se a um grande “massacre” no centro de Angra, que englobava diversos graus de destruição (da deslocação de fachadas em direção ao exterior — muitas vezes com a derrocada dos respetivos interiores — ao colapso total). Foi necessário, apesar da já imensa destruição do sismo, demolir edifícios ou partes destes que ameaçavam ruir, colocando em risco a segurança das pessoas e bens (assim como outras casas “habitáveis”). Ao mesmo tempo que decorriam estas ações eram feitas as referidas vistorias aos edifícios, com o objetivo de avaliar os danos e as condições de habitabilidade¹⁴⁰.

Na sequência do sismo, foi constituída uma equipa técnica da então Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU) que colaborou no apoio à reconstrução. Esta elaborou um inquérito preliminar ao cenário urbano com o objetivo de definir uma zona de intervenção. Os edifícios foram classificados segundo uma “gradação qualitativa” associada a uma terapêutica de atuação. Dividiram-se em seis níveis: grande qualidade; qualidade; acompanhamento; sem interesse; parcialmente dissonantes; profundamente dissonantes¹⁴¹. Este inquérito foi elaborado sobre uma carta à escala 1/2000 e permitiu definir a “área de intervenção crítica correspondente à definição da zona histórico-tradicional”¹⁴². Face à reconstrução inicial caracterizada por um livre arbítrio, era necessário defender os valores patrimoniais de Angra do Heroísmo. Um passo dado nesse sentido foi pormenorizar a situação existente, numa ficha-tipo, com a realização de um “Inventário do Património Arquitectónico” (ver fig. 46 da p. 20 dos anexos), um inventário detalhado de todos os edifícios do centro histórico, que compõem um registo dos imóveis da cidade à data do sismo (elaborado nos primeiros meses). A ficha-tipo, adaptada ao caso particular de Angra, para além da localização do edifício e caracterização das suas partes constituintes, possuía fotografias a cores do imóvel e de pormenores notáveis, assim como quadros que classificavam o valor arquitetónico, tipo de utilização (por pisos), estado de conservação, a propriedade/utilização (privada, pública, religiosa ou militar), informação referente a elementos publicitários, número de pisos, de fogos e tipologia (isolado, agrupado ou de gaveto). Listava todos os elementos “visíveis” (soco, molduras, guardas, portas, janelas, pano de fundo...) com indicação do material e cor, e ainda indicava a terapêutica unitária a aplicar (preservar com fidelidade, preservar com reajustamentos, reconstruir ou remodelar).

O referido inventário foi lançado com base na área definida pelo inquérito preliminar, alargado até ao Largo de São Bento e Portões de São Pedro, a nascente e poente da zona classificada, respetivamente¹⁴³. Enquanto se elaborava o inventário, como o número de técnicos era insuficiente para a realização e apreciação de projetos, a DGPU apoiou a CMAH na “gestão e informação dos projetos de licenciamento de obras no Centro Histórico”¹⁴⁴.

O sismo gerou a “necessidade de definir novas zonas habitacionais que respondessem à carência de novos fogos para realojamento de parte da população afectada”¹⁴⁵ e o aumento de pressão nas zonas periféricas, com a deslocação de habitantes do centro de Angra para as mesmas.

¹³⁹ José Correia Guedes – “Acções de apoio à Reconstrução. Actividade de remoção de escombros e entulhos”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 291–298.

¹⁴⁰ A. Rui Andrade – “Primeiros dias depois do sismo. Algumas Acções imediatas – demolições. Vistorias e apoio técnico”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 231–234.

¹⁴¹ R. S. de Oliveira Leão – “Recuperação urbana da cidade de Angra do Heroísmo após o sismo de 1 de Janeiro de 1980”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 55–71.

¹⁴² *Idem*, p. 60.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ AAVV – “Angra do Heroísmo. Uma experiência urbanística”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, p. 28.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 30.

A área central de Angra, apesar da procura de “voltar ao que era”, sofreu transformações. A procura da rentabilização dos prédios, o término de contratos de arrendamento (devido à ruína dos espaços) e as novas exigências das habitações levaram, tendencialmente, à alteração de usos da referida área, “com um grande peso do setor terciário e reduzida percentagem de habitação”¹⁴⁶.

Estes efeitos do sismo ainda são visíveis, pela quantidade elevada de movimentos pendulares da população e a “falta de vida” no centro da cidade de Angra do Heroísmo ao final do dia.

Esta alteração de contexto e as insuficiências viárias, dos equipamentos, etc., resultaram na consciencialização da necessidade de um Plano Geral de Urbanização. A tarefa foi entregue à DGPU e, em abril de 1982, forma-se uma equipa técnica com essa missão¹⁴⁷.

3.4. Alojamento temporário, a médio e a longo prazo

O parque habitacional menos atingido não suportava o urgente socorro a mais de 20 000 desalojados, para os quais se criaram em Angra um total de 16 centros de acolhimento em alguns edifícios de construção recente, pouco danificados, como os dos Bombeiros Voluntários, da PSP, o Liceu de Angra (escola e anexos) e a Escola Infante D. Henrique¹⁴⁸. Também muitas casas particulares e garagens serviram de dormitório, assim como automóveis¹⁴⁹. Instalaram-se tendas (de origem diversa) em acampamentos estrategicamente localizados perto de equipamentos de apoio (ver fig. 45 da p. 20 dos anexos). Concentrando as pessoas facilitava-se a prestação de auxílio. Os acampamentos mais significativos — instalados na periferia da cidade — eram o acampamento do Bailão (400 pessoas), de Santa Luzia (50 pessoas), de São João de Deus (40 pessoas) e da Carreirinha (este acolhia também trabalhadores da reconstrução oriundos do Continente e outras ilhas que afluíam para reforçar a pouca mão de obra existente). Nas freguesias rurais, embora tenham aparecido alguns campos importantes, notou-se uma maior resistência à concentração¹⁵⁰.

Foi necessário recorrer a habitações de emergência pois, com as condições climáticas do arquipélago, concluiu-se que as tendas não podiam ser uma solução a longo prazo. Edificaram-se casas de madeira (autoconstruídas mediante esquiço fornecido) e adquiriram-se módulos pré-fabricados. O GAR distribuiu gratuitamente madeiras a quem pretendesse construir barracas junto das habitações arruinadas. Numa fase posterior reaproveitaram-se alguns materiais dessas ruínas, como janelas, portas e telhas, na construção dessas “barracas”¹⁵¹. A proximidade às casas levou a que os donos começassem a reconstruir e assim iniciava-se a auto-reconstrução.

No total, em toda a ilha, foram construídas cerca de 700 barracas de madeira, inclusive no aldeamento do Bailão¹⁵². A ocupação do “cerrado do Bailão”, que, como o próprio nome indica, seria um terreno agrícola, foi uma solução de emergência, inicialmente realizada com tendas e, mais tarde, com módulos pré-fabricados

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Para detalhes do PGU consultar AAVV – “Angra do Heroísmo. Uma experiência urbanística”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 31–44.

¹⁴⁸ Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Análise de alguns dados apresentados nos relatórios do GAR e de dados da SRHOP sobre a Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 633–666.

¹⁴⁹ Carlos Manuel Maurício Bedo – “Alojamentos de emergência para 20 000 desalojados”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, I volume, 1985, pp. 33–42.

¹⁵⁰ Duarte Manuel Bettencourt Mendes – “Acampamentos e aldeamentos de emergência”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, I volume, 1985, pp. 62–72.

¹⁵¹ Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Análise de alguns dados apresentados nos relatórios do GAR e de dados da SRHOP sobre a Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 633–666.

¹⁵² Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Análise de alguns dados apresentados nos relatórios do GAR e de dados da SRHOP sobre a Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 633–666.

que possuíam tipologias de T1 a T3¹⁵³. O GAR adquiriu 169 módulos metálicos pré-fabricados, “tipo contentor”. Foram instalados 131 desses no Bailão, durante os primeiros meses de 1980, substituindo o acampamento de tendas que ocupava aquela área. Os módulos restantes foram utilizados como escritórios do GAR e outras agências governamentais e “centros comerciais” em Angra para firmas cujos locais de trabalho ficaram destruídos com o sismo¹⁵⁴. Criaram-se três “centros comerciais”: no Largo Prior do Crato — também em módulos metálicos — no Pátio do INATEL e no Largo Almeida Garrett (ver fig. 45 da p. 20 dos anexos)¹⁵⁵.

O “aldeamento” do Bailão foi o primeiro a ser montado e era dotado de arruamentos, saneamento básico e, entre outros, uma tenda equipada de fogões portáteis para aquecer refeições ligeiras, visto que os desalojados eram servidos pelo refeitório montado pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS)¹⁵⁶ nas instalações do INATEL.

Em seguida surge o chamado “bairro de São João de Deus” em Angra, que foi uma solução imediata e transitória para alojar “sinistrados em condições precárias de habitação”¹⁵⁷. Neste foi aplicado um sistema de pré-fabricação metálica ligeira e, apesar de serem habitações amovíveis, devido à sua durabilidade infraestruturou-se a zona (abastecimento de água, iluminação, arruamentos). A construção iniciou-se em fevereiro de 1980 e ocupou uma área com cerca de 10 hectares¹⁵⁸. Como tinha sido previsto, removeram-se (anos mais tarde) as habitações e as infraestruturas foram aproveitadas para o bairro que atualmente lá se encontra, conhecido como “bairro do Lameirinho”.

O “bairro da Terra-Chã” surge também como resposta aos desalojados que não tinham possibilidade de adquirir habitação pelos próprios meios. Construiu-se um bairro de habitações económicas, recorrendo-se a um processo de construção industrializado que minimizava o custo de produção. Optou-se pela pré-fabricação pesada e edifícios de um só piso. Utilizou-se, entre outros materiais, betão armado, painéis pré-fabricados de betão e fibrocimento (na cobertura). Também era servido por infraestruturas completas¹⁵⁹. Ainda hoje é possível ver este bairro onde, com o passar dos anos, poucas alterações ocorreram, sendo um testemunho de uma experiência construtiva pós-sismo.

“Visitável” como o anterior, mas com diferentes características, surge o conjunto habitacional de Santa Luzia. A sua construção iniciou-se apenas no final de 1980, na envolvente do Observatório Meteorológico. Pode dividir-se em dois conjuntos, um de 100 fogos, distribuídos por 17 blocos (de dois e três pisos), e outro conjunto de 97 moradias unifamiliares. Possui todas as infraestruturas essenciais¹⁶⁰. Este empreendimento surge não só como resposta às carências habitacionais causadas pelo sismo, pois antes do “abalo” já existia um projeto para o efeito, que apenas foi ampliado (número de fogos e área a ocupar). Foram utilizados dois sistemas construtivos novos na região: nos blocos estrutura laminar com cofragens “tipo túnel” e paredes estruturais de betão armado, o que permitiu rapidez na execução (em média quase 1 fogo/dia); nas moradias

¹⁵³ *Idem.*

¹⁵⁴ AAVV – “January 1, 1980. Azores Earthquake Reconstruction. A report after two and one half years”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 210–270.

¹⁵⁵ Como o instalado no Largo Prior do Crato era central, (e os outros excêntricos), teve mais “êxito”. José Paim – “Efeitos do sismo no comércio local”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 335–342.

¹⁵⁶ Esta era a entidade responsável pelo Aldeamento e com equipas de funcionários seus colaborou com a Cruz Vermelha na montagem e nomeou uma equipa para a sua administração. Duarte Manuel Bettencourt Mendes – “Acampamentos e aldeamentos de emergência”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, I volume, 1985, pp. 62–72.

¹⁵⁷ José Correia Guedes – “Novas experiências, técnicas e materiais nas acções de reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, p. 626.

¹⁵⁸ Miguel Pedroso de Lima – “Os novos bairros — aspetos técnicos e sociais”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 678–687.

¹⁵⁹ José Correia Guedes – “Novas experiências, técnicas e materiais nas acções de reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, p. 601–631.

¹⁶⁰ *Ibidem.*

um sistema misto de paredes de betão armado, lajes pré-fabricadas e paredes de enchimento e travamento, com cofragem metálica¹⁶¹. Esta urbanização foi adjudicada à firma “Soares da Costa” e fiscalizada pelo GAR¹⁶².

Em suma, na Terceira construíram-se as seguintes habitações: 197 fogos no bairro de Santa Luzia, 299 no bairro da Terra Chã, 229 no bairro de São João de Deus, 46 no bairro Joaquim Alves (Praia da Vitória), totalizando 771 fogos nesses bairros, que alojaram 3826 pessoas¹⁶³. Relativamente aos “acampamentos”, o maior foi o do Bailão, onde no fim de janeiro viviam 353 pessoas em 98 tendas, seguido dos de São João de Deus e de Santa Luzia. Estes dois, como foi referido anteriormente, mais tarde seriam transformados em bairros de construção definitiva e o cerrado do bailão é, atualmente, um estacionamento automóvel (ver fig. 48 da p. 20 dos anexos)¹⁶⁴.

O Decreto-Lei 30/80, de 1 de Março classifica (sem definir) os conceitos de “proprietários de imóveis” e “arrendatários” como desalojados¹⁶⁵. Coube à Assembleia Regional definir o conteúdo normativo dos referidos conceitos¹⁶⁶. O crédito bonificado, que resultou da conjugação de medidas do poder central e regional, foi um enorme auxílio à reconstrução. As taxas de juro, com a bonificação, podiam variar entre 1% e 15,5% (o máximo para empréstimos de habitação era 22,25%)¹⁶⁷. Este sistema de linhas de crédito especiais foi negociado com o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos e os empréstimos, com taxas bonificadas, contemplavam a reparação, reedificação e aquisição, crédito intercalar, reposição de equipamento doméstico e atividades económicas¹⁶⁸.

Estas facilidades procuraram não só incentivar a reconstrução de Angra, como evitar o que acontecera em casos anteriores — a paralisação da ilha e a emigração. Os habitantes ficam sem casa, sem trabalho, a economia estagna e as pessoas acabam por emigrar, procurando melhores condições de vida. A emigração não ocorreu em grande escala após o terramoto devido a diversos fatores, entre eles a revolução de 25 de Abril, que, nos Açores, levou à autonomia regional em 1976. O Governo Regional, através do GAR, deu resposta quase imediata ao sismo, o que não aconteceu em desastres anteriores, pois a resposta dependia de Lisboa, ou seja, conseguiu-se uma certa descentralização das responsabilidades, o que acelerou o processo. Com base no que se tinha observado em crises anteriores no arquipélago, como a erupção dos Capelinhos em 1958, em que se deu uma emigração maciça para a América (com ajuda de legislação especial aprovada para tal), ou mesmo em 1962 em S. Jorge, o Governo desencorajou este êxodo para evitar o possível desastre económico¹⁶⁹.

O facto de se ter criado dois conceitos de sinistrado (proprietário e arrendatário) e de ambos poderem recorrer às facilidades da reconstrução, quer para reconstruir ou edificar uma casa nova, deu azo a que, por

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Miguel Pedroso de Lima – “Os novos bairros — aspetos técnicos e sociais”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 678–687.

¹⁶³ Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Análise de alguns dados apresentados nos relatórios do GAR e de dados da SRHOP sobre a Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 633–666.

¹⁶⁴ AAVV – “January 1, 1980. Azores Earthquake Reconstruction. A report after two and one half years”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 210–270.

¹⁶⁵ Álvaro Monjardino – “O sismo de 1980 e as novas categorias jurídicas”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 524–529.

¹⁶⁶ Através do Decreto Regional 4/80-A, de 13 de Maio.

¹⁶⁷ Raul da Silva Pereira – “O crédito ao serviço da Reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 414–426.

¹⁶⁸ Para aprofundar este tema consultar Alvarino Pinheiro – “Linhas de crédito”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 343–358.

¹⁶⁹ AAVV – “January 1, 1980. Azores Earthquake Reconstruction. A report after two and one half years”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 210–270.

exemplo, parte significativa do centro de Angra ficasse despovoada (houve uma redução da densidade de população residente). Analisando os ganhos e perdas de habitantes das diferentes freguesias, a Sé e a Conceição destacam-se por o volume das perdas ser francamente superior aos ganhos¹⁷⁰. Muitos moradores foram para a periferia e aí nasceram bairros, como a zona envolvente da Canada do Célis, em São Carlos, e a zona sobre a Silveira¹⁷¹. Não é de estranhar a deslocação para São Carlos, pois seria área “livre” numa zona de ocupação em época de veraneio. Enquanto que bairros como o de São João de Deus ou Terra-Chã estavam associados a uma classe social mais baixa, estes já se destinavam à classe média. No Bairro da Terra-Chã pagava-se renda, em Santa Luzia comprava-se a moradia ou apartamento, com projeto da responsabilidade do governo, e na referida zona em São Carlos a responsabilidade pela construção era individual. Surgiram outros empreendimentos, nomeadamente um de investimento privado em São Carlos, na zona da Canada das Almas, que transformou uma quinta em várias habitações¹⁷².

No centro de Angra, ainda anteriormente ao sismo, surge uma das primeiras experiências de compartimentar um edifício em diversos fogos, na rua de São João (investimento de Henrique Braz)¹⁷³.

Com o sismo viu-se um efeito de multiplicação de casas devido aos juros bonificados e à cedência de materiais, pelo GAR, aos sinistrados.

A fase de crescimento pós-sismo é um de três momentos construtivos em Angra desenvolvidos a partir do século XVI: O atual bairro de São João de Deus, em meados do século XVII, é construído para abrigar famílias de menores recursos¹⁷⁴; Em meados do século XX as zonas do Fanal e das “avenidas novas” são ocupadas; Depois do sismo são construídos os bairros de Santa Luzia, do Lameirinho e da Terra-Chã, este último já afastado da cidade¹⁷⁵.

No centro de Angra, a solução foi muito diferente das restantes freguesias, pois além de muitas pessoas se realojarem com familiares, foi necessário criar os “campos de tendas” e ocupar alguns edifícios públicos. Como é fácil de perceber, não era possível instalar abrigos de madeira perto das casas destruídas porque não havia espaço. Outra diferença entre as zonas rurais e as zonas urbanas era o ocupante da casa. Nas zonas rurais, cerca de 95% dos ocupantes eram proprietários das casas ao passo que nas urbanas 65 a 75% dos ocupantes eram inquilinos. Nas zonas rurais havia um desejo por parte dos desalojados de permanecer junto das suas habitações danificadas, mas no centro de Angra a situação era muito mais complexa. Os interesses opostos dos inquilinos e proprietários e o desejo de alguns organismos de manter as características históricas de certas zonas de Angra tiveram efeitos diretos na solução do alojamento temporário e arranque da reconstrução¹⁷⁶.

Com o sismo deu-se uma revolução nos conceitos de família, propriedade e alterou-se por completo uma série de cenários. As famílias deixam de ser nucleares e, com o cataclismo, alguns inquilinos, no centro de Angra, passam a proprietários. Nas vésperas do sismo, apenas cerca de 1/3 das famílias residia em habitação

¹⁷⁰ Segundo dados do gráfico contido em Arcindo Lucas; Carlos Sousa Oliveira; José Correia Guedes – “Quantificação dos danos observados no parque habitacional e do processo da Reconstrução”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, p. 725.

¹⁷¹ Informação veiculada em conversa com José Guilherme Reis Leite a 13 de agosto de 2019.

¹⁷² Informação veiculada em conversa com José Guilherme Reis Leite a 13 de agosto de 2019.

¹⁷³ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019.

¹⁷⁴ Não confundir este bairro de São João de Deus, que ocupa uma zona compreendida, sensivelmente, entre a memória e o Largo de São João de Deus com a zona do atual bairro do Lameirinho, que à data do sismo também se apelidava “bairro de São João de Deus” e continha pré-fabricados metálicos.

¹⁷⁵ Francisco Maduro-Dias – “Angra do Heroísmo. Contribuição para o estudo da evolução histórica da ocupação (alguns testemunhos arqueológicos)”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 1–15.

¹⁷⁶ Carlos Sousa Oliveira; Eduardo Cansado Carvalho; Artur Ravara – *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985.

própria¹⁷⁷. Esta transferência de propriedade dá-se porque as rendas eram muito baixas e muitos proprietários não tinham interesse em reconstruir a casa, preferindo vendê-la. Os inquilinos, aproveitando a legislação que facilitava a aquisição e reconstrução (as linhas de crédito bonificado e subsídios), podiam adquirir a casa onde residiam. Em contrapartida, como o núcleo estava sobreocupado, porque geralmente em cada edifício vivia mais do que uma família, e era permitido a todas as famílias acesso às linhas de crédito, muitas destas preferiram “migrar” para a zona suburbana para construir a sua “casa de sonho”¹⁷⁸.

Embora nos dias de hoje se assista, um pouco por todo o mundo, ao desejo de residir em cidade, nas vésperas de 80, a moda era ir viver para a periferia, fugir à cidade e ir para o campo. Morar no campo, quando se dá o sismo, surge naturalmente como hipótese, pois esta ideia já pairava na cabeça das pessoas¹⁷⁹. Outro fator que influenciava esta hipótese era o estilo de vida dos familiares emigrados nos Estados Unidos, que possuíam uma casa com garagem, “driveway”, “barbecue”, etc. — o que para muitos seria a casa ideal¹⁸⁰. Aliado ao desejo de viver na periferia e usufruir de um estilo suburbano, era mais económico construir uma casa nova na envolvente da cidade do que reconstruir uma no centro, tal como hoje. Também se assistiu a outro cenário: os moradores da periferia (alguns deles emigrantes endinheirados), com as facilidades proporcionadas, compraram uma casa em mau estado ou ruína para reconstruir. Uma outra questão, que afetou diretamente a própria organização da casa, foi o modelo económico encontrado para apoiar as pessoas. Sobretudo no centro de Angra, apesar dos juros bonificados, do financiamento dos materiais e do apoio técnico, assim como do subsídio ao abrigo da resolução 42/80 que financiava 50% dos gastos com a fachada e cobertura, na maioria dos casos o montante dos subsídios não era suficiente para reconstruir a casa. Houve que encontrar uma solução que passava por incluir outro morador na própria casa ou na que tinham adquirido. Assim, alugar ou vender o rés-do-chão, compactando a casa ou acrescentando um piso, permitia resolver o problema¹⁸¹. Em Angra, a propriedade horizontal era rara. Habitualmente, o proprietário, apesar de alugar a loja, um andar ou toda a casa, era dono “do chão ao teto”. A ideia de apartamento não era vulgar nem facilmente aceite pelas pessoas¹⁸². Ou seja, o modelo de habitação em apartamentos surge em Angra não por desejo por esse modo de vida, mas sim por questões económicas. O referido edifício na Rua de São João e os prédios na Av. Tenente-Coronel José Agostinho foram os primeiros exemplos de edifícios divididos em “esquerdo e direito”, com mais que um fogo por piso. Com o sismo, a ideia de propriedade horizontal torna-se um esquema de habitação forçado devido a uma situação económica de risco.

O sismo acelerou e amplificou uma série de efeitos decorrentes de uma alteração da evolução “normal” da cidade. A questão da propriedade horizontal, por exemplo, que surge como uma solução para um problema económico-financeiro, passa para o campo sociológico, com reflexos na arquitetura e no urbanismo de Angra.

A mão de obra após o sismo, devido à sua enorme procura e pouca oferta local, veio de várias zonas, desde outras ilhas não sinistradas e Portugal Continental a Cabo Verde, Angola e Moçambique¹⁸³. A falta de recursos humanos foi colmatada, mas, devido a esse aumento de população, os géneros alimentícios sofreram uma elevada procura, o custo de vida aumentou e, como seria de esperar, esta foi uma de muitas

¹⁷⁷ Marcelo Bettencourt – “Reflexões sobre a política de reconstrução seguida após o sismo de 1980. Recomendações”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 333–346.

¹⁷⁸ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019.

¹⁷⁹ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019.

¹⁸⁰ Desde que os norte-americanos se instalaram na Base Aérea das Lajes, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos terceirenses desenvolveram uma idolatria por aquele estilo de vida.

¹⁸¹ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019.

¹⁸² Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 12 de junho de 2019.

¹⁸³ José Orlando Silveira Bretão – “A mão-de-obra operária no sector da construção civil. Alguns números”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 381–391.

das causas da variação da taxa de inflação¹⁸⁴. Foram tomadas medidas de combate a tal situação de forma a “proteger” os desalojados, como o sistema de amortizações crescentes. Alguns trabalhadores “de fora” provocaram, de início, casos de burla. Os sinistrados caíam nos esquemas pois havia uma enorme necessidade de habitação. Dois grandes cenários se deram: os “mestres” fugiam com o dinheiro recebido antecipadamente e outros faziam-se passar por “mestres” sem ter qualquer qualificação profissional, levando a que muitas das suas “obras” tivessem que ser iniciadas de novo¹⁸⁵. Tais situações apenas contribuíram para aumentar a angústia dos sinistrados.

O sismo afetou a diferentes escalas toda uma sociedade isolada em pleno Atlântico e colocou à prova a recente autonomia da região. Dessa forma, a prioridade não eram os pressupostos arquitetónicos. O arquiteto entra num campo em que as regras não são as habituais na sua discussão e o próprio tempo para as discutir é alterado. “O abalo de terra...vai atravessar tipo golpe de espada o viver, os modelos da economia e os sentimentos... nada ficou igual ao que era. Não ficou no que tu vês. Não ficou aqui dentro. Os vizinhos não são os mesmos. As vontades de fazer não são as mesmas. A diversão não é a mesma. O abalo foi completo”¹⁸⁶.

3.5. A inscrição da cidade na lista da UNESCO e o Gabinete da Zona Classificada

Devido à adesão de Portugal, em 1979¹⁸⁷, à Convenção da UNESCO para a Proteção do Património, entre 23 e 31 de janeiro de 1980 desloca-se uma equipa daquele organismo com o intuito de avaliar a destruição causada pelo sismo. O relatório resultante dessa missão (datado de agosto do mesmo ano) faz um ponto de situação do arquipélago, em linhas gerais, relatando em termos de área e demografia a Terceira, Pico e São Miguel. A parte relativa à Terceira foi a mais desenvolvida.

Álvaro Monjardino¹⁸⁸ em passagem por Paris (julho de 1981) visita a sede da UNESCO e fica a saber que Portugal não apresentara qualquer candidatura à lista de Património Mundial¹⁸⁹. Quando voltou à ilha, o Dr. Álvaro Monjardino, em reunião no Instituto Histórico da Ilha Terceira, apresentou a ideia de incluir Angra na Lista da UNESCO. Houve uma aceitação espontânea e o grupo¹⁹⁰ trabalhou durante aquele verão para entregar o dossiê dentro do prazo (dezembro de 1981). O dossiê de Angra, primeiro português a ser entregue à UNESCO, incentivou mais tarde aqueles dos mosteiros dos Jerónimos, Batalha e Convento de Cristo em Tomar¹⁹¹.

Em junho de 1983 o próprio ICOMOS propôs que a candidatura de Angra fosse enquadrada no âmbito de “Explorações Marítimas do séc. XV e XVI” e recomenda a inscrição da cidade na Lista do Património Mundial, invocando os critérios IV e VI.

“Critério IV — Em termos gerais: ‘Deverá constituir um testemunho ou espécime entre os mais característicos de um tipo de estrutura, representando um desenvolvimento muito relevante no domínio cultural, social, artístico, científico, tecnológico ou industrial’.

¹⁸⁴ António Martins Maio; João Teotónio Ataíde Moniz – “Efeitos do sismo na inflação”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 392–413.

¹⁸⁵ Padre José Barcelos Mendes – “Problemas inerentes à população flutuante após o sismo”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, I volume, 1985, pp. 221–226.

¹⁸⁶ Frases proferidas por Francisco Maduro-Dias em conversa a 19 de junho de 2019.

¹⁸⁷ Pelo decreto 49/79 de 6 de Junho de 1979.

¹⁸⁸ Ex-Ministro dos Assuntos Parlamentares e Ex-Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

¹⁸⁹ Assunção Melo – *Angra do Heroísmo Património Mundial – o Processo*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015.

¹⁹⁰ O Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (à data Presidente do IHIT e Diretor do Museu de Angra), o Dr. José Guilherme Reis Leite (à data Secretário Regional da Educação e Cultura), o Dr. Jorge Pamplona Forjaz (à data Diretor Regional dos Assuntos Culturais) e o Dr. Álvaro Monjardino.

¹⁹¹ Assunção Melo – *op.cit*, 2015.

Em termos específicos: ‘Porto de Angra, escala obrigatória das frotas das Áfricas e das Índias, ser em pleno Oceano Atlântico, o exemplo iminente de uma concepção ligada à função marítima, no quadro das grandes explorações’.

Critério VI — Em termos gerais: ‘O bem a inscrever deverá estar associado a ideias ou crenças, acontecimentos ou personagens com uma importância ou um significado histórico considerável’.

Em termos específicos: ‘Tal como a Torre de Belém e o convento dos Jerónimos em Lisboa, como Goa, Angra do Heroísmo está diretamente e materialmente associada a um acontecimento, de significação histórica universal: a exploração marítima que permitiu o intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta’.¹⁹²

A 6 de dezembro de 1983 a cidade é elevada a Património Mundial da UNESCO. Em abril de 1984 o Decreto Legislativo Regional 15/84/A classifica o centro de Angra como Monumento Regional e “cria um conjunto de regras e preceitos a seguir no sentido da conservação e futuro da cidade”¹⁹³. Nesse Decreto cria-se também o Gabinete da Zona Classificada (GZCAH), cujo funcionamento é só regulado em 1987 (pelo Decreto Regulamentar n.º 26/87-A, de 26 de Agosto), constituído por um representante da Secretaria Regional da Educação e Cultura, outro da Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente e um representante da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo¹⁹⁴. Os processos corriam perante a CMAH, mas havia um despacho vinculativo do Secretário Regional da Educação e Cultura¹⁹⁵. Só em setembro de 2001 é elevada a Património Nacional com a publicação da lei n.º 107/2001¹⁹⁶.

O Gabinete surge já numa segunda fase da reconstrução para aplicar o acordo que tinha sido feito com a UNESCO e competia a este “coordenar todas as actividades atinentes à identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, inscrita na lista do Património Mundial designadamente nas áreas urbana, arquitectónica, educativa, turística e de divulgação”¹⁹⁷.

O centro histórico, monumento nacional, corresponde à área definida no Decreto Legislativo Regional 15/84/A. O Decreto Legislativo Regional 29/99/A aumenta a zona classificada para leste e oeste, até São Bento e até aos Portões de São Pedro, respetivamente. O GZCAH é extinto em 2006¹⁹⁸, passando à Câmara a competência decisória, tendo por base um Plano de Salvaguarda e Pormenor.

Numa análise aos aspetos culturais das ações pós-sismo (anteriores ao GZCAH), Jorge Forjaz¹⁹⁹ refere alguns pontos que talvez justifiquem algumas intervenções infelizes. Destacam-se situações de ilegalidade, em que projetos reprovados pela DRAC e por vezes pela Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente (DRHUA), são aprovados pela CMAH e casos em que projetos eram aprovados sem parecer da DRAC²⁰⁰. Apesar destas situações, ao fim de três anos, nas três ilhas afetadas, quase 80% dos fogos já tinham sido objeto de reconstrução e cerca de 50% estavam concluídos²⁰¹.

¹⁹² *Idem*, p. 21.

¹⁹³ Francisco Maduro-Dias – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. 2ª edição. Angra do Heroísmo, 1996, p. 42.

¹⁹⁴ Pode consultar-se o Dec. Leg. Reg. N.º 15/84/A e o Dec. Leg. Reg. 26/87/A em Francisco Maduro-Dias – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. 2ª edição. Angra do Heroísmo, 1996, pp. 47–66.

¹⁹⁵ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias a 19 de junho de 2019.

¹⁹⁶ Assunção Melo – *op.cit.*, 2015.

¹⁹⁷ Francisco Maduro-Dias – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. 2ª edição. Angra do Heroísmo, 1996, p. 42.

¹⁹⁸ Pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2006/A de 1 de Janeiro de 2006.

¹⁹⁹ À data do sismo era Diretor Regional dos Assuntos Culturais.

²⁰⁰ Cf. Jorge Pamplona Forjaz – “Introdução à área ‘aspectos culturais’”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 776–785.

²⁰¹ Vítor Manuel Pessanha Viegas – “Apontamentos sobre a gestão do Gabinete de Apoio e Reconstrução”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de Janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 852–880.

Em seguida apresentam-se alguns casos de estudo de forma a compreender as alterações pós-sismo e o resultado prático de algumas das medidas teóricas. É dada ênfase às épocas imediatamente antes e após sismo, mas “estende-se” até aos dias de hoje de forma a compreender-se os reflexos daquele passados 40 anos (ver fig. 47 da p. 20 dos anexos).

4. Casos de Estudo

A área de estudo corresponde, sensivelmente, à zona da malha reticulada (ver fig. 49 da p. 20 dos anexos). É limitada a norte pela Rua da Sé, incluindo os quarteirões a norte desta via. Continua pela Rua do Galo (contornando a Praça Velha) até interseção a Rua da Garoupinha, incluindo o quarteirão entre a mesma e a Ladeira de São Francisco. O extremo leste é “fechado” pela Rua de Santo Espírito, contorna a Igreja da Misericórdia e inflete para a Rua dos Minhas Terras, de onde segue pela Rua da Rocha, que delimita esta área a sul. O limite oeste é feito pela Rua Recreio dos Artistas, passando pelo Alto das Covas, e segue em direção à Rua Madre de Deus, englobando as casas com frente para esta rua, até interseção a Rua da Boa Vista. Decidiu-se incluir no estudo dois casos que, além de não pertencerem à retícula, tornam o limite esdrúxulo. O primeiro caso de estudo, na Rua da Garoupinha, por corresponder a um dos primeiros assentamentos em torno da Ribeira dos Moinhos (anterior à retícula) e cuja zona foi possivelmente edificada entre finais do século XV / inícios do século XVI²⁰². A zona da Madre de Deus foi escolhida por ter sido edificada, provavelmente, enquanto se finalizava a última fase da malha reticulada e se iniciava a zona de São Pedro, logo entre o início e meados do século XVI.

A localização de Angra entre duas baías permitiu aproveitar os ventos, mas, pelo traçado viário, evitar os malefícios destes²⁰³. Cada rua reunia um mester que espelhava a principal missão da cidade — apoiar o porto. A Rua Direita era a rua que levava ao porto, a Rua de São João tinha armazéns e ia dar à “prainha”, onde se reparavam os navios, e a Rua da Palha tinha transportes, estrebarias e cocheiras e, também, armazéns de palha. A Rua do Salinas era residencial, assim como a Carreira dos Cavalos, e nesta, como o próprio nome indica, realizavam-se corridas de cavalos. A Rua de Jesus era uma zona residencial e ganhou esse nome por ter acolhido as primeiras instalações do colégio de Jesuítas. A Rua dos Canos Verdes era associada aos correios²⁰⁴.

Ao longo do trabalho optou-se por utilizar, maioritariamente, a toponímia atual das ruas. Com o passar dos anos, apesar das que mantiveram o seu nome desde o século XVI/XVII até aos dias de hoje (Rua de Jesus, Rua de Santo Espírito, etc.), outras foram adotando diferentes designações²⁰⁵.

A leitura dos casos de estudo deverá ser acompanhada pela consulta dos anexos, correspondendo cada página ao respetivo caso. A parcela de análise apenas de fachadas encontra-se na página 19 dos anexos.

Os casos de estudo são apresentados de nascente para poente, começando pela Rua da Garoupinha, em seguida Rua do Galo e lado sul da Rua da Sé até ao Alto das Covas. Inflete para o lado norte da Rua da Sé e seguidamente para a Rua Direita, lado nascente e depois poente, e assim sucessivamente nas restantes ruas paralelas, terminando na Rua Madre de Deus.

²⁰² É difícil precisar, com certezas, devido à pouca documentação e o facto de os lados das ruas não terem sido, genericamente, edificados em simultâneo. Veja-se, por exemplo, a Rua da Garoupinha e a de Santo Espírito, em que, provavelmente, o lado em contacto com a ribeira é edificado e só depois aparece a outra frente de rua.

²⁰³ Com a colocação das ruas principais, sensivelmente, no sentido norte-sul (o vento predominante é no sentido oeste-leste).

²⁰⁴ Francisco Maduro-Dias – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. 2ª edição. Angra do Heroísmo, 1996.

²⁰⁵ Cf. Henrique Braz – *Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira) e Outros Escritos*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

1 – Rua da Garoupinha 29, 31, 33

Embora esta rua remonte ao século XV, a casa original, será provavelmente, dos séculos XVI/XVII, pois no seu interior há um vão cujas cantarias têm as típicas arestas chanfradas (ou “desquinadas”). No quintal existem vestígios de um moinho de rodízio e foram encontrados restos de porcelana chinesa do século XVII²⁰⁶.

Segundo teoria do proprietário, a casa primitiva seria torreada e implantada no canto a sul do lote. Entre a casa primitiva e a “vizinha de cima”, na zona onde seria um vazio, nasceria, mais tarde, outra parte da casa apoiada nas empenas das construções confinantes, tendo apenas a fachada principal e o tardo como paredes estruturais. Não só o desenho de fachada evidencia a diferença de épocas, como referiu Maduro-Dias que ao reconstruir a casa se apercebeu que uma esquina (cunhal em cantaria) da presumível torre estava chanfrada para encaixar com outra parede. Este acrescento é confirmado pela materialidade destas “novas” paredes, embora inicialmente a casa torreada e a acrescentada fossem duas moradias independentes.

Apesar de atualmente no imóvel apenas funcionar um fogo, a fachada pode ser dividida em duas: a da esquerda enquadrada pelo soco, pilastras sobre pedestais e por cornija, com três vãos por piso (com vergas curvas). O piso térreo tem duas portas e uma janela de peito à direita. Esta janela tem a inscrição *Esp^{ca}* no centro da verga, facto que prova que a casa pagava foro ao Convento da Esperança, extinto por volta de 1835. Logo, conclui-se que esta fachada (típica de finais de século XVIII a inícios de século XIX) foi edificada antes da extinção do referido Convento. O 1.º andar tem três janelas de sacada com acesso a uma varanda corrida. À exceção da porta central do r/c que possui uma folha, as restantes fenestrações têm caixilharias de dois batentes; a fachada do lado direito apenas tem dois vãos à largura: no piso térreo uma porta (com postigo) e uma janela de peito, de dois batentes, protegida por grade de ferro e no piso acima duas janelas de peito (guilhotina de duas folhas). Todos os vãos têm verga reta com uma pequena elevação ao centro e as ombreiras prolongam-se ligeiramente abaixo da pedra de peito. No lado direito da fachada, ao contrário do lado esquerdo, as molduras são reentrantes.

A casa inicial possui vestígios de um moinho de água de roda vertical (azinha) que aproveitava o caudal da Ribeira dos Moinhos. Ainda hoje é visível o troço de cantaria e parte do seu sistema de funcionamento. Este tipo de moinhos era exterior e, apesar de atualmente se encontrar encerrada a zona entre o extinto moinho e a área da casa primitiva, inicialmente seria a céu aberto. Algures no século XIX a casa é sujeita a obras, em que se fecham algumas zonas que seriam ao ar livre (a roda deixa de estar fora para estar dentro de casa) e é acrescentada ao nível do 1.º andar, tudo isto talvez simultâneo à remodelação da fachada.

A porta de ligação entre casas foi feita pelo bisavô de Maduro-Dias, aquando da compra do imóvel, que já possuía a fachada com vergas curvas. Nas vésperas do sismo a casa estava alugada em três frações: o n.º 29, em tempos casa do moleiro, como oficina de marceneiro, com serventia pela rua da Garoupinha (inicialmente, o moleiro, por questões sociais, entrava pela ladeira de São Francisco) e a sala e moinho estavam a ser utilizados como depósito de materiais; a entrada com o n.º 31 e o 1.º andar era alugado a uma família; as lojas correspondentes ao n.º 33 estavam alugadas a uma loja de ferragens, como armazém²⁰⁷. Por isso, a ligação entre os referidos espaços estava interrompida, mas atualmente está aberta, pois em todo o edifício (duas fachadas) só funciona um fogo. É curioso notar que a cota da zona do atual quintal (que possui um tanque circular central de repuxo do século XIX), é semelhante à do patamar equivalente no Jardim Duque da Terceira, do outro lado da rua, pois antes da abertura da Ladeira de São Francisco (início de século XVII) seriam terrenos interligados²⁰⁸.

²⁰⁶ Segundo Francisco Maduro-Dias (proprietário da casa e responsável pela reconstrução da mesma).

²⁰⁷ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias, aquando da visita à moradia.

²⁰⁸ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias, aquando da visita à moradia.

A casa que chegou ao atual proprietário, em 1980, tinha problemas estruturais. À data do sismo, existia uma trapeira (que teria a largura suficiente para um quarto de dormir, talvez adição de século XIX) feita com pedras de cantaria ao alto. Nesse século há uma época em que se constrói, na ilha Terceira, uma série de casas ou adições com blocos de cantaria com 15 a 20 centímetros de espessura, colocadas ao cutelo²⁰⁹. Esta parte do sótão voltada para a frente, com o sismo, “entrou pela casa” levando consigo partes da cobertura. Os tetos tinham sido alterados e parte da casa era, como várias em Angra, com dois pisos para a frente de rua e três para o tardo, o que significa que a linha de cumeeira estava deslocada do alinhamento original. Essa alteração permitiu ter, ao nível do 2.º andar, um quarto para o tardo, que tinha dois cachorros de pedra para suporte da sacada do que seria uma varanda, apesar de à data do sismo já não lá estar. Com a obra pós-sismo, a cumeeira voltou ao suposto sítio original e este 2.º andar deu lugar a um sótão.

O projeto pós-sismo é de dezembro de 1984 e a vistoria para concessão de licença de habitação realizou-se em maio de 1989²¹⁰. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera a casa como imóvel de qualidade²¹¹. Indica que as empenas e a fachada se encontravam em mau estado de conservação e a cobertura em ruína. Assinala como pormenor notável a guarda da varanda em ferro fundido e como terapêutica “preservar com reajustamentos”. O pano de parede foi mantido em branco e as molduras, cimalha, consola da varanda e pilastras (que eram caiadas também em branco) atualmente estão pintadas na cor ocre. O soco e pedestais, tal como à data do sismo, são pintados de preto. As proporções da fachada foram respeitadas, inclusive a “falta” da cimalha e pilastra a delimitar a fachada com o número de polícia 33. Tal facto relaciona-se com a qualidade de construção e por não possuir sacada. Não obstante, possui, tal como a fachada contígua, um beiral duplo de telha de meia cana tradicional. Na obra após o sismo, para reforçar a estrutura da casa, recorreu-se a pilares de betão armado e, por vezes, a perfis metálicos. Aplicou-se uma cinta antissísmica entre o r/c e o 1.º andar, porque as paredes do r/c são as originais e as do 1.º andar foram reconstruídas, levando outra cinta ao nível da cimalha. Apesar de se manter grande parte da estrutura original, adicionou-se paredes em blocos de betão e outras em madeira, como a separação entre os quartos, que a qualquer momento pode ser retirada de forma a ter a leitura do espaço original. As portas e janelas que lá estão não são as que estavam à data do sismo. Foram substituídas por outras de madeira de “pinho resinoso” e “pinho-de-flandres” que estavam numa casa pertencente à família (na Rua do Barcelos). A opção cromática das caixilharias manteve-se, sendo pintadas de verde escuro com pinázios brancos. A guarda da varanda atualmente é composta por prumos ou balaustres simples de madeira pintada de verde escuro, para ser fiel à que a casa teria anteriormente (e não a que estava nas vésperas do sismo, em ferro fundido pintado de branco).

A área que atualmente é um pequeno pátio e seria a cozinha e pátio do moleiro parece ser “roubada” à casa vizinha (ver anexo 01). Em tempos existiu uma chaminé que era partilhada e possivelmente resultou de um acordo entre proprietários. O forno do moleiro estava instalado na cave da casa “de baixo” e teria metade da área da chaminé como lar. No piso acima, já pertencente à casa vizinha, a outra metade talvez fosse lar com um fogão a lenha.

Atualmente é possível ver a levada da ribeira por baixo da sala, assim como a levada da roda do moinho e, através de alçapões de madeira, pode descer-se, entre outras, à zona de acesso à roda que era utilizada para a consertar quando necessário. Ainda na zona da atual sala de estar, há uma parte que apesar de não se entender bem o funcionamento, possivelmente foi um terceiro moinho da casa, descoberto aquando das

²⁰⁹ Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias, em junho de 2019.

²¹⁰ Cf. CMAH, Processo n.º 165/88 — Rua da Garoupinha n.º 31.

²¹¹ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 878.

obras de reconstrução. Esta zona ficou exposta entre 1980 e 1995/97 (quando se realizaram as obras nesta parte da casa). Decidiu-se manter a memória “tampando” estas áreas com alçapões de madeira, sendo possível visualizá-las abrindo-os. O troço da ribeira ainda lá está, e foi eletrificado para melhor visibilidade.

A zona da roda, originalmente exterior à casa, atualmente faz parte da sala, incluindo uma divisão encimada por uma abóbada de berço abatida. Talvez fosse caiada de cor-de-rosa ou almagre para contrastar com a sujidade que era o branco da farinha. O tom de caição possivelmente resultava da hematite²¹². O que hoje para nós são curiosidades, para a época eram sistemas engenhosos, como, por exemplo, o funcionamento da ribeira no mesmo leito, mas em dois canais: um deles num nível superior que transportava a água limpa e o outro num nível inferior com as águas sujas, utilizado pelos moinhos²¹³. A própria ribeira servia por vezes de lavabo, como acontecia nesta casa. Quando a casa passou a ser alugada a outra família, um dos quartos de cama foi transformado em quarto de banho (seria só para banho, continuando a ser utilizada a retrete à parte). A partir dos anos 50, as entidades públicas começaram a secar os sistemas da ribeira no interior da cidade. Nessa altura esse “quartinho” é transformado numa casa de banho (no sentido que hoje conhecemos) e é feita uma ligação (esgotos) para a Ladeira de São Francisco.

A casa que vinha crescendo desde o século XVI foi, com o sismo, alvo de uma “limpeza” de adições posteriores (como a alteração da cumeeira), mas mantendo-se “capítulos” marcantes da história da casa, adaptando-a às necessidades da época com, por exemplo, a adição de novas casas de banho e a realocação da cozinha. A ideia após o terramoto para este imóvel foi refazer uma casa habitável, segundo as técnicas tradicionais, mantendo o que foi poupado e acrescentando apenas o essencial. Alguns espaços da casa foram alterados, porque, segundo o dono de obra, além de ter área mais que suficiente, os quartos interiores, resultantes das alterações do século XIX, eram muito escuros. Embora alguns “capítulos” da casa tenham sido “apagados”, pode dizer-se que, no essencial, conta uma história e permite uma passagem por vários séculos de Angra: desde as arestas “desquinadas”, à aplicação do traquito e do tufo (possivelmente do Monte Brasil) em arcadas; as vergas duplas (madeira e pedra); a estrutura dos tetos e cobertura de madeira; o saguão lajeado, com banquetas de pedra; ao lado deste, escadas de cimento afagado (sobre estrutura de pedra), como era habitual no início do século XX; e alterações devido ao sismo, como a laje de betão aplicada sobre a cozinha e casas de banho.

2 – Rua do Galo 6, 8

Nos anos 50 do século passado este imóvel espelhava o aspeto, organização e estrutura de uma casa “típica” em Angra: r/c com comércio, habitação no 1.º andar e um sótão para arrumação. Possuía três vãos à largura e janelas de sacada no 1.º andar. Tinha cozinha com forno a lenha no tardo, ao nível do 1.º andar e assente sobre um maciço que compunha um volume perpendicular à casa. Ao lado deste estava o quintal ou pátio (ver anexo 02). As fachadas seriam em alvenaria de pedra e, paralela a estas, sensivelmente a meio, existia uma parede mestra, suportada por arcos no r/c, que continuava pelo 1.º andar e, ao nível da cobertura, provavelmente suportava a cumeeira que dividia o telhado em duas águas. A estrutura da cobertura e dos pavimentos seria em madeira.

²¹² “Por debaixo das escoadas basálticas ocorrem por vezes camadas delgadas de hematite que era utilizada como pigmento (vermelhão), a adicionar à cal para pintura de paredes.” José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, p. 362.

²¹³ Vitor Brasil – *Património das Águas de Angra*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2018.

Em maio de 1957 foi elaborado um projeto para modificar a fachada do estabelecimento comercial ao nível do rés-do-chão deste imóvel. Devido à pequena frente e baixo pé-direito, para obter mais luminosidade, rasgaram-na com uma montra. Segundo a memória descritiva, a fachada a este nível ficaria enquadrada por revestimento em marmorite polido de cor escura, assim como a base da montra e a soleira da porta²¹⁴. Em novembro desse ano foi feito o pedido de vistoria.

Em janeiro de 1959, foi desenvolvido um projeto de ampliação do prédio²¹⁵. Construiu-se um 2.º andar e reconstruiu-se a “zona húmida” (cozinha e casa de banho) do 1.º andar. As paredes de elevação do 2.º andar foram edificadas em blocos de betão, a estrutura da cobertura em madeira e, sobre esta, foi colocada telha de canudo “tipo regional”. Os pavimentos da cozinha e casa de banho do novo piso foram construídos em laje de betão armado e os restantes em soalho sobre barrotaria.

Em maio de 1962 deu entrada na Câmara Municipal um projeto, da autoria do arquiteto Fernando Augusto de Sousa, que modificava o primeiro andar, passando de moradia a consultório médico²¹⁶. Em agosto desse ano foi feito o pedido de licença de utilização. As alterações resumiram-se à passagem do quarto a sala de espera, a zona de arrumos central a vestiário e a sala comum a zona de consultas. A instalação sanitária e cozinha transformaram-se em enfermaria, sem deslocar paredes. As maiores alterações foram a adição de um volume paralelepípedo no tardo, paralelo à fachada, para a instalação da nova casa de banho.

O projeto pós-sismo — datado de maio de 1982 —, segundo a sua memória descritiva²¹⁷, previa a substituição de madeiras nos pavimentos por lajes de betão pré-esforçado, paredes em alvenaria de blocos de betão, assim como a introdução de cintas e pilares nas paredes periféricas²¹⁸. Refere que o prédio tinha quatro pisos e que a única alteração seria a criação de luz direta para dois compartimentos interiores no último piso. Subentende-se que tal alteração seria a transformação de um aproveitamento de sótão em andar recuado. Em parecer da DRAC de julho de 1982, é referido que o projeto deverá ser indeferido por não ser aceitável o andar recuado e aconselham substituir a montra, recuperando a configuração original dos vãos. Em dezembro do referido ano foi solicitada uma reapreciação do projeto pelo dono de obra. Em parecer da DRAC de março de 1983 foi aceite o andar recuado, por já estar construído, mas refere-se que não seriam toleradas situações idênticas²¹⁹.

Em abril de 1983 é feito o pedido de licença de utilização para atividades comerciais ou profissões liberais para o r/c e 1.º andar²²⁰ e em outubro de 1984 o mesmo é feito para o 2.º e 3.º andar²²¹. Algum tempo depois, o 2.º e 3.º andares foram utilizados como escritórios de contabilidade. Funcionaram como tal até 2005. Em fevereiro de 1992 é feita uma vistoria para divisão em propriedade horizontal e o imóvel passa a funcionar com quatro frações independentes, uma por piso²²². Atualmente funciona no r/c uma loja, no 1.º andar um consultório e o 2.º e 3.º andares são dois fogos independentes.

A casa sofreu alterações ao longo dos anos e a fachada chega às vésperas do sismo com uma montra no rés-do-chão enquadrada por marmorite cinzento escuro, assim como o soco. Os cunhais e molduras dos vãos eram pintados de cinza e a fachada de castanho claro. A cimalha era de cor cinza e suportava o beiral de dupla fiada, que tal como o resto da cobertura, seria em telha de meia cana. As três janelas de sacada

²¹⁴ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 248/57 – Rua Rainha D. Amélia, 6,8.

²¹⁵ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 55/59–Rua Rainha D. Amélia –Conceição – 6 a 8.

²¹⁶ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 286/62 – Rua Rainha D. Amélia 6/8 – Freguesia da Conceição.

²¹⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 762 – Rua Rainha D. Amélia n.º 6–8, Conceição.

²¹⁸ Segundo o projeto de estabilidade, presente no processo anterior, a estrutura seria reticulada, com pilares e vigas moldados no local e os pavimentos, excetuando o rés-do-chão, seriam executados em lajes pré-fabricadas.

²¹⁹ Cf. CMAH, processo n.º 762 – Rua Rainha D. Amélia n.º 6–8, Conceição.

²²⁰ Cf. CMAH, processo n.º 622/83 – Rua Rainha D. Amélia n.º 6 e 8 – Conceição.

²²¹ Cf. CMAH, processo n.º 1412/84 – Rua do Galo n.º 6–8 – Conceição.

²²² Cf. CMAH, processo n.º 140 – Rua do Galo 6 – Freguesia da Conceição.

davam acesso a uma varanda única com guarda em ferro forjado pintado de verde escuro, assim como as guardas das janelas de varandim do piso acima. As portas e janelas destes dois pisos eram em madeira pintada de branco, assim como as portadas (interiores) e os seus aros eram pintados de verde escuro.

A ficha da Inventariação do Património Arquitetónico da DGPU considera a fachada, empenas e coberturas em razoável estado de conservação, indica que o r/c é dissonante e recomenda como terapêutica “preservar com reajustamentos”²²³.

Atualmente, apesar de ainda existir a montra, já não incorpora a marmorite pois foi substituída por reboco pintado de cinza escuro. As molduras encontram-se ligeiramente alteradas e a própria proporção das janelas de varandim é diferente, assim como a distância das ombreiras aos cunhais (ver anexo 02). A zona de ligação dos cunhais apilastrados à cimalha possuía um ligeiro ressaltado, que desapareceu, e a largura destes foi reduzida. O beirado, que seria duplo, foi substituído por um simples, e essa diminuição da capacidade de afastamento da cortina de águas pluviais da fachada talvez seja a causa da oxidação e desaparecimento de partes da guarda de ferro. Os caixilhos das janelas foram deslocados para o interior e bastante alterados. Embora se mantenha a madeira nas janelas do 1.º andar, esta apresenta a sua cor natural e não o branco. No andar acima, apesar de serem brancas, as janelas são em alumínio, tal como as do andar recuado. Os varandins que protegem as janelas do 2.º andar passaram a ser em metal fundido em vez de forjado. Estas alterações talvez tenham ocorrido aquando das obras que alteraram o último piso. A área da cozinha foi transformada em “open space” partilhado com a sala comum e parte da área que era escritório deu lugar a outro quarto. A data destas alterações é desconhecida. A porta e janelas da fachada têm dois batentes, como nas vésperas do sismo, mas com mais pinázios. A fachada está pintada de bege e as molduras de castanho. São visíveis, no interior deste edifício, vigas e pilares de betão armado, assim como a cobertura inclinada de abobadilhas e vigotas pré-esforçadas, testemunhando assim um sistema construtivo corrente.

3 – Rua da Sé 127

A primeira alteração documentada, relativa a este imóvel, é um projeto de “modificação dos baixos de um prédio” que remonta a finais de 1964. Nesta modificação, dois dos três vãos do rés-do-chão são transformados em montra. O acesso aos restantes pisos continuava a ser feito pela porta existente e o acesso à loja pela própria montra. “O estabelecimento que se destina ao ramo de comércio de confecções é composto de três únicos compartimentos a saber: Sala de Vendas e Exposições, Depósito e Instalações Sanitárias”²²⁴. Já nessa altura, a fachada deste imóvel, com três vãos à largura, possuía um cordão entre o 1.º e 2.º andar, talvez demarcando o que foi em tempos o beirado da casa, quando esta tinha dois pisos (ver anexo 03). O prédio localizado a nascente desta, com os números de polícia 117 a 121, aparentemente não tem qualquer relação, quer estética, quer histórica, pois foi edificado já no século XX, enquanto que a casa com os números 123, 125 e 127 parece enquadrar-se no típico modelo de século XIX, quando muitas casas de dois pisos ganharam um terceiro piso.

O imóvel moderno, em tempos apelidado “Casa do João Crisóstomo”, é um edifício de dois pisos, “claramente construído para habitação no primeiro piso [sic] e comércio no rés-do-chão, onde se encontra instalada, desde 1953, a Sapataria ‘Pimentel’.”²²⁵ Talvez por a habitação se distribuir apenas por um piso e ter uma reduzida área útil, algum tempo após a construção, passa a comunicar com o imóvel que o confina a

²²³ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 540.

²²⁴ Excerto da memória descritiva do referido projeto, elaborada a 30 de dezembro de 1964, pelo agente técnico de engenharia civil Ulisses Tomas de Simas, anexada ao Processo de Obras, Registo n.º 3/65 — Rua da República – 125, 127 – Freguesia da Sé, em arquivo da CMAH;

²²⁵ Paulo Duarte de Melo Gouveia – *op.cit.*, p. 56.

poente. Segundo um levantamento de 2005, no r/c de cada edifício funcionavam lojas independentes, mas eram comunicantes ao nível do 1.º andar²²⁶. Nestes dois edifícios funcionava um fogo, pois, à data, a distribuição espacial seria uma sala no 1.º andar (com acesso à varanda) que se ligava à sala de jantar e esta à cozinha, já no edifício moderno, que, por sua vez, comunicava com outra sala de estar que beneficiava de todos os vãos da fachada ao nível do 1.º andar deste edifício. A nascente encontrava-se a casa de banho, arrumos e um pequeno logradouro. O 2.º andar do edifício “mais antigo” continha três quartos enquanto que, ao mesmo nível, no edifício moderno encontrávamos o terraço, acessível pelo referido logradouro ou pelo 2.º andar do imóvel em estudo (ver anexo 03). A data desta obra é desconhecida.

Aquando do sismo, o edifício com os números de polícia 123 a 127 tinha a fachada a imitar cantaria (com uma base cinzenta e imitação de juntas a branco), à exceção do rés-do-chão, cuja montra era forrada a “pastilha” verde. A zona da porta de entrada, a respetiva moldura e o cunhal eram rebocados e pintados de verde, enquanto as restantes molduras, cunhais e cimalha estavam pintados de amarelo. O 1.º andar dispunha uma janela de sacada central ladeada por duas janelas de varandim e o 2.º andar três janelas de varandim, no alinhamento dos vãos inferiores. À exceção da montra, todos os vãos tinham verga curva e as ombreiras das cinco janelas de varandim prolongavam-se ligeiramente abaixo do limite inferior do “peitoril”. A guarda da varanda e varandins eram em ferro forjado prateado. A porta de entrada era em madeira escura e as janelas em madeira pintada de branco com aros castanhos. As portadas interiores seriam em madeira pintada de branco.

O beirado, que era duplo, com a obra recente passou a simples e as suas águas são recolhidas por uma caleira que desagua num tubo de queda alinhado com a pilastra do lado este. Na Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, este edifício é considerado como imóvel de acompanhamento com dissonâncias parciais profundas²²⁷. Define como terapêutica preservar com reajustamentos e nas observações lê-se “substituir revestimento da fachada quer no r/chão quer nos andares. Estudar composição de aberturas no r/chão (comércio)”²²⁸.

Em novembro de 2002 e junho de 2004 são feitas vistorias aos edifícios para verificar as condições de segurança que, no caso presente, referem o mau estado da cobertura, cimalha e cunhais.

Em outubro de 2013 é elaborado um relatório de avaliação do risco estrutural do imóvel com o número de polícia 127²²⁹. Dado o estado do edifício, recomenda-se a evacuação do mesmo no prazo mais curto possível e a substituição total da sua estrutura interior. É referido que o estado dos pavimentos e cobertura pode agravar-se levando à ruína total ou parcial. A principal causa da deformação de pisos, tetos e escadas foi a podridão das madeiras devido à humidade causada pela entrada de águas pluviais no imóvel com o passar do tempo. À data deste relatório, os dois edifícios estavam devolutos, à exceção do r/c do edifício a poente, que estava ocupado por uma loja. Este teria uma estrutura “típica” de paredes resistentes de alvenaria de pedra, pavimento e cobertura em madeira, paredes divisórias em tabique e tetos de estuque. O edifício de menor porte, por ser moderno, já possuía estrutura em betão armado e não apresentava risco. Dado o estado de degradação dos imóveis nessa altura, possivelmente entre o sismo e 2013 não sofreram qualquer intervenção.

No mesmo mês de 2013 é apresentado um projeto para os imóveis que mantém a montra do edifício a poente²³⁰. Em novembro desse ano é apresentada outra proposta que “repõe” as duas portas no r/c, após

²²⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 13/191 – Rua da Sé, n.º 117 a 127.

²²⁷ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 336.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ A visita foi em setembro do mesmo ano. Cf. CMAH, Processo n.º 13/191 – Rua da Sé, n.º 117 a 127.

²³⁰ Cf. DRC, Processo n.º A20-336 — Rua da Sé, 125/127 – Sé.

parecer da DRC nesse sentido²³¹. Em janeiro do ano seguinte é entregue um aditamento ao projeto e, em abril, o projeto de “arranjos exteriores”. Em setembro de 2016 a obra é concluída e os imóveis passam a estar divididos em cinco frações: duas no r/c destinadas a comércio e as restantes a habitação (ver anexo 03). Atualmente, o rés-do-chão dos dois edifícios está interligado e neste funciona uma sapataria. O acesso aos andares é feito pela porta com o n.º 127. No 1.º andar encontram-se dois fogos, um em cada edifício e no 2.º andar e sótão desenvolve-se outro fogo, com o quarto em mezanino.

As lajes de piso e cobertura são aligeiradas. Parte das paredes exteriores manteve-se em alvenaria de pedra e as interiores foram edificadas em alvenaria de blocos vazados de betão ou estrutura metálica com gesso cartonado, sendo este último material também aplicado no teto falso. As caixilharias exteriores aparentam ser madeira maciça lacada e, segundo a memória descritiva de novembro de 2013, as atuais guardas são em ferro galvanizado. É ensaiada uma memória da antiga montra, com a substituição do novo nembo por uma superfície envidraçada entre as duas ombreiras das novas vitrines em forma de vão de porta. Embora as portas e janelas se mantenham de duas folhas, as últimas “perderam” a bandeira e os pinázios e possuem sistema oscilo-batente.

4 – Rua da Sé 157, 159

O documento mais antigo disponível em arquivo, relativo a este imóvel, é a ficha da Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU²³². Esta considera-o como imóvel de acompanhamento com dissonâncias parciais ligeiras. A fachada era rebocada e pintada de castanho, à exceção do piso térreo que era pintado de amarelo e sublinhado com um soco castanho escuro. As molduras deste piso eram pintadas com a cor da fachada do restante edifício e as molduras dos outros pisos eram brancas, assim como a guarda de ferro fundido da varanda do 1.º andar, para a qual davam três janelas de sacada. O r/c tinha uma montra central ladeada por duas portas. A porta a poente dava acesso à loja e a outra à habitação que se desenvolvia nos pisos superiores. Todos os aros das janelas e folhas das portas eram em madeira pintada de castanho escuro, tal como o corrimão da varanda. O último piso possuía quatro janelas de peito. As das extremidades alinhavam com as janelas e portas dos pisos inferiores e as centrais estavam enquadradas pela montra do r/c, possuindo uma floreira com esse comprimento. Todas as janelas e portas eram de dois batentes e as caixilharias do 1.º e 2.º andares eram de madeira pintada de branco, assim como as portadas interiores. A cimalha suportava um beiral duplo e era em betão pintado de branco, assim como a floreira e os dois cachorros que a suportavam.

A ficha da Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU assume como terapêutica preservar o imóvel com reajustamentos e retirar a floreira no 2.º andar. Este último piso foi edificado ou “melhorado” aquando da introdução da montra.

Em 1996, as cores da fachada já se encontravam alteradas para branco com molduras verdes e guarda verde escuro. Em maio de 2003 surge um parecer do GZCAH sobre um pedido de obras de beneficiação que refere uma série de dissonâncias, entre as quais a telha de aba e canudo e estores²³³. O imóvel já não possuía a floreira e tinha uma cimalha diferente da existente nos anos 80, talvez feita com o molde que “corria” as diferentes obras no pós-sismo.

O projeto base do edifício que hoje vemos remonta a dezembro de 2008²³⁴. Nessa altura estava desocupado, mas, aquando do sismo, tinha comércio no piso térreo e o restante edifício (1.º, 2.º e 3.º andares)

²³¹ Cf. CMAH, Processo n.º 13/191 – Rua da Sé, n.º 117 a 127; Cf. DRC, Processo n.º A20–336 — Rua da Sé, 125/127 – Sé.

²³² *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 273.

²³³ Cf. DRC, Processo n.º A16–273 — Rua da Sé – 157/159.

²³⁴ Cf. CMAH, Processo n.º 01/170 — Rua da Sé, n.º 157 a 159; Cf. DRC, Processo n.º A16–273 — Rua da Sé – 157/159.

com uma habitação unifamiliar. O telhado era de duas águas com estrutura de madeira e permitia uma situação corrente em Angra: ter um piso suplementar no tardo. Existiam ampliações no tardo que se materializavam em terraços a diferentes cotas, interligados por escadas, e permitiam o acesso aos diferentes pisos. Segundo a memória descritiva, o edifício estava em “razoável/mau estado de conservação” e a construção existente não tinha as adequadas condições de “conforto e comportamento energético”. Este projeto propunha seis frações independentes: comércio no r/c, dois escritórios voltados para a Rua da Sé e três habitações voltadas para o tardo, uma em cada andar. O esquema de circulação vertical foi mantido, com uma escada de tiro encostada à empena do lado este, que dá acesso a um núcleo de escadas central, mas estas foram redesenhadas (ver anexo 04). Inicialmente, os vãos do 2.º andar seriam “mantidos”, mas a sua altura era aumentada, ou seja, passavam de janelas de peito a janelas de varandim. Esta solução foi discutida com a DRAC e alterada para o mesmo ritmo de cheios e vazios do 1.º andar, com os três vãos à largura. A linguagem destes vãos é diferenciada dos restantes pela aplicação de guarnições de basalto. A altura da montra no rés-do-chão também foi aumentada. A estrutura do imóvel atualmente é em betão armado, mantendo algumas paredes exteriores em alvenaria de pedra. Todas as paredes novas (interiores e exteriores) foram construídas com blocos vazados de betão. Segundo o projeto, a cobertura seria em estrutura metálica e os tetos falsos em gesso cartonado aplicado sobre estrutura de metal. Em abril de 2009 é emitido um parecer favorável pela DRC e em novembro desse ano é elaborado o “projeto de arranjos exteriores”²³⁵.

Em novembro de 2011 foi elaborado um aditamento no qual, entre outras, são feitas alterações aos lavabos e casas de banho nos diferentes pisos e as escadas de acesso ao mezanino são relocalizadas²³⁶. Nos dias de hoje, excetuando o r/c, todas as frações se destinam a habitação. Atualmente o edifício é limitado inferiormente por um soco pintado de preto e superiormente por uma cimalha de betão que suporta um beiral simples. As águas pluviais são recolhidas por uma caleira com pendente até um tubo de queda visível no extremo poente da fachada. O rés-do-chão possui duas portas de uma só folha, a do lado poente envidraçada dá acesso à loja e a oposta, em madeira pintada de branco, permite aceder às escadas que levam ao 1.º andar. Entre estas duas portas existe uma montra, sem moldura, “rasgada” até ao chão. O 1.º andar possui três janelas de sacada (de dois batentes) com acesso a uma varanda corrida protegida por uma guarda de ferro fundido prateada. Estas três janelas e as portas do r/c possuem uma moldura pintada de azul claro, assim como a cimalha e a sacada. O 2.º andar “recupera” o alinhamento dos vãos do piso anterior, mas substitui as molduras por uma espécie de chanfros revestidos a basalto, conseguidos pelo recuo da janela ao alinhamento interior da parede. A estas três janelas foi adicionado um varandim moderno. Todas as portas e janelas são novas e “perderam” os pinázios.

5 – Alto das Covas 5, 7

A primeira alteração conhecida deste imóvel é relativa à fachada, ao nível do r/c, e típica da 2.ª metade do século XX. O piso térreo funcionava como dependência do estabelecimento a nascente, que pertencia ao mesmo proprietário. Este queria “embelezar” a fachada e transformou duas portas numa montra e porta de serviço, procurando uma relação com a fachada adjacente. O acesso à habitação, feito pela porta à direita, não foi alterado. Este projeto foi elaborado em agosto de 1972²³⁷. Nessa altura, o edifício era dividido em dois pisos: o referido espaço no r/c e uma habitação no 1.º andar. Manteve-se com essa ocupação até 1980.

²³⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 01/170 — Rua da Sé, n.º 157 a 159.

²³⁶ Cf. DRC, Processo n.º A16–273 — Rua da Sé – 157/159.

²³⁷ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 386/72 — Largo 11 de Agosto, 5–6 – Sé.

Segundo a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, é considerado imóvel de acompanhamento com dissonâncias parciais profundas²³⁸. O r/c era composto por uma montra com caixilharia de madeira envernizada, assim como a porta envidraçada de acesso ao estabelecimento (de duas folhas). À direita encontrava-se a porta de acesso ao piso superior, em madeira pintada de castanho escuro, de dois batentes. O r/c tinha sido forrado com um material moderno — azulejo, pedra ou imitação desta — cinzento escuro (ver anexo 05). A transição entre pisos era marcada por uma cornija, composta por dois cordões salientes e espaçados entre si, no mesmo material que forrava o r/c (ver anexo 05).

A fachada era delimitada lateralmente por cunhais apilastrados e superiormente por uma cornija em alvenaria de pedra rebocada e pintada de cinzento escuro, assim como os cunhais e molduras dos vãos do 1.º andar. Ao centro localizava-se uma janela de sacada (com consola em pedra pintada de cinzento escuro e guarda em ferro fundido prateado) de duas folhas, com bandeira, e à esquerda e direita uma janela de peito de guilhotina de duas folhas. Todas as janelas eram em madeira pintada de branco e os aros de castanho escuro. As portadas eram interiores em madeira pintada de branco. A fachada era amarela e contrastava com as molduras, de verga reta, que possuíam uma pequena elevação ao centro e ligeira continuação das ombreiras abaixo da pedra de peito. A cobertura era em telha de canudo rematada em beirado de dupla fiada. É considerada como terapêutica, pela Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, “preservar c/ reajustamentos” e é anotado rever o tratamento do rés-do-chão.

O projeto pós sismo foi elaborado em maio de 1980. Previa todas as paredes estruturais e divisórias em alvenaria de blocos de betão, lajes de pavimento em betão armado, cobertura em “telha regional” assente sobre estrutura de madeira e cinta antissísmica ao nível das padieiras²³⁹.

O projeto base do edifício que hoje vemos remonta a outubro de 1985. Na opinião do projetista, como as construções adjacentes subiram em altura, justificava-se mais um piso, para uma correta transição entre fachadas. Devido aos encargos económicos, optou-se apenas por reconstruir o existente. A estrutura atual é a prevista no projeto: estrutura porticada de betão armado e cobertura de abobadilhas e vigotas pré-esforçadas. As paredes são em alvenaria de blocos de betão.

Previa-se manter a fachada em alvenaria de pedra e as cantarias do 1.º andar seriam conservadas. Muitas pedras trabalhadas foram reutilizadas após o sismo. Houve quem comprasse, roubasse ou recebesse como oferta (porque o dono não tencionava utilizar na reconstrução) pedra de cantaria de casas vizinhas²⁴⁰. Devido à mão de obra não especializada, foram cometidos muitos erros na sua colocação. Por exemplo, neste imóvel encontra-se uma pedra com a inscrição *S^{mo}Sé* colocada na zona superior de um nicho lateral à porta de entrada na habitação. Significa que a casa pagava foro à Sé (Santíssimo da Sé) e a pedra foi mal colocada — estas seriam sempre pelo exterior — ou transitou de outra casa foreira.

Em parecer da DRAC de outubro de 1985, informou-se a necessidade de repor o alinhamento original dos vãos (1.º e 2.º pisos semelhantes). Em dezembro de 1988 foi feito um pedido para interromper a obra por falta de materiais²⁴¹. Segundo a atual proprietária, o dono de obra anterior foi vítima de burla por parte de um empreiteiro oriundo do Continente, que se vendo com dinheiro adiantado, fugiu antes de estar concluída a obra, ficando abandonada, por finalizar, durante muito tempo.

A 5 de julho de 1991, emitiu-se um parecer do GZCAH a respeito de um pedido de apoio financeiro para a correção de anomalias arquitetónicas. Referia que, de acordo com o Dec. Leg. Reg. N.º 15/84/A, existiam

²³⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 169.

²³⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 803/80 — Largo Dr. Salazar – Sé.

²⁴⁰ Informação veiculada em conversa com a Geóloga Salomé Meneses a 13 de setembro de 2019.

²⁴¹ Cf. CMAH, Processo n.º 1176/85 — Alto das Covas, 5–7 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º A11–169 — Alto das Covas, 5–7.

várias hipóteses para o r/c: três vãos; quatro vãos; três vãos e o central teria a mesma largura da varanda (cerca de dois metros). Era também admitida, segundo o artigo 12.º do referido decreto, a introdução de uma “mansarda” (águas-furtadas) centrada²⁴².

Em novembro de 1991 o pedido de concessão de licença de ocupação foi indeferido porque as obras não estavam concluídas (estavam interrompidas desde dezembro de 1988, a pedido do então proprietário)²⁴³. Em fevereiro de 1992 foi entregue um aditamento ao projeto com as alterações efetuadas no decurso da obra, nomeadamente: o r/c deixou de ter pátio para ter uma zona de armazém e instalações sanitárias; por cima dessa área, ao nível da habitação, foi criado um pátio; no 1.º andar introduziu-se uma escada de acesso ao sótão; as instalações sanitárias foram realocadas; o alinhamento original dos vãos foi reposto. No aditamento substituíram-se as trapeiras por claraboias e a telha lusa (já aplicada) foi substituída por telha de canudo regional — dando a possibilidade ao proprietário de beneficiar do apoio financeiro para a correção de dissonâncias²⁴⁴. Em parecer do GZCAH de junho do mesmo ano, foi referido que, para utilizar o sótão para fins de habitação, teriam que ser introduzidas águas-furtadas para iluminação e arejamento²⁴⁵. Nesse documento explicitava-se que, se fosse estritamente necessário, havia a alternativa de adicionar um piso.

Atualmente o edifício possui dois pisos e aproveitamento de sótão. A fachada é delimitada por um soco pintado de preto, cunhais apilastrados e cimalha de suporte a um beiral duplo. Na cobertura existem duas trapeiras, voltadas a norte, com um acabamento idêntico ao resto da fachada, pintada de castanho claro e as cimalthas, cunhais, sacada e molduras de branco. As molduras perderam o ressalto ao centro e a junção peitoril/ombreira foi simplificada. O r/c possui três vãos de porta à largura: da esquerda para a direita, uma vitrine com caixilharia em madeira pintada de verde escuro; uma porta envidraçada, de dois batentes, de acesso à loja, também em madeira pintada de verde; a porta de acesso ao piso superior (habitação) em madeira envernizada pelo exterior e pintada de branco no interior, de duas folhas, cada uma com um postigo protegido por uma grade metálica pintada de verde. O 1.º andar tem uma janela de sacada, de duas folhas com bandeira, protegida por guarda em metal fundido pintada de verde, com um desenho diferente da anteriormente existente. Esta janela é ladeada por duas de peito, uma em cada lado, no alinhamento dos vãos do piso inferior, com caixilharia de guilhotina de duas folhas, assim como as janelas das trapeiras. Estas e as do 1.º andar são em madeira pintada de branco, com aros pintados de verde escuro.

6 – Rua da Sé 164, 166, 168

Esta casa foi edificada no terreno do antigo Convento da Esperança, construído em meados do século XVI. Em 1832 a cerca conventual foi cedida (à CMAH) para nela se instalar o Mercado Duque de Bragança e em Abril de 1835 o convento foi vendido em hasta pública²⁴⁶. Foi adquirido por particulares que o demoliram e na respetiva área construíram os edifícios que hoje vemos (com algumas alterações). Este caso de estudo, durante “oitocentos”, ficou conhecido como “casa do Baptista”, por ter pertencido a António da Silva Baptista²⁴⁷.

À data do sismo, este imóvel era dividido em dois pisos e sótão, iluminado por uma trapeira. O piso térreo continha um pronto a vestir e o 1.º andar uma habitação unifamiliar. Segundo a Inventariação do Património

²⁴² Cf. DRC, Processo n.º A11-169 — Alto das Covas, 5-7.

²⁴³ Cf. CMAH, Processo n.º 1176/85 — Alto das Covas, 5-7 – Sé.

²⁴⁴ Cf. DRC, Processo n.º A11-169 — Alto das Covas, 5-7.

²⁴⁵ *Idem*.

²⁴⁶ Paulo Gouveia – *op. cit.*

²⁴⁷ *Idem*.

Arquitectónico da DGPU é considerado como imóvel de acompanhamento²⁴⁸. A sua fachada ficou em mau estado de conservação, mas eram visíveis as relações com a fachada a poente. Desde alinhamentos, proporções, dimensão e número de vãos, cores aplicadas na fachada a desenho da guarda da varanda. As fachadas diferenciavam-se pela utilização de platibanda e trapeira no imóvel em estudo. O edifício possuía três vãos de porta no rés-do-chão, alinhados com as três janelas de sacada no piso superior, que davam acesso a uma varanda corrida, protegida por guarda de ferro forjado pintado de prateado. O soco era preto, a fachada era verde escura ao nível do r/c e branca nos restantes pisos e trapeira. Esta última possuía uma varanda, para a qual se abria uma janela de sacada, protegida por uma guarda em ferro fundido pintado de prateado, com perfil curvo. As molduras e cunhais, ao nível do r/c, eram pintadas de amarelo e, no 1.º andar e trapeira, de verde. Todas as molduras dos vãos possuíam ao centro da verga um ligeiro ressalto. As platibandas tinham as extremidades (cornijas e cunhais) e almofadas pintadas de verde, sobre fundo branco. Todos os aros eram de madeira pintada de castanho escuro, assim como as portas. As janelas eram do mesmo material, mas pintadas de branco, todas de duas folhas, com bandeira. As portadas eram interiores e de madeira pintada de branco.

O edifício que hoje vemos começou a ser projetado em 1979. Em fevereiro desse ano foi entregue um projeto que previa a ampliação de um andar e a alteração do 2.º piso existente²⁴⁹. Foi desenhada uma nova escada de acesso ao 1.º andar, em betão armado, e outra de acesso ao 2.º, mas em madeira. Segundo a memória descritiva, o projeto foi elaborado porque o edifício não se adaptava às condições familiares do proprietário. As paredes novas seriam em alvenaria de blocos de betão assentes sobre as existentes, por estarem em bom estado de conservação. Estava prevista uma cinta antissísmica ao nível das últimas padieiras. Com este projeto, entre outras alterações, a casa ganharia uma garagem no tardo, com acesso pela Rua Duque de Bragança. O piso térreo e o 1.º andar seriam mantidos (fachada) e adicionava-se um 2.º andar com três janelas de varandim. As platibandas seriam retiradas e a fachada e trapeira delimitadas superiormente por beiral. A memória ao alinhamento anterior da platibanda seria feita mantendo a cornija a esse nível, sem intersetar os cunhais. As trapeiras seriam iluminadas por uma janela de peito e a cobertura seria em estrutura de madeira.

Depois do sismo, em março de 1980, foi entregue na CMAH um requerimento para que o projeto fosse reapreciado, por já ter passado um ano do seu deferimento e não ter sido possível iniciar as obras por falta de materiais²⁵⁰. Em informação referente à ampliação da casa, datada de abril de 1981 (e assinada pelo arquiteto principal da DGPU), foram referidos alguns pontos a cumprir, dos quais se destacam a solicitação de parecer à SREC e à DRHUA, por o imóvel se situar dentro da zona de proteção do prédio n.º 61 a 65 da Rua Rio de Janeiro (Carreira dos Cavalos), classificado desde 1977²⁵¹. Referia também que as cantarias que rematavam a platibanda deveriam ser subidas e reaproveitadas como cimalha de suporte ao beiral e que se o basalto das cantarias fosse de boa qualidade, poderia ficar à vista²⁵². O parecer da DRAC, datado de agosto de 1981, referia que o imóvel e os seus muros deveriam ser pintados de branco e as cantarias, se não fossem de boa qualidade, de cinzento (com a tonalidade da pedra)²⁵³.

Em janeiro de 1984 foi entregue um aditamento em consequência de reparos feitos pela SREC e CMAH, principalmente relativos aos alçados. Reduziram-se os pés direitos (para três metros) e foram feitas alterações

²⁴⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1125.

²⁴⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 91/79 — Rua da República, 166–168, freguesia da Sé.

²⁵⁰ Cf. CMAH, Processo n.º 473/84 — Rua da Sé n.º 166 a 168.

²⁵¹ É necessário ter em conta que até 1984, o Dec. Reg. “base” segundo o qual os projetos eram aprovados era o n.º 20/79/A, pois à data, Angra ainda não estava classificada como património mundial nem regional.

²⁵² Cf. CMAH, Processo n.º 473/84 — Rua da Sé n.º 166 a 168.

²⁵³ Cf. DRC, Processo n.º E3–1125 — Rua da Sé, 166/168 – Sé.

na compartimentação interior²⁵⁴. Em parecer da DRAC, de fevereiro de 1984, o projeto foi deferido, mas referiram-se alguns pontos que este tinha que cumprir, entre os quais a obrigatoriedade de fazer as platibandas rigorosamente iguais às existentes. Como em outros pareceres, de forma a acelerar e simplificar os processos, foi apresentada uma sequência de letras que correspondia a parâmetros que o projeto tinha que cumprir e foi anexada uma ficha com as “características técnicas a que deverá obedecer o exterior do edifício”, com estas especificadas²⁵⁵.

Em agosto de 1984 foi autorizada a demolição do edifício e em maio de 1985 foi entregue um aditamento para alteração da cobertura e sótão, deferido pela DRAC em junho de 1985²⁵⁶. A vistoria para a concessão de licença de ocupação para fins comerciais ocorreu em dezembro de 1986²⁵⁷. Em maio de 1988 a obra já se encontrava totalmente concluída²⁵⁸.

A estrutura do edifício é porticada, de betão armado, com lajes no mesmo material. O edifício tem três pisos e aproveitamento de sótão. O piso térreo destina-se a comércio, apesar de estar desocupado, e nos pisos restantes desenvolve-se apenas um fogo (ver anexo 06). A fachada é delimitada inferiormente pelo soco e lateralmente por cunhais apilastrados, estando o do lado esquerdo sobre um plinto. Estes elementos são pintados de bege e a fachada é pintada de branco. Tem três vãos à largura: portas no r/c, janelas de sacada no 1.º andar e janelas de varandim no 2.º andar. Todas as portas e janelas são de dois batentes e à exceção da porta à esquerda, que dá acesso à habitação, e da janela na trapeira, têm bandeira. Todos os aros, portas e janelas são em madeira envernizada. As portas de acesso à loja são envidraçadas e, ao contrário de todas as janelas, não tem pinázios. A varanda ao nível do 1.º andar foi descida alguns centímetros, perdendo o alinhamento da adjacente. Apesar disso, a guarda da varanda mantém o mesmo desenho e materialidade, mas foi pintada de verde escuro, assim como as guardas das janelas de varandim. Tal como nas vésperas do sismo, a platibanda é limitada inferiormente por uma cornija, que ao centro da fachada ressalta e forma a sacada com acesso pela trapeira, protegida por uma guarda de ferro fundido pintada de verde. A trapeira é encimada por uma platibanda com uma almofada. O desenho das molduras dos vãos do novo andar inspirou-se nos outros pisos, mantendo o ligeiro ressaltado a meio da verga. Todas as molduras, soco, cunhais, cornijas, almofadas e consolas são pintadas de bege.

7 – Rua Direita 70, 72, 74

Em 1608 ocorreu uma cheia que destruiu parte do centro da cidade e matou 19 pessoas. Em 1612, alguns cidadãos ricos da cidade juntaram-se e resolveram reformular toda a parte baixa da cidade²⁵⁹. Foram estabelecidas normas para as fundações das casas da Praça Velha, porque o terreno onde hoje é o jardim e envolvente era um pântano. A existência de uma lógica estrutural de funcionamento do quarteirão como um todo, em que as casas entre a Rua Direita e a de São João possuem na parede intermédia do r/c aberturas em arcos, alinhados e paralelos à rua, pode estar relacionada com essa reestruturação. Muitos deles já se apresentam alterados, com reforço ou construção em betão armado²⁶⁰. Tal lógica também pode ser resultado

²⁵⁴ Cf. CMAH, Processo n.º 473/84 — Rua da Sé n.º 166 a 168.

²⁵⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 473/84 — Rua da Sé n.º 166 a 168; Cf. DRC, Processo n.º E3-1125 — Rua da Sé, 166/168 – Sé.

²⁵⁶ Cf. DRC, Processo n.º E3-1125 — Rua da Sé, 166/168 – Sé.

²⁵⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 1418/86 — Rua da Sé, n.º 166 – 168 (rés-do-chão).

²⁵⁸ Cf. CMAH, Processo n.º 735/88 — Rua da Sé n.º 166 a 168.

²⁵⁹ Informação veiculada em conversa com o engenheiro José Correia Guedes a 14 de agosto de 2019.

²⁶⁰ É possível consultar a análise do quarteirão B-10, em que além de se notar a lógica de aplicação dos referidos arcos, também se vê quais os edifícios com construção tradicional, tradicional reforçada ou inteiramente em betão armado em José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o

de preocupações antissísmicas e/ou ser um reflexo tardio das Ordenações Afonsinas, pois não deixa de ser curioso reparar (como referido no capítulo 2, p. 9) na determinação de que as casas da Rua Nova em Lisboa fossem construídas sobre arcos de cantaria, com paredes de pedra, sem frontais. Seria este tipo de construção que esta casa apresentava quando foi edificada, provavelmente no século XVII, sendo um exemplar da ocupação Filipina.

À data do sismo este imóvel de dois pisos e aproveitamento de sótão era utilizado como armazém. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera a casa como imóvel de qualidade e, segundo a mesma, a cobertura, fachada e empenas ficaram em razoável estado de conservação²⁶¹. A fachada tinha três vãos à largura, correspondendo a três portas no r/c, em madeira pintada de verde escuro, alinhadas com três janelas de sacada, ao nível do 1.º andar, de duas folhas, em madeira pintada de branco, assim como os aros. Cada janela acedia a uma consola independente, protegida por guarda com estrutura de balaústres e reixas (ou rotulados, com adufas móveis) de preenchimento, em madeira pintada de verde escuro. A janela central possuía uma consola moldurada, limitada inferiormente por uma cornija conectada ao lintel da porta no piso inferior, ligeiramente mais baixa que as laterais. Esta porta dava acesso ao *hall* que continha a escada principal da habitação (ver anexo 07). A referida consola era em pedra pintada de cinzento, como os cunhais, cornija e molduras dos vãos. As outras sacadas eram mais simples, e pintadas de branco, assim como a fachada. Esta era limitada inferiormente por um soco preto e superiormente por beiral duplo em telha de canudo. Na extremidade direita da fachada, sobre a cobertura, erguia-se um “torreão” iluminado por duas janelas de guilhotina, pintadas de branco. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera como terapêutica preservar com reajustamentos e anota retirar a “mansarda”.

As pedras de armas visíveis na fachada estavam no tardo e representam um casamento entre uma família espanhola e outra portuguesa²⁶². Segundo o arquiteto, a casa foi alterada no século XVIII ou XIX, sendo feito um acesso ao logradouro com uma zona lajeada e as escadas exteriores, hoje visíveis no tardo, estavam enterradas. Essa alteração possivelmente estaria associada ao desmantelamento de um alpendre no tardo. Originalmente seria lajeado, passou a sobrado e as lajes de pedra foram utilizadas na zona entre o tanque e as escadas. Atualmente o alpendre materializa-se em laje de betão. Outrora foi acrescentado um “torreão” que, segundo o projetista, aquando do sismo, fez peso na fachada e causou a sua inclinação. Este “torreão” surgia no prolongamento do que seria um quarto de criada. Teria a frente em alvenaria de pedra, assente sobre a fachada, e as laterais em tabique, apoiadas na cobertura²⁶³. O sótão era habitável por resultar do recuo da cumeeira, tal como aconteceu no 1.º caso de estudo²⁶⁴. Além do quarto das criadas, neste piso, havia um quarto das crianças, com acesso a uma varanda para o tardo. O seu teto, de alfarge em forma de masseira (conhecido localmente como “caixotão”), é o original recuperado e os restantes são réplicas.

O projeto “pós-sismo” deste edifício remonta a maio de 1994 e a obra foi realizada entre 1995 e 1997²⁶⁵. Neste edifício passou a funcionar a Delegação de Turismo da Ilha Terceira e foi reconstruído segundo as técnicas e materiais originais, auxiliado por técnicas modernas, como a estrutura porticada de metal, que

estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, p. 424.

²⁶¹ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 548.

²⁶² Informação veiculada em conversa com o arquiteto autor do projeto construído, José Castro Parreira.

²⁶³ Informação veiculada em conversa com o arquiteto autor do projeto construído, José Castro Parreira.

²⁶⁴ O arquiteto José Parreira defende que o recuo da cumeeira ou colocação desta a meio da 2.ª metade da construção seria habitual nas casas do século XVII na Ilha Terceira, perfazendo os conhecidos dois pisos para a rua e três para o tardo. Pode ter sido trazido pelos espanhóis ou resultado da evolução construtiva ao longo dos séculos XV/XVI. (diálogo ocorrido a 27 de abril de 2020).

²⁶⁵ Os documentos sobre a obra e projeto de execução da “Sede da Delegação de Turismo da Ilha Terceira” encontravam-se no Arquivo da Delegação de Turismo da Ilha Terceira.

funciona como “gaiola”, dissimulada nas paredes. Foi colocada uma lâmina de betão na fachada, pelo interior, e a restante periferia foi consolidada com vigas e pilares de betão armado. Este sistema serve também de apoio aos pisos em madeira, recuperados, sempre que possível, segundo desenho original. Todas as cantarias, excetuando as da fachada, foram numeradas e guardadas em estaleiro, sendo mais tarde novamente aplicadas. As zonas das paredes que eram em pedra não aparelhada foram substituídas por blocos de betão, excluindo a fachada, que não foi desmontada.

A loja a norte atualmente é zona de atendimento ao público e a loja a sul seria zona de abastecimento da casa, com escadas de serviço (ver anexo 07). Ao fundo desta loja haveria uma cisterna, onde atualmente se insere uma instalação sanitária, e atrás desta o maciço de suporte ao antigo forno a lenha. No lado oposto encontrava-se a “loja da lenha”, onde atualmente se encontra um gabinete. Neste piso há um pátio no tardo, com chafariz com tanque retangular e o acesso à extinta ribeira dos moinhos no qual, durante a obra, foi encontrado um compartimento que seria a retrete²⁶⁶. Este acesso era coberto e perfurava o maciço de suporte ao antigo galinheiro ou curral, no piso superior. A organização espacial foi estruturada considerando como seria a casa no século XVII, surgindo assim ligeiras alterações, como a remoção do “torreão”. O 1.º andar era o piso principal da habitação, pois albergava, segundo o arquiteto José Parreira, o quarto de cama principal, separado do escritório por um *hall*, a sala comum e ao lado desta a despensa, ladeada por escadas de serviço. Essa despensa dava acesso a um volume saliente que continha a cozinha, “lar” e forno, que atualmente encerra, respetivamente, a sala de refeições, zona de lavatório e instalação sanitária. Sobre a “loja da lenha” e no seguimento da sala comum existiria um alpendre, que foi reconstruído aquando da obra. Ao fundo, no tardo, existia um curral ou galinheiro, transformado atualmente num anexo para arquivo. O corpo saliente para o tardo que contém a sala de refeições e antigo forno, assim como o referido anexo, foram executados com estrutura porticada de betão armado, preenchida com alvenaria de blocos e cobertura em laje de betão. É visível no antigo escritório, atual gabinete, um nicho. A ligação entre esta casa e a adjacente, a norte, não seria feita por esse vão, mas por outro com acesso pela sala comum, perceptível apenas na casa contígua²⁶⁷.

Há um conjunto de estruturas e objetos que nos permitem entender os sistemas construtivos (e a sua evolução) de determinadas épocas: o lintel manuelino no interior, entre o *hall* e o posto de atendimento; os tetos de alfarge de influência islâmica; as divisórias em “saia e camisa” de madeira, na zona da antiga despensa; os roços nas cantarias para colocação das trancas das portas; a verga tripla (madeira e pedra) no acesso à ribeira; os cachorros de suporte aos barrotes de madeira, em pedra trabalhada; as portas e janelas de madeira, voltadas ao tardo, com postigos. A intervenção introduziu novos elementos, como panos de vidro a encerrar espaços, de forma a não interferir na transparência destes. Para ter o chão lajeado novamente (algumas zonas estavam em terra batida) recorreu-se à serração das lajes para cerca de metade da sua espessura, duplicando a área de pedra.

Relativamente ao aspeto exterior, a casa sofreu poucas alterações, sendo de notar o desaparecimento do “torreão” e soco. As pedras de armas foram embutidas na fachada (como seria no século XVII) e, durante a obra, apareceram vestígios de um óculo de iluminação do atual *hall*. As cantarias que, à data do sismo, seriam pintadas de cinzento estão à vista e os aros dos vãos da fachada foram pintados de verde escuro.

²⁶⁶ Informação veiculada em conversa com o arquiteto autor do projeto construído, José Castro Parreira.

²⁶⁷ Sobre a ligação entre casas ver caso de estudo 10, pp. 47–49 do presente trabalho.

8 – Rua Direita 105, 109

A fachada deste caso de estudo foi edificada ou “embelezada”, provavelmente, em inícios do século XX. Em fotografias da Rua Direita da viragem do século XIX, nota-se a casa com dois pisos, mas além de possuir um desenho mais simples, a sua guarda era semelhante à do caso de estudo anterior (de reixas) e só acediam a esta duas janelas de sacada. Esse facto leva-nos a deduzir que as escadas de acesso à habitação se localizavam no alinhamento da área sem fenestração, ou seja, com serventia pela porta do lado direito da fachada.

A casa, à data do sismo, tinha dois pisos para a frente de rua e três para o tardoz. No r/c estava instalado um oculista e no restante imóvel desenvolvia-se uma habitação. Segundo a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, a fachada estava em bom estado. Considera o imóvel como de qualidade e como terapêutica preservar com fidelidade²⁶⁸.

A fachada e o soco eram em alvenaria rebocada e pintada de castanho claro. Era delimitada por pilastras sobre plintos e encimada por uma platibanda com três almofadas alinhadas com os vãos (ver anexo 08). A fachada possuía três vãos por piso: três portas no r/c e três janelas de sacada no 1.º andar, com acesso a uma varanda justaposta, com todos os seus elementos em ferro fundido — consola, guarda e cachorros. Apesar da sua invulgaridade, encontram-se, na cidade e fora desta, outras semelhantes²⁶⁹. Todas as portas e janelas eram de madeira, de dois batentes com bandeira e, tal como atualmente, as portadas interiores eram de madeira pintada de branco. As portas eram pintadas de verde escuro e as janelas de branco. Todos os vãos da fachada tinham verga reta, encimada por cornija, com ressaltos ao centro e na continuação das ombreiras, semelhantes a outras casas na cidade, como o imóvel na Rua de São Pedro números 116 e 118. As pilastras, cornijas, almofadas, molduras dos vãos e varanda eram pintadas de branco.

A distribuição funcional que encontrávamos nas vésperas do sismo, provavelmente, foi resultado das referidas obras aquando da alteração da fachada. A estrutura da casa era composta por paredes portantes em alvenaria de pedra, divisórias em tabique e estrutura dos pavimentos e cobertura em madeira. O forno, já possivelmente em meados do século XX, tinha sido substituído por uma instalação sanitária e, para aceder a esta, ainda se passava pela chaminé / “lar”²⁷⁰. Sobre a cozinha haveria uma laje de betão e sobre esta um quarto (ver anexo 08).

Após o sismo, a casa sofreu obras de consolidação, incidindo sobre a antiga zona da cozinha e forno, que ruiu com o “abalo”. Segundo o proprietário, as obras remontam a 1981, mas tinham começado nas vésperas do sismo. As alterações que ocorreram no fogo, após o terramoto, foram as seguintes: a sala de estar, iluminada por dois vãos da varanda, e o quarto de costura, iluminado por outro, transformaram-se numa sala de estar que ocupava toda a frente; a cozinha deslocou-se até ao limite do lote, mantendo a sua área, mas a zona do antigo forno foi destruída e a casa de banho passou para a entrada da cozinha, ficando mais central; o quarto na frente do 2.º andar foi dividido em dois; o volume no tardoz, perpendicular à fachada (com cozinha e quarto no piso superior) ruiu com o sismo e, apesar de à data se materializar com elementos de betão, as paredes ainda eram em cantaria, com medidas semelhantes ao bloco de betão, colocada ao cutelo. Este volume foi refeito com paredes em alvenaria de blocos de betão e lajes do mesmo material e permitiu

²⁶⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 491.

²⁶⁹ Na mesma rua, o edifício com o número de polícia 87 incorpora uma varanda que corre também toda a fachada; na Rua do Rego, o edifício com o n.º 86, de gaveto com a Rua da Queimada, possui uma consola à qual acedem duas janelas de sacada; na Rua de Jesus, sobre a porta com o número de polícia 94, encontramos uma varanda acoplada a uma janela de sacada; na Rua do Galo, o edifício com os números de polícia 84 a 92, também ao nível do 1.º andar, ao centro, possui uma varanda individual com as referidas características; já fora da cidade, na Terra-Chã, ao nível do 3.º andar ou sótão da “Quinta das Camélias”, encontramos uma varanda semelhante.

²⁷⁰ Informação veiculada em conversa com José Manuel Monteiro Lourenço, aquando da visita à casa.

adicionar uma instalação sanitária no 2.º andar, alinhada com a do piso inferior, ocupando parte do antigo quarto; por último, a partir do referido quarto, acedia-se a um pequeno pátio e nesse foi feito um acesso, exterior, à cobertura em terraço deste corpo (ver anexo 08).

A casa que atualmente existe resultou de um projeto elaborado em abril de 2002²⁷¹. No mês seguinte foi deferido pelo GZCAH e em agosto de 2004 foi entregue um aditamento ao projeto base²⁷². Durante a obra descobriu-se, ao nível do r/c, uma zona que seria, primitivamente, um pátio que fora entulhado para a sua realocação no piso acima. O antigo espaço comercial passou a fazer parte da habitação, com uma biblioteca e sala de estar e, sob o pátio do 1.º andar, um quarto, instalações sanitárias e arrumos. Este quarto é iluminado por claraboias colocadas no muro sul do pátio.

Todo o interior é novo e foi reorganizado, mas tentou-se, sempre, através dos elementos construtivos, fazer uma ligação à casa antiga, como a utilização de “pinho resinoso” no soalho e cobertores das escadas²⁷³. Segundo a memória descritiva do projeto, foi decidido recuperar o sistema distributivo que teria no século XVII. Tal deu origem a uma série de modificações no interior do corpo principal: a porta de acesso à habitação foi alterada, passando a entrar-se pelo lado direito; a escada de acesso ao 1.º andar foi deslocada para o alinhamento da que une o 1.º ao 2.º andar, ficando os lanços sobrepostos e encostados na empena norte. O corpo no tardo, reedificado no pós-sismo, foi demolido e edificou-se ao fundo do lote um novo corpo que alberga, ao nível do 1.º andar, a cozinha e, ao nível do 2.º andar, um quarto, com paredes em alvenaria de blocos de betão. Estes conectam-se com o volume principal da casa por uma galeria em estrutura porticada, de vigas e pilares metálicos e betão armado. Esta estrutura mista também se aplica ao volume principal da casa, mas a galeria tem uma fachada para o pátio, com desenho contemporâneo, de perfis metálicos em H e panos de vidro entre estes. O sistema estrutural atual do volume principal é inspirado no original da casa, mantendo as paredes portantes de alvenaria de pedra. O sobrado de madeira é reforçado com perfis metálicos e optou-se por paredes divisórias inspiradas no tabique tradicional, feitas em gesso cartonado sobre estrutura de madeira.

Relativamente às alterações da fachada, a cantaria que estava pintada de branco — molduras dos vãos, pilastras, cornijas e almofadas — e o soco ficaram à vista. A fachada passou a estar pintada de branco, a varanda, a porta de acesso à habitação e os aros das caixilharias passaram a estar pintados na cor “sangue de boi” e as portas central e do lado esquerdo, envidraçadas, estão pintadas de branco.

9 – Rua Direita 89, 91

Esta casa, originalmente, possuía três vãos à largura: portas no r/c, janelas de sacada no piso nobre e de peito no 2.º andar. À data do sismo, o piso térreo tinha duas das portas substituídas por uma montra, forrada com azulejos laranja e caixilharias em alumínio dourado, o que levou a que a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU o considerasse como imóvel de qualidade com dissonâncias parciais profundas²⁷⁴. A cobertura e a fachada estavam em razoável estado de conservação. Neste imóvel de três pisos, em 1980, o piso térreo estava ocupado por uma retosaria e os restantes pisos por uma habitação unifamiliar. A fachada era delimitada por soco, pilastras e cornija em pedra à vista, assim como as molduras dos vãos. Estes possuíam verga curva e, nas janelas do 2.º andar, as ombreiras prolongavam-se ligeiramente

²⁷¹ Cf. CMAH, Processo n.º 01/215 — Rua Direita, 105–109 – Sé.

²⁷² Cf. DRC, Processo n.º B10–491 — Rua de Lisboa – 105 a 109.

²⁷³ Informação veiculada em conversa com José Manuel Monteiro Lourenço, aquando da visita à casa. A estrutura da cobertura também utilizava “pinho resinoso”, que foi aproveitado como soalho e completado com “pinho riga”, por serem semelhantes.

²⁷⁴ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 488.

abaixo da pedra de peito. A guarda da varanda era em ferro fundido pintado de branco (atualmente está pintada de prateado). A porta de acesso à habitação, quer em 1980, quer atualmente, não alterou a sua localização na fachada, à esquerda, nem a sua materialidade e cor — madeira pintada de castanho. As janelas de sacada são de dois batentes e as janelas de peito têm caixilharia de guilhotina, de três folhas. As janelas e a porta têm bandeira, mas nesta última mais simples. Todas as janelas são pintadas de branco e albergam, pelo interior, portadas de madeira pintadas de branco. A fachada era pintada de “branco azulado” e atualmente encontra-se pintada de branco. A cimalha, em pedra, suportava um beirado duplo em telha de canudo, e as águas pluviais eram recolhidas por um algeroz em ferro pintado de branco, que tal como a guarda em ferro fundido, eram considerados, pela Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, pormenores notáveis. Devido à montra instalada no r/c, é considerada como terapêutica preservar com reajustamentos.

O projeto pós sismo remonta a maio de 1981²⁷⁵. Segundo a proprietária, o r/c não sofreu alterações. Tendo em conta um levantamento do estabelecimento comercial de outubro de 1997, depreende-se que o acesso era feito pela montra e ao fundo da loja haveria uma pequena instalação sanitária²⁷⁶. O desenho do lote mostra que, outrora, parte desta casa foi cedida à habitação confinante a norte, o que lhe permitiu um aumento de área de loja, um compartimento de arrumos ao nível do 1.º andar e, no 2.º andar, um aumento da área do quarto principal. Com o sismo foi descoberta a ligação, no 1.º andar, à área cedida, que foi transformada em nicho voltado para a sala de estar (ver anexo 09). Este piso tinha a referida sala na frente do lote, com acesso à varanda por duas janelas, enquanto a outra iluminava o acesso vertical, feito por escadas de lanços sobrepostos, desde o piso térreo até ao sótão. Com o projeto pós sismo, a ligação entre a sala de estar e de jantar ficou interrompida, pela colocação de uma louceira em madeira. A sala de jantar dava acesso à cozinha, já num volume perpendicular e acoplado ao corpo principal da casa. Ao fundo da cozinha havia um forno a lenha que, destruído pelo sismo, deu lugar a uma nova disposição e localização da cozinha ao fundo do lote, ficando a antiga área da cozinha como lugar de passagem. A introdução da nova cozinha e de uma casa de banho levou à redução da área de pátio a este nível. Um dos quartos que existia sobre a cozinha desapareceu e parte do sótão, que seria totalmente destinado a arrumos, foi transformado em quarto.

Em novembro de 1997 surgiu uma resposta do GZCAH a um pedido de informação prévia para alterar o interior e fachada (r/c)²⁷⁷. Referia que se devia alterar a montra e recuperar a modulação original dos três vãos de porta anteriormente existentes. Relativamente ao interior, mencionavam que deveriam ser mantidas e valorizadas todas as estruturas portantes eventualmente existentes (arcos de pedra, escadas, nichos, chafarizes) e aconselhavam utilizar os materiais e técnicas originais de construção e decoração. O projeto de “correção da montra larga” é datado de novembro de 1998²⁷⁸. O GZCAH foi responsável pela elaboração do projeto de “correção de dissonâncias arquitetónicas”, que repôs a composição original dos vãos no piso térreo. Foi utilizada cantaria como molduras, mas a restante área de nembos foi preenchida com blocos de betão. Além das referidas alterações, julga-se que as obras interiores, nunca especificadas, fossem o aumento da área de loja, através da remoção do corredor de acesso ao tardo, e a deslocação da instalação sanitária para o patamar de arranque da escada no pátio. Estas obras ocorreram em inícios de 1999. Atualmente a entrada na loja faz-se pelo vão central e o vão à direita, fechado com um pano de vidro, é utilizado como vitrine.

O projeto que atualmente se encontra construído é datado de novembro de 2008²⁷⁹. Aquando das demolições, verificou-se, segundo a atual proprietária, que o volume no tardo, perpendicular ao corpo

²⁷⁵ Foi possível consultar os desenhos do projeto, gentilmente cedidos pela atual proprietária Maria Isabel Simões.

²⁷⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 532/97 — Rua Direita, n.º 91 — Sé.

²⁷⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 532/97 — Rua Direita, n.º 91 — Sé.

²⁷⁸ Cf. CMAH, Processo n.º 01/98/605 — Rua Direita, n.º 91 — Sé.

²⁷⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 01/61 — Rua Direita, n.º 89 — Sé; Cf. DRC, Processo n.º B10-484 — Rua Direita, n.º 57 — Sé.

principal, era edificado (pelo menos parte deste) em cantaria, com blocos de dimensão semelhante aos de betão, colocados ao cutelo. Apesar da sua reconstrução no pós-sismo, tudo indica que antes de 1980 já tinha sofrido uma intervenção que o dotara de lajes de betão. A estrutura do volume principal da casa seria construção “antiga”, com paredes portantes em alvenaria de pedra e pavimentos e cobertura em madeira, mas estava, em parte, infestada por térmitas. Optou-se por substituir esta por uma estrutura em betão armado, (inclusive a cobertura), com alvenaria de blocos de betão. A fachada foi mantida, assim como a ocupação do r/c como estabelecimento comercial. O 1.º andar passou a albergar um T2, assim como o 2.º andar, e o sótão um T0, com acesso a terraço. As paredes estruturais foram mantidas e o projeto utilizou como base os alinhamentos das paredes pré-existentes (ver anexo 09).

10 – Rua Direita 57, 59, 61

Analisando o desenho original da fachada deste imóvel, repara-se que era semelhante às habitações a norte, funcionando como apêndice (ver anexo 10). Como estes imóveis pertenciam, no século XVII, a famílias abastadas (pela dimensão e localização), possivelmente, o vão largo central, que nos anos 80 era vitrine, na origem, podia corresponder à entrada de uma cocheira. Por essa ordem de ideias, talvez a habitação no piso superior fosse a casa do caseiro ou acesso à cocheira e seriam comunicantes. Atualmente, na casa a norte, a suposta passagem está transformada em armário de parede no centro de um corredor. Apesar de estar encerrada há muito, originalmente seria um vão de porta com acesso pela zona de passagem entre a sala de estar e a de jantar do prédio em estudo. Maduro-Dias defende a hipótese de que estas portas “comunicantes”, no século XVII, permitiam visitar a família que vivia em casas anexas, sem implicar a deslocação à rua²⁸⁰. Há a possibilidade de estas serem apenas fenestrações em paredes de suporte de casas que originalmente teriam uma largura superior à habitual em Angra e, quando sofreram transformações e/ou passaram a diferentes proprietários, dividindo a casa original em mais do que um lote, as referidas paredes passaram a ser meeiras e os vãos de porta transformaram-se em nichos para uma das habitações.

Em fevereiro de 1963 surgiu um projeto para a substituição da porta central do r/c por vitrine e o vão lateral esquerdo passou a ser uma porta com folha envidraçada²⁸¹. Para este projeto foi feito um levantamento do existente, bastante simplificado e sem toponímia, mas que serviu de base à reconstituição oral do que seria o imóvel nas vésperas do sismo. À data deste projeto, assim como nas vésperas do sismo, o edifício era dividido em dois pisos: comércio no r/c e uma habitação unifamiliar no 1.º andar. Das plantas esquemáticas dos anos 50/60 e vésperas de 80 apenas se podem tirar conclusões da sequência espacial e, superficialmente, da proporção entre espaços, pois resultou de um diálogo, em abril de 2019, com Ana Maria Costa, uma das pessoas que habitou a casa (era dos seus pais) e que à hora do sismo se encontrava no interior desta. No início de 1980 (e desde que Ana Maria Costa se recorda) a casa tinha quarto de banho e uma cozinha ao fundo do lote. Estas alterações talvez tenham ocorrido na obra de 1963, ou antes considerando que o levantamento dessa época está incorreto. Substituíram uma cozinha perpendicular à casa, situada no espaço que em 1980 era um corredor, no tardo, por uma cozinha maior e adicionaram uma casa de banho em parte da área de pátio, ao nível do 1.º andar²⁸².

Este edifício chega a 1980 com uma fachada delimitada à direita por um cunhal apilastrado, partilhado com a casa adjacente, à esquerda pelo cunhal da casa a sul e superiormente por uma cimalha de suporte a

²⁸⁰ Segundo conversa informal em outubro de 2019.

²⁸¹ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 133/63 — Rua de Lisboa, 57 a 59 – Freguesia da Sé.

²⁸² Apesar de se assumir, no esquema, uma linha reta como limite, é provável que a cozinha existente nas vésperas do sismo tirasse partido da ligeira flexão, à esquerda, no fundo do lote, que existe nos dias de hoje.

um beiral de dupla fiada em telha de meia cana. Segundo a ficha da Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU é considerado um imóvel de acompanhamento com dissonâncias parciais profundas, por ter o r/c dissonante²⁸³. A fachada era em alvenaria rebocada, pintada de vermelho ou castanho no r/c e branco no 1.º andar. A cimalha, cunhal, moldura e consola eram pintadas na cor creme e a verga reta da janela de sacada era encimada por uma cornija. A janela era de duas folhas com bandeira, em madeira pintada de branco, com aros pintados de castanho. A guarda era em ferro forjado e semelhante à da casa a norte. O r/c tinha uma montra central, ladeada por duas portas em madeira, a da esquerda dava acesso a uma loja de eletrodomésticos e a da direita, de uma folha pintada de castanho, dava acesso ao *hall* de entrada com a escada para o 1.º andar de uma habitação unifamiliar.

A habitação era constituída por uma sala de estar na frente, com acesso à varanda, seguida de dois quartos de cama²⁸⁴. Os quartos recebiam luz natural por claraboias e eram ladeados por um corredor, no alinhamento das escadas — onde em tempos existiu a porta comunicante — que terminava na sala de jantar. Ao lado desta sala havia um pequeno quarto, da empregada, com a largura do corredor no tardo, que ligava a sala de jantar à cozinha. Existia um pátio ao nível do 1.º andar, que iluminava a sala de jantar, e neste foi construída uma casa de banho. A cozinha dava acesso a uma escada que descia até ao quintal, “a meio piso”, por estar numa cota superior à do r/c. No quintal, sob a laje do pátio e casa de banho do 1.º andar, existia a antiga retrete e pia de lavar roupa. A casa tinha um fogão de ferro na cozinha, fabricado na ilha²⁸⁵. Embora a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considere a fachada e cobertura em razoável estado de conservação, segundo Ana Maria Costa, o interior da casa foi destruído pela derrocada da torre a norte (pertencente à casa vizinha) e pela queda das suas grandes consolas das varandas.

Em junho de 1980 foi feito um pedido para demolir o prédio e em julho para acrescentar um piso e instalar uma sapataria²⁸⁶. Em agosto do mesmo ano foi elaborado um parecer pela Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente no qual foi referido, entre outras condicionantes, que não havia inconveniente de aumentar um piso, desde que a janela de sacada a construir tivesse a mesma “traça” arquetónica da existente no piso antecedente. O r/c teria que ser remodelado de forma a que a montra tivesse a largura da janela do piso superior e desenho semelhante. Em fevereiro de 1982 foi entregue ao proprietário um mandado de notificação no qual se referia que as obras estavam embargadas e que no prazo de 30 dias este teria que apresentar um aditamento dos trabalhos efetuados, por não corresponder ao que fora aprovado²⁸⁷. Este aditamento foi entregue em abril de 1982²⁸⁸. Em março de 1994 foi elaborado um projeto de remodelação em que foi demolida uma escada circular que unia o r/c ao 2.º andar e foi substituída por uma escada metálica de lanços sobrepostos a unir os mesmos pisos²⁸⁹.

A casa que até aos anos 80 teria paredes em alvenaria de pedra e pavimentos e cobertura em madeira, foi integralmente demolida para dar lugar a um edifício com estrutura de betão. Atualmente este prédio possui quatro pisos: o r/c e o 1.º andar são uma loja de pronto-a-vestir e os restantes são o seu armazém. A fachada tem três pisos, com três vãos de porta no r/c. A entrada na loja é feita pelo vão central, ladeado por duas vitrines. O 1.º e o 2.º andares possuem uma janela de sacada, de dois batentes e bandeira, em madeira pintada de branco com aros pintados de verde, assim como as guardas em ferro forjado. A verga da janela do 2.º andar é a única encimada por uma cornija. Acima desta, existe um cordão que corre toda a fachada e

²⁸³ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 484.

²⁸⁴ Por cima da sala existia uma “falsa”, sem escada fixa.

²⁸⁵ Informação veiculada em conversa com Ana Maria Costa, em abril de 2019.

²⁸⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 90/ZL/80 — Rua de Lisboa n.º 57, 59.

²⁸⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 90/ZL/80 — Rua de Lisboa n.º 57, 59.

²⁸⁸ Cf. DRC, Processo n.º B10-484 — Rua Direita, n.º 57 – Sé.

²⁸⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 332/94 — Rua Direita, n.º 57 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º B10-484 — Rua Direita, n.º 57 – Sé.

sobre este a cimalha, que suporta um beiral simples. A cimalha, limite superior e inferior do cordão e molduras dos vãos, na viragem do século XX, estavam pintados de cinzento. Atualmente estão pintados de ocre, sobre o branco da fachada. O limite inferior desta é marcado por um pequeno soco pintado de preto.

11 – Rua de São João 80, 82, 84

À data do sismo este imóvel de três pisos e sótão estava ocupado por um armazém no piso térreo e os restantes pisos destinavam-se a habitação. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera-o como imóvel de acompanhamento e define como terapêutica preservar com fidelidade. Avalia a cobertura e fachada em razoável estado de conservação²⁹⁰. A fachada era delimitada inferiormente por um soco preto, lateralmente por cunhais apilastrados sobre plintos e superiormente por uma cimalha de suporte a um beirado duplo em telha de meia cana, que escoava as águas pluviais para um algeroz em ferro pintado de “vermelho ferrugem”.

O r/c tinha três vãos de porta (encerrados por portas em madeira pintada de verde escuro) alinhados com as três janelas de sacada do 1.º andar e três janelas de varandim no 2.º andar, todos com verga reta. Os vãos do lado esquerdo da fachada, além da sua menor dimensão, tinham a sua ombreira esquerda ligada ao cunhal. As molduras dos vãos, cunhais, cimalha e sacada em pedra eram pintadas de amarelo torrado sobre a fachada branca. Todas as janelas eram de dois batentes, com bandeira, em madeira pintada de branco, com aros pintados de verde escuro, assim como a guarda da varanda e guardas de varandim em ferro fundido. Os vãos de janela possuíam portadas interiores, de madeira pintada de branco.

Em outubro de 1995 foi elaborada uma proposta de intervenção que previa alterações no 1.º e 2.º andares²⁹¹. No 1.º andar seria demolida a divisória entre a cozinha e a despensa e recuperada a laje do quarto no tardo, porque as suas armaduras estavam corroídas²⁹². No 2.º andar a separação entre os dois quartos menores seria demolida e um dos vãos entre o *hall* e a sala de estar seria fechado, tal como a ligação entre quartos. Na nota descritiva é colocada a hipótese de alterar a escada de acesso ao terraço. Pretendia-se substituir a estrutura da cobertura e pavimento do sótão por uma nova estrutura em madeira. Logo em seguida foi entregue um aditamento no qual referem a remoção do tabique entre o quarto e o escritório no 1.º andar, a troca da guarda da varanda e a pintura do imóvel. Nessa altura o que seria amarelo torrado passou a branco e a fachada, branca, foi pintada de salmão. Em dezembro de 1995 foi recebido o parecer do GZCAH: Não se opôs ao proposto, mas exigia (de acordo com o Decreto-Lei 205/88), para a alteração do acesso ao terraço, um projeto elaborado por um arquiteto. Em janeiro de 1996 foi elaborado o projeto de arquitetura para uma cobertura provisória para a escada de acesso ao terraço.

Em agosto de 1996 foi entregue um aditamento à proposta de outubro do ano anterior e, entre outras alterações, substituiu-se o pavimento da cozinha do 1.º andar, que seria em madeira, por uma laje aligeirada de betão armado. No 2.º andar foi demolida a parede divisória da sala de estar (em tabique) e foi alterada a configuração da escada de acesso ao sótão. As vigas principais de pavimento da sala, em madeira, foram substituídas por betão armado, mantendo-se a restante estrutura em madeira. Foram colocados lintéis de betão armado nas paredes, para apoio das referidas vigas, assim como no sótão, pois as suas vigas principais foram substituídas. O acesso à zona que, antes deste projeto, continha três quartos voltou a ser feito por uma

²⁹⁰ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 504.

²⁹¹ Cf. CMAH, Processo n.º 783/95 — Rua de São João, N.º 80/84 – Sé.

²⁹² Deduz-se, por essa razão, que a aplicação da laje ou é anterior ao sismo e com o tempo, humidade e/ou infiltrações deu-se a oxidação do metal e conseqüente destacamento de partes do betão, ou resultou de alguma intervenção pós-sismo, não documentada, de muito fraca qualidade construtiva. Este volume, que albergava os quartos e acesso ao terraço, era claramente uma adição posterior à época inicial da casa.

abertura, que até lá funcionou como nicho, passando a ter só dois quartos e os vãos de acesso laterais passaram a guarda-roupa. Foi construído, em tabique, um *hall* de acesso aos quartos (ver anexo 11).

O aditamento foi deferido, por parecer do GZCAH, em outubro de 1996, e informava que, caso o requerente pretendesse, poderia candidatar-se a apoio para correção de dissonâncias (“retirando a telha de aba e canudo”)²⁹³. Por despacho de julho de 1997 foi autorizada a utilização para habitação, escritório e armazém de ferragens. Nessa época, no 1.º andar estava instalada a empresa de um dos habitantes do “duplex” que funcionava no 2.º e 3.º andares.

O projeto do edifício que atualmente existe remonta a junho de 2008²⁹⁴. O edifício manteve o número de pisos, mas o andar de escritórios passou a fazer parte da habitação, passando o fogo que funcionava em “duplex” a “triplex”. O que deu origem ao projeto foi a degradação dos pavimentos e cobertura em madeira, devido a infestação de térmitas, e teve como principais objetivos corrigir a má articulação entre pisos e as obsoletas construções no tardo²⁹⁵. As áreas sociais e privadas foram separadas, funcionando no 1.º e 2.º andares, respetivamente. Os vãos da cozinha, quarto e circulações, em contato com o pátio, são totalmente envidraçados, sendo uma marca da contemporaneidade, assim como a configuração irregular do volume assumidamente posterior à época da construção original da casa.

Segundo a memória descritiva do projeto de estruturas e fundações, todo o interior foi demolido, à exceção da fachada e paredes portantes interiores, e foram preservados elementos em pedra, como arcos e molduras em cantaria. Foi feita uma estrutura resistente em betão armado e cobertura em laje de betão inclinada. A estrutura do edifício é mista de betão, metal e algumas partes em madeira e os tetos falsos que a escondem são em gesso cartonado. Com a obra foi descoberto um frontal inspirado na gaiola pombalina, atualmente visível na sala de estar no 1.º andar.

A fachada manteve o alinhamento e proporção dos seus vãos. As guardas em ferro fundido foram pintadas de branco com o corrimão em madeira pintada de cinzento, assim como as caixilharias das portas e janelas. A porta à esquerda dá acesso à habitação e é de dois batentes, com postigos. O vão central do r/c é uma vitrine em vão de porta fechado por pano de vidro e a porta à direita, de entrada na loja, é de duas folhas envidraçadas. A fachada voltou a ser pintada de branco, o soco de preto e as molduras dos vãos, sacada, cornija e cunhais estão pintados de azul.

O alvará da obra foi emitido em junho de 2013 e esta foi finalizada em outubro de 2014.

12 – Rua de São João 58, 60, 62

Este imóvel de dois pisos para a frente de rua e três para o tardo²⁹⁶ diferencia-se dos envolventes pela sua fachada revestida a azulejo de padrão em tons de azul e branco. A sua aplicação remonta a finais do século XIX (1888), época em que foi, provavelmente, alvo de uma intervenção profunda.

Em janeiro de 1958 foi elaborado um projeto para instalação de uma mercearia no r/c²⁹⁶. Nessa época o edifício tinha à esquerda uma porta de duas folhas, de acesso à habitação que se desenvolvia nos pisos superiores, ao centro um vão de porta envidraçado, a funcionar como vitrine e à direita uma porta de duas folhas envidraçadas, que dava acesso à mercearia. Apesar de não rigorosos, os desenhos do projeto mostram

²⁹³ Cf. CMAH, Processo n.º 98/97 — Rua de São João, 80–84 – Sé.

²⁹⁴ Cf. CMAH, Processo n.º 418/2008 — Rua São João, 84.

²⁹⁵ Informação veiculada em conversa com os atuais proprietários e moradores, Alódia e Fernando Costa e Silva, aquando da visita à habitação, em abril de 2019.

²⁹⁶ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 56/58 — Rua de S. João – Sé – 62.

que a loja seria independente do resto da casa, porque a ligação ao possível quarto da lenha, sob a cozinha, e o acesso ao logradouro estavam fechados.

O prédio resistiu à “agitação” sem qualquer colapso, não sendo necessárias obras de grande porte²⁹⁷. Aquando do abalo telúrico funcionava em todo o imóvel uma loja. No r/c havia um pronto-a-vestir, o 1.º andar tinha decoração (a zona da antiga cozinha era expositiva, com uma “cozinha modelo”) e o 2.º andar destinava-se a arrumos²⁹⁸. Esta loja além da instalação sanitária existente no 1.º andar, completamente equipada, tinha uma zona de arrumos com sanita, sob a cozinha, no piso térreo, apenas com acesso pelo pátio (ver anexo 12). A ligação da loja a esse quarto foi aberta mais tarde. Segundo Carmelina, nas vésperas do sismo, a porta de acesso à loja era a da esquerda e a parede que separava o acesso ao piso superior já não existia. Por vezes era utilizada a porta central, que seria de duas folhas envidraçadas, seguida de uma montra. A fachada era delimitada por um soco preto, cunhais apilastrados sobre plintos, que ressaltavam sobre a cimalha. Esta embasava a platibanda que, tal como a fachada, era revestida a azulejos. A platibanda era rematada por uma cornija, assim como todas as vergas retas dos vãos. A fachada possuía três vãos à largura e a entrada no imóvel era feita pela porta a norte, de duas folhas envidraçadas, sendo os dois outros vãos de porta, no piso térreo, duas vitrines envidraçadas até ao soco²⁹⁹. O 1.º andar tinha três janelas de sacada, com bandeira (como alguns vãos interiores) que acediam a uma varanda corrida, protegida por guarda de ferro fundido. Neste piso cada janela tinha um pequeno toldo e no rés-do-chão corria um toldo a toda a largura. Os cunhais, cornijas, sacada em pedra, guarda da varanda e molduras dos vãos eram pintados de branco. Todas as portas e janelas possuíam caixilharia em madeira pintada de branco, tal como as portadas interiores. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera o imóvel como de grande qualidade, com cobertura, fachada e empenas em razoável estado de conservação, e define como terapêutica preservar com fidelidade³⁰⁰.

Em 1983 o edifício foi arrendado e apesar de se instalar outra empresa, continuou a funcionar como pronto-a-vestir (todo o edifício). Nessa altura a única grande alteração constou de uma montra interior no corredor de acesso ao 1.º andar, através da qual se entrava na loja. Era uma superfície de vidro ou polímero transparente, com caixilharias de alumínio, que se manteve no edifício até às obras recentes. Entre 1985 e 1991 os pisos superiores foram habitados, ficando a sala na frente do 1.º andar como armazém da loja e o compartimento adjacente, no alinhamento da janela de sacada a norte, como escritório. As escadas eram de lanços sobrepostos, encostadas e paralelas à empena norte, sensivelmente centradas no lote (ver anexo 12). O 1.º andar dividia-se em sala comum, o referido armazém e escritório e, num corpo mais pequeno no tardo, perpendicular à fachada, cozinha e casa de banho. O sótão dividia-se em dois quartos e duas zonas de arrumos utilizadas como quarto dos brinquedos. Este piso tinha três janelas de guilhotina de duas folhas voltadas para o tardo: uma iluminava a zona de circulação e as restantes o quarto principal. Segundo os proprietários da loja no r/c (e moradores nesse período), a casa não sofreu qualquer intervenção estrutural, quer no pós-sismo, quer entre 1983 e 1999³⁰¹.

Na viragem do século XX, o soco, guarda e sacada estavam pintados de azul escuro e o acesso pela referida montra estava encerrado, entrando-se na loja pela porta central. Nessa altura os pisos superiores não eram utilizados e por volta de 2005 o piso do sótão colapsou e o edifício ficou sem uso³⁰². Em dezembro de

²⁹⁷ Informação veiculada em conversa com Eduarda Gouveia Mendonça (filha do proprietário do imóvel à data do sismo) em abril de 2020.

²⁹⁸ Informação veiculada em conversa com Carmelina Melo (funcionária da loja nos anos 70/80) em abril de 2020.

²⁹⁹ A ficha da *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo* deste imóvel data de março de 1980, logo, é possível que a porta e vitrines tenham sido aplicadas após o sismo.

³⁰⁰ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 508.

³⁰¹ Informação veiculada em conversa com Victor Manuel Rocha Fernandes, a 14 de abril de 2020.

³⁰² Informação veiculada em conversa com Odília Maria Dias Leandro, proprietária do estabelecimento à data.

2011 foi feito um pedido de informação prévia para uma loja no r/c, um fogo de tipologia T1 no 1.º andar e um T0 no 2.º andar³⁰³. À data do levantamento fotográfico o soco estava pintado de preto, a platibanda encontrava-se preenchida com azulejos brancos ou pintados de branco, assim como a sacada e guarda da varanda em ferro fundido³⁰⁴. A estrutura do corpo principal ainda era a “tradicional”, com paredes portantes em alvenaria de pedra, paredes divisórias em tabique e pavimentos em soalho sobre barrotes de madeira³⁰⁵.

O edifício que existe atualmente resultou de projeto datado de julho de 2013³⁰⁶. A estrutura “tradicional” foi substituída por um sistema porticado de pilar, viga e lajes de betão armado. O piso térreo alberga uma loja, interligada com a loja do prédio a sul. O acesso a esta é feito pela porta ao centro, de duas folhas envidraçadas, ladeada à direita por uma vitrine e à esquerda pela porta de acesso aos pisos superiores, de duas folhas com postigo. O 1.º andar tem um apartamento tipo T0 e dois consultórios, um deles com acesso a casa de banho, onde seria originalmente o forno (ver anexo 12). O 2.º andar possui um apartamento tipo T0+1, com uma parte em mezanino, tirando proveito da localização da cumeeira. Apesar da modificação espacial, muitos elementos foram mantidos, como memória à antiga casa, como o móvel de parede na antiga sala comum, as portadas interiores de três folhas em madeira pintada de branco ou a pequena janela da antiga zona de “lar”. Originalmente, este espaço do “lar” e forno estava assente sobre um maciço, a área de cozinha era em barrotes, e sob esta, possivelmente, encontrava-se a “loja da lenha”, à qual se acedia por uma escada exterior em pedra. No século XX, ainda antes ao sismo, o forno deu lugar a uma casa de banho, com a introdução de uma porta para a cozinha e uma janela para o logradouro. Paralelo ao volume da cozinha havia o logradouro, que além das escadas em pedra continha um tanque, pia e uma varanda ao nível do 1.º andar, protegida por guarda em ferro. Segundo a memória descritiva do projeto, “a escada e restantes elementos seriam originariamente de um alpendre que cobria a varanda e que foi desmontado e as pedras reutilizadas na construção dos elementos atuais”. A escada foi retirada e, recorrendo à anastilose, o alpendre foi repostado, coberto por uma nova estrutura em madeira. Assim como os referidos elementos interiores e do tardo (pia, tanque, pilares, etc.), os azulejos da fachada foram mantidos. Os que estavam em falta foram repostos por idênticos (executados segundo processo artesanal).

13 – Rua de São João 121, 123, 125, 127

Este imóvel, no século XIX, teria três vãos à largura no r/c que, à excepção da porta à direita, não seriam alinhados com os vãos superiores. Entre meados do século XIX e inícios do século XX são adicionados dois vãos na área de nembos entre os três referidos. Nessa altura são também substituídas as guardas das janelas de sacada, em balaustrada simples de madeira, por ferro fundido trabalhado³⁰⁷.

O volume principal do edifício que chegou aos anos 80, e enfrentou o sismo, teria uma estrutura “tradicional”, de paredes portantes em alvenaria de pedra, divisórias em tabique e estrutura de pavimentos e cobertura em madeira. Tinha o piso térreo ocupado por uma loja de ferragens e o 1.º andar por uma habitação. A cobertura ficou em mau estado e a fachada em razoável estado de conservação e é considerado pela Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU como imóvel de acompanhamento³⁰⁸. A fachada era delimitada por um soco verde escuro, por cimalha (sob beirado duplo) em alvenaria rebocada e pintada de

³⁰³ Cf. CMAH, Processo n.º 12/9 — Rua de São João, n.º 60 a 62 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º B10–508 — Rua de S. João – 58–60–62 – Sé.

³⁰⁴ O referido levantamento fotográfico foi gentilmente cedido pelo arquiteto Nuno Narciso.

³⁰⁵ Todo o edifício estava em mau estado de conservação, mas apresentava intervenção para minimizar estragos ou ruína, como escoras de madeira de suporte a algumas traves e cobertura recente, suportada por perfis de metal.

³⁰⁶ Cf. DRC, Processo n.º B10–508 — Rua de S. João – 58–60–62 – Sé.

³⁰⁷ Informação baseada na análise de fotografias da época.

³⁰⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 439.

castanho claro, assim como as molduras dos vãos do 1.º andar, porta de entrada na habitação e cunhais apilastrados (ver anexo 13). As molduras dos vãos no r/c, correspondentes à zona da loja, eram pintadas de verde escuro, como o cunhal. Nesta zona, a fachada era pintada de castanho claro e na restante de branco. No r/c todos os vãos eram guarnecidos com caixilharias de madeira pintada de castanho. Da esquerda para a direita, seriam: uma porta de duas folhas envidraçadas com pinázios brancos e bandeira; uma vitrine envidraçada até ao soco; uma porta de dois batentes; uma porta de duas folhas envidraçadas com pinázios brancos e bandeira; finalmente, a porta de entrada na habitação, de dois batentes com postigos, cuja verga e pedra de soleira não respeitavam o alinhamento das anteriores. O 1.º andar tinha ao centro uma janela de peito com caixilharia de guilhotina de duas folhas e as suas ombreiras prolongavam-se ligeiramente abaixo da pedra de peito. Esta janela era ladeada por duas janelas de sacada, de dois batentes com bandeira. Estas possuíam as consolas em pedra pintada de castanho claro, sobre as quais assentavam guardas de ferro fundido pintado de prateado. As janelas a este nível eram em madeira pintada de branco, com aros pintados de castanho, tal como os corrimões das guardas. Todos os vãos eram encimados por verga reta, com um ligeiro ressalto ao centro. A terapêutica selecionada pela DGPU para o imóvel foi preservar com reajustamentos e é anotado nas observações “rever cor do r/c”.

O projeto pós sismo remonta a outubro de 1980³⁰⁹. Segundo a memória descritiva, o proprietário resolveu ampliar o 2.º andar e com a ampliação seria necessário alterar o alçado, respeitando a sua “traça”. Seriam adicionadas três janelas de peito, alinhadas com as janelas do piso inferior e semelhantes à central, de duas folhas, com caixilharia de guilhotina. A zona de fachada pré-existente era mantida sem alterações. As paredes interiores e exteriores seriam em alvenaria de blocos de betão. A estrutura antissísmica era composta por pilares e cinta (ao nível das padieiras, envolvendo toda a construção) em betão armado. Previa-se uma cobertura em madeira, os pavimentos em vigotas pré-esforçadas e abobadilhas de betão e que as cantarias ficassem à vista ou pintadas de “cinzento pedra”.

Em dezembro de 1980 a CMAH apresentou uma proposta que, por se considerar inconveniente o aumento de um piso, previa um “torreão” com duas janelas para a frente de rua, que iluminavam dois quartos de cama, centrados na cobertura. No mês seguinte é entregue um aditamento, apenas escrito, que declarava a não pretensão de levantar o referido 2.º andar, mantendo o alçado principal, e apenas o tardoz seria ampliado. Em fevereiro de 1981 o projeto foi deferido³¹⁰. Em fevereiro de 1984 foi feita a vistoria e em março a licença de habitação foi emitida³¹¹. O edifício, exteriormente, assemelha-se ao existente à data do sismo. As fenestraçãoes foram mantidas, mas as molduras passaram a pedra à vista, assim como a cimalha, pilastras e sacadas, o que contribuiu para a sua erosão superficial. A pintura da fachada de branco estendeu-se ao r/c. O beirado duplo manteve-se, mas foi adicionado um algeroz, na fachada principal e no tardoz. Todas as portas e janelas da fachada mantiveram a caixilharia em madeira, mas passou a ser pintada de verde escuro (como as guardas em ferro fundido, respetivos corrimões e algeroz), com pinázios brancos. As janelas do 1.º andar aparentam ser as mesmas de 1980, mas no r/c, as portas envidraçadas de duas folhas não só perderam os pinázios, como a sua bandeira foi redimensionada. No projeto de 1980 não eram previstas alterações no r/c e, efetivamente, grande parte das paredes foi mantida, mas houve um reforço com vigas e pilares de betão armado. A casa de banho da loja foi realocada e a ligação entre o *hall* de entrada na habitação e a loja no tardoz foi aberta. É provável que esta casa tenha sido alvo de intervenção pré sismo, com a aplicação de betão no volume que albergava no 1.º andar uma casa de banho e marquise e no 2.º andar um terraço. A

³⁰⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 1029/80 — Rua de São João, 127 – Sé.

³¹⁰ Cf. CMAH, Processo n.º 1029/80 — Rua de São João, 127 – Sé.

³¹¹ Cf. CMAH, Processo n.º 62/84 — Rua de São João, n.º 127, freguesia da Sé.

sequência espacial do piso térreo e 1.º andar foi mantida (apesar de ligeiras alterações) e a localização das paredes divisórias é sensivelmente a mesma, assim como as escadas que ligam estes dois pisos. O acesso vertical ao 2.º andar foi alterado. Este piso teria arrumos no corpo principal e dois quartos no corpo perpendicular. Atualmente tem quatro quartos e casa de banho no corpo principal e uma sala, quarto e instalação sanitária no corpo perpendicular (ver anexo 13). Neste, ao nível do 1.º andar, ainda anteriormente ao sismo, encontrávamos uma área de cozinha que resultou da desativação do forno. O que seria a zona de “lar” — ainda assente sobre um maciço — encontra-se marcada pela existência de um pilar em pedra com as arestas chanfradas. Sob a restante área de cozinha encontramos ainda a “loja da lenha”, com essa funcionalidade.

14 – Rua da Palha 83 a 87

Este imóvel, tal como o edifício da Delegação de Turismo, aparenta ser original de século XVII, mas com profundas alterações no século XIX. Tal como em outros edifícios, o espaço primitivo foi adaptado às necessidades do século XIX. Possivelmente as alterações no agregado familiar ou procura de rentabilização da casa levaram a um acréscimo de espaço, neste caso com incidência no tardo, nomeadamente a adição de um piso sobre a cozinha e talvez a reestruturação da cobertura com o recuo da cumeeira. A casa de século XVII, presumivelmente, teria um 1.º andar dividido em quatro compartimentos e cozinha no tardo, sem corredores. Possivelmente seriam duas salas e dois quartos, um deles na frente, a sul, pois nessa divisão — apesar de entaipado à data do sismo e talvez no século XIX — existe um nicho que seria um oratório. Além das já referidas alterações, talvez no século XIX, os espaços foram seccionados por tabiques, foram criados corredores, foi adicionada a sala de jantar no 1.º andar e uma cozinha de menor dimensão ao nível do 2.º andar. O objetivo desta nova cozinha seria tornar este andar independente, para zona de criadagem, para utilização autónoma de outros membros da família ou para rentabilização através de aluguer.

Esta casa é constituída, essencialmente, por dois volumes: o corpo retangular limitado a nascente pela fachada principal e um perpendicular, que albergava a cozinha. A norte deste corpo existe um pátio ao nível do piso térreo, acessível pela cozinha por escadas exteriores em pedra. A fachada tem como limite o soko e a cornija, interligados por cunhais apilastrados sobre plintos nos extremos. No centro da fachada existem dois óculos retangulares, um por andar, para iluminação das escadas. Tendo como eixo estes óculos, pode dizer-se que a fachada é simétrica, possuindo para cada lado dois vãos no piso térreo, que correspondem a janelas de sacada no piso superior. Estas dão para uma varanda corrida, protegida por uma guarda de ferro forjado. Atualmente, dos quatro vãos de porta apenas o do extremo sul funciona como tal, sendo os restantes vitrines. Todas as molduras têm as arestas boleadas e vergas retas e os vãos do 1.º andar são rematados por “duplo lintel e cornija”³¹². A fachada é pintada de branco e o soko, cornija, cunhais, sacada e todas as molduras de vãos são em cantaria à vista. As portas e janelas possuem caixilharia de madeira pintada na cor “sangue de boi”. As janelas de sacada possuem pinázios brancos, assim como os já referidos óculos. O beirado é duplo e, como a restante cobertura, em telha de meia cana tradicional. À data do sismo, uma grande diferença, relativa aos dias de hoje, era a utilização, pois funcionava no r/c, a sul, uma loja de eletrodomésticos e, a norte, uma loja de fotografias. A segunda porta da fachada, a contar da direita, era o acesso à habitação que se desenvolvia nos pisos superiores (ver anexo 14). As escadas eram perpendiculares à fachada, ao centro e na frente do lote. O 1.º andar teria, a sul, e com acesso à varanda, um quarto de cama, com um nicho na

³¹²AAVV – *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 165.

parede que aparenta ser um oratório. No lado oposto e separada pela escada, estaria a sala de estar e, seguindo para poente, encontrávamos a sala de jantar e varanda sobre o logradouro (continha um chafariz com tanque retangular e pia de lavar roupa)³¹³. Ao sul do logradouro estava a cozinha, com forno a lenha, e o acesso ao jardim, que reentrava no lote adjacente. O acesso ao 2.º andar era feito por um lanço sobreposto à escada principal e pela cozinha. No 2.º andar, sobre o forno, existia uma cozinha de menores dimensões que partilhava a chaminé e, talvez, seria apetrechada com um fogão a lenha. A casa de banho da habitação era no 1.º andar, ao lado do forno e sobre a retrete.

A fachada, nas vésperas do sismo, era muito semelhante ao que hoje vemos, mas a guarda da varanda era pintada de verde escuro, assim como os aros das janelas, com as folhas pintadas de branco. Atrás das janelas de sacada encontravam-se as portadas em madeira pintada de branco. Os vãos do r/c eram encerrados, da esquerda para a direita, por: porta envidraçada de dois batentes com bandeira; montra de caixilharia fixa; porta de dois batentes; porta de dois batentes envidraçada. Todas as caixilharias eram em madeira castanha, excetuando a porta de acesso à habitação, que era verde escura.

Segundo a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, a cobertura e as empenas ficaram em mau estado de conservação, mas a fachada estava em estado razoável³¹⁴. É considerado um imóvel de grande qualidade e como terapêutica preservar com fidelidade.

O intervenção “pós-sismo” remonta a setembro de 1993³¹⁵. Consistiu num projeto de “obras provisórias de consolidação” elaborado pelo GZCAH. Este visava travar a degradação a que a construção estava sujeita, devido aos estragos causados pelo sismo de 1980. Segundo a memória descritiva, a cobertura e o piso do 1.º andar da metade sul colapsaram parcialmente, assim como o forno, no tardo, arrastando consigo parte da parede e do pavimento do 1.º andar. Muitas paredes e empenas estavam instáveis. A ausência de cobertura em algumas zonas levou ao apodrecimento de madeiras e acabamentos. As obras para travar a deterioração do prédio seriam a limpeza de escombros e entulho, fazer alguns escoramentos e consolidar zonas que ameaçassem ruína. Previa também a picagem de rebocos e uma vez terminada a consolidação de paredes e substituídas todas as peças de madeira em mau estado, seria executada uma cinta de coroamento e reconstruída a cobertura.

O edifício que existe atualmente resultou de um projeto de arquitetura datado de maio de 1999³¹⁶. Não seria um restauro integral e tinha por objetivo, além de recuperar o imóvel que estava ao abandono, devolver uma organização semelhante à compartimentação de século XVII, que era compatível com a sua nova função de espaço comercial. As paredes foram picadas, lavadas, rebocadas e nestas foram introduzidos elementos de betão armado para reforço. À data do sismo, o pavimento dos estabelecimentos comerciais era em betão, cada um com a sua instalação sanitária. O *hall* da habitação era lajeado, assim como a cozinha, jardim e varanda sobre o logradouro. Este e a antiga “loja da lenha” eram em terra. Os restantes pavimentos da casa eram em sobrado e foram mantidos ou refeitos. As zonas que eram em betão e terra foram substituídas por pedra. Previa-se a instalação de lavabos sob o pavimento da cozinha, em parte do maciço. O licenciamento foi aprovado, pelo GZCAH, em junho de 1999 e em outubro de 2000 foi entregue um aditamento ao projeto. Foi descoberto, ao iniciar as obras para a casa de banho, um espaço sob o pavimento da cozinha que tinha

³¹³ Informação veiculada em conversa, aquando da visita ao imóvel, com Lourenço Manuel da Rocha de Aguiar.

³¹⁴ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 392.

³¹⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 1206/93 — Rua da Palha, n.º 83 – 87 – Sé.

³¹⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 1206/93 — Rua da Palha, n.º 83 – 87 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º B4-392 — Rua da Palha, n.º 83, 85, 87 – Sé.

sido entulhado para a laje³¹⁷. Nessa área além das instalações sanitárias desenvolve-se um espaço de arrumos.

Esta casa teria, pelo menos, dois lintéis manuelinos possivelmente pertencentes à casa primitiva. Um deles foi colocado num vão entre lojas do r/c e o outro encontra-se no Museu de Angra do Heroísmo³¹⁸. Todas as caixilharias mantiveram-se em madeira, mas, segundo o atual proprietário, a única original é a porta da cozinha para o tardo, com postigo. As escadas que ligavam o 1.º ao 2.º andar, sobre as principais, atualmente não existem, assim como o pavimento do quarto sobre a entrada da loja, ficando esta com duplo pé direito. Nessa área nota-se, ao nível do 1.º andar, o oratório e vãos com verga dupla e tripla de pedra e madeira. Parte da estrutura do piso junto à fachada é reaproveitada como varanda sobre este espaço e utilizada como área expositiva. Atualmente a varanda sobre o tardo é protegida por uma guarda moderna em ferro, mas à data do sismo seria em ferro fundido. As escadas principais encontram-se onde estariam originalmente, na frente e centro da casa, mas executadas com linguagem contemporânea (cobertores em madeira sobre estrutura de ferro).

Na cozinha ainda existe uma “vasa” que, segundo Maduro-Dias, era muito comum nas cozinhas e seria o local onde eram feitos os despejos de líquidos³¹⁹. No 1.º andar encontramos vários nichos, de diferentes formas e tamanhos. Um destes, em vão de porta, indica ser uma antiga ligação à casa a sul. O acesso ao 2.º andar, pela cozinha, foi feito e atualmente é a única forma de aceder a este piso, que é utilizado como arrumos. O 1.º andar destina-se a arrumos e espaço expositivo e no piso térreo funciona a loja com a “venda direta” ao público. Apesar de não existir portas interiores a encerrar os espaços, à data do sismo esses vãos eram preenchidos com caixilharias em madeira, algumas com bandeira. Os tetos foram refeitos, na sua maioria de alfarge, e o teto da sala, com acesso à metade norte da sacada, é em forma de masseira³²⁰.

15 – Rua da Palha 25, 29

Este imóvel à data do sismo dividia-se em comércio no r/c e um fogo no 1.º andar. Segundo a ficha da Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU, é considerado como imóvel de acompanhamento e como terapêutica “preservar c/ fidelidade”³²¹. O “abalo” deixou a sua cobertura em mau estado e a fachada em razoável estado de conservação. Esta era delimitada por soco pintado de preto, cimalha rebocada e pintada de cinzento escuro sobre a qual assentava um beirado duplo em telha de meia cana. A fachada tinha como limites laterais as pilastras das fachadas adjacentes e era pintada de branco, contrastando com as molduras dos vãos pintadas de cinzento escuro. Todas as portas e janelas eram em madeira, pintada de verde, e encimadas por verga reta com ressalto. O piso térreo tinha ao centro uma porta de quatro folhas envidraçadas, que servia o armazém, assim como a porta a sul, de duas folhas envidraçadas. A porta a norte dava acesso ao 1.º andar, onde se desenvolvia a habitação. A este nível havia uma consola em pedra pintada de cinzento escuro, à qual acediam duas janelas de sacada, de dois batentes, com pinázios brancos e bandeira. Esta varanda era protegida por uma balaustrada simples de madeira pintada de verde, como as caixilharias das janelas.

³¹⁷ Apesar de se encontrar, em muitos casos, toda a cozinha assente sobre um maciço, o habitual seria ter apenas a zona do forno e “lar” sobre “terra firme” e a restante cozinha em soalho sobre barrotes.

³¹⁸ Informação veiculada em conversa com Francisco dos Reis Maduro-Dias em abril de 2020.

³¹⁹ Informação veiculada em conversa com Francisco dos Reis Maduro-Dias em abril de 2020.

³²⁰ Os tetos de masseira, localmente, são conhecidos por tetos de “caixotão”.

³²¹ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 367.

O projeto de reconstrução pós-sismo remonta a fevereiro de 1983³²². Segundo levantamento do existente, havia um 2.º andar com janela para o tardo, possivelmente destinado a arrumos. O 1.º andar tinha dois quartos, uma sala de estar, uma sala de visitas, uma sala de jantar e uma cozinha e quintal, que assentavam sobre um maciço, vazado junto à fachada do tardo, permitindo ter um pátio no r/c, que iluminava a loja através de uma janela e porta (ver anexo 15). Previa-se instalações sanitárias no r/c e 1.º andar, um escritório e gabinete na frente do 1.º andar e o restante espaço do edifício seria para depósito de mercadorias. Foi projetada uma escada em betão armado que unia todos os pisos e duas trapeiras no último andar. Em parecer da DRAC de novembro de 1983 o projeto foi indeferido por estar mal elaborado e pretender instalar as duas águas furtadas (verificava-se falta de qualidade na execução de obras similares). A fevereiro de 1984 foi feito um pedido na CMAH para demolir o prédio em questão e em março de 1984 foi elaborado um aditamento ao projeto no qual se adicionou um piso ao prédio. O parecer da DRAC referente a este aditamento surgiu em abril e referia que não haviam inconvenientes desde que fosse remodelado, nomeadamente diminuindo os pés-direitos dos vários pisos. De seguida foi entregue um aditamento com as correções e em junho de 1984 foi deferido.

O projeto de betão armado remonta a agosto de 1984³²³. Foi edificada uma estrutura porticada de betão armado e lajes aligeiradas (incluindo cobertura). As paredes exteriores seriam em blocos maciços, funcionando como paredes resistentes, e as restantes em blocos vazados, apenas com função divisória.

Em agosto de 1985 as obras foram embargadas e em setembro foi entregue um aditamento, com as seguintes alterações: aumento da área útil cobrindo o logradouro ao nível do r/c e aumento de altura do alçado posterior, criando duas janelas³²⁴. Em parecer da DRAC datado de outubro de 1985, foi referido que o aditamento já se encontrava inexplicavelmente construído, culpando a fiscalização camarária e foi indeferido por não cumprir os artigos 10.º e 11.º do Dec. Leg. Reg. 15/84/A³²⁵.

O prédio conectou-se com o edifício com frente para a Rua da Rosa (números de polícia 15 a 19), resultando numa planta em L. Em maio de 1987 foi elaborado um projeto para a instalação de um supermercado e talho, este último no r/c do prédio com frente para a Rua da Rosa. Em fevereiro de 1988 foi feito o pedido para licença de ocupação e por despacho de junho de 1988 foi deferido³²⁶. Com esta intervenção a fachada foi totalmente reconstruída e a sua proporção, a largura das molduras, o ressalto nos lintéis e a largura dos nembos são diferentes. O beirado continua a ser duplo, mas aproximou-se dos envolventes e, com essa subida, a fachada ganhou duas janelas de peito de dois batentes e um óculo no 2.º andar, idêntico ao existente no 1.º andar (talvez descoberto com o sismo). A guarda da varanda encontra-se com balaustres pintados de branco e os restantes elementos de verde escuro, assim como todos os aros dos vãos. A porta ao centro do r/c manteve, sensivelmente, a mesma dimensão, mas com três folhas em vez de quatro. Os restantes vãos “pré-existentes” mantiveram o mesmo número de folhas, mas são pintadas de branco e as janelas de sacada perderam a bandeira. Na viragem do século XX as cores da fachada foram alteradas para as atuais: base ocre com molduras dos vãos, cimalha, sacada, novas pilastras e soco pintados de branco.

Por despacho de janeiro de 2001, pela CMAH, foi autorizada a utilização do r/c como lavandaria³²⁷.

³²² Cf. CMAH, Processo n.º 2057/83 — Rua Padre António Cordeiro, 25 a 29 — Sé.

³²³ Cf. CMAH, Processo n.º 2057/83 — Rua Padre António Cordeiro, 25 a 29 — Sé.

³²⁴ Cf. CMAH, Processo n.º 2057/83 — Rua Padre António Cordeiro, 25 a 29 — Sé; Cf. DRC, Processo n.º B3-367 — Rua da Palha, n.º 23/29 — Sé.

³²⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 2057/83 — Rua Padre António Cordeiro, 25 a 29 — Sé; Cf. DRC, Processo n.º B3-367 — Rua da Palha, n.º 23/29 — Sé.

³²⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 361/88 — Rua da Palha n.º 25 a 29 — Sé.

³²⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 268/2006 — Rua da Palha n.º 25/29 — Sé; Cf. DRC, Processo n.º 166/2000 — Rua da Palha n.º 25 — Sé.

A habitação e armazém existentes antes do sismo deram lugar a um edifício de comércio, que além de ocupar todos os pisos, cresceu um andar e estendeu-se a um edifício adjacente (ver anexo 15). Este tinha diferentes cotas por piso, que foram “resolvidas” por meios pisos no imóvel com frente para a Rua da Rosa. Nos anos 90, no imóvel em estudo, funcionava um supermercado no r/c, loja de artigos para casa e outros no 1.º andar, escritório da firma no 1.º andar da Rua da Rosa, armazém no 2.º andar e o sótão era utilizado como zona de embalagem³²⁸. Os produtos desciam até ao r/c por meio de um monta-cargas, cujo espaço atualmente é utilizado para extração da lavandaria que funciona no r/c. Os restantes pisos encontram-se compartimentados para escritórios, por divisórias de alumínio, colocadas em fevereiro de 2001³²⁹. Em todo o 1.º andar funcionou um jornal e tipografia que utilizava o pátio, coberto com estrutura de metal (colocada em setembro de 2008), como espaço de refeições.

16 – Rua do Salinas 2

Este edifício localiza-se no gaveto da Rua do Salinas com a Rua da Rocha. À data do sismo era composto por dois pisos: um estabelecimento na “cave”, com entrada pela Rua da Rocha e um fogo no piso superior, ao nível da Rua do Salinas. A fachada para esta rua podia ser dividida em duas partes, uma correspondente ao muro do quintal/horta e outra à habitação. A zona do quintal tinha como fachada uma parede branca e as restantes frentes de rua eram pintadas de amarelo claro. Todas as molduras dos vãos eram brancas e era de notar a distribuição irregular dos mesmos. Os socos eram pretos, o cunhal branco, assim como a única cimalha (a delimitar a fachada da Rua da Rocha) sobre a qual se apoiava um beirado duplo em telha de canudo. A fachada para a Rua da Rocha possuía, ao nível do r/c, duas portas: a da direita de duas folhas envidraçadas e a da esquerda de um batente, ambas de acesso à loja e em madeira pintada de castanho. Sobre a porta da direita, ao nível da habitação, encontrava-se uma janela de sacada de duas folhas envidraçadas, em madeira pintada de branco, protegida por uma guarda em ferro forjado pintado de castanho escuro. A fachada da Rua do Salinas possuía uma porta, de uma folha, em madeira pintada de castanho. Esta, possivelmente, dava acesso a escadas que subiam à habitação porque devido à cota da loja, o fogo estava sobrelevado e a verga da porta não alinhava com as vergas das duas janelas de peito. Estas estavam próximas dos extremos da fachada e tinham caixilharia de guilhotina de duas folhas, em madeira pintada de branco. A casa possuía portadas interiores em madeira pintada de branco. As paredes portantes da casa eram em alvenaria de pedra, teria algumas divisórias interiores em tabique e os pavimentos e estrutura da cobertura eram em madeira, não havendo aplicação de betão até 1980³³⁰.

A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera o imóvel como de acompanhamento e segundo esta, a cobertura, fachada e empenas ficaram em ruína³³¹. É definida como terapêutica “recriar”. Em setembro de 1985 surgiu uma informação da DRAC sobre a viabilidade de construir um imóvel de dois pisos, na qual foi referido que ao construir dois pisos no logradouro não seria possível a candidatura para subsídio a fundo perdido (nos termos da resolução n.º 42/80) e foram enumerados alguns pontos a cumprir, entre os quais a recuperação do imóvel existente, respeitando-se rigorosamente as fachadas, chaminé e cobertura³³². O projeto de reconstrução remonta a novembro de 1985³³³. Segundo a memória descritiva a

³²⁸ Informação veiculada em conversa com Odília Lourenço (funcionária da empresa instalada no edifício nos anos 90) em setembro de 2019.

³²⁹ Informação disponibilizada por Carla Bretão em setembro de 2019.

³³⁰ Segundo Miguel Pedroso Lima, arquiteto responsável pelo projeto de reconstrução.

³³¹ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 379.

³³² Cf. CMAH, Processo n.º 433/88 — Rua do Salinas, n.º 2 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º B3-379 — Rua do Salinas n.º 2 – Sé.

³³³ Cf. CMAH, Processo n.º 1355/85 — Rua do Salinas n.º 2 – Sé.

construção “principal” seria mantida, assim como o muro do logradouro, mas abrindo um vão de janela neste. As fachadas seriam alvo de um restauro cuidado (recorrendo a cantarias ou eventualmente alvenaria de blocos de betão de 1.ª qualidade, mantendo sempre a espessura original das mesmas) e a forma da cobertura seria mantida, assim como a chaminé de “mãos postas”³³⁴, ligeiramente deslocada para nascente. A zona ampliada apenas tinha um piso, ocupando o antigo logradouro. O acesso à habitação era feito pelo vão original que acedia a um *hall*, onde se encontravam as escadas que permitiam circular entre o piso -1 e o piso 0 e entre o existente e o ampliado (ver anexo 16). A cobertura seria em telha regional e todas as caixilharias foram executadas em madeira. As duas portas no r/c foram substituídas por duas janelas de dois batentes, em madeira pintada de branco, e iluminavam, de sul, dois quartos, uma vez que a área da loja passou a fazer parte da habitação. Segundo o projeto de estabilidade, a estrutura resistente seria em betão armado (pilares, vigas, sapatas e laje aligeirada). Em parecer da DRAC não foi identificado qualquer inconveniente ao deferimento e em dezembro de 1985 foi deferido pela CMAH. Foi entregue um aditamento, que recebeu parecer da DRAC datado de abril de 1986, referindo que a abertura de três vãos no muro de vedação subvertia a linguagem do mesmo. No entanto, nesse mês o projeto foi deferido pela CMAH³³⁵. Em março de 1988 foi feita a vistoria para a concessão de licença para habitação³³⁶.

Na viragem do século XX a casa tinha as fachadas brancas e o soco, o cunhal, a cimalha, a sacada e as molduras dos vãos pintadas de cinzento. A guarda da varanda era uma balaustrada de madeira pintada de verde escuro, assim como os aros das janelas.

O projeto base de arquitetura da atual habitação remonta a março de 2005³³⁷. A entrada concentra a circulação vertical e une os dois corpos (ver anexo 16). Seria introduzida uma nova janela que se diferenciava das demais pela sua linguagem contemporânea e permitia uma vista panorâmica sobre a baía e o Monte Brasil. Em maio de 2005 o projeto foi indeferido por parecer do GZCAH. Este referia a Carta de Veneza (art. 13.º) e a Carta de Burra (art. 22.º): “A introdução de novos elementos pode ser aceitável desde que não distorça ou obscureça o significado cultural do imóvel ou que ainda diminua a sua interpretação e a apreciação”³³⁸. Considerava a fachada à Rua do Salinas bem enquadrada (a nova volumetria não se sobrepunha à existente), mas que os novos vãos do lado da Rua da Rocha causavam impacto e interferiam na leitura do imóvel. Em junho de 2005 foi entregue um aditamento que “corrigiu” o alçado da Rua da Rocha. Este foi autorizado, em parecer do GZCAH de julho de 2005³³⁹. A obra foi embargada em dezembro de 2006 porque, entre outras alterações, o ripado que seria em madeira passou a cimento e a escada de acesso à garagem foi recolocada no interior da mesma. Em fevereiro de 2007 foi entregue um aditamento com as alterações executadas em obra.

A nova estrutura é porticada, de betão armado, com paredes interiores e exteriores em alvenaria de blocos de betão, com zonas da fachada que aproveitam a estrutura existente. A cobertura e lajes de pavimento são em betão armado. A entrada na habitação possui o maior pé direito da casa e faz a distribuição entre os diferentes pisos e zonas: o piso 0 concentra as áreas “sociais” da casa e as extremidades possuem as zonas privadas, sendo estas o piso -1, sob as salas, com três quartos e instalação sanitária, e o piso 1, com o quarto principal e um escritório, sobre a cozinha e garagem (ver anexo 16). As janelas das fachadas são em madeira pintada de branco pelo exterior, mas na sua cor natural pelo interior. As portadas, interiores, são em madeira

³³⁴ Termo local para designar uma chaminé de secção triangular.

³³⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 1355/85 — Rua do Salinas n.º 2 — Sé.

³³⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 433/88 — Rua do Salinas, n.º 2 — Sé.

³³⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 01/144/2005 — Rua do Salinas n.º 2 — Sé.

³³⁸ Cf. DRC, Processo n.º B3-379 — Rua do Salinas n.º 2 — Sé.

³³⁹ Cf. DRC, Processo n.º B3-379 — Rua do Salinas n.º 2 — Sé.

envernizada e a guarda da varanda é em madeira pintada de branco e cinzento. Em teoria, os novos vãos da fachada seriam diferenciados pela ausência de molduras e pinázios, mas tal não se aplica na íntegra. A janela a norte, adicionada na reconstrução pós-sismo, desapareceu para dar lugar à garagem e sobre as duas janelas restantes, das adicionadas nos anos 80, foram colocadas duas novas para iluminação do quarto e escritório (ver anexo 16). As duas janelas de peito na fachada da Rua da Rocha, que antes da recente obra eram de dois batentes, atualmente são de duas folhas de guilhotina. O vão horizontal saliente na cobertura permite a entrada de luz natural para o corpo de distribuição da casa, identificável na fachada pelo ripado em cimento pintado de vermelho, assim como a zona sobre a porta da garagem. A restante fachada é pintada de branco e todos os aros são pintados de cinzento, assim como o cunhal e as cimalthas. As águas da chuva são recolhidas por algerozes.

17 – Rua de Jesus 48A

Em junho de 1974 foi elaborado um projeto para uma esplanada descoberta provisória, instalada em terreno anexo a este imóvel. A esplanada funcionaria durante a época de verão, enquanto o Teatro Angrense estivesse encerrado para obras de beneficiação³⁴⁰. Esta tinha capacidade para 264 lugares e segundo desenhos do projeto, a bilheteira seria em parte da loja do edifício em estudo³⁴¹.

Em fevereiro de 1976 foi entregue na CMAH um pedido para transformar duas portas de garagem em janelas. Tal modificação ocorreu em virtude da dimensão do agregado familiar e conseqüente necessidade de dois quartos. Nessa época, além de dois quartos no r/c, a casa teria três quartos no 1.º andar, uma sala comum (estar e jantar), uma cozinha e uma casa de banho e respetivo *hall*, já num volume acoplado à casa (ver anexo 17). O sótão era utilizado como arrumos e o acesso a este era feito por uma escada de pequenas dimensões na sala comum. Quando os filhos dos proprietários, não em simultâneo, deixaram de utilizar o quarto a nascente, junto à empena, e o quarto entre este e a cozinha, foram transformados em “saleta” e quarto de costura, respetivamente³⁴².

Quando ocorreu o sismo, este edifício de dois pisos era utilizado totalmente como habitação (um fogo). A Inventariação do Património Arquitetónico da DGPU considera o imóvel como ligeiramente dissonante e como terapêutica “recriar”³⁴³. A sua fachada ficou em bom estado de conservação, mas a cobertura e empenas ficaram em ruína. A fachada era rebocada e pintada de amarelo e, tal como atualmente, as molduras dos vãos, cunhais e cordões a limitar inferior e superiormente a platibanda eram em alvenaria rebocada e pintada de branco. Ao nível do r/c existiam três vãos: a porta de entrada na habitação, à esquerda, de duas folhas, em madeira envernizada e duas janelas de peito, de considerável dimensão (por terem sido anteriormente portas de garagem) com folhas fixas. O soco, que era pintado de cinzento, na zona sob as referidas janelas, era pintado de branco, talvez em memória ao formato da anterior fenestração. Todas as caixilharias das janelas (incluindo aros) eram em madeira pintada de branco e todas as janelas do 1.º andar possuíam bandeira. Neste piso, existia uma janela de peito de dois batentes, alinhada com a porta do r/c e duas janelas de sacada sobre as janelas do piso térreo. Cada janela de sacada possuía duas folhas, ladeadas à esquerda e direita por uma janela de uma folha fixa. Davam acesso a sacadas individuais, em betão, pintado de branco,

³⁴⁰ Segundo Maduro-Dias, esta esplanada funcionou durante dois ou três anos. Além desta esplanada, à data, existiam outras duas na cidade de Angra do Heroísmo, a da “Fanfarra Operária”, na Guarita, e a da “Recreio dos Artistas”, organizada como anfiteatro. Esta funcionava entre junho e setembro e na área em que estava instalada, atualmente funciona um parque de estacionamento.

³⁴¹ Cf. CMAH, Processo n.º 117/99 — Rua de Jesus, n.º 48-A – Sé.

³⁴² Informação veiculada em conversa com Luísa Silveira (proprietária do último consultório instalado no imóvel) em maio de 2020.

³⁴³ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 306.

assim como o corrimão. A guarda era uma superfície curvilínea em alvenaria, rebocada e pintada de amarelo, e ao centro era rasgada e preenchida com dois tubos cilíndricos horizontais, possivelmente em ferro pintado de branco. A norte do edifício, junto à empena, havia um caminho que fazia a ligação da rua ao logradouro, com dimensão para circulação de automóvel. A estrutura da casa era, maioritariamente, de construção “antiga”, com paredes em alvenaria de pedra, estrutura de pavimentos e cobertura em madeira (com telha de canudo) e algumas divisórias em tabique. Já havia a aplicação de betão na fachada e, possivelmente, em outras zonas da habitação, como o anexo, em alvenaria de blocos de betão³⁴⁴.

Aquando da operação de loteamento, em 1999, que dividiu o prédio em três lotes, um dos lotes passou a englobar a habitação em estudo³⁴⁵. Entre o sismo e a recente obra, no 1.º andar do imóvel funcionou um fogo e no r/c, embora nem sempre com o mesmo médico/a, um consultório.

O projeto base de arquitetura do atual edifício remonta a março de 2017³⁴⁶. Era previsto manter a fachada e ampliá-la, numa linguagem que dissimulasse a ampliação. Surgiu, em setembro de 2017, um mandado de notificação para demolir, de imediato, a fachada e em outubro foi entregue o aditamento com as alterações no projeto, causadas pela demolição da mesma. Esta fachada, nas vésperas da atual intervenção, era pintada de cor-de-rosa e o soco de branco. O r/c estava ocupado por um consultório médico, com a respetiva sala de espera, casa de banho e uma “kitchenette”. Acedia-se ao 1.º andar por uma escada de dois lanços que começava no sentido oeste/este, encostada à empena norte, e infletia para o sentido norte/sul, a partir da qual surgia um corredor de distribuição paralelo à fachada. Este andar tinha um quarto de cama, uma sala comum, uma pequena sala de estar, um quarto de costura e uma cozinha, que se estendia a um volume anexado à casa, que tinha uma casa de banho, alinhada com a do piso inferior (ver anexo 17).

Atualmente todo o imóvel funciona como um fogo, mas está preparado para, se necessário, ter um r/c independente, pois este além da garagem e pátio, tem sala de estar, cozinha, sala de jantar, quarto de cama e instalação sanitária. O 1.º andar possui sala de estar, sala de jantar, cozinha, dois quartos de cama, uma suite, instalação sanitária e um alpendre para o tardo. O sótão é utilizado como arrumos e sala de estar. As escadas localizam-se, sensivelmente, na zona da anterior empena norte, perpendiculares à fachada e são de lanços sobrepostos. A inclinação da cobertura foi alterada para melhor aproveitamento do sótão³⁴⁷. A estrutura da cobertura e escada do 1.º andar para o sótão é metálica. Todas as alvenarias são em blocos de betão e a face inferior das lajes de betão armado são ocultadas por teto falso em gesso cartonado. Todas as caixilharias da fachada são em madeira. As janelas são pintadas de branco, com aros pintados na cor da porta da garagem e da entrada: “sangue de boi”. A fachada está pintada na cor “café com leite” e o soco de preto. A zona ampliada da fachada possui uma janela de peito ao nível do 1.º andar e uma porta de garagem no piso térreo.

18 – Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101

Os prédios com os números de polícia 91 a 99 e 101 da Rua de Jesus já se encontram na mesma família, garantidamente, desde o século XIX³⁴⁸. O átrio (com entrada pela porta 97) possui um “empedrado” — de pedra rolada que aparenta ser basalto e calcário — com a data de 1868, semelhante a outras moradias com a entrada pavimentada de forma idêntica, e com referência ao mesmo século. Habitualmente, estas datas seriam marco de uma intervenção no imóvel, neste caso, possivelmente, a data em que os dois volumes de

³⁴⁴ Informação veiculada em conversa com Marco Forjaz Rendeiro (proprietário), aquando da visita à habitação.

³⁴⁵ Cf. CMAH, processo n.º 13/81 — Rua de Jesus, n.º 48A – Sé; Cf. DRC, Processo n.º A18–306 — Rua de Jesus, n.º 48A.

³⁴⁶ Cf. CMAH, Processo n.º 13/81 — Rua de Jesus, n.º 48A – Sé.

³⁴⁷ Informação veiculada em conversa com Marco Forjaz Rendeiro (proprietário), aquando da visita à habitação.

³⁴⁸ Informação veiculada em conversa com Isabel e Luís Valadão (atuais proprietários) em maio de 2020.

fachada distinta foram ligados interiormente e transformados numa só habitação. Não obstante, este imóvel possui vestígios de séculos anteriores, como um vão no r/c com arestas chanfradas (“desquinado”).

Em março de 1956 foi elaborado um projeto para ampliar a habitação³⁴⁹. O corpo sul (portas 91 a 99) possuía r/c, 1.º andar e sótão para arrumação. O corpo norte (porta 101) possuía três pisos habitáveis e os últimos dois pisos deste prolongavam-se para o tardo (ver anexo 18). Esta intervenção surgiu porque a casa, que estava organizada para um casal e filha, necessitava de ser “consertada” para albergar a filha e genro dos proprietários. As obras transformaram um edifício de um fogo em dois fogos, divididos horizontalmente. O sótão do corpo sul passou a ser um terceiro piso habitável, com dois quartos e uma sala “nobre” (transformada em quarto nos anos 60) para a frente de rua, uma sala de estar, uma sala de jantar e uma instalação sanitária. A ampliação deste corpo ergueu-se sobre as paredes de pedra existentes e, depois de concluídas (as novas paredes), com recurso a macacos hidráulicos, elevou-se a estrutura da cobertura existente (em madeira)³⁵⁰. Previam-se, no corpo norte, ao nível do 1.º andar no tardo, ampliar uma despensa existente (sobre esta ficaria o quarto de uma das empregadas) e acrescentar um pequeno compartimento que serviria de quarto de banho de criadas. No 2.º andar, o antigo quarto das criadas seria transformado em cozinha e seriam adicionados dois compartimentos entre esta e a zona correspondente ao antigo espaço do “lar” do piso inferior.

Foi colocado um lanço de escadas sobreposto ao existente, para ligar o 1.º ao 2.º andar construído, e funcionava como acesso principal entre pisos. O acesso de serviços era garantido por uma escada existente (interior), ao centro, encostada à empena norte do volume norte, e por uma escada exterior em betão armado, que unia a nova cozinha no 2.º andar ao quintal. Na cobertura do corpo sul elevou-se um “torreão”, voltado a poente, na área de ligação entre o volume norte e o volume sul, que albergava o quarto de outra criada. O espaço que no projeto se previa como quarto de costura, passou a ser utilizado como sala de jantar/copa, talvez por se localizar na rótula entre a cozinha e a sala de jantar. Nesta obra destruiu-se, entre outras zonas, a chaminé de “mãos postas” e uma estufa.

A entrada no imóvel fazia-se pela porta com o número 97, que acedia ao referido átrio e fazia a distribuição para quatro zonas: em frente havia uma entrada de serviço, que ligava o *hall* ao pátio; à direita era o consultório dentário do proprietário; à esquerda era a sala de espera do consultório; existia um patamar de acesso às escadas para o 1.º andar, protegido por uma porta envidraçada, que ainda lá se encontra, cuja função seria isolar esta entrada porque a passagem entre a sala de espera e consultório era feita pelo *hall*, passando por baixo do lanço de escadas³⁵¹.

Em outubro de 1967 foi elaborado um projeto para ampliar a casa, ao nível do 2.º andar, através de um corpo perpendicular a esta, com uma sala de estar, um escritório e instalação sanitária³⁵². A estrutura do acrescento é em betão armado e apoia-se a nascente na parede existente e a poente em quatro pilares, assentes no tardo. A organização da casa a este nível sofreu transformações: A sala de jantar passou a funcionar como sala de estar, unindo a existente à nova no anexo; a nova sala de jantar passou para a zona do antigo “quarto dos brinquedos”, na frente de lote, no volume norte; o acesso ao sótão foi alterado para o volume norte e foram criados dois compartimentos (um deles utilizado como “quarto de brinquedos”) que atualmente são utilizados como arrumos.

³⁴⁹ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 140/56 — Rua de Jesus n.º 99 – Sé.

³⁵⁰ Informação veiculada em conversa com Jorge Leiria Gomes (anterior proprietário) em agosto de 2019.

³⁵¹ Informação veiculada em conversa com Jorge Leiria Gomes (anterior proprietário) em agosto de 2019.

³⁵² Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 439/67 — Rua de Jesus n.º 97–2.º – Freguesia da Sé – 91 a 99.

Aquando do sismo o r/c estava ocupado como consultório e a restante habitação organizada em dois fogos. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera o imóvel como de acompanhamento e como terapêutica “preservar c/ fidelidade”³⁵³. As fachadas ficaram em razoável estado de conservação. Estas tinham semelhanças, como o pano de fundo amarelo claro, o soco castanho escuro, as cimalthas, sacadas em pedra, molduras dos vãos e cunhais apilastrados pintados de ocre. Os beirados eram duplos e as guardas das varandas, em ferro forjado com desenho idêntico, eram pintadas de prateado. Todas as portas e janelas eram de dois batentes, com bandeira, em madeira pintada de branco e aros pintados de verde, como as guardas das varandas. As exceções eram ao nível do r/c, pois a fachada sul tinha duas portas pintadas de verde, duas envidraçadas pintadas de branco e uma envernizada e as bandeiras destas eram diferentes entre si. As bandeiras dos vãos no r/c da fachada norte eram mais trabalhadas que as restantes. Esta fachada tinha uma porta envidraçada no r/c, ao centro, ladeada por duas janelas de peito. Estes três vãos alinhavam com as três janelas de sacada (corrida) do piso superior e com as três janelas de peito do 2.º andar. Os vãos da fachada sul, apesar de também possuírem verga reta, eram encimados por cornija e a sacada era mais trabalhada. O 1.º andar tinha cinco janelas de sacada, alinhadas com as portas do piso inferior, que davam acesso a uma varanda corrida. Entre o 1.º e o 2.º andar havia uma cornija que marcava a zona do antigo beirado. O 2.º andar possuía três janelas de peito que iluminavam (e iluminam) três quartos.

Por volta de 1985 a casa foi alvo de obras de alteração, nas quais foi destruída uma casa de banho ao nível do 1.º andar e a zona da sala de jantar e quarto, antecedente à cozinha, no 2.º andar, foi refeita. Passou a albergar uma sala comum, despensa e zona de passagem. Nos anos 90 passou a viver em toda a casa apenas uma família³⁵⁴.

A remodelação do anexo original de 1967 remonta a maio de 1999 e um dos objetivos seria corrigir dissonâncias arquitetónicas (alçados)³⁵⁵. Não houve intervenção estrutural, mas encerrou-se a base/suporte do anexo com paredes de blocos vazados de betão e forrou-se a face inferior da laje existente, com madeira. O acesso ao novo espaço “semi-fechado” passou a ser feito por fenestranças em forma de arco. Na viragem do século XX, além das referidas obras, ocorreram outras alterações, como a modificação do esquema cromático aplicado nas fachadas. As fachadas para a Rua de Jesus, que eram pintadas de branco e tinham “barras”³⁵⁶ cinzentas (incluindo socos), passaram ao esquema atual, que resultou de parecer do GZCAH, tendo em conta a proposta dos proprietários³⁵⁷. Manteve-se a cor da fachada, mas os aros e guarda da sacada da fachada sul passaram a ser pintados de vermelho “sangue de boi” e uma das portas foi substituída por outra envidraçada, pintada de branco (ver anexo 18). A sacada da fachada norte passou a branca, com guarda pintada de azul escuro, tal como os aros de todos os vãos, com moldura azul clara. Não houve qualquer alteração no ritmo, volumetria ou linguagem das fenestranças, cornijas e sacadas, excetuando a adição de aventais com almofada reentrante nas janelas de peito do 2.º andar da fachada sul e a adição de algerozes.

O acesso à antiga casa de banho das criadas no tardo passou a ser feito pelo exterior (janela transformada em porta). Os tetos que atualmente vemos no 1.º andar do corpo sul foram recuperados, com recurso à materialidade original, sendo estucados sobre ripado de madeira. Todas as portas entre compartimentos desta zona possuem bandeira. Sensivelmente entre o sismo e a viragem do século XX, o r/c esteve inutilizado e recentemente passou a ser alugado como escritórios, um no volume norte e outro no sul.

³⁵³ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Fichas n.º 231 e 232.

³⁵⁴ Informação veiculada em conversa com Isabel e Luís Valadão (atuais proprietários) em maio de 2020.

³⁵⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 184/2000 — Rua de Jesus, n.º 93 a 103 – Sé; Cf. DRC, Processo n.º A14–231 — Rua de Jesus, n.ºs 91–99 – Sé.

³⁵⁶ Localmente, em linguagem informal, a expressão “barras” significa o conjunto de molduras dos vãos, cunhais e cimaltha do edifício.

³⁵⁷ Cf. DRC, Processo n.º A14–231 — Rua de Jesus, n.ºs 91–99 – Sé.

Análise de outras fachadas

Rua da Sé 145, 147, 149, 151, 153

Este prédio à data do sismo era dividido em dois imóveis com três vãos à largura (todos com verga reta), três pisos e três janelas de peito no último. O edifício da esquerda tinha três portas no r/c, uma sacada ao centro do 1.º andar ladeada por duas janelas de varandim, todas com guarda em ferro fundido pintado de branco. A fachada era pintada de castanho escuro e as molduras dos vãos eram bege. Em todo o imóvel funcionava uma habitação³⁵⁸. O imóvel à direita tinha um r/c com uma linguagem diferente, resultado de uma obra 1972, mas que apenas modernizou o enquadramento dos vãos existentes (montra larga ao centro ladeada por dois vãos de porta)³⁵⁹. O 1.º andar tinha uma janela de sacada, com guarda em ferro fundido prateado, ladeada por duas de peito. O r/c era vermelho e a restante fachada era branca, com molduras cinzentas. No r/c funcionava uma agência de viagens e no restante imóvel uma alfaitaria³⁶⁰ (ver fig. 37 da p. 19 dos anexos).

O projeto pós-sismo remonta a junho de 1980 e juntava os dois edifícios num único, com comércio no r/c e nos restantes pisos uma habitação³⁶¹. O projeto de reconstrução, que foi efetivamente construído, data de fevereiro de 1982³⁶². O r/c funcionava como serviços/comércio, o 1.º andar era uma habitação unifamiliar, o 2.º andar tinha apenas acesso pela Rua de Jesus n.º 177 (pertencia ao mesmo proprietário) e funcionava como repartição de finanças e o 3.º andar era arquivo da mesma. Entre 2014/2015 o acesso aos diferentes pisos foi reformulado, assim como a sua organização³⁶³. Atualmente encontra-se dividido em quatro frações: r/c com comércio; 1.º andar com um apartamento unifamiliar e acesso ao tardo; 2.º andar remodelado para serviços/comércio; 3.º andar com apartamento unifamiliar e terraço. A fachada possui cinco vãos à largura, alinhados. O r/c tem uma porta de uma folha à direita, uma porta de duas folhas envidraçadas, com bandeira, ao centro e os restantes vãos de porta têm montras fixas. O 1.º andar tem cinco janelas de sacada que dão acesso a uma varanda corrida com toda a extensão da fachada, protegida por guarda em ferro forjado pintado de verde, resultado de uma informação da DRAC, de março de 1982³⁶⁴. As janelas do 2.º andar são de peito e as molduras dos vãos do edifício são pintadas de amarelo, sobre a fachada branca. Todos os lintéis, retos, possuem um ligeiro ressalto ao centro e as ombreiras das janelas de peito continuam ligeiramente abaixo da pedra de peito. As janelas do 1.º andar são protegidas por estores pelo exterior.

Rua da Sé 110, 116, 118

Este edifício, no início dos anos 50, tinha um r/c com sete vãos de porta, possivelmente alteração do século XIX. Em projeto datado de fevereiro de 1955, pretendia-se forrar parte do r/c com azulejo de cor amarela, com uma “cercadura” de azulejo castanho, e cantaria até à altura do soco, nos vãos onde teria montra. Em abril do ano seguinte foi entregue um aditamento que pretendia alterar o revestimento de azulejo para marmorite lavada e, em julho de 1956, outro em que se alteram as portas para duas montras a ladear uma porta central, também ampliada. Esta zona seria enquadrada por uma faixa em marmorite polida e teria caixilharia em madeira³⁶⁵ (ver fig. 38 da p. 19 dos anexos).

³⁵⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 271.

³⁵⁹ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 176/72 — R. da República — Sé 151 a 155.

³⁶⁰ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 272.

³⁶¹ Cf. CMAH, Processo n.º 430/81 — Rua da República — Sé.

³⁶² Cf. CMAH, Processo n.º 255/1982 — Rua da República — 149 — Sé.

³⁶³ Informação veiculada em conversa com Maria Lisete Borges de Meneses Parreira de Bruges, em abril de 2019.

³⁶⁴ Excetuando a janela central, as restantes seriam de peito. Cf. CMAH, Processo n.º 255/1982 — Rua da República — 149 — Sé; Cf. DRC, Processo n.º A16-271 — Rua da Sé, n.º 149.

³⁶⁵ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 78/57 — Rua da República.

Em março de 1966 deu entrada na CMAH outro projeto, para beneficiação de um pequeno estabelecimento comercial³⁶⁶. Consistiu na alteração de um vão de porta (e a sua linguagem), para um maior, onde funcionou uma relojoaria. O imóvel que “experenciou” o sismo, além deste vão no r/c, tinha a este, uma porta ladeada por duas grandes montras, de uma mercearia, e a oeste a porta de entrada nas moradias que se desenvolviam no 1.º e 2.º andares (um fogo por piso). As referidas alterações na fachada levaram a que a Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considerasse o imóvel como “de acompanhamento” com dissonâncias parciais profundas e como terapêutica preservar com reajustamentos³⁶⁷. As empenas estavam em razoável estado de conservação, mas a cobertura e fachada entre mau e ruína. A fachada do imóvel era pintada de azul claro e grande parte do r/c, como referido, era em marmorite cor creme. As três portas existentes no r/c eram de duas folhas de madeira castanha escura. A largura de nembos não era normalizada e o 1.º andar tinha quatro janelas de sacada enquanto o 2.º andar apenas tinha duas, por possuir metade da largura da fachada. Todas as janelas eram de dois batentes, em madeira pintada de branco (com portadas interiores), mas as do último andar não possuíam bandeira. As molduras destes dois pisos eram cinzentas e as suas varandas eram corridas, em pedra rebocada e pintada de cinzento, protegidas por guarda em ferro fundido pintado de preto. As cimalthas eram cinzentas e sobre estas assentavam beirados duplos de telha de canudo.

O projeto de reconstrução é datado de novembro de 1987³⁶⁸. Entre 1987 e 1991 foram entregues vários aditamentos, sendo de destacar um de outubro de 1989, que uniformiza os afastamentos entre vãos e outro em setembro de 1990, motivado pela abertura de pequenas janelas descobertas durante a desmontagem da fachada. O desenho dos atuais vãos no r/c resultou de acordo entre o proprietário e o GZCAH³⁶⁹. Baseou-se na intenção de usufruir de montras e devolver o alinhamento original dos vãos, apesar de não respeitar os vãos “genuínos”, nem os alterados nos anos 50. Todos os pisos ficaram com cinco vãos à largura. Da esquerda para a direita, no térreo, há: a porta de acesso aos pisos superiores; a porta envidraçada de um pequeno estabelecimento comercial; uma montra; uma porta de duas folhas envidraçadas, com a largura da referida montra; e outra montra com vão semelhante. O 1.º e 2.º andares possuem uma pequena janela seguida de quatro janelas de sacada com acesso à varanda corrida que se estende aos extremos da fachada. É protegida por uma guarda em metal fundido (com desenho semelhante ao pré-existente) pintado de verde escuro. A cimalha, pilastra, sacadas e molduras dos vãos são pintadas de amarelo e o soco de preto. Todos os lintéis são retos e os do 1.º andar, 2.º andar e porta de acesso a estes possuem ressalto. As caixilharias do r/c são em madeira envernizada e as janelas dos restantes pisos são em madeira pintada de branco com aros pintados de verde escuro. Atualmente todas as janelas de sacada possuem bandeira.

O r/c é destinado a comércio (possui cave), o 1.º andar tem o escritório da empresa instalada no piso inferior e um fogo com acesso à varanda. O 2.º andar é dividido em dois fogos, resultado da ampliação, e a cércea foi elevada para possibilitar um sótão habitável.

Rua de Jesus 139

Este imóvel era um exemplo do edificado de século XIX, em Angra, quer pela azulejaria aplicada (o azulejo que reveste este edifício remonta a meados do referido século) quer pelo ferro fundido como guardas ou até o desenho da sua fachada³⁷⁰.

³⁶⁶ Cf. CMAH, Processo de Obras Registo n.º 95/66 — Rua da República, n.º 116A – Freguesia da Sé.

³⁶⁷ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1142.

³⁶⁸ Cf. CMAH, Processo n.º 1827/1987 — Rua da República, n.º 110 – Sé.

³⁶⁹ Informação veiculada em conversa com Carlos Alberto Sousa da Costa, em agosto de 2019.

³⁷⁰ Consultar p. 14 do presente trabalho.

A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera-o como imóvel de qualidade e como terapêutica preservar com fidelidade³⁷¹. Nos seus três pisos funcionavam três fogos e sua fachada ficou em mau estado de conservação. Esta era delimitada por soco preto, platibanda e lateralmente pelos cunhais das casas vizinhas, sendo a única exceção o cunhal branco ao nível do 2.º andar. A fachada era composta por azulejos de padrão azul e branco e as molduras dos vãos eram pintadas de cinzento claro, assim como a pedra das sacadas. Todos os vãos eram alinhados, com verga reta, caixilharia de madeira de duas folhas e bandeira. O r/c tinha ao centro uma janela de varandim, branca com aros castanhos, ladeada por duas portas: a norte, a de acesso aos pisos superiores, castanha e com um postigo em cada folha; a sul, uma porta envidraçada, branca com aros castanhos. O 1.º andar tinha três janelas de sacada — de folhas brancas com aros verde escuro — com varandas individuais protegidas por guarda em ferro fundido pintado de prateado. Entre o 1.º e 2.º andares havia um cordão, possivelmente a marcar um antigo alinhamento de beirado. O 2.º andar tinha três janelas de varandim, brancas com aros verde escuro. As portadas eram interiores e em madeira pintada de branco.

Em janeiro de 1986 foi feito um pedido para demolir o edifício e em dezembro surgiu o projeto pós-sismo³⁷². À data do projeto, segundo o proprietário, todo o interior estava destruído e o último andar da fachada já não existia. Os azulejos deste andar, possivelmente, foram retirados e guardados à ordem do GZCAH. Segundo o proprietário, como não havia disponibilidade financeira nem necessidade de um 2.º andar, optou-se por não o refazer. Os azulejos da fachada foram retirados, um a um, antes das demolições e recolocados no fim da obra. As falhas foram preenchidas com azulejos idênticos que seriam utilizados na construção de uma cozinha³⁷³. Em abril de 1987 foi feito um pedido para substituir a platibanda por beiral, para evitar infiltrações e facilitar o aproveitamento dos azulejos³⁷⁴. As obras foram finalizadas em finais de 1987³⁷⁵. A casa atualmente é dividida em dois fogos, um por piso.

A fachada tem o soco cinzento, cimalha de suporte a beirado duplo branca, assim como as sacadas e molduras dos vãos. Todos os vãos têm caixilharia em madeira, de dois batentes com bandeira e todas as janelas são pintadas de branco. O r/c possui, à direita, uma porta pintada de castanho, que manteve os postigos e almofadas. Os outros dois vãos são duas janelas de varandim, protegidas por guarda em metal fundido pintado de prateado. Os corrimões destas, assim como os das guardas das sacadas e todos os aros, são em madeira pintada de castanho. O 1.º andar possui três janelas de sacada. As guardas das varandas são em alumínio fundido com desenho idêntico ao existente e a guarda a sul é uma das originais, em ferro fundido, visível pela ligeira oxidação. A métrica e proporções da fachada, apesar de algumas alterações em vãos e a não edificação de um 2.º andar, foram respeitadas, assim como outros detalhes tais como o cordão entre o 1.º e 2.º andares, atualmente abaixo da cornija, e o cordão ao nível das sacadas (ver fig. 39 da p. 19 dos anexos).

³⁷¹ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 256.

³⁷² Cf. CMAH, Processo n.º 1485/86 — Rua de Jesus n.º 137 Sé.

³⁷³ Informação veiculada em conversa com Constantino Magno do Couto Amaral (proprietário e requerente do projeto à data) aquando da visita ao imóvel. Deduz-se que estes azulejos sejam os originais da casa pois além de não se notar diferenças no seu desenho e tons, quem os cedeu não duvidou da sua origem.

³⁷⁴ Cf. CMAH, Processo n.º 1485/86 — Rua de Jesus n.º 137 Sé; Cf. DRC, Processo n.º A15–256 — Rua de Jesus, 137, 139 – Sé.

³⁷⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 1829/87 — Rua de Jesus, n.º 139 Sé.

Rua dos Canos Verdes 120A, 120

Este edifício à data do sismo tinha dois pisos e ambos funcionavam como habitação. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera-o como imóvel de qualidade, apesar da sua cobertura, fachada e empenas estarem em ruínas, e é considerada como terapêutica preservar com fidelidade³⁷⁶. A fachada era delimitada por um soco preto (com um toro pintado de cinzento, como remate), lateralmente por cunhais apilastrados cinzentos e superiormente por uma cornija cinzenta, de suporte a um beirado duplo em telha de canudo. As molduras dos vãos eram pintadas de cinzento, assim como a pedra das sacadas, e eram recortadas em quarto de círculo nas junções entre verga e ombreiras. A fachada era branca e tinha cinco vãos à largura nos dois pisos, todos com verga curva e preenchidos com caixilharia em madeira, de duas folhas com bandeira. O piso térreo tinha ao centro a porta de entrada na habitação, castanha e com postigos, ladeada à esquerda e direita por duas janelas de peito pintadas de branco. Todas as janelas do 1.º andar eram pintadas de branco e os corrimões castanhos. Ao centro havia uma janela de varandim, cujas ombreiras se prolongavam ligeiramente abaixo da pedra de peito, protegida por guarda em ferro fundido prateado. Os restantes vãos eram quatro janelas de sacada, alinhadas com as janelas de peito do piso inferior e protegidas por guardas em ferro fundido prateado. As portadas eram interiores, em madeira pintada de branco.

O projeto pós-sismo remonta a maio de 1984³⁷⁷. Além de reconstruir o imóvel visava dividi-lo em regime de propriedade horizontal (um fogo por piso). Atualmente encontra-se dividido em dois fogos, como previsto no projeto. A localização das paredes e organização espacial seria semelhante entre pisos, mas tem ligeiras adaptações devido, entre outros, à localização das escadas e a necessidades dos proprietários. A divisão em fogos independentes é visível na fachada, pois a porta ao centro deu lugar a uma janela de peito e as janelas das extremidades a duas portas. A porta à esquerda, em madeira envernizada, com postigos, bandeira e almofadas, dá acesso ao fogo no r/c, enquanto a porta à direita, com desenho semelhante, em madeira pintada de cor-de-vinho, dá acesso às escadas que unem os pisos. Todas as janelas são em madeira, de dois batentes com bandeira, pintadas de branco com aros cor-de-vinho. O r/c tem três janelas de peito. O 1.º andar manteve ao centro uma janela de varandim com guarda em metal fundido, pintado de cor-de-vinho. É ladeada por duas janelas de sacada, protegidas por nova guarda em metal fundido pintado de cor-de-vinho (como os corrimões), com desenho diferente do pré-existente. As sacadas não são as existentes à data do sismo pois o seu comprimento foi aumentado. A fachada manteve-se em branco, mas as molduras dos vãos, cunhais, soco, cornija e sacadas estão pintadas de cinzento escuro (ver fig. 40 da p. 19 dos anexos).

Rua dos Canos Verdes 50

Este imóvel composto por piso térreo e 1.º andar, à data do sismo, funcionava como habitação (um fogo nos dois pisos). A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera-o como imóvel de acompanhamento e identifica como razoável o estado de conservação da fachada³⁷⁸. Esta era delimitada inferiormente por um soco cinzento, lateralmente por pilastras que se uniam à platibanda, enquadrada por dois cordões. A platibanda e a fachada partilhavam a cor, verde claro, e sobre esta destacavam-se as molduras dos vãos, com verga reta, que além de possuírem a mesma espessura das pilastras e cordões, também eram pintadas de amarelo claro. Esta fachada tinha dois vãos à largura e a entrada na habitação era feita por uma porta de duas folhas, em madeira pintada de verde escuro. À esquerda havia uma janela de

³⁷⁶ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 266.

³⁷⁷ Cf. CMAH, Processo n.º 862/87 — Rua dos Canos Verdes n.º 120 e 120A freguesia da Sé; Cf. DRC, Processo n.º A15-266 — Rua dos Canos Verdes, 120 – Sé.

³⁷⁸ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 215.

varandim, semelhante às duas janelas do 1.º andar (alinhadas com as fenestraçãoes do piso inferior), mas sem guarda. As duas janelas de varandim do 1.º andar tinham guarda em ferro forjado pintado de branco. Todas as janelas eram de dois batentes, em madeira pintada de branco e aros pintados de verde escuro. Estas possuíam bandeira, com um vidro colorido ao centro. Este elemento, aliado ao sistema construtivo “tradicional” e “linguagem” da fachada, permite especular que tenha sido edificada por volta dos anos 20/30 do século XX (ver fig. 41 da p. 19 dos anexos). A casa possuía portadas interiores de madeira pintada de branco. Ao centro da fachada havia um tubo de queda. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera como terapêutica “preservar c/ fidelidade”.

O projeto base de licenciamento da atual casa remonta a novembro de 2010³⁷⁹. Nas vésperas da intervenção, a fachada era branca e tinha “barras” cinzentas, assim como o soco. Notava-se a falta de um dos cordões na platibanda e das guardas. Ainda tinha as portadas interiores e janelas pintadas de branco, mas a porta era pintada de castanho. Em novembro de 2010 foi elaborado um relatório de vistoria que considerou o imóvel como “Ruína Técnica” e aconselhou a sua demolição³⁸⁰.

Em julho de 2011 foi entregue o projeto de “arranjos exteriores”³⁸¹. A atual habitação manteve-se como apenas um fogo, mas foi integralmente demolida e deu origem a uma fachada, organização espacial e sistema construtivo sem relação com a pré-existência. A fachada é enquadrada por um dos pórticos da estrutura de betão, pintado de branco. Este é preenchido com dois vãos à largura, e os nembos entre estes são forrados em alumínio cinzento escuro, igual ao alumínio das caixilharias da porta e janelas. O r/c tem, à esquerda, uma porta de uma folha e à direita uma porta envidraçada de duas folhas. O 1.º andar tem duas janelas de sacada de duas folhas (oscilo-batentes), que acedem a uma varanda em betão, revestida com chapa de “aço Corten”. A guarda é também em chapa do mesmo material, com um padrão cortado a laser, e corrimão em alumínio cinzento escuro. A soleira, ombreiras e lintel, entre o pórtico e os vãos, têm a sua periferia interior revestida a pedra (basalto). A cobertura termina em beirado simples sobre uma cornija de betão branca.

Rua Madre de Deus 19, 19A

Esta habitação remontava aos séculos XVIII/XIX e era frequente na periferia do centro de Angra. Tinha um só piso e a fachada era composta por uma porta ao centro ladeada por duas janelas de peito, compondo a típica fachada de “janela/porta/janela”. Estes vãos encontravam-se ligeiramente enterrados pela subida do pavimento da rua, posterior à construção da casa.

Nos anos 70 foi adicionada uma casa de banho, já em blocos de betão, no lado oposto ao forno³⁸². Com o “abalo”, a cobertura e fachada ficaram em bom estado, mas o forno e instalação sanitária colapsaram. A casa manteve, sensivelmente, a sua organização espacial de origem, assim como as portas interiores originais, de duas folhas, com bandeira, em madeira³⁸³. A estrutura da casa era a “original”, com paredes resistentes em alvenaria de pedra e paredes divisórias em tabique. A fachada era delimitada por soco preto, cunhais rebocados e caiados de cinzento escuro e, superiormente, pelo beirado duplo que finalizava a cobertura de duas águas em telha de meia-cana tradicional (ou telha regional). A fachada era caiada de azul claro e as molduras dos vãos de cinzento escuro. As vergas eram curvas e as caixilharias eram em madeira pintada de verde escuro com pinázios brancos. Ao centro havia uma porta de uma folha, com postigo, ladeada

³⁷⁹ Cf. CMAH, Processo n.º 21/2011 — Rua dos Canos Verdes, 50 – Sé.

³⁸⁰ Cf. DRC, Processo n.º A13–215 — Rua dos Canos Verdes, n.º 50 – Sé – A.H.

³⁸¹ Cf. CMAH, Processo n.º 21/2011 — Rua dos Canos Verdes, 50 – Sé.

³⁸² Informação veiculada em conversa com José Espírito Santo Silva Ramos, em julho de 2019.

³⁸³ AAVV – *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura, 2014, p. 200.

por janelas de peito de guilhotina de três folhas. A Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU considera o imóvel como “de acompanhamento”, como terapêutica preservar com ajustamentos e anota nas observações “pode aumentar 1 piso”³⁸⁴ (ver fig. 42 da p. 19 dos anexos).

Nas vésperas do recente projeto, a casa ainda mantinha as suas características de “casa típica” janela/porta/janela. A fachada era branca, o soco preto e as molduras dos vãos verde-água. A porta foi mantida, de uma folha, em madeira pintada de verde, com postigo. As janelas eram as mesmas de guilhotina de três folhas, em madeira pintada de verde, com os pinázios brancos.

O projeto base, elaborado em 2007, previa dois pisos: o r/c para um snack-bar e o 1.º andar para um fogo, demolindo todo o interior, mas mantendo parte da parede original da fachada. Em outubro de 2007 o projeto foi indeferido por despacho do Diretor Regional da Cultura, pois entre outros, “não requalifica o património existente, destruindo um imóvel original...”³⁸⁵. São entregues vários aditamentos ao projeto entre 2007 e 2017. No final de 2013 o piso térreo passou a albergar um T2 e em março de 2016 a fachada colapsou. A obra foi concluída em novembro de 2017. A fachada, como se previa no projeto, passou a ser composta por dois pisos e manteve três vãos à largura. É delimitada inferiormente por soco preto e superiormente por beirado duplo. O r/c tem a fachada pintada de branco e as molduras dos vãos na cor “almagre”. Estes têm verga curva e são três vãos de porta, um deles fechado por uma janela fixa e os outros por portas envidraçadas de folha única. O 1.º andar inverte o esquema cromático, tendo a fachada na cor “almagre” e as molduras dos vãos pintadas de branco. Estas emolduram três janelas de sacada de uma só folha, têm verga reta e destacam-se do plano da fachada o suficiente para formar a varanda, que é protegida por guarda de balaustres simples, em madeira pintada de branco. Todas as janelas e portas tem caixilharia de madeira pintada de branco, com aros na cor “almagre”. No r/c desenvolve-se um fogo com entrada pela porta ao centro e no 1.º andar e aproveitamento de sótão, com acesso pela porta a norte, desenvolve-se outro fogo.

5. Venustas

O sismo tornou-se um impulso para a classificação de Angra como Património Mundial e nasce uma vontade de preservar e recuperar a imagem da cidade dos séculos anteriores. Aproveitou-se a situação de alvoroço da reconstrução para corrigir algumas (por diversas entidades consideradas) dissonâncias. Essas correções algumas vezes acabaram por se tornar um “pastiche”, criando algo que nunca existiu num determinado espaço e não uma réplica do que existia. Dá-se o “nascimento” de novos edifícios mas com “desenho tradicionalista” e vários edifícios modernos sofrem uma correção, sendo as suas fachadas substituídas por outras mais “tradicionais”. Alguns imóveis do século XX sofreram com essa “limpeza”, que se perpetuou por alguns anos, e elementos, ou, por vezes, fachadas completas foram reformuladas. É o caso do edifício de gaveto da Rua da Sé com a Rua da Palha (lado poente)³⁸⁶. Este edifício de dois pisos, de habitação e comércio, nos anos 50 foi adquirido por um luso-americano que o demoliu e reedificou com três pisos e andar recuado, “destinado a Restaurante e Bar, Sala de Chá e Salão de Festas”³⁸⁷. Foi vendido ainda em construção e nele instalou-se uma loja de decoração. Era um edifício com a zona da esquina arredondada, possuía grandes vãos no rés-do-chão e varandas de betão nos pisos superiores. Alguns anos depois do terramoto a sua fachada de 1959 foi substituída por uma com desenho a imitar finais de século XIX³⁸⁸. Outro

³⁸⁴ *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1018.

³⁸⁵ Cf. CMAH, Processo n.º 01/45/2008 — Rua Madre de Deus, n.º 19.

³⁸⁶ Cf. Paulo Duarte de Melo Gouveia – *op.cit.*, pp. 63–67.

³⁸⁷ *Idem*, p. 63.

³⁸⁸ *Idem*.

exemplo é a antiga sede do Banif na Rua da Sé. A casa de loja e sobrado, com cinco vãos à largura e sacada corrida protegida por guarda de madeira, foi demolida em 1954 para dar lugar a um edifício de três pisos (comércio no r/c e os restantes pisos habitação). Embora mantivesse o ritmo da fenestração, continha elementos novos muito utilizados em Lisboa na época, como as varandas de betão suportadas por cachorros³⁸⁹. Nos anos 70 foi adquirido pelo Banco Comercial dos Açores e viu a sua fachada “modernizada”, tendo sido retirados alguns elementos, como o capeamento em mármore e a sacada corrida no 1.º andar. Com o pós-sismo, nessa tentativa de aproximação à “arquitetura regional” a varanda do último piso passou a ter uma guarda em ferro e adicionaram-se pinázios nas janelas³⁹⁰.

Ainda no campo da autenticidade, encontramos como exemplo as alterações no rés-do-chão de diversos edifícios (como os casos de estudo 3, 5, 9, 10). Muitas montras que se construíram em Angra, aproximadamente entre 1940 e 1960, foram consideradas pela Inventariação do Património Arquitectónico da DGPU como dissonantes. Obrigou-se a voltar ao anteriormente existente, ou seja, substituir a montra pelos vãos “originais”, algumas vezes fotografados no decorrer dos séculos XIX/XX. No entanto, em vez de se desprezar as contribuições das épocas subseqüentes à da construção inicial, talvez estas tivessem o direito a permanecer, pois possuem um valor próprio e fizeram parte da história do edifício. O que será (mais) autêntico, a montra ou os vãos “originais”? É lícito alterar o imóvel com o intuito de retomar à forma anterior conhecida? A autenticidade torna-se controversa pois não se resume a uma palavra mas a um conceito complexo (que implica os materiais, os processos construtivos, a história, a estética, etc.) e todos têm que ser tidos em conta, avaliando-se a importância relativa de cada um, evitando dessa forma qualquer tipo de dogma. Analisando a situação aos olhos da época, optou-se por repor o rés do chão em consonância com os vãos dos restantes pisos e isso levou à perda de uma certa autenticidade da cidade anterior ao sismo.

Os edifícios construídos a partir de 1900, com a legislação pós-sismo, ficaram “menos protegidos”. Talvez por serem de construção recente e não terem sofrido tantos danos, ou por serem marcantes (como o Banco de Portugal ou os Correios) e não corriam o risco de ser demolidos. A equipa à frente das decisões era conservadora, no sentido de julgar que as intervenções do século passado em imóveis de épocas anteriores eram dispensáveis e que Angra, anteriormente ao século XX, era “mais única” do que, por exemplo, as “experiências de vitrines”³⁹¹. Ao analisar alguns pontos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/84/A entende-se o porquê de muitas alterações nas fachadas de século XX. Por exemplo, no capítulo IV, artigo 15.º, 1 – “Deverão ser mantidas as fachadas de todas as construções anteriores ao século XX.” 2 – “No caso de haver necessidade de proceder a obras de reparação nas fachadas dos edifícios referidos no número anterior, deverão fazer-se desaparecer as modificações e adjunções que nelas hajam sido introduzidas consideradas prejudiciais e lesivas do equilíbrio arquitectónico do imóvel e restabelecer as características das fachadas com uso dos materiais e das respectivas técnicas de tratamento tradicionais”. Lê-se em muitos pareceres expressões como “altamente prejudiciais e lesivas do equilíbrio arquitectónico do imóvel”, quando se referem às alterações de meados do século XX nos pisos térreos³⁹². Muitas alterações classificadas como dissonantes, mesmo sendo de fraca qualidade e às vezes mau gosto, não o eram ao ponto de tirar a leitura do edifício. Mas, à data, foi a posição que se tomou, pois como este, outros problemas iam surgindo e exigiam uma rápida resposta.

³⁸⁹ *Idem*.

³⁹⁰ Para mais detalhe consultar Paulo Duarte Melo Gouveia, *op.cit.*, pp. 57–62.

³⁹¹ Conclusões resultantes de conversas com Francisco Maduro-Dias e José Guilherme Reis Leite.

³⁹² Expressão presente em parecer da DRAC. Cf. CMAH, Processo n.º 1176/85 — Alto das Covas, 5–7 – Sé.

Após o sismo e devido a diversos fatores explicados anteriormente, muitos dos novos donos de casas ou ruínas não tinham relação afetiva com o sítio. Como tal, perante as obrigações de conservar, impostas pela lei, não impediam (ou provocavam) a queda de paredes. Por vezes restava a fachada e aí assistia-se a um “fachadismo” (denunciado em 1987 pelo ICOMOS) em que se mantinha a fachada e o interior era modificado com total liberdade. Nos casos em que a fachada desaparecia nada obrigava a edificar uma réplica, mas devido ao aumento do número desses casos, optou-se por exigir uma reposição do anteriormente existente³⁹³.

Um elemento “típico” das fachadas em Angra são as sacadas. Estas seriam de pedra, com um balanço não superior a 45 cm, e o beirado (simples, duplo ou triplo) assentava sobre a cimalha (também em pedra), sobressaída do plano da parede, afastando a cortina de água das chuvas da fachada e da varanda³⁹⁴. Algumas destas “normas” não foram respeitadas na reconstrução, e aplicou-se sacadas excedendo a referida medida e beirados menores que esta, o que levou a uma queda direta das águas sobre as guardas, causando uma degradação acelerada, como se pode observar na casa n.º 6–8 na Rua do Galo (caso de estudo n.º 2).

As águas da Ribeira dos Moinhos também foram utilizadas na indústria metalúrgica, como ainda era visível, em meados do século XX, na Ponta do Muro. Aí existia um edifício onde operou uma fábrica de pregos e lá teria um moinho de roda vertical cuja roda foi aproveitada para mover o engenho. Foi nesse edifício que nasceu a *Perseverança*, em 1875, produzindo apenas pregos, e em 1878 foi ampliada “com uma oficina de fundição que produzia fogões, charruas, arados, escrepas, enxadas, alviões, varandas, varandins, gradeamentos, camas e grades”³⁹⁵. Foi possível ao autor manejar alguns dos moldes utilizados na produção de guardas de varanda, varandins, etc., atualmente na posse do artista Renato Costa e Silva, que estavam no referido edifício. O desenho das guardas de varanda em ferro fundido na cidade de Angra, embora elegante, não é único, pois em algumas zonas dispersas no país encontram-se desenhos idênticos. A passagem do ferro forjado ao ferro fundido é uma marca do século XIX, século em que abre a *Perseverança* e algumas fachadas na cidade de Angra são embelezadas. É quase certo que a maioria das guardas em questão, assim como alguns varandins, tenham sido fundidos nesta fábrica com moldes copiados ou inspirados nos usados no Continente e, nomeadamente, em Lisboa, pois além de se encontrar no centro da cidade muitas peças idênticas, estas correspondem aos moldes ainda existentes na posse de Renato Costa e Silva. No entanto, há que ter um certo cuidado ao analisar a “olho nu”, pois muitas guardas aparentam ser em ferro, mas, na verdade, já são em alumínio fundido de fabricação recente (como acontece na casa n.º 139 da Rua de Jesus), o que apenas é identificável pelo peso ou por um olho muito experimentado.

6. Firmitas

6.1. Materiais tradicionais, tipos de paredes e principais danos

De uma forma geral, quando se constrói, procura-se utilizar os recursos disponíveis nas proximidades, de forma a reduzir o esforço de transporte. Apesar de não se aplicar tufo vulcânico na construção nos dias de hoje, nas casas que constituíram a génese de Angra, possivelmente este foi aplicado. Veja-se como exemplo a casa na Rua da Garoupinha n.ºs 29 a 33 (apesar de ser apenas em parte de arcos) e a Fortaleza de São

³⁹³ Francisco Maduro-Dias – “Angra do Heroísmo – Que Património Mundial? Revisão de um caso com vinte anos”. *Sociedade e Território*, nº 35, abril 2003, pp. 8–11.

³⁹⁴ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

³⁹⁵ Vítor Brasil – *op.cit.*, p. 75.

João Baptista. Depois utilizou-se predominantemente o traquito porque, além de existir nos arredores da cidade (p.e. a zona das “Avenidas” era uma pedreira de traquitos), era a pedra que melhores propriedades tinha para ser utilizada como cantaria³⁹⁶. Os andesitos e traquitos são os materiais mais utilizados na construção de paredes de alvenaria de pedra e nas cantarias, assim como em muitos pavimentos térreos lajeados³⁹⁷. O traquito é bastante vulnerável à erosão, como se pode observar em muitas casas que optaram por deixar (algumas após o sismo, por motivos de decoração) a cantaria à vista. O resultado de tal ação foi (e é) desastroso, observando-se por vezes a perda total de relevos trabalhados e a inutilização da cantaria³⁹⁸. Para evitar tal patologia, as cantarias eram caiadas, das cores mais diversas (adicionando pigmento à cal), destacando-se sobre o branco dos rebocos³⁹⁹. Embora muitos edifícios utilizem o traquito como cantaria, outros, anteriores ao sismo, foram construídos com rocha importada (normalmente correspondem a períodos de ostentação), principalmente as fachadas, não por falta de pedra, mas por capricho, como por exemplo, o Palacete Silveira e Paulo (onde se encontra instalada a DRC) que utilizou o calcário⁴⁰⁰.

A composição das paredes exteriores que se observaram à data do sismo eram, com maior frequência, em alvenaria de pedra aparelhada regular (normalmente traquito, basalto ou andesito), em alvenaria dos mesmos materiais da anterior, mas de pedra irregular, em alvenaria de dois paramentos. O enchimento do espaço entre os paramentos era feito com lascas de pedra e barro, barro e areia, entre outros materiais. Das três composições apresentadas é a que apresenta pior resistência⁴⁰¹. Dos diversos tipos de reboco que revestiam as paredes, o mais vulgar seria composto por barro e cal e, sobre este, argamassa de cal e areia. A pedra de cantaria de menor espessura, em blocos colocados ao cutelo, foi muito utilizada no século XIX, talvez proveniente das pedreiras (de ignimbrito?) abertas nas Lajes aquando do grande sismo da Praia da Vitória⁴⁰².

Como seria de esperar, as construções que mais danos sofreram foram as que possuíam alvenarias de fraca qualidade. Podemos diferenciar a construção urbana anterior ao século XIX, devido ao melhor comportamento, da que foi sendo construída ou alterada mais tarde, abrindo-se vãos maiores e empregando-se alvenarias de piores características⁴⁰³. Podem estar na origem de muitas fachadas caídas as alterações de épocas posteriores à construção original no que se refere às paredes divisórias e à cobertura. Outras possíveis causas para a elevada extensão da destruição foram a falta de manutenção nos edifícios e a geologia e topografia dos diversos locais, que levaram a um comportamento sísmico diferente e, conseqüentemente, diferentes danos⁴⁰⁴.

As estruturas de cobertura e de pavimentos utilizavam madeira importada e/ou proveniente das ilhas. As “locais” mais utilizadas são acácia, eucalipto, “faia-da-terra”, “faia-do-norte”, “pinho-da-terra”, “roseira”, cedro,

³⁹⁶ Informação veiculada em conversa com Paulo Barcelos a 28 de agosto de 2019.

³⁹⁷ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

³⁹⁸ *Idem*.

³⁹⁹ Embora cair não eternize a pedra, protege-a convenientemente. Cf. Luís Durão – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao Património Mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2, 1985, pp. 39–48.

⁴⁰⁰ Informação veiculada em conversa com a Geóloga Salomé Meneses a 13 de setembro de 2019.

⁴⁰¹ Para mais detalhe sobre a forma como estas paredes eram construídas consultar José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, p.365.

⁴⁰² Informação veiculada em conversa com Francisco Maduro-Dias em abril de 2020.

⁴⁰³ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

⁴⁰⁴ *Idem*.

“cedro-do-mato” e zimbro. Na reconstrução a criptoméria foi muito utilizada⁴⁰⁵. As casas mais ricas, principalmente no centro de Angra, utilizavam como madeira local o “cedro-do-mato” e como importadas o “pinho resinoso” e o “pinho-de-flandres”⁴⁰⁶. A madeira chegava a ser utilizada, como é visível na casa da Rua da Garoupinha ou na Casa na Rua da Palha n.º 87, como componente de vergas duplas ou triplas. Sobre a estrutura da cobertura assentava a telha regional em canudo que era produzida em cada ilha e para consumo próprio. A atividade de fabrico local de telha, assim como outras pequenas atividades industriais, com a emigração, deixou de laborar muito antes do cataclismo de 1980 e antes do sismo já se aplicava nas coberturas telha importada do Continente⁴⁰⁷.

Durante a reconstrução, aplicou-se diversas técnicas que utilizaram elementos de betão armado, elementos metálicos e por vezes materiais tradicionais. As paredes interiores, quer sejam de pedra ou madeira (tabique) também tinham funções estruturais⁴⁰⁸. Apesar de poucas, algumas casas no centro de Angra, possuindo estruturas “tradicionais”, resistiram bem ao sismo, apresentando apenas fendilhação ligeira de rebocos em algumas paredes. Os maiores danos nos edifícios estão associados ao comportamento das paredes exteriores⁴⁰⁹. Os estragos foram desde a fissuração de rebocos, abertura de fendas, rotação de paredes a colapsos generalizados destas⁴¹⁰. Os arcos interiores, habitualmente no r/c, sobre os quais apoiam as paredes dos pisos superiores, tiveram, de uma forma geral, um bom comportamento, assim como os tabiques que permitiram que muitas coberturas não colapsassem⁴¹¹. Pode dizer-se que muitas vezes os próprios tabiques tiveram uma função estrutural pois estariam ligados a elementos estruturais dos pisos e cobertura contribuindo para uma certa flexibilidade ou ductilidade da construção. Uma grande dificuldade encontrada (e ainda se coloca nos dias de hoje) foi quantificar a resistência da “casa tradicional”.

Relativamente às varandas, por serem bem executadas, com pouco balanço e bem encastradas, foi rara a sua queda isolada. Já as chaminés, por serem salientes, estavam mais vulneráveis às ações do sismo e, na cidade, as de maior porte colapsaram⁴¹². Devido à disposição das casas, as dos extremos dos quarteirões seriam as mais danificadas, excetuando as que já possuíam estrutura de betão, como é o caso da casa com o número de polícia 77, no gaveto da Rua de São João com a Rua da Rosa, cujo projeto remonta a 1966, e transformou uma casa de dois pisos e sótão com construção “tradicional” numa casa de três pisos e terraço, na sua totalidade em betão. A análise pós-sismo evidenciou a influência das empenas pois os danos maiores ocorreram quase sempre em andares que não estavam contidos pelas empenas dos edifícios vizinhos, dada a sua maior altura. Isso serviu de mote a que algumas edificações de um ou dois pisos subissem mais um (não só no pós-sismo, como nos dias de hoje). Mas, na maioria, o número de pisos foi mantido, havendo até quem optasse por reduzi-lo, como é o caso do imóvel na Rua de Jesus n.º 139.

“Com a ressalva de quatro áreas da cidade, Alto das Covas, Quatro Cantos, Rocha e Corpo Santo, de metade da freguesia de São Sebastião e ainda das mártires freguesias rurais das Cinco Ribeiras, das Doze Ribeiras, dos Biscoitos e das Quatro Ribeiras, todo o resto não dava a ideia do estado em que se encontravam

⁴⁰⁵ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

⁴⁰⁶ *Idem.*

⁴⁰⁷ Jorge Pamplona Forjaz – “Aspectos culturais do sismo”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 786–792.

⁴⁰⁸ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ *Idem.*

⁴¹¹ *Idem.*

⁴¹² *Idem.*

as construções, devido ao aspecto aparente que o maior número das suas fachadas apresentava, dado que de fora não se vislumbrava a ruína quase total dos seus interiores, desmornados ou gravemente fendidos⁴¹³.

6.2. O uso do betão

Vários fatores justificam a escolha do betão como principal elemento da estrutura pós-sismo. Por um lado, enquanto no Continente se recorria ao tijolo cerâmico, nos Açores, possivelmente devido às características das argilas, a opção de recorrer à importação de sacas de cimento e fabricar localmente blocos parecia ser mais viável. O betão, que marca as primeiras décadas do século XX, começa a ser utilizado em elementos horizontais, nas lajes de cozinhas e casas de banho e, por vezes, em escadas (tipicamente, betão polido). As primeiras construções integralmente em betão armado surgem em finais dos anos 50 e à data do sismo a laje aligeirada (de vigotas pré-esforçadas) era mais comum que a laje maciça. Através de uma transição faseada, as paredes de alvenaria de pedra vão sendo substituídas por blocos de cimento. Inicialmente maciços e com função estrutural, acabam por dar lugar a blocos vazados (sensivelmente a partir de 1970)⁴¹⁴. O sismo surge como um fenómeno que acompanhou e obrigou esse desenvolvimento. Só a partir de 1980 se generalizou o uso de pilares. Até lá, o habitual seria lajes e cintas de betão armado. O cimento utilizado na reconstrução é proveniente do Continente e outra parte de Espanha⁴¹⁵. As pequenas fábricas de blocos existentes na Terceira, à data, com os seus processos de fabrico artesanais, não estavam preparadas para a grande procura que se deu com a reconstrução. Houve uma proliferação no mercado de blocos sem qualidade porque não havia disposições normativas que regulassem quer o fabrico, quer a sua aplicação. O LNEC teve um papel importante no estudo do tipo de blocos aplicado na reconstrução e o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) analisava os produtos que saíam das fábricas de blocos de betão da Ilha⁴¹⁶.

Ponderando o risco sísmico, a ação destruidora de incêndios, entre outros problemas, adota-se o betão como elemento construtivo, sem hesitação, dado que à data seria “a solução”. O fator psicológico que as ruínas tiveram nos sinistrados ajudou essa escolha, pois viram as suas casas de “pedra e madeira” ruir, e as obras recentes em betão armado de “pé”, como é o caso do Hospital de Santo Espírito ou o Liceu de Angra, de 1970. Inclusive algumas construções que não possuíam estrutura integral em betão armado, mas foram edificadas com alvenaria de blocos de cimento e cintas de betão armado, como algumas escolas do Plano dos Centenários, ficaram em bom estado. Apesar do medo da construção “antiga” que as pessoas sentiram, não nos esqueçamos que estavam a comparar-se obras com 20/30 anos, com casas, por vezes, com mais de 100 anos de existência. Outro fator que teve peso foi a questão económica. Era mais barato construir em betão e o próprio GAR, que fornecia materiais, distribuía brita, areia, cimento e ferro. Muitas coberturas de madeira (mesmo quando aparecem desenhadas em projeto) foram substituídas por lajes inclinadas de betão. Houve certas intervenções, não generalizadas, nas quais se utilizou soluções específicas, como a aplicação de uma rede electrossoldada, embebida no reboco pelo exterior, ou a utilização de elementos metálicos como

⁴¹³ Alberto Soeiro – “O sismo de 1980 no grupo central dos Açores. Efeitos e acções. Consequências onze anos depois”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, p. 313.

⁴¹⁴ Carlos Sousa Oliveira – “Algumas considerações sobre o comportamento das edificações com elementos em betão armado”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 461–480.

⁴¹⁵ *Idem*.

⁴¹⁶ J. Meireles; Rui Camilo – “Breves notas sobre a acção do Laboratório Regional de Engenharia Civil no sismo de 1980”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 1, 1992, pp. 275–278.

viga ou pilar⁴¹⁷. A técnica mais vulgar foi a aplicação de cintas e pilares de betão armado no interior das paredes⁴¹⁸.

Nos dias após o sismo, Angra estava transformada num autêntico estaleiro, com os materiais principais (cimento, ferro, areia e brita) a ocupar as ruas devido à quantidade de obras em curso. O sismo de 1980 constituiu um campo experimental para muitos arquitetos e engenheiros e, durante a reconstrução, além do apoio técnico e monitorização, havia lugar para a imaginação. Utilizou-se técnicas expeditas e nunca testadas nos Açores, como o recurso a macacos hidráulicos colocados ao nível das fundações para devolver a verticalidade a algumas paredes deslocadas (de monumentos), como no Palácio dos Capitães Generais. Outras surgiram com efeitos menos positivos, como a aplicação de rede de galinheiro no reboco de habitações, o que se mostrou uma má solução (ao invés da rede eletrosoldada), pois enferrujava muito rapidamente⁴¹⁹. A DRAC tinha um molde para se usar nas cimalthas que “corria” as obras. As cimalthas eram feitas em betão, replicando uma de pedra o que, apesar de não se usar o material original, acelerava o trabalho e evitava proporções incorretas⁴²⁰.

7. Utilitas

Com o passar dos séculos, a organização ou distribuição interior da casa vai-se alterando. Como por exemplo o corredor, que no século XVII é praticamente desconhecido e no século XIX torna-se tão indispensável que levou a grandes adaptações nos edifícios⁴²¹.

Após o sismo, graças a levantamentos fotográficos, quer à data, pela DGPU, quer de épocas anteriores, tinha-se uma ideia do que era o conjunto dos alçados de Angra. Relativamente aos interiores, não se pode dizer o mesmo porque, de muitas casas, não havia qualquer registo da sua organização e alguns projetos pós-sismo não efetuaram o levantamento do pré-existente, sendo edificado um novo edifício, com semelhante fachada, mas novo interior. Nos dias que correm ainda é frequente a convicção de que o que deve ser mantido é unicamente a fachada. Tal atitude perante o património era compreensível no pós-sismo porque as comparticipações, que funcionavam como incentivo financeiro para manter a imagem do edificado, no caso da habitação corrente, destinaram-se, maioritariamente, à fachada e retelho de cobertura (o visível do exterior) e seria mais económico demolir e reconstruir do que restaurar. Continua a ser prática corrente estruturar o novo programa para o edifício antigo desconsiderando a compartimentação pré-existente. Muitas casas, passados alguns anos sem intervenção, e sem a devida proteção, acabaram por perder os seus interiores porque, entre outras causas, as suas madeiras apodreceram. Tal situação, por vezes, é mote para o edificado ser considerado ruína e abre um leque de hipóteses à ocupação de lote.

Com a reconstrução, muitos fornos tradicionais (que não ruíram) foram demolidos. Nas freguesias rurais da ilha Terceira, as casas, com geralmente um piso e telhado de duas águas, tinham o “meio da casa”, os quartos e uma cozinha, com um forno adossado (era um elemento de remate, com uma chaminé, normalmente de “mãos postas”, em cantaria). Geralmente não tinham casa de banho e, se havia, era no quintal ou estava fora num acrescento, já com uma pequena laje de betão. Com a necessidade de colocar instalação sanitária

⁴¹⁷ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–459.

⁴¹⁸ *Idem*.

⁴¹⁹ Informação veiculada em conversa com o engenheiro José Correia Guedes a 3 de setembro de 2019.

⁴²⁰ Informação veiculada em conversa com o arquiteto Miguel Pedroso Lima a 2 de outubro de 2019.

⁴²¹ Francisco Maduro-Dias – “Organização Interna do Espaço nas Novas Casas Rurais”. *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*, II volume, 1985, pp. 701–708.

na habitação, muitas pessoas optavam por colocá-la no forno. Nas casas do centro de Angra, antes do sismo, alguns fornos já tinham sido destruídos ou desativados, como nos casos de estudo 2, 6, 10, 18. Ao contrário da situação geral da ilha, algumas casas no centro de Angra, anteriormente a 1980, já possuíam casa de banho, umas mais, outras menos rudimentares⁴²². Como aconteceu nos casos de estudo 8 e 12, o quarto de banho, anteriormente ao sismo, tinha sido instalado no espaço do forno. No caso de estudo 2, antes do sismo, a área do forno permitiu reformular a cozinha. No caso de estudo 9, o mesmo aconteceu, mas após o sismo e, no caso de estudo 18, antes do sismo, o forno foi destruído para dar lugar a mais área de arrumos. Por vezes, antes de 1980, fizeram-se obras de remodelação em que se construía uma casa de banho na parte exterior, ao nível do 1.º andar, com uma laje de betão armado sobre pilares do mesmo material ou diretamente sobre o terreno⁴²³.

Ao contrário do forno, que foi caindo em desuso, as escadas nas habitações do centro de Angra, que na sua maioria possuem dois ou três pisos e sótão, são ainda utilizadas e reinventadas. A evolução dos acessos verticais, no caso de Angra, tipicamente escadas (são raros os elevadores) relaciona-se com a evolução das tecnologias construtivas. Algumas casas apresentam uma escada principal, de tiro, junto a uma empena, que remete aos tempos em que estas teriam apenas dois pisos, e uma segunda escada, de menor porte, seria utilizada esporadicamente para aceder ao sótão. Quando se acrescenta um piso ou dois, surgem, por questões funcionais, várias opções, das quais se destacam manter uma escada de tiro e adicionar uma caixa de escadas central (como os casos de estudo 2 e 4) e adicionar lanços sobrepostos (como os casos 9 ou 14). Não se nota um padrão na alteração das escadas (quer pré quer pós-sismo), pois dependem do desenho do lote, organização da casa, entre outros fatores, chegando por vezes a ser colocadas no “centro” como elemento separador de espaços. Por exemplo, no caso de estudo 2, a localização das escadas que ligavam o r/c ao 1.º andar foi respeitada e adicionou-se um volume central que ligava o 1.º ao 2.º andar e atualmente permite circular entre os últimos três pisos.

Nas últimas décadas, a colocação forçada de um ou dois fogos por piso em imóveis inicialmente destinados a apenas uma moradia (duas no máximo) leva a que certas “regras” que outrora organizavam os interiores não sejam respeitadas e sejam adicionadas, por exemplo, escadas de distribuição coletiva. O aumento do número de fogos por área de implantação, que, desde o sismo, tem apresentado um crescimento exponencial, materializa-se em divisões em propriedade horizontal e divisão por tipologias T0, T1, T2, como se verifica, por exemplo, nos casos de estudo 2, 3, 4, 9.

Notam-se alguns “padrões” na organização dos interiores das casas na zona classificada. Em quase todos os edifícios a cozinha localizava-se nas traseiras do lote, normalmente no 1.º andar e sempre associadas a um maciço, pois não havia outra forma de suportar os fornos a lenha, logo, assentava-se o “lar” e forno em “terra firme”. Muitas casas em lotes semelhantes, normalmente o típico lote retangular com uma frente a medir entre seis e sete metros (possivelmente a base seria os 30 palmos de craveira) e três vãos à largura, indiciam uma lógica de ocupação em que a cozinha e forno estariam “fora” do volume principal da casa e perpendicular a este, num volume retangular paralelo ao logradouro. Tudo indica que fossem volumes coevos, mas assumidamente distintos. O forno, inclusive, habitualmente ficava no extremo mais afastado (talvez para, em caso de incêndio, não afetar a estrutura principal da casa). Em alguns grupos de casas nota-

⁴²² O habitual, em muitas freguesias, seria aquecer água e tomar banho no espaço do “lar”, com auxílio de uma “selha”, e os despejos eram feitos no quintal. Para as restantes necessidades fisiológicas recorria-se ao bacio ou à retrete, quando esta existia. Como seria de esperar, no centro de Angra, a evolução das instalações sanitárias foi mais acelerada.

⁴²³ José Correia Guedes; Carlos Sousa Oliveira – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores”. *10 Anos Após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Volume 2, 1992, pp. 357–387.

se este modelo com a variante de os seus pátios estarem “costas com costas”, melhorando dessa forma a ventilação e insolação das mesmas.

De uma forma geral, quer antes, quer depois do sismo, os vãos na fachada principal da habitação correspondem, maioritariamente, a salas de estar, salas comuns e quartos. Após o “abalo”, grande parte dos edifícios manteve o número de pisos, mas deram-se casos em que este diminuiu. Embora não fosse um fenómeno exclusivo dessa época, assistiu-se, também, ao aumento do número de pisos, “melhor” aproveitamento do sótão e conseqüente aumento de área útil, assim como o recurso aos pisos recuados e às trapeiras. Algumas habitações foram transformadas em serviços e comércio.

A habitação tem sido modificada para dar lugar a um maior número de fogos por área de implantação e redução ou eliminação da área de quintal. O terramoto de 1980 foi um marco na conceção da casa. A componente da auto-reconstrução foi um factor preponderante e o sistema do GAR aliado à vontade dos moradores permitiu a rápida reconstrução.

8. Conclusões

As habitações da cidade de Angra edificadas nos séculos XVI/XVII foram sendo substituídos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Há muito poucos edifícios com fachadas de século XVII, predominam as fachadas dos séculos XVIII e XIX (ou inspiradas nestas) e pontualmente intervenções de século XX. Estes edifícios, quando evidenciam uma fachada de meados do século XX, habitualmente, resultaram da demolição de um de época anterior. Por isso, à partida, são na íntegra (fachada, organização e sistema construtivo) de século XX. Já não se pode dizer o mesmo dos anteriores (séculos XVIII e XIX), pois havia antes a ideia de consertar ou embelezar a casa, ao invés de reedificar. A casa sofria apenas as renovações necessárias aos requisitos da época. Por vezes estamos perante uma fachada dos séculos XVIII/XIX e partes no interior remontam aos séculos XVI/XVII. Também acontece o caso de fachadas que nos parecem remontar a séculos anteriores e, ao entrar, apercebemo-nos de que todo o interior já é século XX ou XXI. Muitos desses casos encontram resposta na intervenção pós-sismo, que mantinha a fachada ou fazia uma réplica com um novo interior. Assim, torna-se arriscado tirar conclusões sobre a época do edificado apenas pela sua fachada e, para tal, há que visitar e conhecer o interior. Seria interessante fazer-se um levantamento de todos os “miolos” dos edifícios do centro histórico, pelo menos, a acompanhar o já existente levantamento das fachadas dos edifícios das ruas principais. Tirando proveito das novas tecnologias, como o *Laser Scanning*, rápida e expeditamente se efetuava tal trabalho. Dessa forma, não só se aumentava o controlo do existente, como se facilitava, numa futura catástrofe, o registo e estudo dos interiores de Angra de século XXI. Deveriam ser digitalizados, na íntegra, todos os arquivos da CMAH e de todas as secretarias. Urgia implementar alguma forma de controle de toda e qualquer obra no centro da cidade, visto que muito património é destruído (consciente e inconscientemente) pela não exigência de projeto aquando de remodelações interiores.

Entre a criação da cidade e os dias de hoje, poucas alterações ocorreram na rede viária do centro histórico, permitindo testemunhar o que seriam as ruas da cidade no século XVI. Em relação ao resto do “cenário”, não se pode afirmar o mesmo. Como seria de esperar, a cidade foi evoluindo, os edifícios foram sendo substituídos e Angra tornou-se testemunho do viver e construir de diferentes épocas. Como tal, o que deve ser preservado não é apenas uma fachada, há um sistema construtivo e organização espacial que corroboram essa evolução. Não se quer com isto defender uma cristalização do edificado, mas sim uma aprendizagem por meio deste. Hoje em dia não é lógico demolir qualquer edifício de épocas anteriores com a desculpa de que os edifícios de século XVIII substituíram os de século XVII e por aí em diante, pois já

interpretamos o património de outra forma, basta analisar as convenções internacionais (como por exemplo, as cartas de Atenas, Veneza e Washington, debatidas durante o século XX). É fascinante como o património cultural edificado de Angra funciona como “cápsula do tempo”. Em diversas ruas coexistem edifícios que “viveram” o século XVII, outros o século XIX, testemunhos do século XX e XXI e através da sua leitura pode ser entendida a evolução da urbe. O maior desafio é, através das necessárias intervenções, conciliar a memória remota com a recente e fazê-las perdurar no tempo.

O sismo de 80 obrigou uma mudança drástica na ilha, e no centro histórico de Angra em concreto, com uma dimensão e fugacidade nunca antes vividas, não só o cataclismo como a resposta a este. Um problema inerente a este tipo e escala de catástrofe é que, muitas vezes, como aconteceu neste caso, as pessoas que prestariam apoio aos sinistrados são elas próprias sinistradas. Todas as ações imediatas e simultâneas tiveram um impacto “moral” na população, porque mostraram que aquela estava acompanhada pelos técnicos que também sentiram o “abalo” no seu dia-a-dia, na sua vida emocional e familiar, sem baixar os braços.

A cidade foi danificada não só pelo sismo, como por uma reconstrução que nem sempre seguiu as normas adequadas do ponto de vista histórico e arquitetónico. O volume de construções não licenciadas e licenciadas, mas sem cumprir o projeto aprovado, levou a uma deficiente fiscalização, como foi criticado na própria época. Dessa forma, seria difícil garantir alguma qualidade relativamente a conceitos e critérios de restauro aceites internacionalmente.

Após o sismo, a segurança dos indivíduos prevaleceu sobre a dos bens materiais. Recorreu-se aos materiais disponíveis e que garantiam segurança aos moradores. No caso, estruturas de betão armado, paredes em alvenaria de blocos de betão, entre outros, que, por vezes, apenas reforçavam a estrutura pré-existente e, outras, substituíam integralmente estruturas centenárias.

Nota-se, nos dias que correm, a procura de alguns projetistas em marcar a todo o custo a contemporaneidade, sem respeitar as diferentes fases pelas quais cada edifício, cada pedaço de história, passou. À custa da ideia errada de que a arquitetura é uma mera invenção de formas, vai-se destruindo, aos poucos, partes da nossa identidade cultural. Não se pretende com isto incentivar o “pastiche”, pois em zonas não ocupadas, ou que não possuem vestígios palpáveis de um passado, faz todo o sentido projetar algo contemporâneo (de preferência boa arquitetura) e não uma réplica de século XIX, por exemplo.

Seria incorreto afirmar que atualmente se cumprem os compromissos assumidos perante a UNESCO após a classificação, pois muitos projetos de arquitetura são inexplicavelmente aprovados. Subentende-se que um bem quando classificado deixa de ser pertença de um só dono para o ser de toda a humanidade. Quando se intervém em património (que é uma herança) devemos estar conscientes que este não é propriedade exclusiva da nossa geração. Pertence também às gerações futuras e como tal deve ser preservado e valorizado da melhor forma possível. Há que ter em consideração, por exemplo, que o tempo de vida útil de uma habitação corrente é dimensionado para sensivelmente 50 anos. Quer-se que a vida dos edifícios em Angra, que está associada a várias gerações, seja reportada em séculos e não em décadas e, como tal, a exigência de durabilidade dos vários materiais deve ser equacionada para esse horizonte temporal. O privilégio que se dá ao betão nos dias de hoje, contribui para a perda da “arte de construir”, pois o conhecimento dos materiais e soluções tradicionais pelos jovens profissionais tem vindo a decrescer. A ideia de que o betão é a solução ainda permanece no intelecto de muitos angrenses, mas a eficácia das estruturas aplicadas na reconstrução pós-sismo só será colocada à prova no próximo terramoto. Até lá, ainda há que passar pela futura (e próxima) reabilitação do betão em Angra.

Muitos projetistas e donos de obra adotam uma postura de ocupação de lote em plena cidade de Angra, esquecendo conceitos como reversibilidade, intervenção mínima ou autenticidade. Não se pode optar por uma

atitude dogmática, mas, com base nas convenções internacionais, que são apenas diretrizes, faz sentido respeitar todos os contributos/intervenções das diferentes épocas de construção no edificado, porque passam a fazer parte da história do mesmo e alterá-lo é colocar em causa a sua autenticidade. Deve-se, quando possível, utilizar o património arquitetónico e cultural como inspiração para os projetos, ou seja, procurar “alicerces” para o processo criativo e conceitos no pré-existente. Como foi observado em certas intervenções, é possível manter alguma relação espacial e/ou material com as existências, levando a cabo as necessárias alterações à vida atual.

Esta urbe que se reergueu sobre os escombros é um legado que nos foi deixado e, por isso, deve transmitir-se o máximo de “memórias” e valores às gerações vindouras e investir na cultura, principalmente direcionada aos mais novos. As crianças de hoje serão os donos, projetistas, técnicos responsáveis pela aprovação e fiscalização de obras do amanhã. Elevando o seu nível cultural, nomeadamente relativo à cidade em que vivem, estes aprimoram a sua capacidade crítica e de formulação de juízos. Assim, talvez fosse benéfico para Angra aproximar os moradores das decisões, ao invés de deixá-las a cargo de uma elite, aproveitando para esclarecê-los.

Com o sismo e reconstrução muito património móvel e imóvel se perdeu. Relativamente ao “cenário” urbano não houve uma revolução na medida em que o traçado não se alterou. Muitas casas reconstruídas não são o que eram, porque além dos muitos interiores desaparecidos, havia uma volumetria, escala, proporção, decoração, que muitas vezes não foi respeitada. A substituição do sistema construtivo tradicional pelo betão foi uma das causas de tais situações. As questões que hoje são analisadas com alguma “frieza”, à data, não eram a frente de linha, uma vez que o principal era garantir a segurança dos ocupantes. Fez-se, em muitos casos, uma fachada parecida, mas em blocos de betão, e uma organização interior semelhante, mas mexendo algumas paredes, ou seja, estes imóveis já não são de século XVIII ou XIX, são de finais de século XX. Algumas ruínas ainda nos mostram os efeitos do sismo, como as do antigo Convento das Concepcionistas ou o de Santo António dos Capuchos, mas, na generalidade, a cidade está em muito bom estado, ao ponto de um visitante menos atento nem desconfiar da calamidade que assolou as suas ruas, edifícios e habitantes.

Com o sismo assistiu-se a um aumento do número de pisos e/ou “melhor” aproveitamento do sótão, começando este a fazer parte habitável do edifício, mesmo sem aumento da altura total, levando a uma extensão de área útil. Cresceu-se também na vertical e muitas vezes na horizontal, ocupando-se logradouros e consequentemente reduzindo-se área de pátio.

O destino de cada imóvel depende de vários fatores, nomeadamente da questão familiar. Cada família tem a sua história e as suas memórias e mais ou menos facilidade de destruir ou consertar o que o pai ou avô construiu. Quando se dá o sismo, como muitas famílias “fugiram” para a periferia, vendendo as casas, o valor sentimental saiu da equação do novo proprietário e foi substituído pela valorização financeira/económica. Aí, a única salvação seria tentar explicar ao proprietário o porquê de reconstruir respeitando o património. Como foi defendido por Maduro-Dias, o desafio para uma zona classificada não é apenas respeitar, mas sim valorizar. Para tal fim, talvez fosse mais adequado o diálogo do que a argumentação técnica, visto que muitas obras cumprem a lei e mesmo assim não deixam de ser um “crime” para a cidade. É fundamental uma postura humilde, que procure no existente as linhas guias, e compreender de que forma cada edificação pode contribuir para essa valorização.

Durante muito tempo, a filosofia aplicada a muitas casas, no centro e não só, era a de pequenos consertos, implicando apenas o estritamente necessário, como, por exemplo, adaptações da casa para receber um novo casal. Tal permitiu que muito património imóvel chegasse em relativo bom estado aos anos

80, mas parte foi destruída pelo cataclismo e o que foi poupado, infelizmente, tem sido destruído pela ação humana. Quer antes, quer após o sismo (inclusive nos dias de hoje), o futuro dos edifícios em Angra está dependente das intenções dos seus donos e projetistas. A falta de técnicos especializados, que se notava pela qualidade dos projetos pós-sismo, foi colmatada, mas muitos projetos continuam a traduzir a falta de sensibilidade por parte dos projetistas.

Embora constitua uma charneira na história de Angra, da sua sociedade e do seu património edificado, por ter quebrado a sua evolução normal, o sismo de 1980 não trouxe alterações nunca antes vistas na tipologia habitacional. Antes já se demoliam casas, acrescentavam-se pisos, torreões e trapeiras e procurava aumentar-se a área útil. Houve um aumento do setor terciário visto que algumas habitações foram transformadas em serviços e comércio, apesar de tal não ser exclusivo dessa época. O sismo meramente levou a que a escala e proporção de tais alterações fosse forçosamente aumentada e acelerou involuntariamente o ritmo orgânico destas.

Seria interessante alargar este estudo a toda a cidade, aumentar o número de edifícios estudados, mas para tal era necessário investir mais tempo e energia. As limitações temporais e espaciais impediram que tal fosse feito nesta dissertação, mas espera-se que suscite a curiosidade de outras investigações que a completem. Outros temas poderão ser entrelaçados ou estudados individualmente de forma a aprofundar o conhecimento sobre, por exemplo, o vocabulário arquitetónico típico de cada época, as dimensões, localização e posicionamento das chaminés de “mãos postas” e de “duas grotas” nas diferentes freguesias rurais, o desenho das guardas em ferro forjado e fundido ou até as proporções dos, já poucos, tetos de masseira.

9. Bibliografia e fontes primárias

9.1. Bibliografia

AAVV – *Arquitectura Popular dos Açores*. 2ª edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

AAVV – *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Terceira. Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura; Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

AAVV – *Problemática da Reconstrução: Sismo de 1 de janeiro de 1980*. 2 vols. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1985.

BRAZ, Henrique – *Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira) e Outros Escritos*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, maio 2006.

COSTA, Félix José da – *Angra do Heroísmo. Ilha Terceira (Açores) Seus Títulos, edifícios e Estabelecimentos Públicos*. 2ª edição. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2019.

DIAS, Francisco Maduro – *Angra do Heroísmo Janela do Atlântico entre a Europa e o Novo Mundo*. 2ª edição. Angra do Heroísmo, 1996.

DIAS, Francisco Maduro – *Síntese Histórica dos Açores*. Angra do Heroísmo: Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, 1999.

FERNANDES, José Manuel – *Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

FERNANDES, José Manuel – *Cidades e Casas da Macaronésia*. 2ª edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

FERNANDES, José Manuel – *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

GOMES, Augusto – *Geminação das Câmaras de Angra do Heroísmo e Évora*. 2ª edição. Angra do Heroísmo: Turiscon Editora, 2018.

GOUVEIA, Paulo – *Angra do Heroísmo: Arquitectura do Século XX e Memória Colectiva*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2009.

HENRIQUES, Fernando – *A Conservação do Património Histórico Edificado*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1991.

LEITE, Antonieta Reis – *Açores, Cidade e Território – Quatro Vilas Estruturantes*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

LOPES, Nuno Ribeiro; DIAS, Francisco Maduro; MENÉRES, António – *A Terceira e Angra do Heroísmo. Momentos da vida de um património arquitetónico*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura; Direção Regional da Cultura, fevereiro 2015.

MACHADO, José Luis Pinto; VAZ, José Mário Machado – *Sugestões para Reconstrução Rural*. Angra do Heroísmo: Departamento Regional de Estudos e Planeamento, 1980.

MELO, Assunção – *Angra do Heroísmo Património Mundial – O Processo*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2015.

NEMÉSIO, Vitorino – *Corsário das Ilhas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1956.

OLIVEIRA, Carlos Sousa; CARVALHO, Eduardo Cansado – *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980: Missão Técnica aos Açores de 7 a 12 de Janeiro de 1980 – 1.º Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

OLIVEIRA, Carlos Sousa; CARVALHO, Eduardo Cansado; RAVARA, Artur – *Políticas e Técnicas de Reconstrução usadas nos Açores depois do Sismo de 1 de Janeiro de 1980*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1985.

OLIVEIRA, Carlos Sousa; LUCAS, Arcindo; GUEDES, José Correia – *10 Anos após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980 – Aspectos Técnico-Científicos*. 2 vols. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Governo Regional dos Açores; Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, 1992.

PETERS, Michael – *Friends in Need, The 1980 Earthquake in Terceira Island*. Praia da Vitória: BLU edições, 2014.

PIRES, António Manuel Bettencourt Machado – *Sessão Comemorativa dos 25 anos após o Terramoto de 1 de Janeiro de 1980*. Angra do Heroísmo: Observatório Vulcanológico e Geotérmico Açores; Instituto Açoriano de Cultura, 2005.

RAVARA, Artur – *Estudos sobre a Acção do Sismo dos Açores de 1/1/1980: 2.º Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1980.

SILVA, Isabel Coelho da – *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo – Memória Histórica e Gestão Patrimonial*. Angra do Heroísmo: Novagráfica, 2012.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português Séculos XIII–XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Artigos em periódicos:

COUTO, Juliana Toste do – “Angra do Heroísmo da origem à ensanchar quincentista”. *Atlântida*, Vol LI. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2006, pp. 61-87.

DENTINHO, Tomaz Ponce – “Estudo do uso do espaço na baixa de Angra do Heroísmo Um ensaio para os trabalhos do Plano de Salvaguarda”. *Sociedade e Território*, nº 13. Porto: Edições Afrontamento, junho 1991, pp. 96-101.

DIAS, Francisco Maduro – “Angra do Heroísmo – Que Património Mundial? Revisão de um caso com vinte anos”. *Sociedade e Território*, nº 35. Porto: Edições Afrontamento, abril 2003, pp. 8-11.

DIAS, Francisco Maduro – “Módulos Arquitectónicos na Cidade de Angra do Heroísmo (Uma primeira aproximação)”. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol XLIII Tomo II. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, pp. 299-308.

DURÃO, Luís – “Angra do Heroísmo: da catástrofe ao património mundial, ou de como um sismo faz acordar dum certo marasmo cultural”. *Sociedade e Território*, nº 2. Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro 1985, pp. 39-48.

LEITE, Antonieta Reis – “Angra. Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”. *Atlântida*, Vol XLVII. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002, pp. 15-57.

9.2. Fontes documentais:

Arquivo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

- Processo n.º 13/83 — Rua da Garoupinha n.º 31;
- Processo n.º 165/88 — Rua da Garoupinha n.º 31;
- Processo n.º 433/89 — Rua da Garoupinha n.º 31;
- Processo n.º 13/261 — Rua do Galo, n.º 6;
- Processo n.º 762 — Rua Rainha D. Amélia, n.º 6–8, Conceição;
- Processo n.º 140 — Rua do Galo n.º 6–8 – Conceição;
- Processo de Obras Registo n.º 286/62 – Rua Rainha D. Amélia 6/8 – Freguesia da Conceição;
- Processo de Obras Registo n.º 55/59 – Rua Rainha D. Amélia – Conceição – 6 a 8;
- Processo de Obras Registo n.º 248/57 – Rua Rainha D. Amélia, 6, 8;
- Processo n.º 622/83 — Rua Rainha D. Amélia, n.º 6 e 8 – Conceição;
- Processo n.º 1412/84 — Rua do Galo 6 – Freguesia da Conceição;
- Processo n.º 23/5 — Rua da Sé, n.º 127 – 1.º Esqº (fração C);
- Processo n.º 23/6 — Rua da Sé, n.º 127 – 2.º Piso;
- Processo n.º 23/7 — Rua da Sé, n.º 127 – 1.º Dtº;
- Processo n.º 13/191 — Rua da Sé, n.º 117 a 127;

- Processo n.º 01/384 — Rua da Sé, n.º 125 a 127;
- Processo de Obras Registo n.º 3/65 — Rua da República – 125, 127 – Freguesia da Sé;
- Processo n.º 1088 — Rua da Sé, n.º 125 – Sé;
- Processo n.º 15/6 — Rua da Sé, n.º 157 – 1.º – fração B;
- Processo n.º 15/27 — Rua da Sé, n.º 157 a 159 – Sé;
- Processo n.º 01/170 — Rua da Sé, n.º 157 a 159;
- Processo n.º 43/97 — Rua da Sé, n.º 157 – Sé;
- Processo n.º 13/151 — Alto das Covas, n.º 5 – Sé;
- Processo n.º 13–2012–45 — Alto das Covas, n.º 5 – Sé;
- Processo n.º 399/95 — Alto das Covas, n.º 5 – Sé;
- Processo n.º 718/90 — Largo 11 de Agosto – n.º 5 – Sé;
- Processo n.º 1176/85 — Alto das Covas, 5–7 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 386/72 — Largo 11 de Agosto, 5–6 – Sé;
- Processo n.º 803/80 — Largo Dr. Salazar – Sé;
- Processo n.º 735/88 — Rua da Sé n.º 166 a 168;
- Processo n.º 1418/86 — Rua da Sé, n.º 166 – 168 (rés-do-chão);
- Processo n.º 473/84 — Rua da Sé n.º 166 a 168;
- Processo n.º 91/79 — Rua da República, 166–168, freguesia da Sé;
- Processo n.º 01/215 — Rua Direita, 105–109 – Sé;
- Processo n.º 01/61 — Rua Direita, n.º 89 – Sé;
- Processo n.º 01/98/605 — Rua Direita, n.º 91 – Sé;
- Processo n.º 532/97 — Rua Direita, n.º 91 – Sé;
- Processo n.º 13/226 — Rua Direita, 57 a 59;
- Processo n.º 332/94 — Rua Direita, n.º 57 – Sé;
- Processo n.º 90/ZL/80 — Rua de Lisboa n.º 57, 59;
- Processo de Obras Registo n.º 133/63 — Rua de Lisboa, 57 a 59 – Freguesia da Sé;
- Processo n.º 721/91 — Rua Direita, n.º 57–59 – Sé;
- Processo n.º 13/132 — Rua de São João, n.º 84;
- Processo n.º 418/2008 — Rua São João, 84;
- Processo n.º 98/97 — Rua de São João, 80–84 – Sé;
- Processo n.º 783/95 — Rua de São João, N.º 80/84 – Sé;
- Processo n.º 03/111 — Rua de São João, 82/84 – Sé;
- Processo n.º 12/9 — Rua de São João, n.º 60 a 62 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 56/58 — Rua de S. João – Sé – 62;
- Processo n.º 102/97 — Rua de São João, n.º 121 a 125 R/C – Sé;
- Processo n.º 1021/95 — Rua de São João, n.º 121 a 125 – freguesia da Sé;
- Processo n.º 62/84 — Rua de São João, n.º 127, freguesia da Sé;
- Processo n.º 1029/80 — Rua de São João, 127 – Sé;
- Processo n.º 1206/93 — Rua da Palha, n.º 83 – 87 – Sé;
- Processo n.º 387/94 — Rua da Palha, n.º 83 – 87 – Sé;
- Processo n.º 291/99 — Rua da Palha n.º 83/87 – Sé;
- Processo n.º 268/2006 — Rua da Palha n.º 25/29 – Sé;
- Processo n.º 166/2000 — Rua da Palha n.º 25 – Sé;

- Processo n.º 03/124 — Rua da Palha, n.º 29 – Sé;
- Processo n.º 2057/83 — Rua Padre António Cordeiro, 25 a 29 – Sé;
- Processo n.º 361/88 — Rua da Palha n.º 25 a 29 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 4/66 — Rua Padre António Cordeiro 25 a 29 – Freguesia da Sé;
- Processo n.º 01/144/2005 — Rua do Salinas n.º 2 – Sé;
- Processo n.º 433/88 — Rua do Salinas, n.º 2 – Sé;
- Processo n.º 1355/85 — Rua do Salinas n.º 2 – Sé;
- Processo n.º 13/81 — Rua de Jesus, n.º 48ª – Sé;
- Processo n.º 117/99 — Rua de Jesus, n.º 48-A – Sé;
- Processo n.º 13/128 — Rua de Jesus, n.º 101;
- Processo n.º 184/2000 — Rua de Jesus, n.º 93 a 103 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 439/67 — Rua de Jesus n.º 97–2.º – Freguesia da Sé – 91 a 99;
- Processo de Obras Registo n.º 140/56 — Rua de Jesus n.º 99 – Sé;
- Processo n.º 13/162/2013 — Rua dos Canos Verdes, n.º 66 – Sé;
- Processo n.º 01/63/2005 — Rua dos Canos Verdes, n.º 66–70 – Sé;
- Processo n.º 03/116/2004 — Rua dos Canos Verdes, 66–70 freguesia da Sé;
- Processo n.º 428/81 — Rua D. Afonso VI – Sé;
- Processo n.º 21/2011 — Rua dos Canos Verdes, 50 – Sé;
- Processo n.º 15/8/2019 — Rua da Sé, 145–153 – Sé;
- Processo n.º 13/106/2015 — Rua da Sé, n.º 145;
- Processo n.º 13/13/2015 — Rua da Sé, n.º 145/153;
- Processo n.º 43/2008 — Rua da Sé 145/153 – Sé;
- Processo n.º 430/81 — Rua da República – Sé;
- Processo n.º 1297/82 — Rua de Jesus, n.º 175 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 176/72 — R. da República – Sé 151 a 155;
- Processo n.º 1594/83 — Rua da República 145 a 151 Sé, r/c, 2.º e 3.º andar;
- Processo n.º 255/1982 — Rua da República – 149 – Sé;
- Processo n.º 01.390/2008 — Rua da Sé n.º 118 – Sé;
- Processo n.º 03/117/2000 — Rua da Sé, 118 – Sé;
- Processo n.º 873/1990 — Rua da Sé, n.º 110 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 95/66 — Rua da República, n.º 116A – Freguesia da Sé –;
- Processo n.º 1827/1987 — Rua da República, n.º 110 – Sé;
- Processo n.º 592/1994 — Rua da Sé, n.º 118 – Sé;
- Processo n.º 804/1994 — Rua da Sé, n.º 118 – Sé;
- Processo n.º 132/1991 — Rua da Sé – n.º 110 – Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 78/57 — Rua da República;
- Processo n.º 13/184/2017 — Rua de São João, n.º 29–39;
- Processo n.º 169/1999 — Rua de São João, r/c – 29 a 33 e 1.º e 2.º pisos n.ºs 29 a 39;
- Processo n.º 626/1986 — Rua de São João, 29/39 – Sé;
- Processo n.º 13/73/2014 — Rua de São João, n.ºs 29–39;
- Processo n.º 1772/87 — Rua de S. João n.º 29 a 39 Sé;
- Processo de Obras Registo n.º 312/58 — Rua de São João n.º 29 a 39 – Freguesia da Sé – 29 a 39;
- Processo n.º 1485/86 — Rua de Jesus n.º 137 Sé;

- Processo n.º 1829/87 — Rua de Jesus, n.º 139 Sé;
- Processo n.º 862/87 — Rua dos Canos Verdes n.º 120 e 120A freguesia da Sé;
- Processo n.º 01/45/2008 — Rua Madre de Deus, n.º 19;

Arquivo da Direcção Regional da Cultura:

- Processo n.º C18–878 — Rua da Garoupinha, 31 – Conceição;
- Processo 09.06.02/43/87 — Rua da Garoupinha, 29/33;
- Processo n.º B12–540 — Rua Rainha D. Amélia (Rua do Galo), 6–8;
- Processo n.º A20–336 — Rua da Sé, 125/127 – Sé;
- Processo n.º A16 –273 — Rua da Sé – 157/159;
- Processo n.º A11–169 — Alto das Covas, 5–7;
- Processo n.º E3–1125 — Rua da Sé, 166/168 – Sé;
- Processo n.º B10–491 — Rua de Lisboa – 105 a 109;
- Processo n.º B10–488 — Rua Direita – 89/91 – Sé;
- Processo n.º B10–484 — Rua Direita, n.º 57 – Sé;
- Processo n.º B10–504 — Rua de S. João, 80/82/84 – Sé;
- Processo n.º B10–508 — Rua de S. João – 58–60–62 – Sé;
- Processo n.º B7–439 — Rua de São João – 121 a 127;
- Processo n.º B4–392 — Rua da Palha, n.º 83, 85, 87 – Sé;
- Processo n.º B3–367 — Rua da Palha, n.º 23/29 – Sé;
- Processo n.º B3–379 — Rua do Salinas n.º 2 – Sé;
- Processo 09.06.02/30/87 — Imóvel sito na R. do Salinas, 27 – Sé;
- Processo n.º A18–306 — Rua de Jesus, n.º 48ª;
- Processo n.º A14–231 — Rua de Jesus, n.ºs 91–99 – Sé;
- Processo n.º A13–215 — Rua dos Canos Verdes, n.º 50 – Sé – A.H.;
- Processo n.º A16–271 — Rua da Sé, n.º 149;
- Processo 09.06.02/133/90 — Rua da Sé, 110;
- Processo n.º B6–413 — Rua de São João, 29/30 – Sé;
- Processo 09.06.02/37/87 — Imóvel sito na R. S. João, 29/39;
- Processo n.º A15–256 — Rua de Jesus, 137, 139 – Sé;
- Processo 09.06.02/28/87 — Imóvel sito na R. Jesus, 137/139;
- Processo n.º A15–266 — Rua dos Canos Verdes, 120 – Sé;

Arquivo da Delegação de Turismo da Ilha Terceira:

- Projeto de execução da “Sede da Delegação de Turismo da Ilha Terceira”

Arquivo da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas:

- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 169;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 215;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 231;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 232;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 247;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 256;

- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 266;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 271;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 272;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 273;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 306;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 336;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 367;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 379;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 392;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 413;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 439;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 484;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 488;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 491;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 504;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 508;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 540;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 548;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 878;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1018;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1125;
- *Inventariação do Património Arquitectónico de Angra do Heroísmo*, DGPU, 1980, Ficha n.º 1142;



O Sismo de 1980

Transformações na Tipologia Habitacional de Angra do Heroísmo

Miguel Diniz Jarroca

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

Orientador

Professor João Rosa Vieira Caldas

Júri

Presidente: Professora Ana Cristina Dos Santos Tostões

Orientador: Professor João Rosa Vieira Caldas

Vogal: Professor João Guilherme Pontes Appleton

ANEXOS

Outubro de 2020

Século XIX

Vésperas do sismo

Projeto de 1984

Atualmente

Sócio

1.º andar

R/c

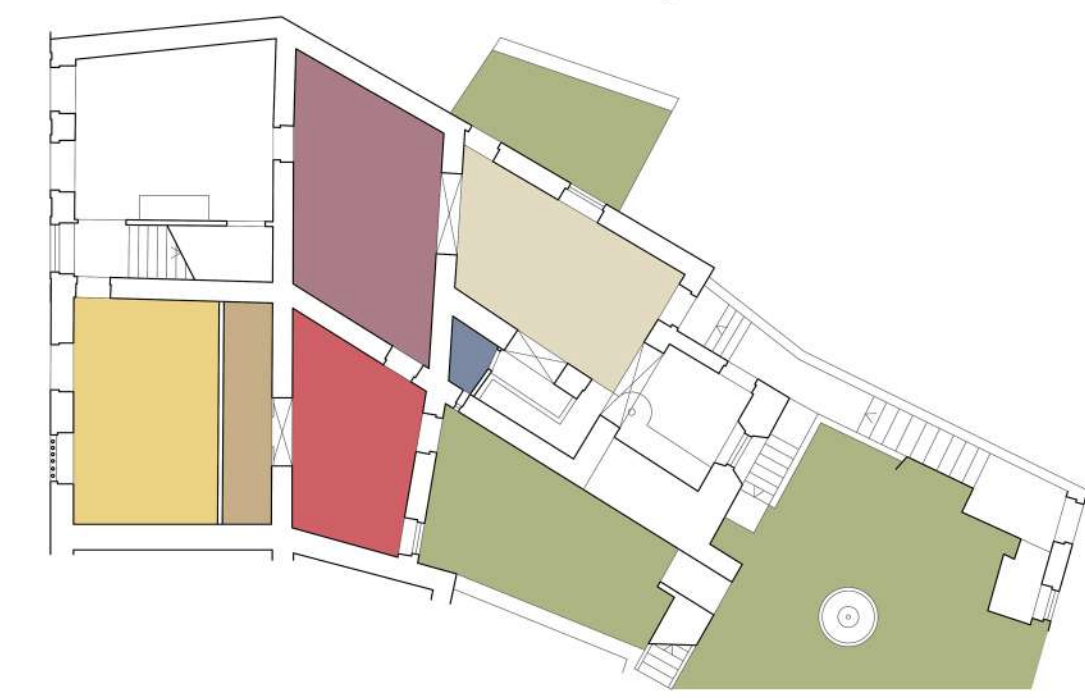
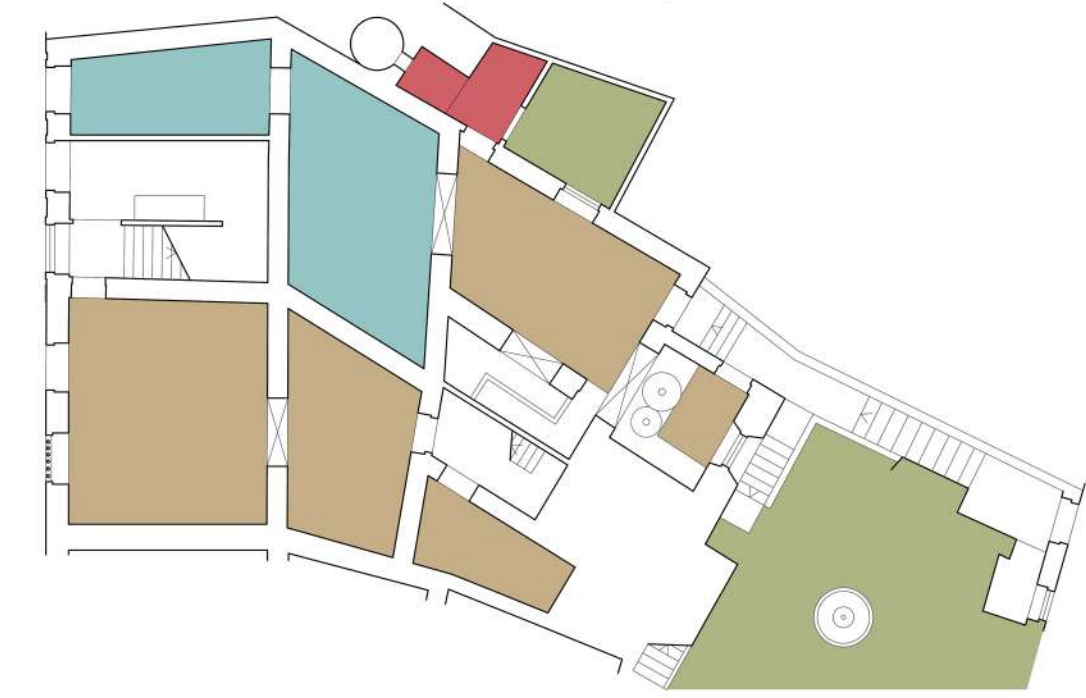
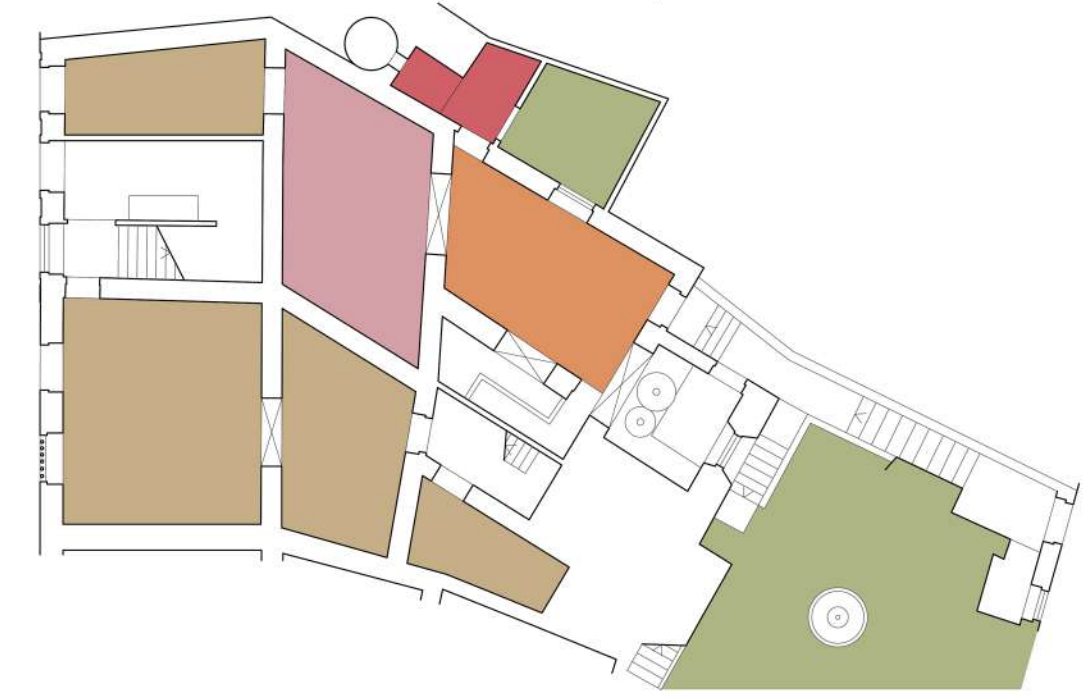
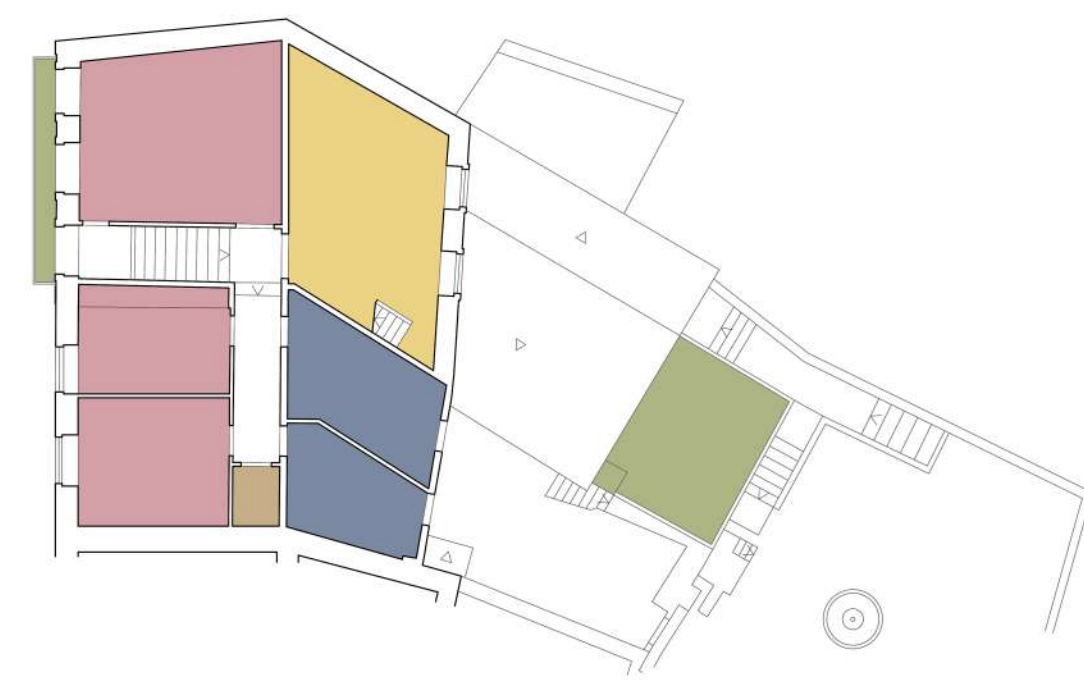
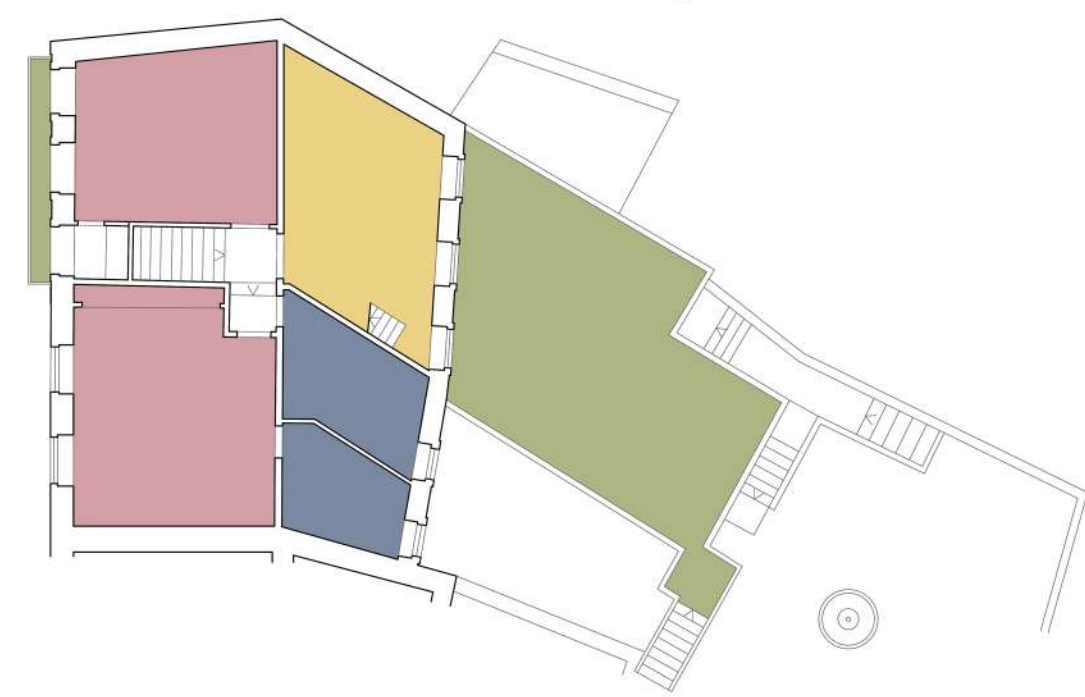
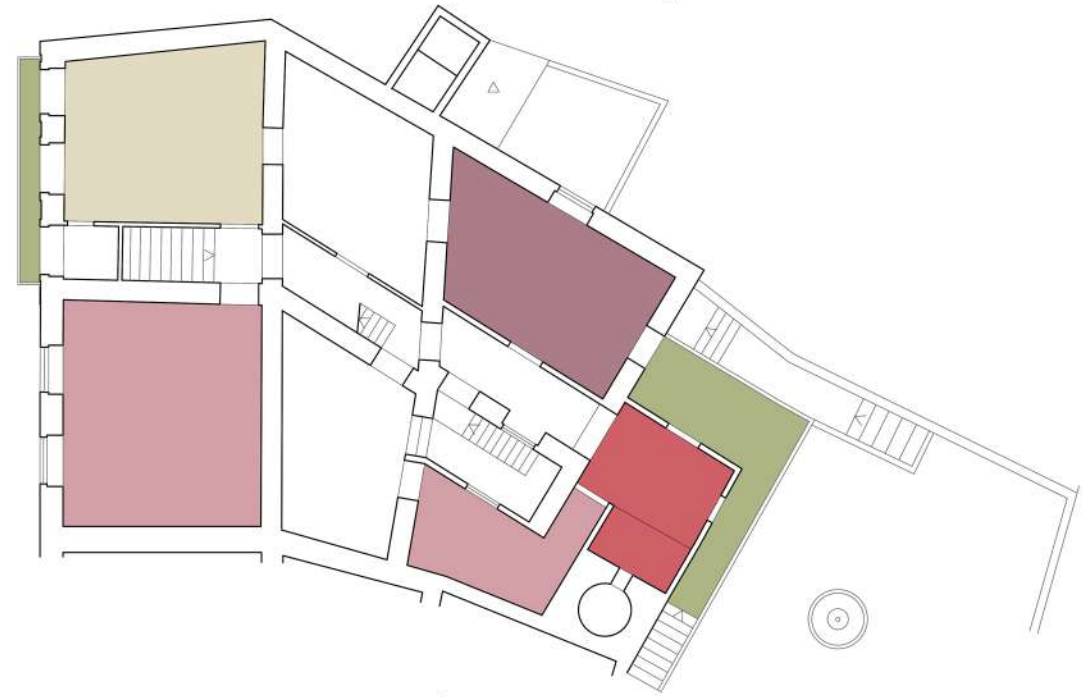
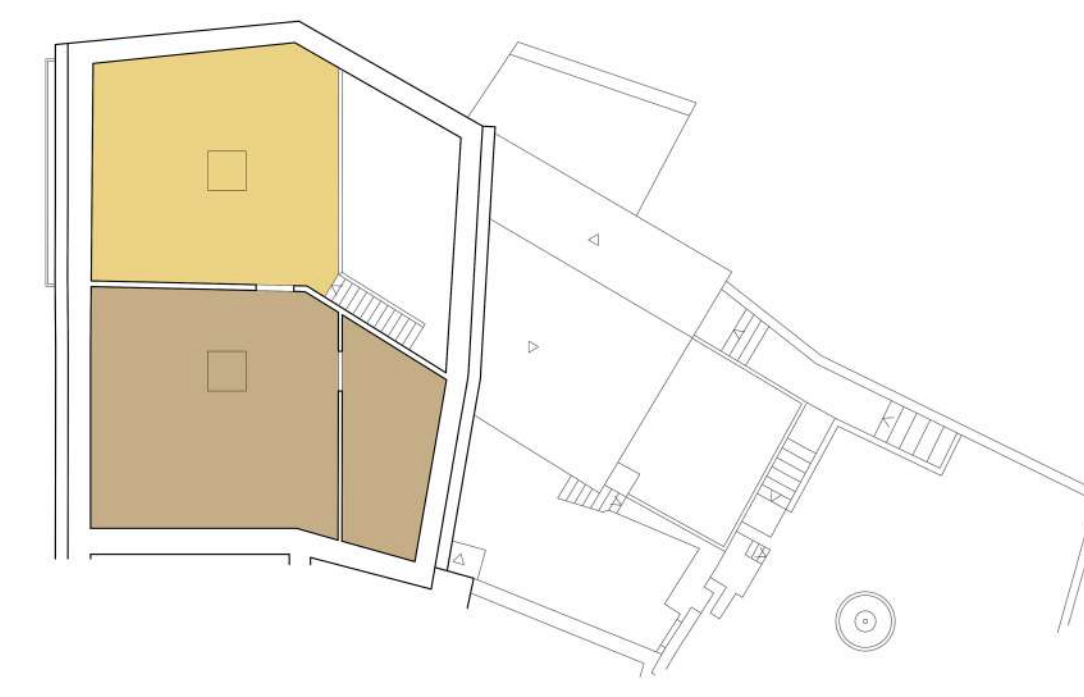
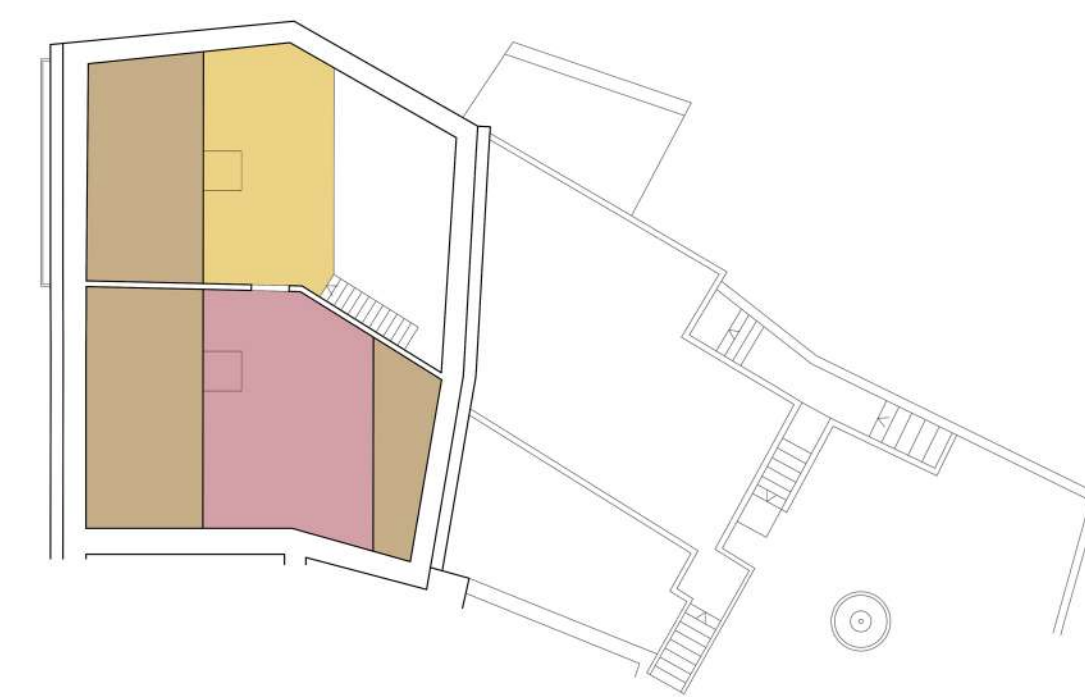
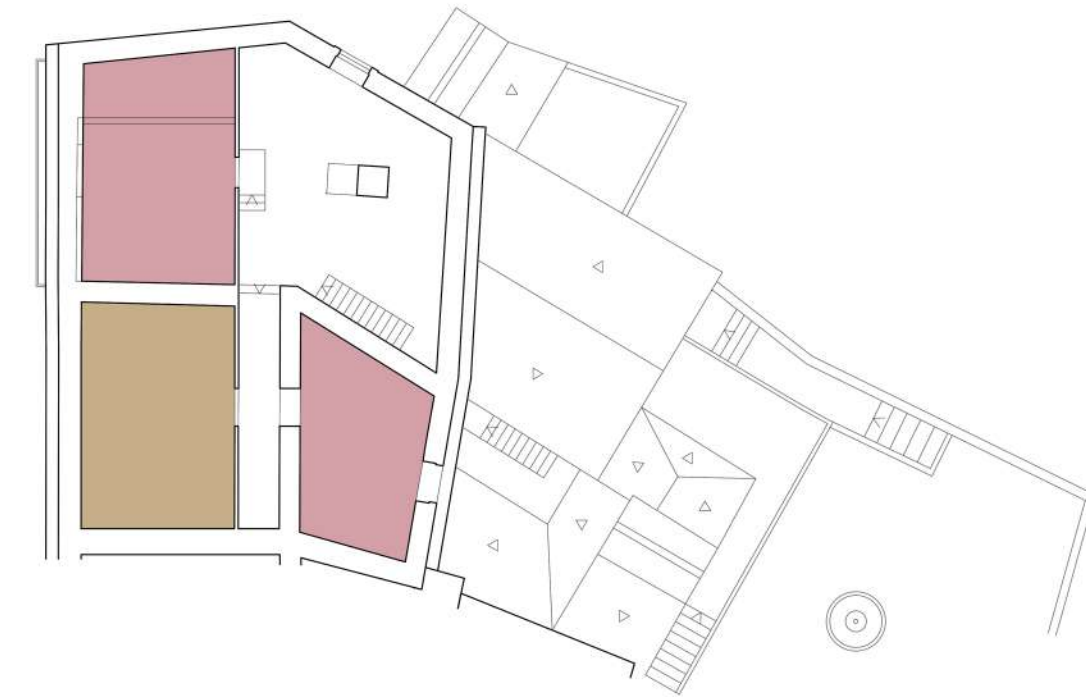
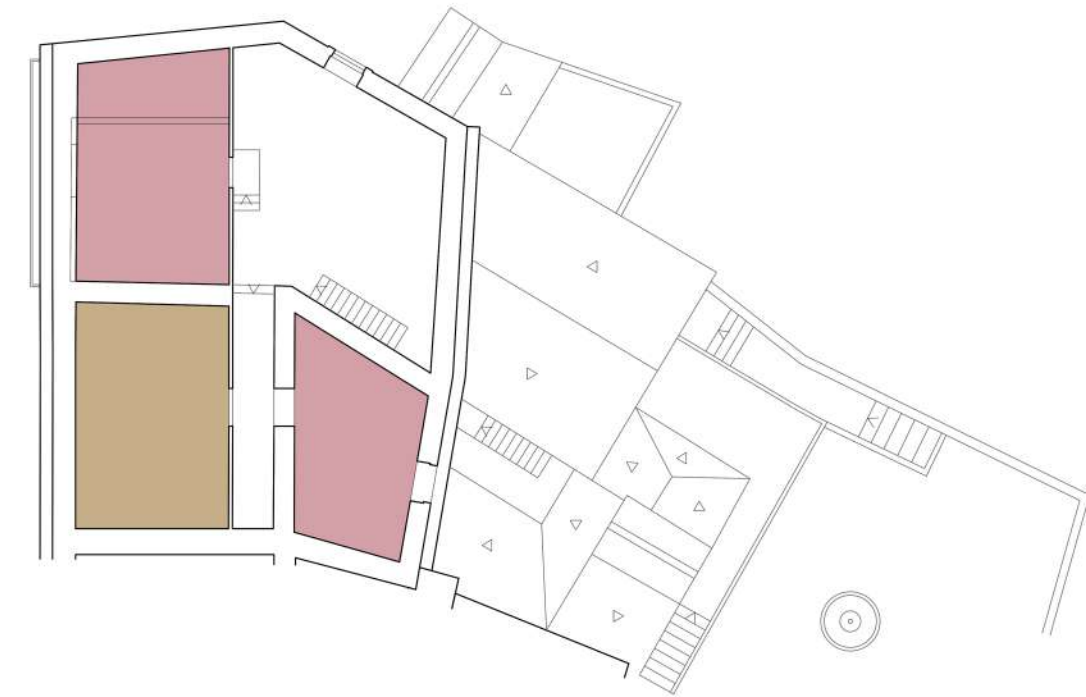
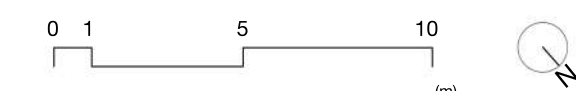


Figura 2 – Edifício na Rua da Garoupinha 29–33. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 878 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



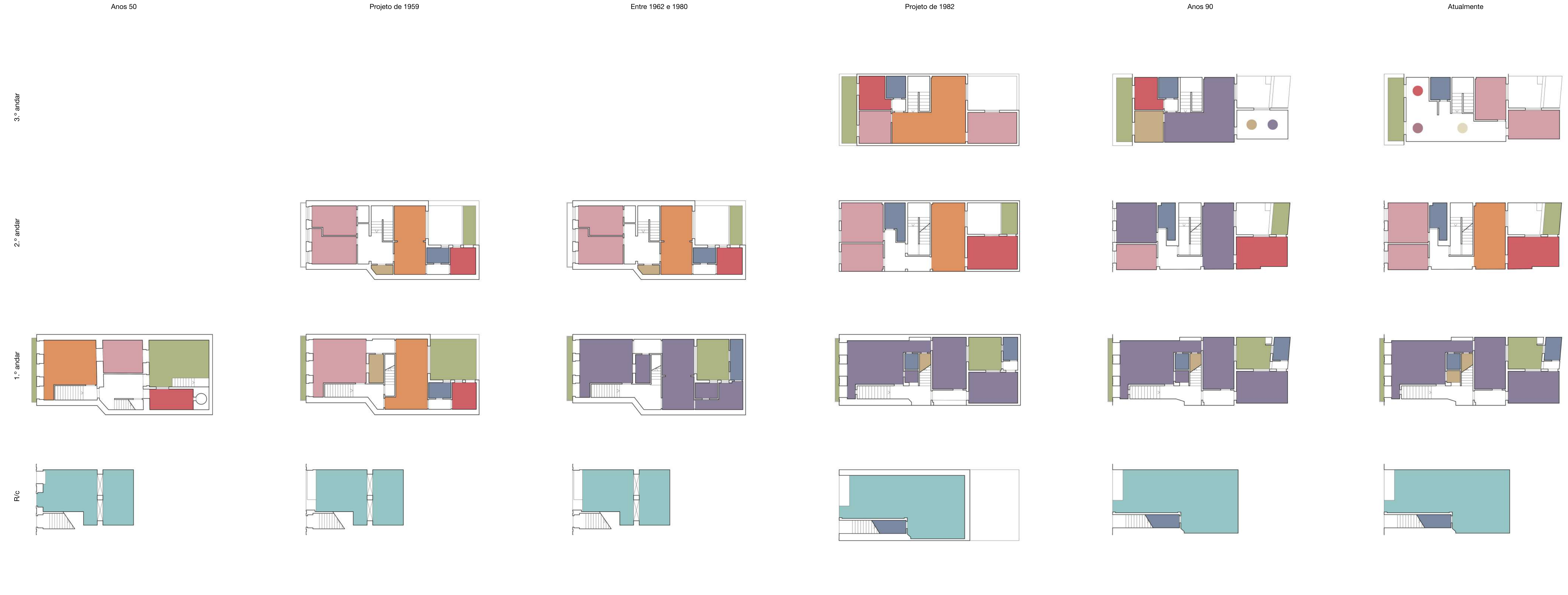


Figura 4 – Edifício na Rua do Galo 6, 8. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 540 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

Cozinha	Sala comum	0 1 5 10 (m)	N
Instalações sanitárias	Sala de estar		
Escritório/biblioteca	Sala de jantar	Edifício na Rua do Galo 6, 8	
Pátio/varanda/logradouro	Quarto de cama		
Arrumos	Loja/comércio	Figura 3 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua do Galo 6, 8 nas diferentes épocas.	
Garagem	Escritório/negócio	Miguel Diniz Jarroca	

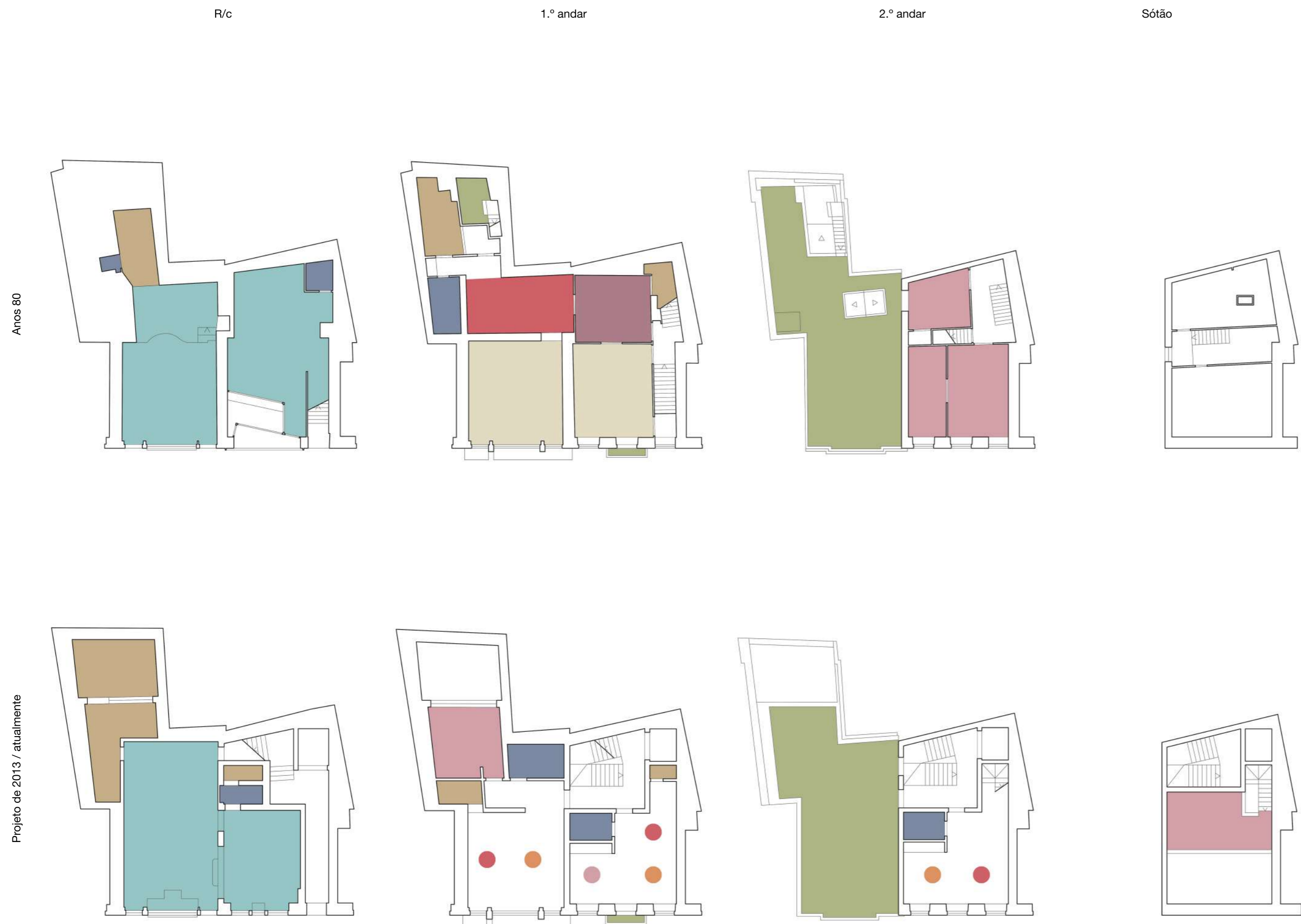
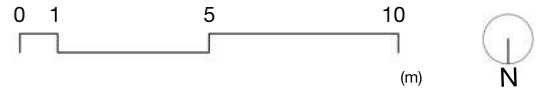


Figura 6 – Edifício na Rua da Sé 127. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 336 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Anos 80

Projeto de 2008 / atualmente

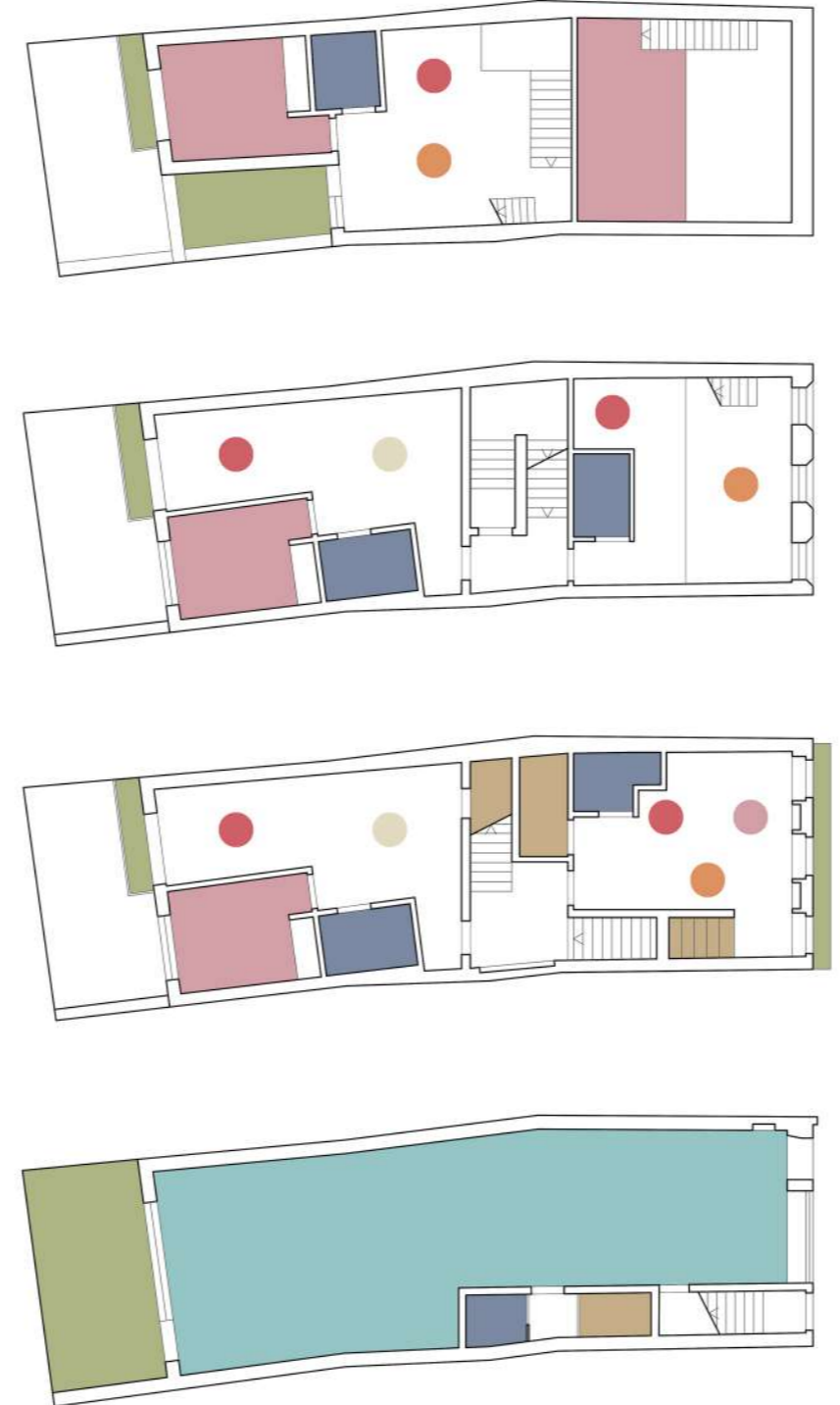


Figura 8 – Edifício na Rua da Sé 157, 159. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 273 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Edifício na Rua da Sé 157, 159

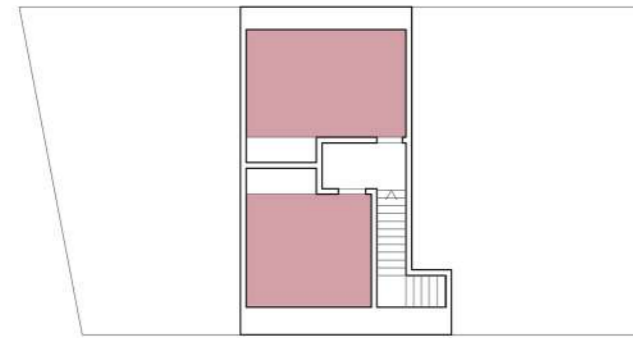
Figura 7 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Sé 157, 159 nas diferentes épocas.

Projeto de 1980

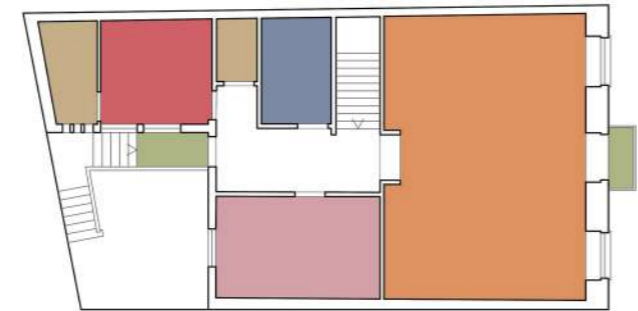
Projeto de 1985

Aditamento de 1992 / atualmente

Sótão



1.º andar



R/c

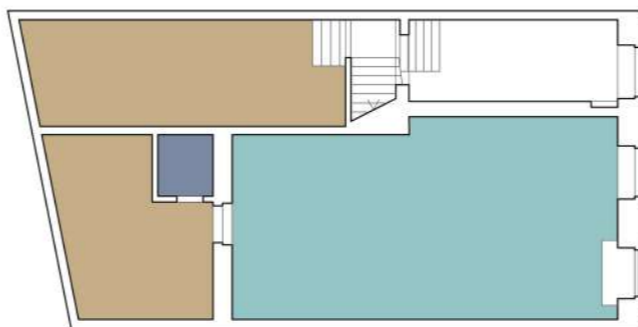
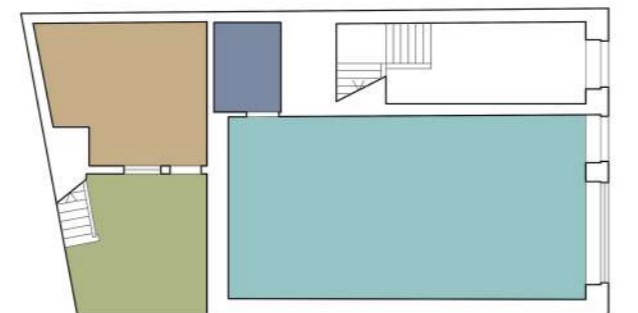
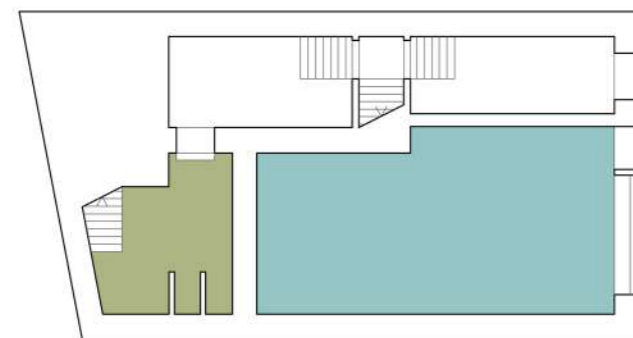


Figura 10 – Edifício no Alto das Covas 5, 7. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 169 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Edifício no Alto das Covas 5, 7

Figura 9 – Organização espacial esquemática do edifício no Alto das Covas 5, 7 nas diferentes épocas.

Sótão

2.º andar

1.º andar

R/c

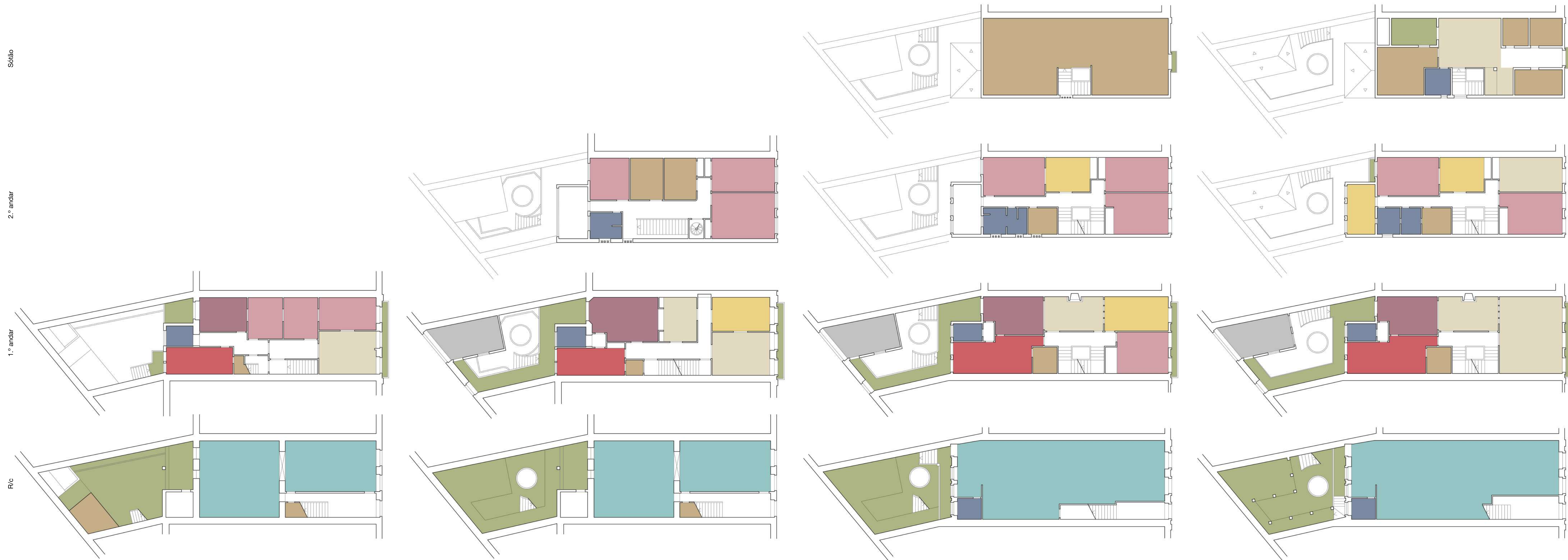
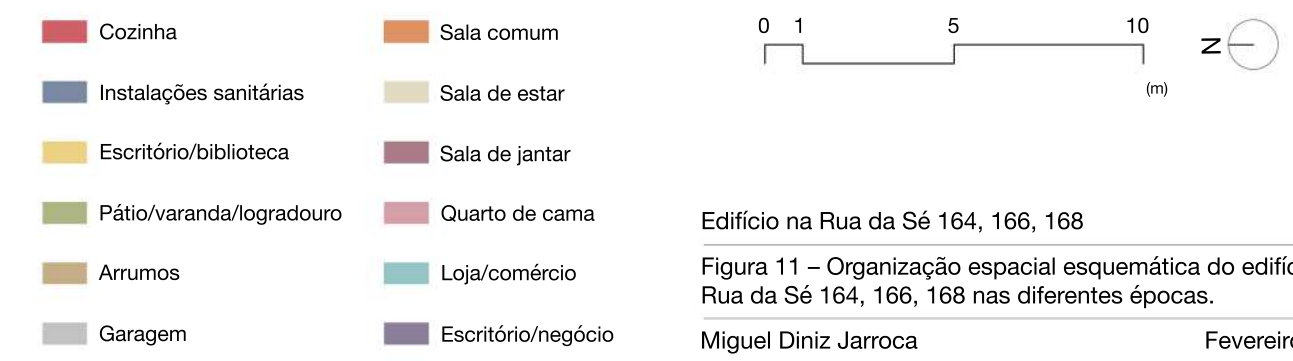


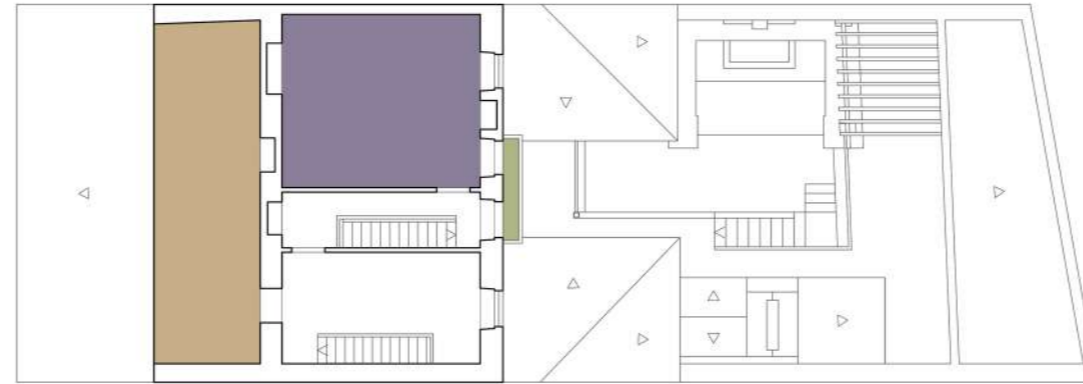
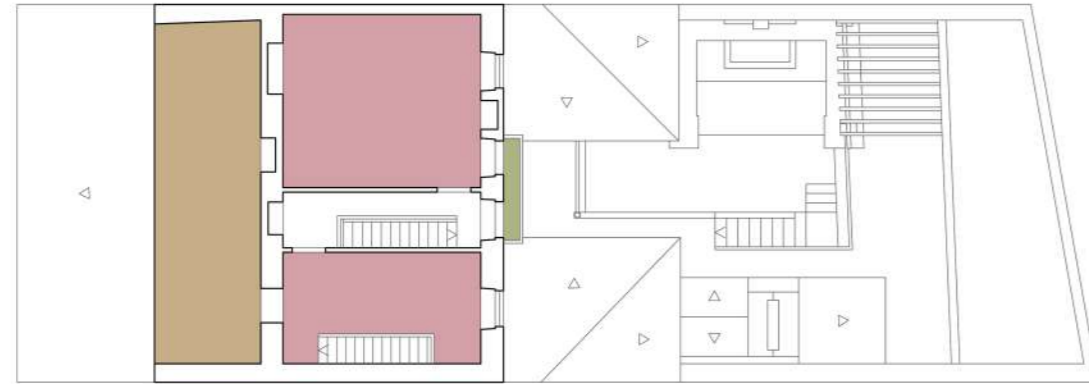
Figura 12 – Edifício na Rua da Sé 164, 166, 168. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1125 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Século XVII

Projeto de 1994 / atualmente

2.º andar



1.º andar



R/c

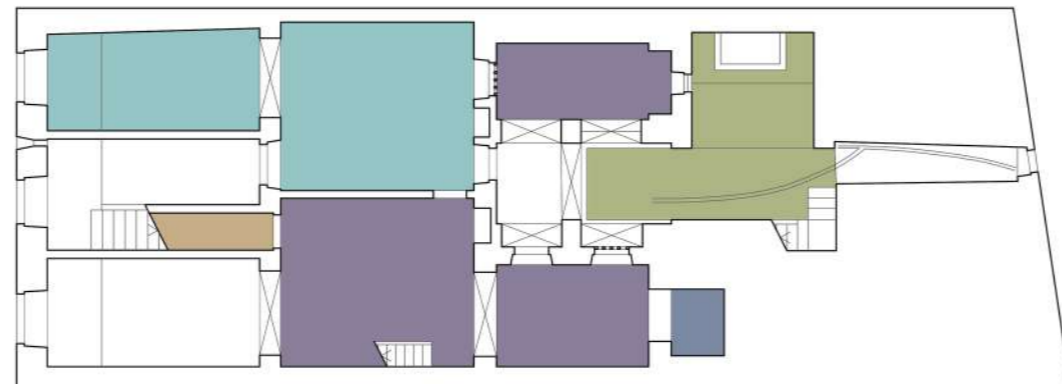
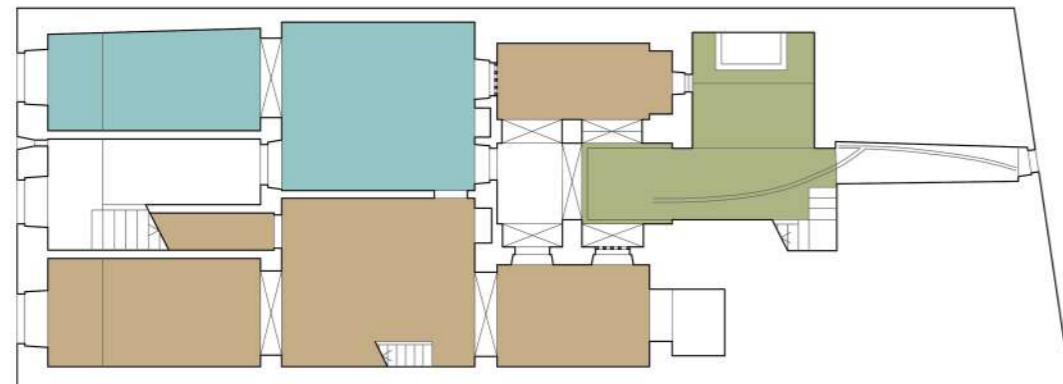


Figura 14 – Edifício na Rua Direita 70, 72, 74. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 548 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Edifício na Rua Direita 70, 72, 74

Figura 13 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 70, 72, 74 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca

Fevereiro 2020

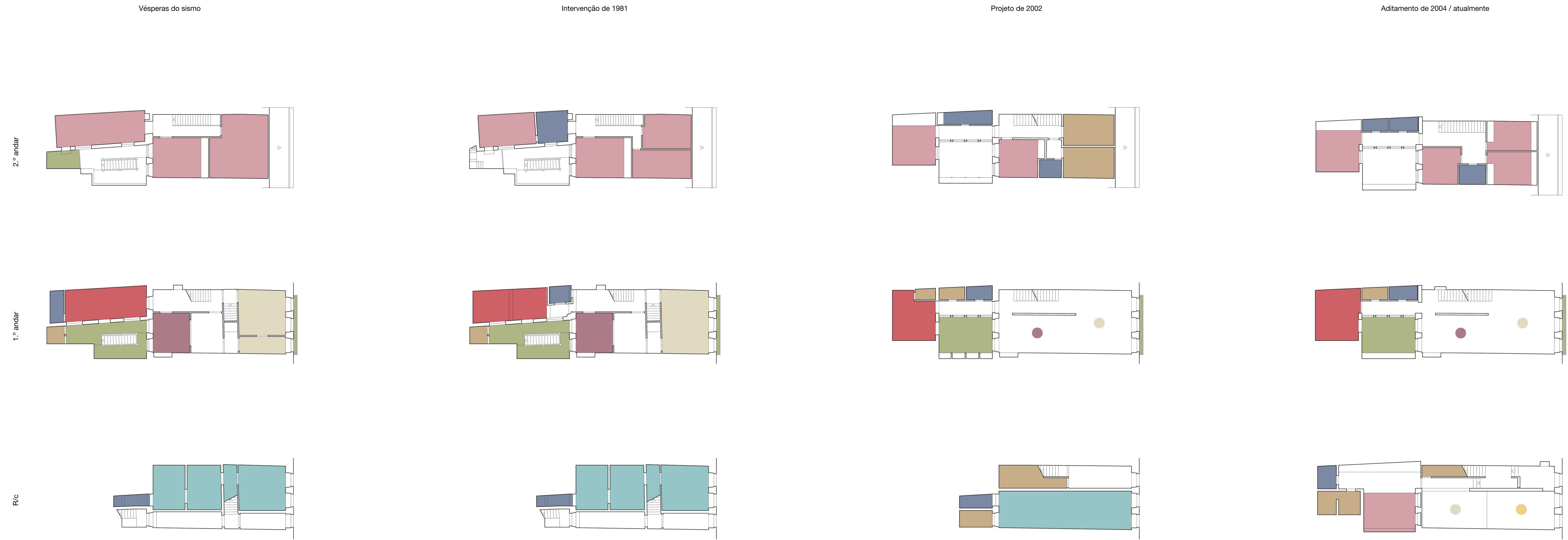


Figura 16 – Edifício na Rua Direita 105, 109. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 491 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

■ Cozinha	■ Sala comum
■ Instalações sanitárias	■ Sala de estar
■ Escritório/biblioteca	■ Sala de jantar
■ Pátio/varanda/logradouro	■ Quarto de cama
■ Arrumos	■ Loja/comércio
■ Garagem	■ Escritório/negócio

0 1 5 10 (m) N

Edifício na Rua Direita 105, 109 **08**

Figura 15 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 105, 109 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca Fevereiro 2020

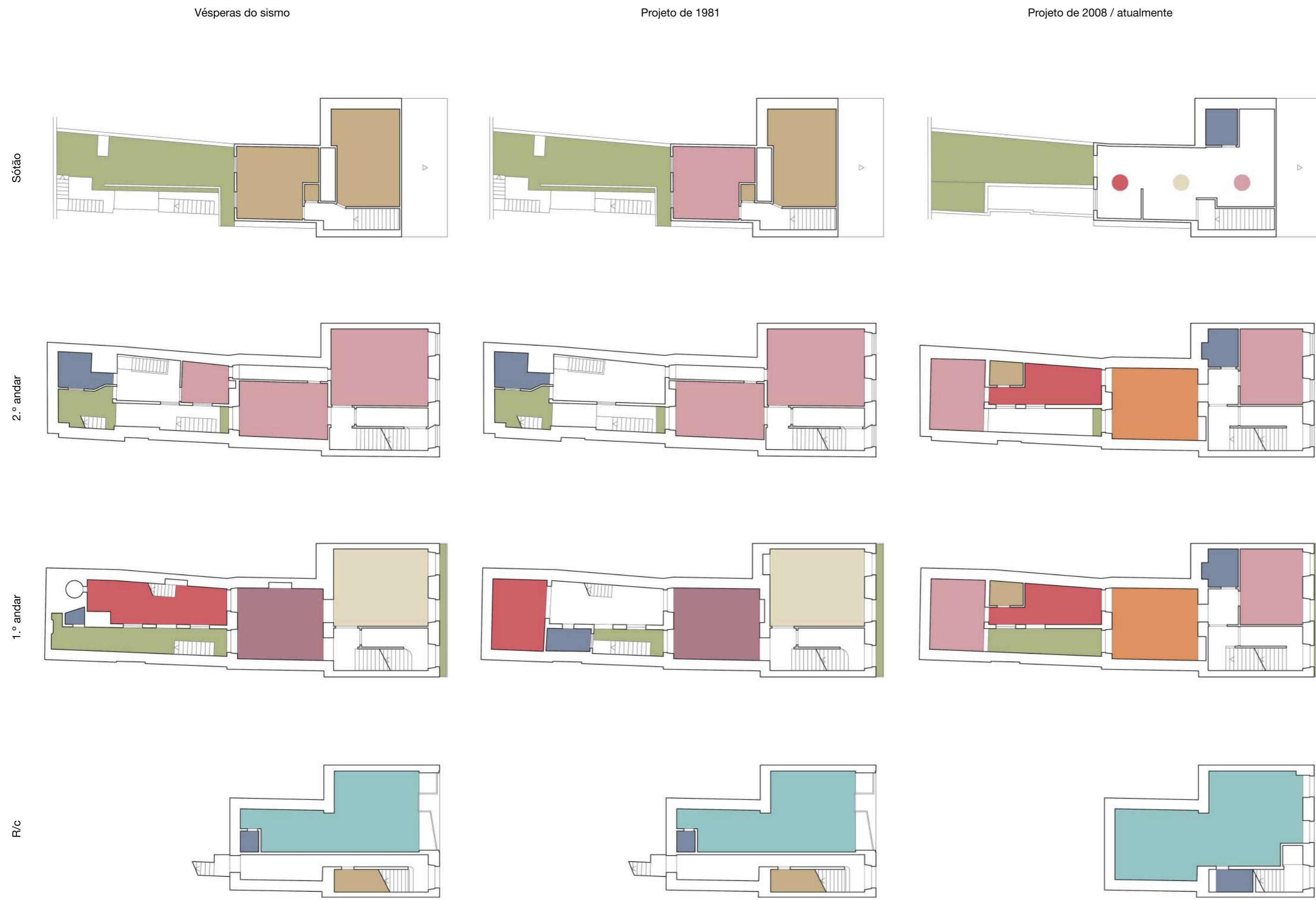
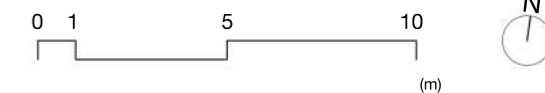


Figura 18 – Edifício na Rua Direita 89, 91. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 488 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio

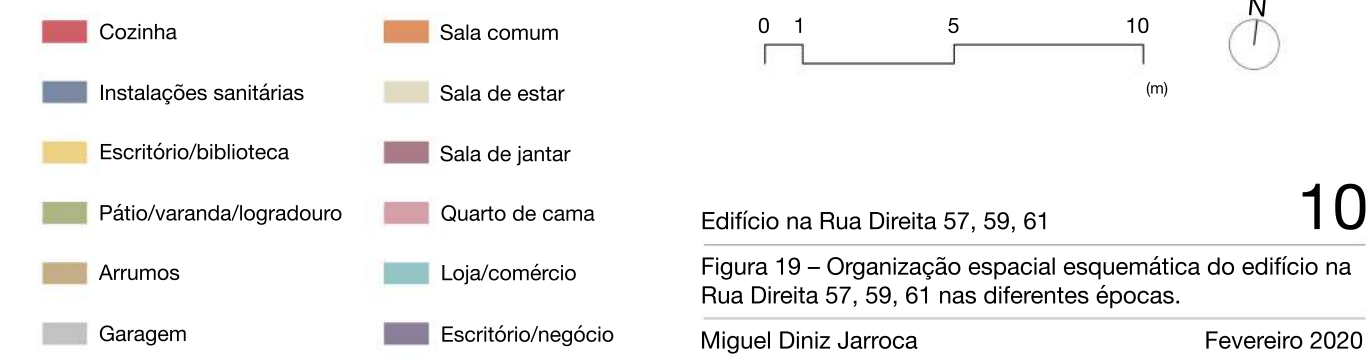


Edifício na Rua Direita 89, 91

Figura 17 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua Direita 89, 91 nas diferentes épocas.



Figura 20 – Edifício na Rua Direita 57, 59, 61. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 484 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



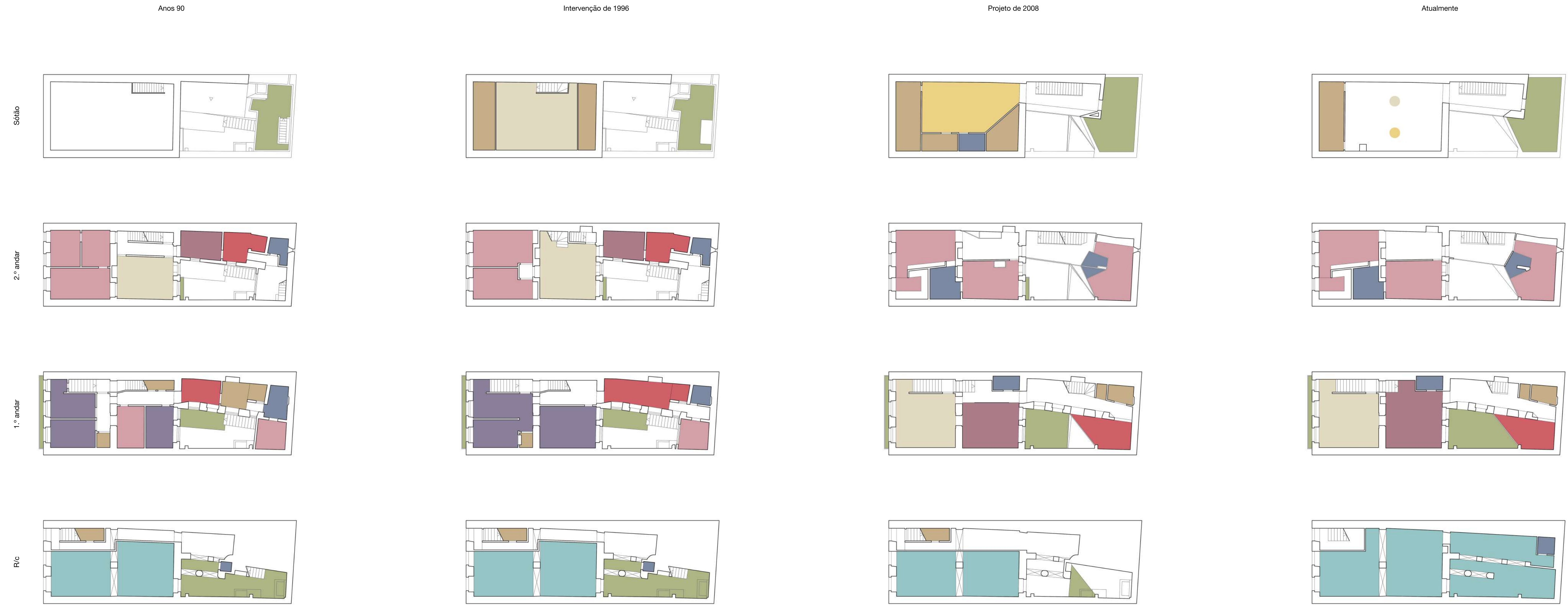
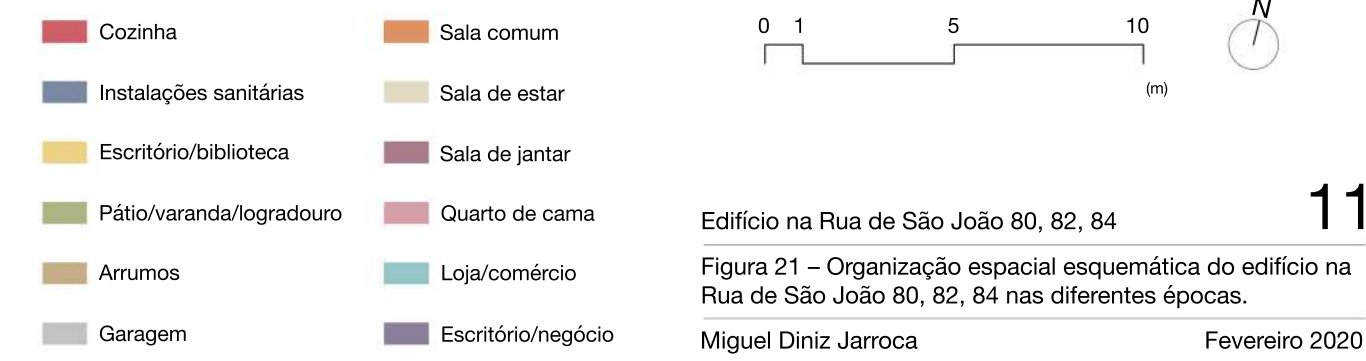


Figura 22 – Edifício na Rua de São João 80, 82, 84. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 508 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

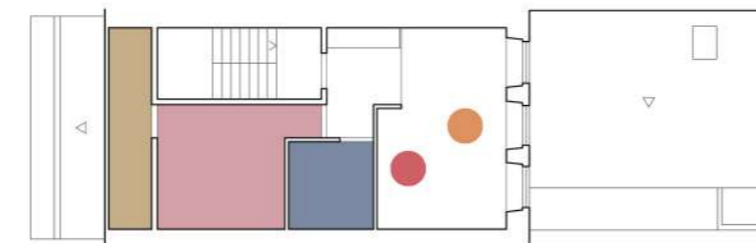
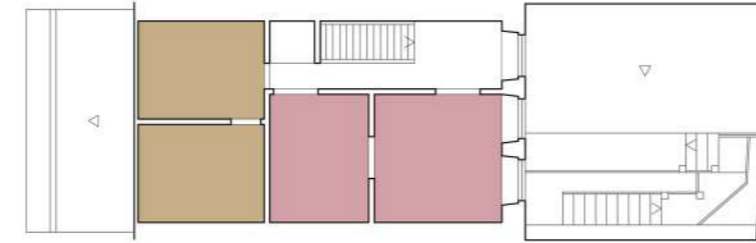
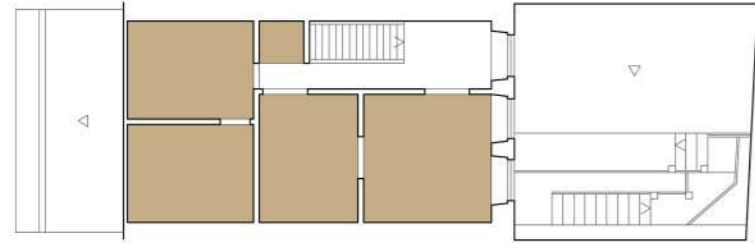


1980

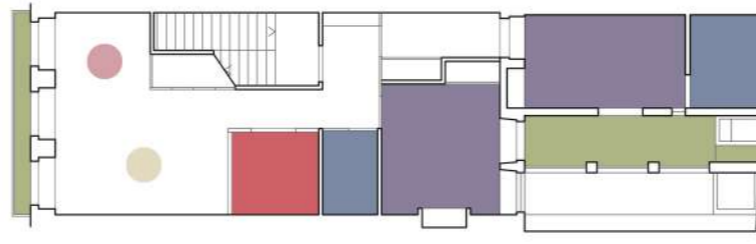
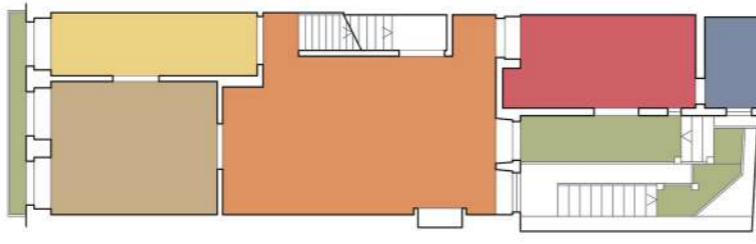
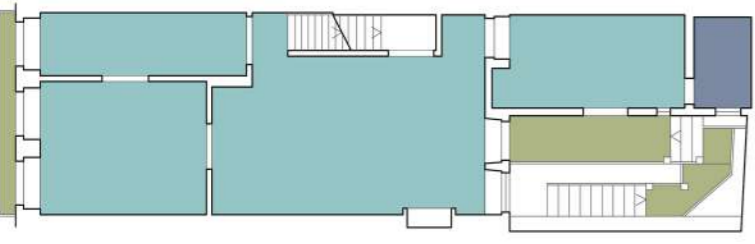
Entre 1985 e 1991

Projeto de 2013 / atualmente

2.º andar



1.º andar



R/c

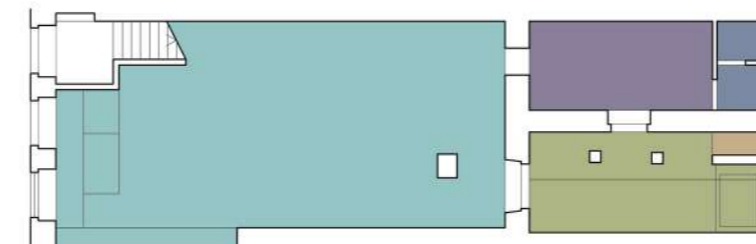
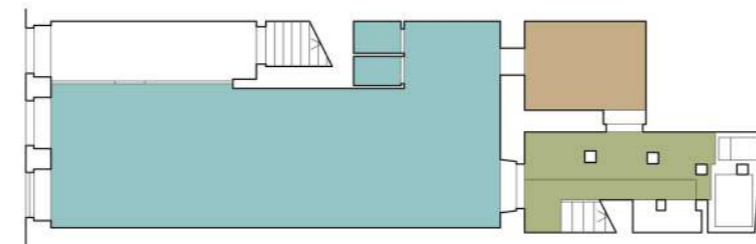
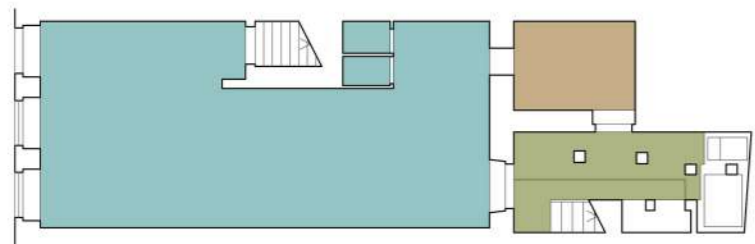


Figura 24 – Edifício na Rua de São João 58, 60, 62. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 504 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Sala comum
- Instalações sanitárias
- Sala de estar
- Escritório/biblioteca
- Sala de jantar
- Pátio/varanda/logradouro
- Quarto de cama
- Arrumos
- Loja/comércio
- Garagem
- Escritório/negócio



Edifício na Rua de São João 58, 60, 62

Figura 23 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de São João 58, 60, 62 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca

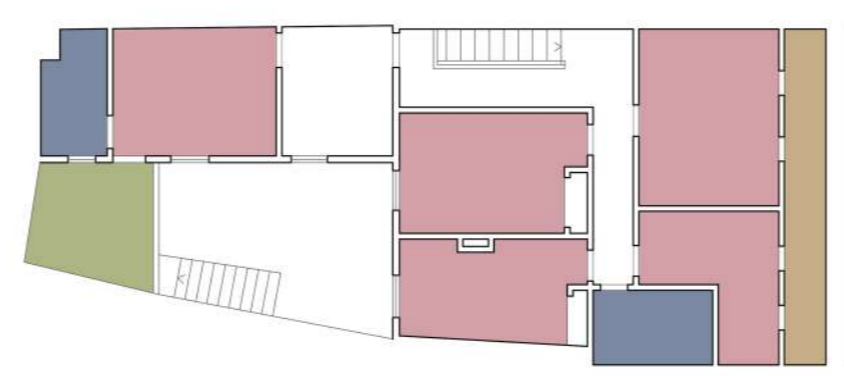
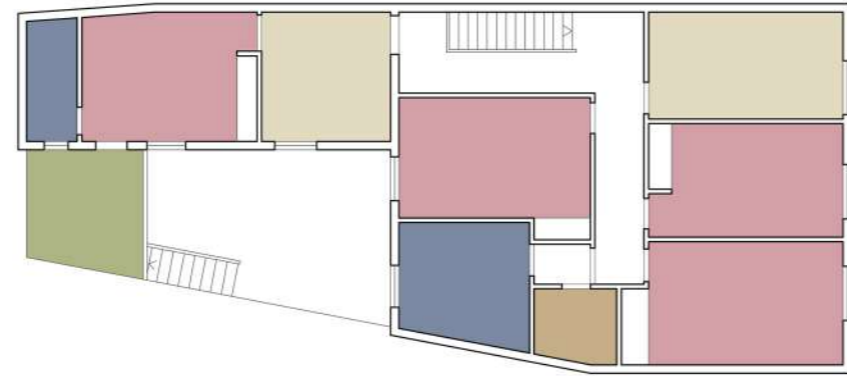
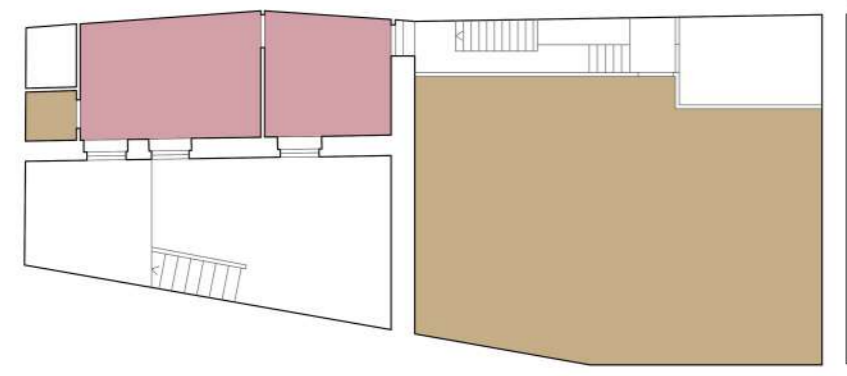
Fevereiro 2020

Vésperas do sismo

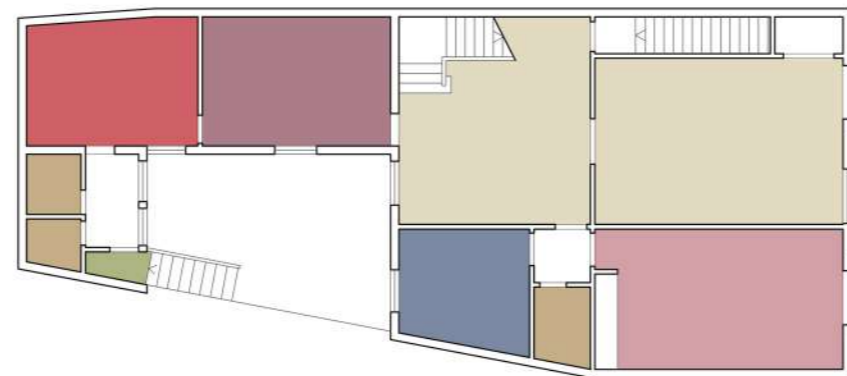
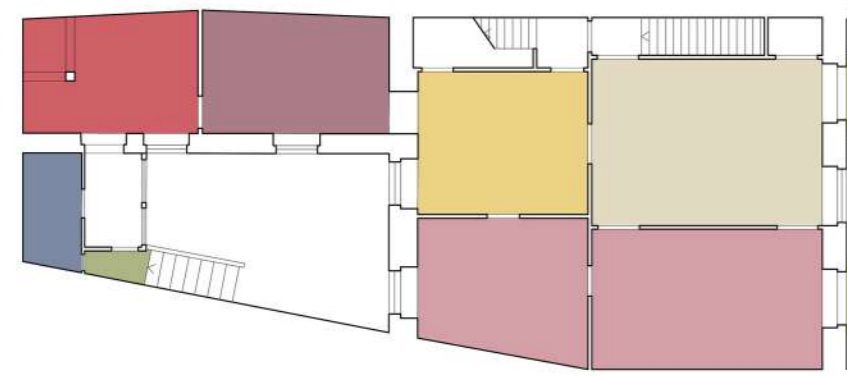
Projeto de 1980

Atualmente

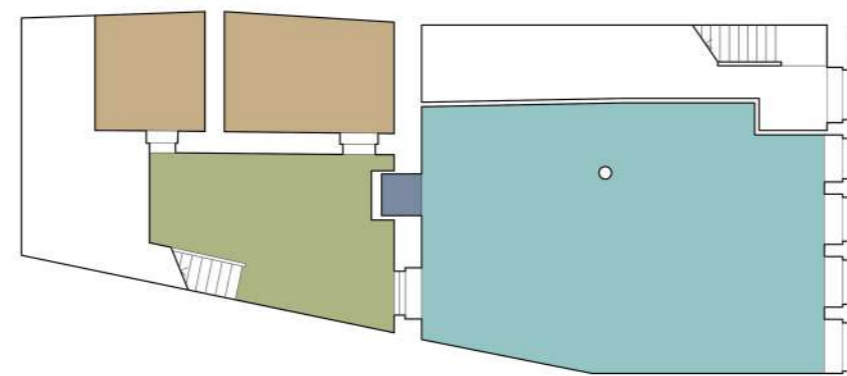
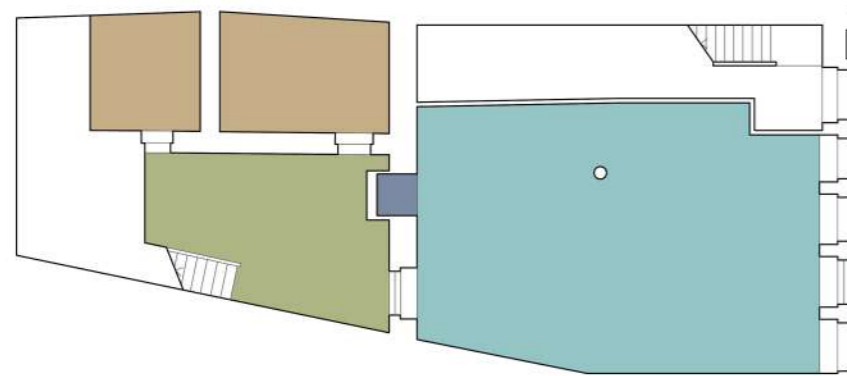
2.º andar



1.º andar



R/c



- Cozinha
- Sala comum
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Figura 26 – Edifício na Rua de São João 121, 123, 125, 127. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 439 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

Edifício na Rua de São João 121, 123, 125, 127

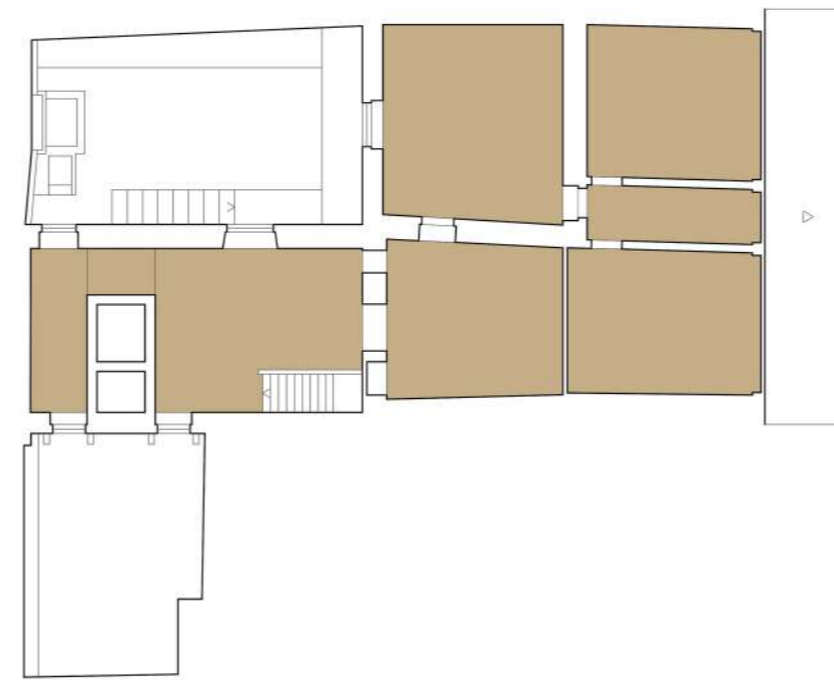
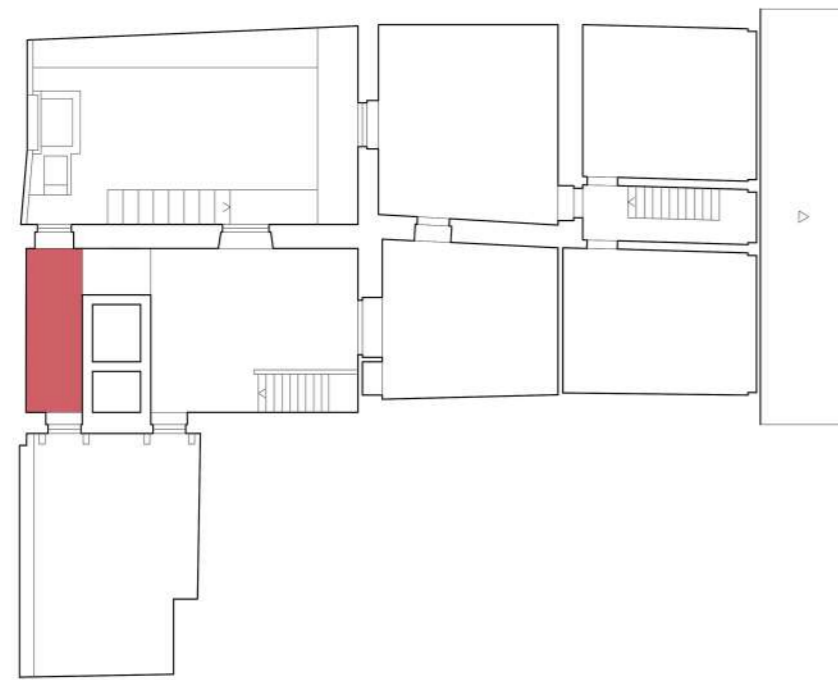
Figura 25 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de São João 121, 123, 125, 127 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca Fevereiro 2020

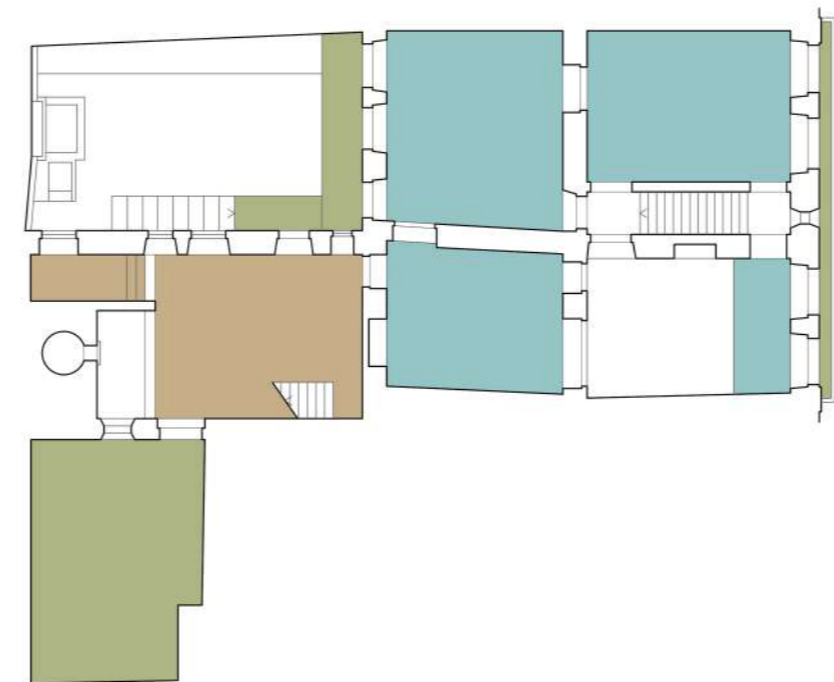
Vésperas do sismo

Projeto de 1999 / atualmente

2.º andar



1.º andar



R/c

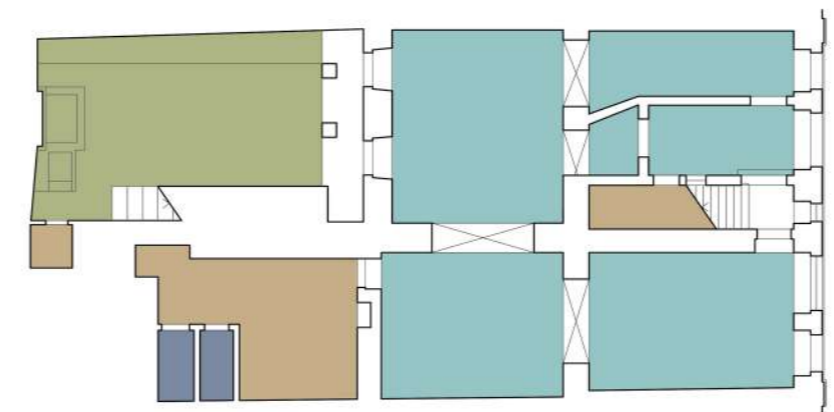
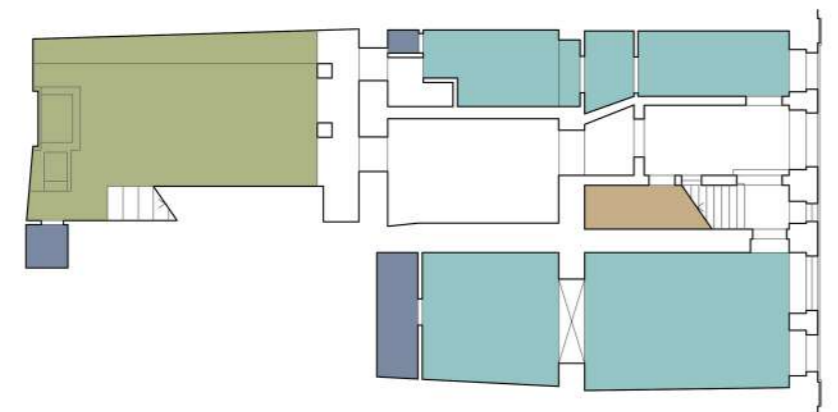


Figura 30 – Edifício na Rua da Palha 25, 29. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 367 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- | | |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| ■ Cozinha | ■ Sala comum |
| ■ Instalações sanitárias | ■ Sala de estar |
| ■ Escritório/biblioteca | ■ Sala de jantar |
| ■ Pátio/varanda/logradouro | ■ Quarto de cama |
| ■ Arrumos | ■ Loja/comércio |
| ■ Garagem | ■ Escritório/negócio |



Edifício na Rua da Palha 83 a 87

Figura 27 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Palha 83 a 87 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca

Fevereiro 2020



Figura 30 – Edifício na Rua da Palha 25, 29. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 367 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

■ Cozinha	■ Sala comum
■ Instalações sanitárias	■ Sala de estar
■ Escritório/biblioteca	■ Sala de jantar
■ Pátio/varanda/logradouro	■ Quarto de cama
■ Arrumos	■ Loja/comércio
■ Garagem	■ Escritório/negócio

0 1 5 10 (m)

Edifício na Rua da Palha 25, 29

Figura 29 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua da Palha 25, 29 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca

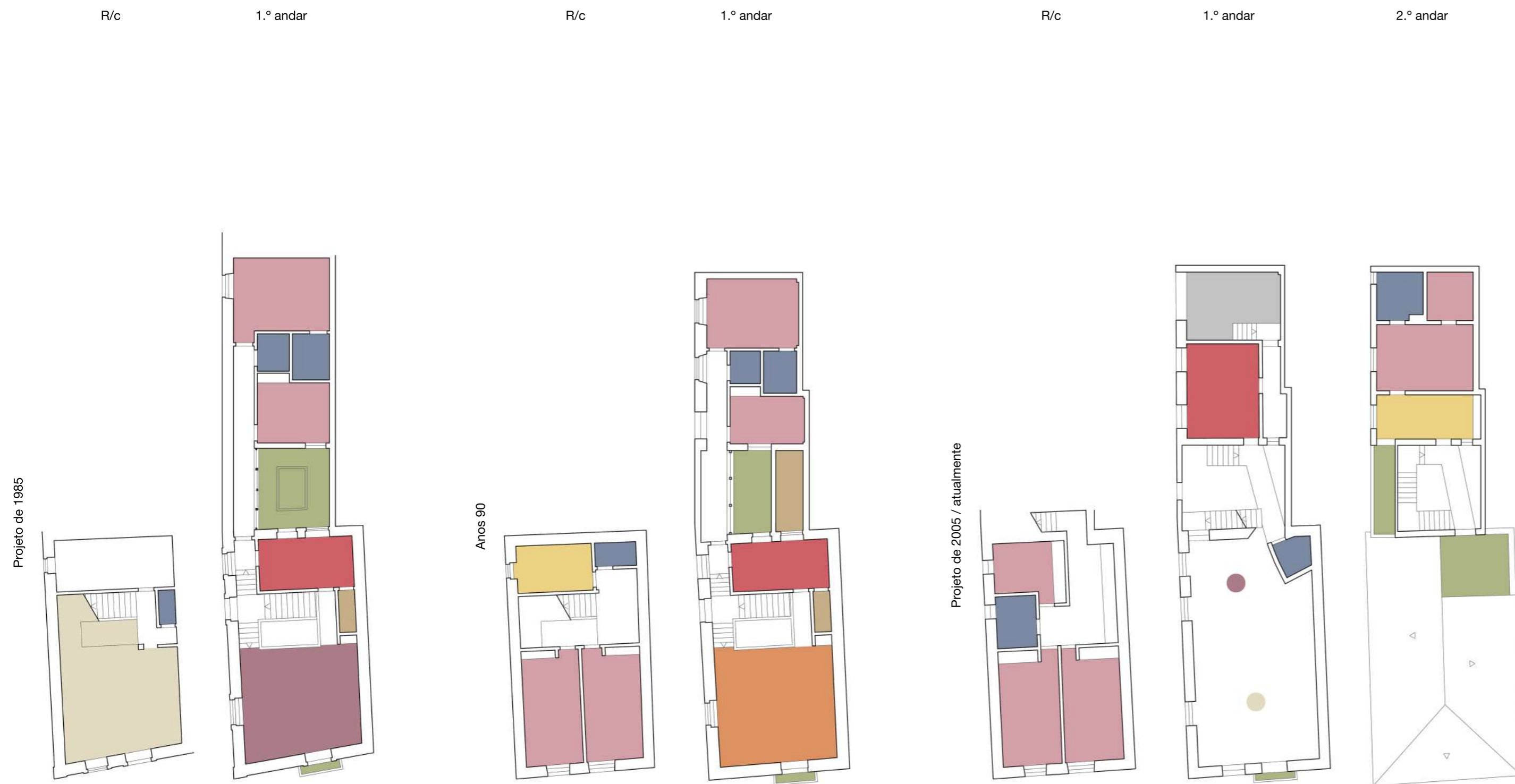
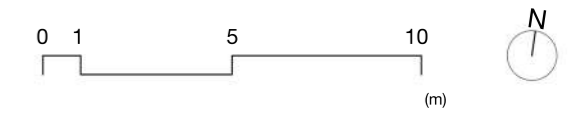


Figura 32 – Edifício na Rua do Salinas 2. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 379 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Edifício na Rua do Salinas 2

Figura 31 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua do Salinas 2 nas diferentes épocas.

Sótão

1.º andar

R/c

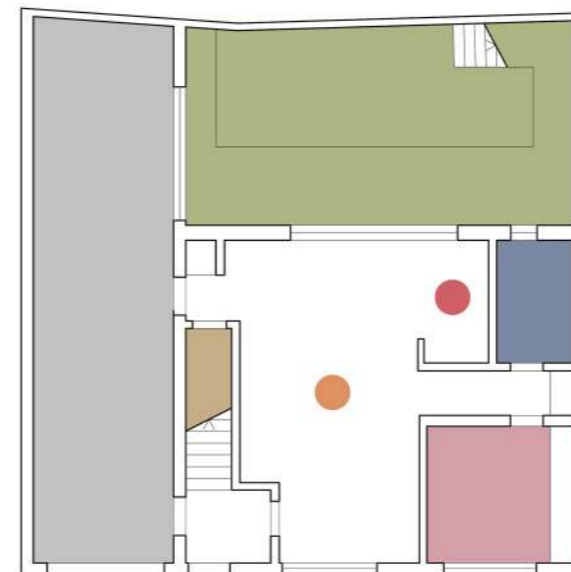
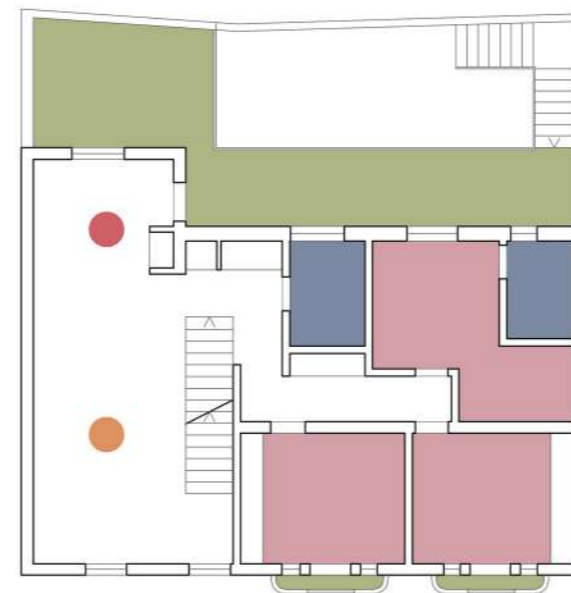
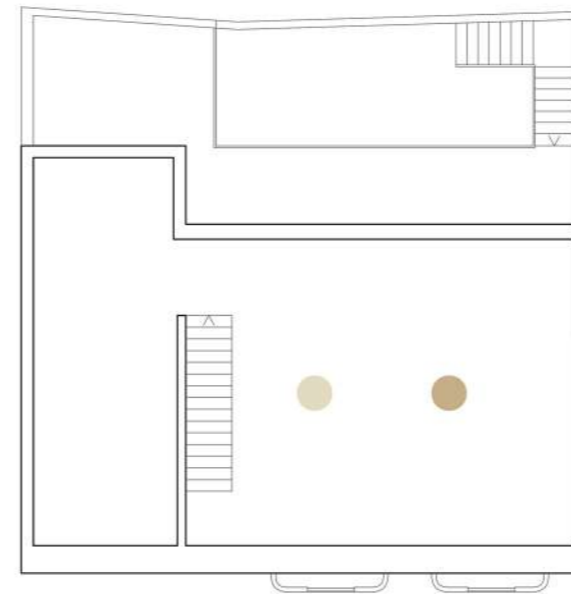
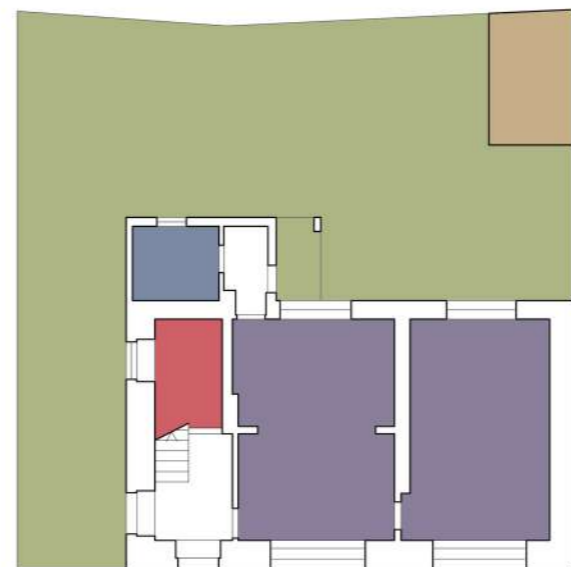
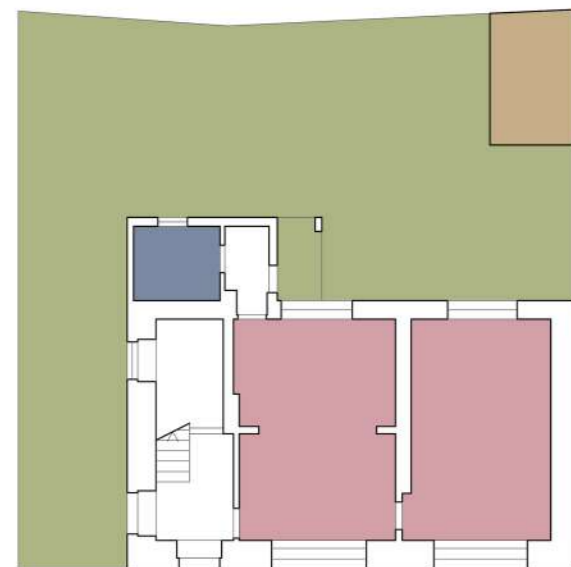
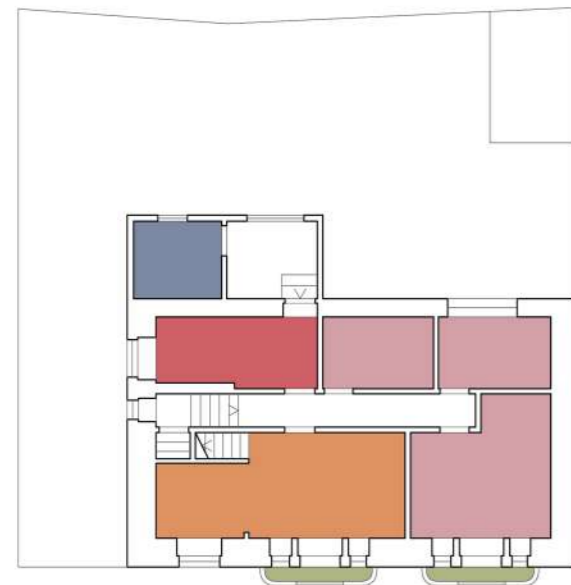


Figura 34 – Edifício na Rua de Jesus 48A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 306 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Sala comum
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Edifício na Rua de Jesus 48A

Figura 33 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de Jesus 48A nas diferentes épocas.

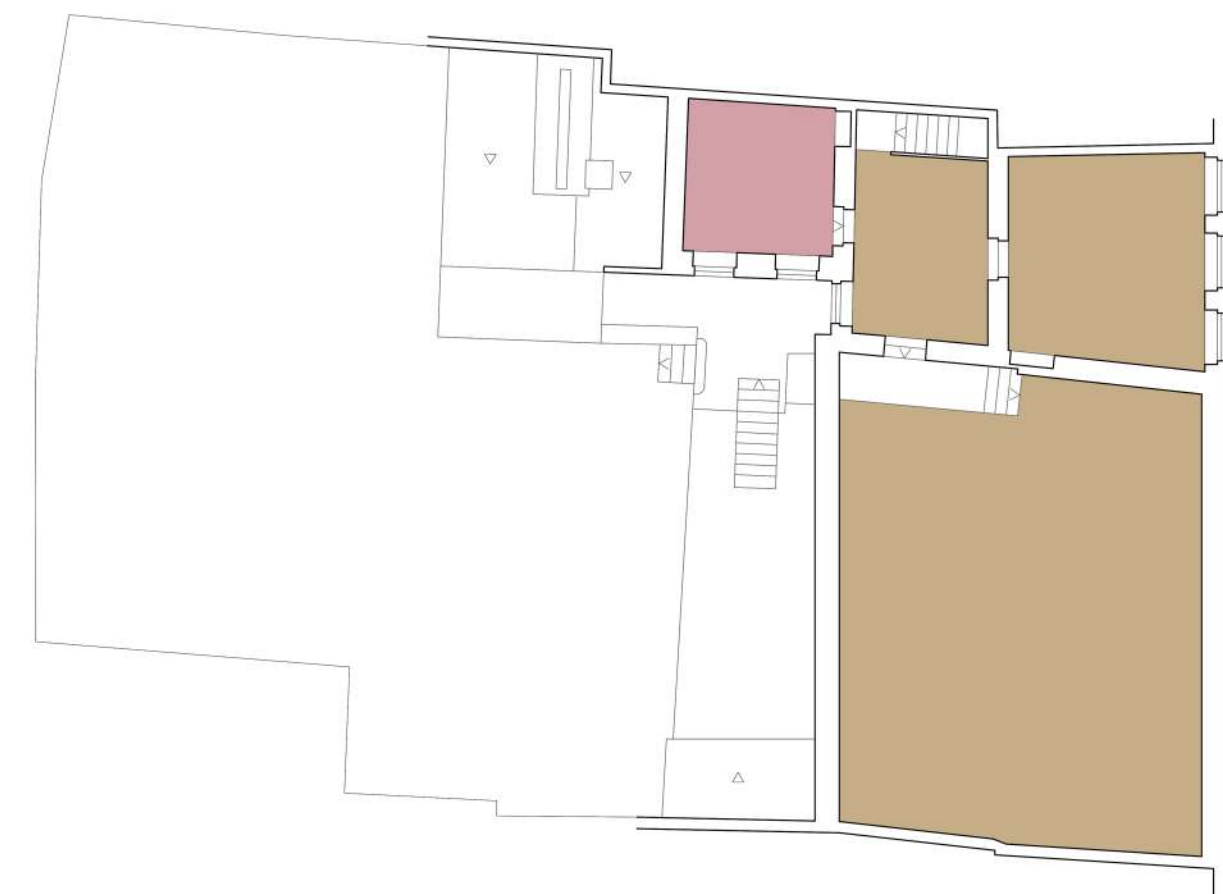
Anos 40

Intervenção de 1956

Após 1967

Atualmente

2.º andar

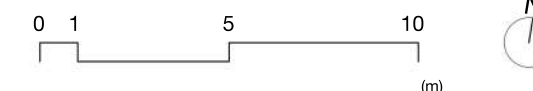


1.º andar



Figura 36 – Edifício na Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (fichas 231 e 232 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

- Cozinha
- Instalações sanitárias
- Escritório/biblioteca
- Pátio/varanda/logradouro
- Arrumos
- Garagem
- Sala comum
- Sala de estar
- Sala de jantar
- Quarto de cama
- Loja/comércio
- Escritório/negócio



Edifício na Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101

Figura 35 – Organização espacial esquemática do edifício na Rua de Jesus 91, 93, 95, 97, 99, 101 nas diferentes épocas.

Miguel Diniz Jarroca

Fevereiro 2020



Figura 37 – Edifício na Rua da Sé 145, 147, 149, 151, 153. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (fichas 271 e 272 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Figura 39 – Edifício na Rua da Jesus 139. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 256 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Figura 41 – Edifício na Rua dos Canos Verdes 50. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 215 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Figura 38 – Edifício na Rua da Sé 110, 116, 118. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1142 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Figura 40 – Edifício na Rua dos Canos Verdes 120, 120A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 266 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).



Figura 42 – Edifício na Rua Madre de Deus 19, 19A. À esquerda, fotografia da fachada no início de 1980 (ficha 1018 da Inventariação do Património Arquitectónico, DGPU). À direita, fotografia da fachada em 2019 (Miguel Jarroca).

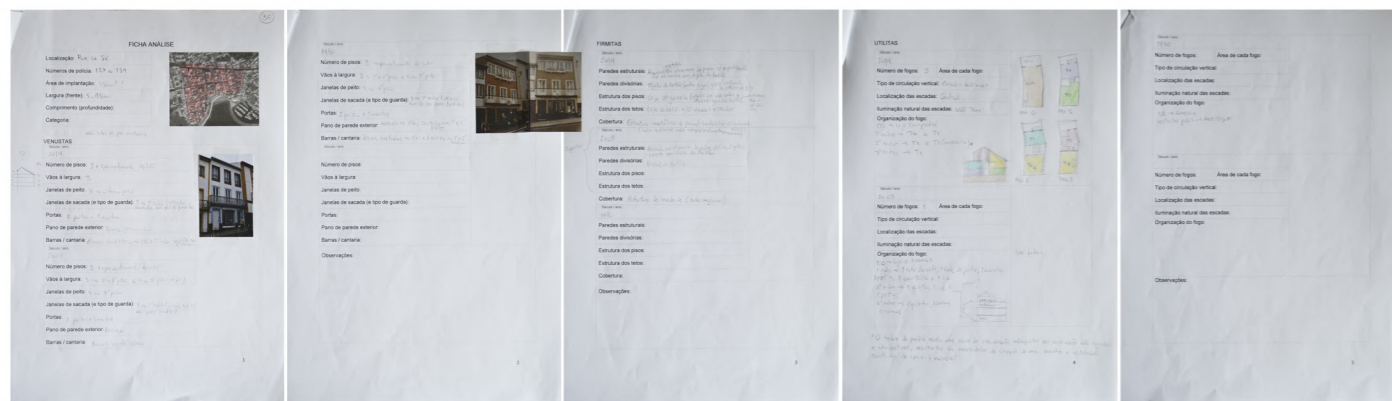


Figura 43 – Organização da ficha-análise de um caso de estudo.



Figura 44 – Localização e toponímia atual das ruas e travessas da malha reticulada da cidade. Planta desenhada pelo autor tendo por base o ficheiro autocad cedido pela CMAH.



Figura 45 – Ortofotomapa com a localização dos principais acampamentos, vazadouros na periferia do centro histórico e centros comerciais improvisados

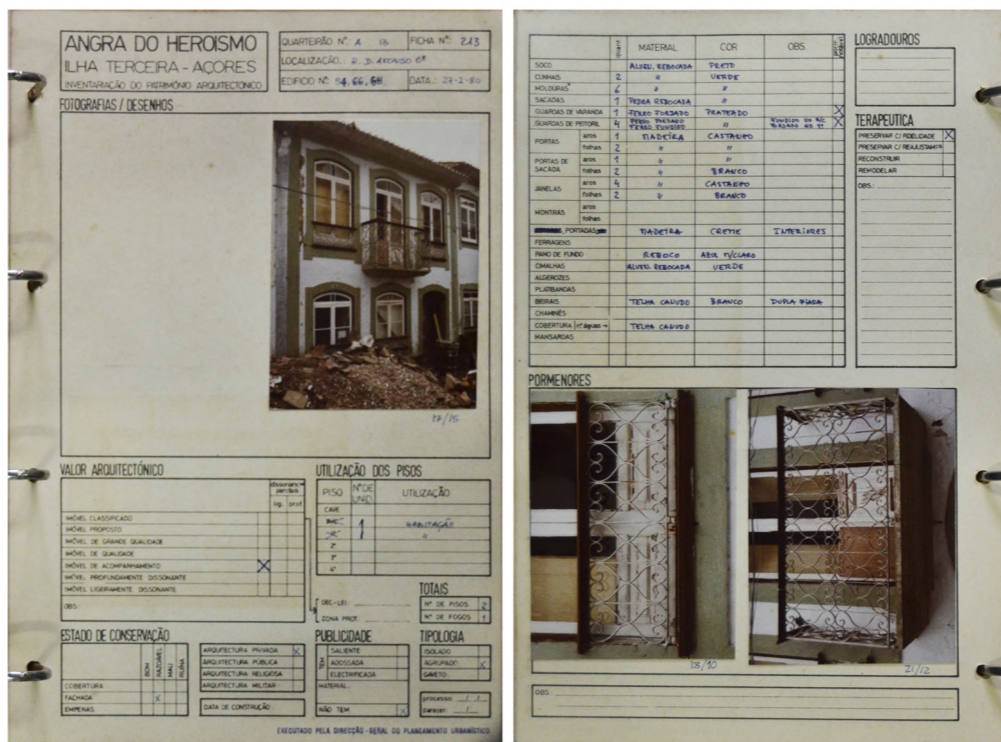


Figura 46 – Exemplo de uma ficha da Inventariação do Património Arquitectónico executada pela DGPU. Original no arquivo da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas



Figura 47 – Vista da Memória sobre a cidade. Em cima, imediatamente após o sismo. Fotografia gentilmente cedida por Rúben Quadros. Autor desconhecido. Em baixo, em agosto de 2019. Fotografada por Miguel Jarroca



Figura 48 – Vista aérea da cidade destruída após o sismo onde se pode observar a retícula e, ao fundo, o "acampamento do Bailão", ainda composto por tendas. Fotografia gentilmente cedida por Rúben Quadros. Autor desconhecido

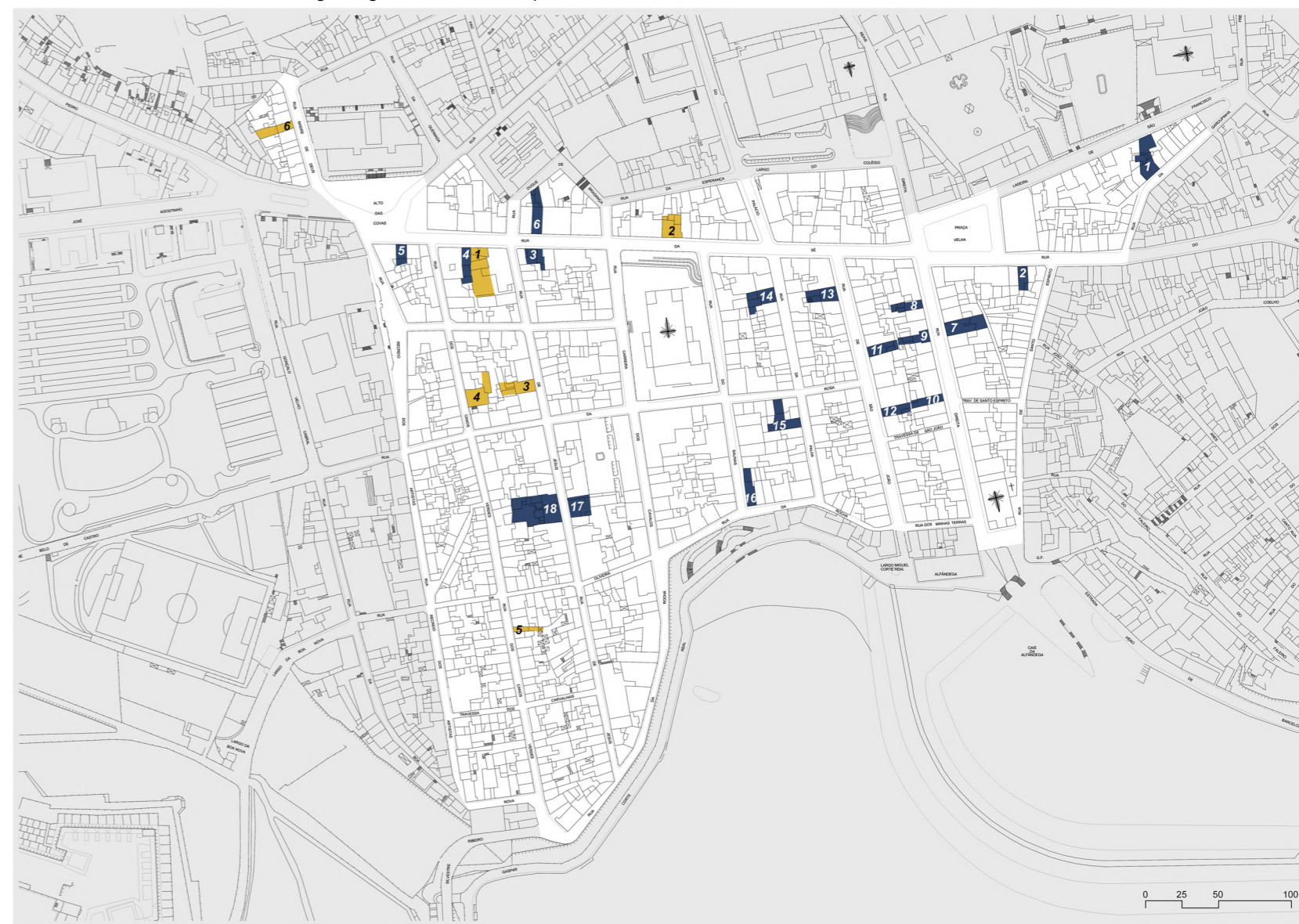


Figura 49 – Localização dos casos de estudo. Planta desenhada pelo autor com base no ficheiro autocad cedido pela CMAH. Estão indicados a azul os lotes escolhidos como casos de estudo e a amarelo os edifícios analisados apenas pela sua fachada